

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Graciliano Ramos:

Estudos de sociologias implícitas (1925-1953)

João Paulo Lima e Silva Filho

Recife, Julho de 2010

João Paulo Lima e Silva Filho

Graciliano Ramos:

Estudos de sociologias implícitas (1925-1953)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lília Junqueira

Recife, Julho de 2010

Silva Filho, João Paulo e Lima

Graciliano Ramos: estudos de sociologias implícitas
(1925 – 1953) . -- Recife: O Autor, 2010.

219 folhas : il., tab., fotos.

Dissertação (doutorado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui: bibliografia.

1. Sociologia. 2. Ramos, Graciliano. 3. Sociologia
implícita. Literatura - Sociologia. I. Título.

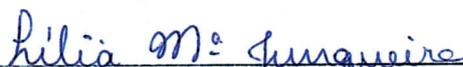
316 CDU (2. ed.) UFPE

301 CDD(22. ed.) BCFCH2010/37

Ata da Sessão de Defesa de Tese de **JOÃO PAULO LIMA E SILVA FILHO**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

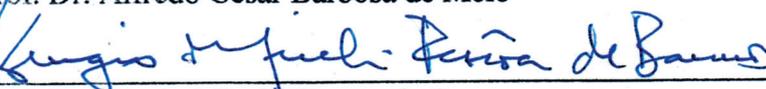
Aos dezesseis dias do mês de agosto de 2010, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **JOÃO PAULO LIMA E SILVA FILHO** sob o título **GRACILIANO RAMOS: ESTUDOS DE SOCIOLOGIAS IMPLÍCITAS (1925-1953)**. A comissão foi composta pelos professores: **Prof.ª. Dr.ª. Lilia Maria Junqueira - Presidente/Orientadora**; **Prof. Dr. José Luciano Góis de Oliveira – Titular Externo (Dep. Ciência Política/UFPE)**, **Prof. Dr. Alfredo César Barbosa de Melo – Titular Externo (Dep. Letras/Universidade de Chicago)**, **Prof. Dr. Sérgio Micelli Pessoa de Barros – Titular Externo (Dep. Sociologia/USP)**, **Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares – Titular Interno (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, a **Prof.ª. Dr.ª. Lilia Maria Junqueira** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Prof.ª. Dr.ª. Lilia Maria Junqueira**, presidente da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 16 de agosto de 2010.

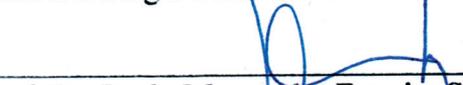

Vinicius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

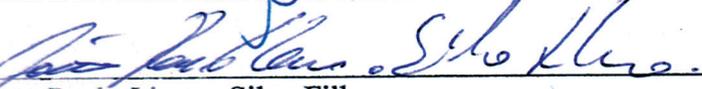

Prof.ª. Dr.ª. Lilia Maria Junqueira


Prof. Dr. José Luciano Góis de Oliveira


Prof. Dr. Alfredo César Barbosa de Melo


Prof. Dr. Sérgio Micelli Pessoa de Barros


Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares


João Paulo Lima e Silva Filho

Aos meus avós, Manuel Messias e Maria de Lourdes (em memória);
a Anna, minha filha.

Agradecimentos

A Anna Paula Portella, pela leitura e comentários.

A Antonio Dimas, pelo comentário crítico oportuno durante a ANPOCS 2009.

A Anne-Sophie, pela ajuda nas dúvidas com a versão francesa de São Bernardo.

A Alfredo Cesar, por tudo, sobretudo pela confiança e amizade.

A Bernard Lahire, por compartilhar ideias e livros. Não posso esquecer de seus esclarecimentos em longa conversa sobre sua abordagem no estudo sobre Kafka.

A Claire Laribe, por tudo, mas, principalmente, pelo carinho e paciência.

A Diogo Valença, pelas conversas no MSN e recomendações de leituras.

A Eliane Veras e ao curso de pensamento social brasileiro. Muito me ajudaram na problematização de aspectos do meu trabalho.

A Fernando da Mota Lima, por me lembrar, em momento de dúvida, que é legítimo fazer sociologia da literatura.

A Gláucia Tinoco, pelo partilhar das angústias e inquietações próprias de um doutorado.

A Helder Lima, por ser irmão e especialista em informática.

A Ieda Lebeinsztayn, pela leitura e comentários críticos.

A Kaliane Rocha, pela partilha dos momentos difíceis e fáceis do doutorado.

A Lília Junqueira, por ter me acolhido em momento difícil e feito grande esforço para garantir uma orientação plena, apesar dos pesares.

A Luciano Oliveira, pela troca de ideias a respeito de Graciliano Ramos, pelas críticas pertinentes que me fez durante a apresentação parcial do trabalho no seminário de sociologia do PPGS.

A Luis Pinto, pelos encontros, conversas e partilha dessa verdadeira condição de doutorandos.

A Paulo Marcondes, pelo curso de Sociologia da Arte. Pelo convite para ajudá-lo no ministrar desse curso, por ser o grande responsável no departamento pelo interesse em sociologia da arte e literatura.

A Silke Weber, por ser responsável pelo Seminário de Sociologia. Por ministrar com tanto cuidado o ponto máximo do PPGS: lugar onde as ideias dos pesquisadores são testadas e aprimoradas.

A Sergio Miceli, pelos comentários críticos e estímulos intelectuais feitos em minha apresentação na ANPOCS 2009.

A Ubirajara e a Mobile, pelas dicas em matéria de beleza.

A Wanderlice, pela ajuda nas horas amargas com o banco de dados.

A Rodrigo Ramassote, pelos conselhos críticos a respeito da obra de Antonio Candido, por ter tido a confiança de me mandar um artigo ainda não publicado.

Ao IEB, pela simpatia e cuidado dispensado por Mônica (secretária) e por Cinthia (estagiária).

A Minha família, pai e mãe, pelo apoio sempre dado.

A Rosário Sá Barreto, por tudo, mas sobretudo por ter dito a um estudante fracassado que ele era capaz de aprender e continuar.

A Sébastien Schehr, pelas indicações bibliográficas e pela confiança que sempre teve para comigo e meu trabalho.

Esta tese foi realizada com o auxílio financeiro do CNPq.

Autant me déplaisent ces professions de foi prétentieuses de prétendants
empressés de s'asseoir à la table des "pères fondateur", autant je me
delecte de ces ouvrages où la théorie, parce que elle est comme l'air
que l'on respire, est partout et nulle part, au détour d'une note, dans
le commentaire d'un texte ancien, dans la structure même du discours
interprétatif.

Pierre Bourdieu

É natural que da ressonância obtida ao longo do tempo pelos seus
romances, contos volumes de memórias, de par com sua visão acerbamente
crítica da realidade, tenha surgido uma imagem idílica do homem: a obra de
ficção por ele criada criou, por sua vez, a figura fictícia de seu criador.

Heloísa Ramos

Era indispensável que os nossos romances não fossem escritos no Rio,
por pessoas bem-intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam
inteiramente. Hoje desapareceram os processos de pura criação literária. Em
todos os livros do Nordeste, nota-se que os autores tiveram o cuidado de
tornar a narrativa, não absolutamente verdadeira, mas verossímil. Ninguém
se afasta do ambiente, ninguém confia demasiado na imaginação (...) seus
personagens mexem-se, pensam como nós, sentem como nós, preparam
as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão pra cadeia,
passam fome nos quartos sujos duma hospedaria.

Graciliano Ramos

Resumo

Estudamos nesta tese as condições sociais de produção da obra ficcional de Graciliano Ramos. Objetivamos mostrar, através de estudo monográfico, as lacunas deixadas pela tradição crítica na formulação de uma sociologia histórica da literatura. O trabalho do crítico literário Antonio Candido foi utilizado para balizar esta ideia, uma vez que se apresenta como pensamento de crítica que dialoga de maneira intensa com a sociologia da literatura no Brasil. Além disso, quisemos aproveitar sociologicamente o potencial analítico de uma literatura que se fez em relação íntima com o propósito de analisar, descrever e descortinar o mundo social brasileiro de uma época. Usamos para desenvolver este ponto, a ideia de sociologia implícita para analisar os esquemas de inteligibilidade sociológica usados pelo autor de *Caetés* e *São Bernardo* para criar a verossimilhança social em seus romances. Chegamos a um resultado crítico satisfatório que, através da sociologia, ajuda a perceber limitações existentes na perspectiva biográfica e de crítica literária, disciplinas que não articulam sistematicamente as informações sobre as condições sociais de produção intelectual ao significado das obras produzidas naquele contexto.

Palavras-Chave: Graciliano Ramos; sociologia implícita; sociologia da literatura.

Abstract

In this doctoral dissertation, we study the social conditions of production of the fictional works written by Graciliano Ramos. Our main goal is to show the gaps left by the critical tradition in formulating an historical sociology of literature. The work of literary critic Antonio Candido was used as a departure point to discuss the predicaments of sociology of literature in Brazil. Moreover, we want to take advantage of the analytical potential from a literature that was made in close relation with the intention of analyzing, describing and disclosing the Brazilian social world of that particular period. To develop this topic, we employ the concept of "implicit sociology" in order to analyze the uses of sociological schemes of intelligibility by the author of *Caetés* and *São Bernardo* to create the social probability in his novels. We arrive at a satisfactory critical result that, through sociology, helps to perceive existing limitations in the fields of literary criticism and biographical studies, two disciplines that do not articulate information about the social conditions of intellectual production in order to understand meaning of those literary works produced in that context.

Keywords: Graciliano Ramos; implicit sociologie; literature's sociology.

Résumé

Nous étudions dans cette thèse les conditions sociales de production de l'œuvre fictionnelle de Graciliano Ramos. Nous voulons montrer, à travers l'étude monographique, les lacunes laissées par la tradition critique dans la formulation d'une sociologie historique de la littérature. Le travail du critique littéraire Antonio Candido a été utilisé pour délimiter cette idée, vu qu'il se présente comme pensée critique qui dialogue de manière intense avec la sociologie de la littérature au Brésil. De plus, nous voulons profiter du potentiel analytique d'une littérature qui s'est établie au sein d'une relation intime avec l'intention même d'analyser, de décrire et de dévoiler le monde social brésilien d'une certaine époque. Nous utilisons pour cela l'idée de sociologie implicite, pour analyser les schémas d'intelligibilité sociologique utilisés par l'auteur de *Caetés* et *São Bernardo* pour créer le vraisemblable social dans ses romans. Nous arrivons à un résultat critique satisfaisant qui, au travers de la sociologie, aide à comprendre les limitations existantes dans les perspectives biographiques et celles de la critique littéraire, disciplines qui n'articulent pas systématiquement les informations portant sur les conditions sociales de production intellectuelle à la signification des œuvres produites dans ce contexte.

Mots-clé : Graciliano Ramos ; sociologia implicite ; sociologie de la littérature.

Lista de Abreviações

AGR: Arquivo Graciliano Ramos

ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais

GT: Grupo de Trabalho

IEB: Instituto de Estudos Brasileiros

SPSS: Statistics Package for Social Science

Lista de tabelas

Tabela 1 - Tipos de abordagem da obra de Graciliano Ramos	43
Tabela 2 - Relação autor/abordagens referencialistas	106
Tabela 3 - Amostras de argumetos referencialistas por autor	108
Tabela 4 - Ativação/desativação das disposições em função do contexto	172

Sumário

Introdução.....	17
Questões Gerais.....	18
Preliminares	20
Graciliano Ramos: as pistas de uma problemática sociológica	23
Contorno teórico: modos de apropriação e perspectiva metodológica	27
Princípios teóricos da metodologia.....	32
A noção de sociologia implícita.....	35
PARTE I: POR UMA SOCIOLOGIA DA LITERATURA NO BRASIL.....	38
Capítulo 1. Sociologias da literatura.....	39
1. Antonio Candido: uma sociologia das formas literárias em <i>Literatura e Sociedade</i> .	40
1.1. Candido entre sociologia e crítica	46
2. Miceli: um modelo de sociologia dos intelectuais-escretores sem medo da sociologia....	57
3. Por uma sociologia menos restrita do romance social.....	62
3.1. Aproveitando o legado de Candido e Miceli	62
Capítulo 2. A autonomia em questão	70
1. Candido e Miceli: reconstruindo uma tensão	71
2. Outros exemplos: Costa Lima e Castro Rocha em vetos mais explícitos à sociologia da literatura.....	77
2.1. Exemplo 1: Costa Lima e um veto velado à sociologia.....	77
2.2. Exemplo 2: Castro Rocha e a cordialidade como veto	83
3. O Biografismo: exageros de uma crítica aos exageros.....	87
Capítulo 3. Análises	95
1. Introdução.....	96
2. Sociologizando o aparecimento de <i>Caetés</i> : Jorge Amado, Antonio Candido, José Lins do Rego	97
3. <i>São Bernardo</i> : ou quando era possível pensar Paulo Honório como erro de técnica narrativa.....	104
Capítulo 4. Dificuldades da análise e descobertas oriundas do contato com o material.....	110
1. Descrição do Arquivo Graciliano Ramos.....	111
2. A relação entre teoria e prática de pesquisa.....	114

PARTE II. ANÁLISES DE SOCIOLOGIAS IMPLÍCITAS: CAETÉS E SÃO BERNARDO ...	116
Capítulo 1. Externo e Interno: o enfrentamento sociológico de uma falsa dicotomia em <i>Caetés</i>	117
1. Introdução.....	119
2. Graciliano: as inseguranças de um “escritor sem obras”	122
2.1. Relendo a escrita de <i>Caetés</i>	130
2.2. Campo intelectual, crítica e a visão histórica	138
2.3. Graciano Ramos e João Valério: lutando contra os mesmos demônios	144
Capítulo 2. <i>São Bernardo</i>	148
1. Introdução.....	149
2. Objetivação de si pela escrita: homologia estilística.....	158
2.1. O ato da escrita de Paulo Honório.....	161
2.2. O escolha da crítica: o problema da coerência	167
2.3. Construção dos indicadores dos traços de socialização das personagens no romance e a análise da pluralidade nas personagens de <i>São Bernardo</i>	171
2.4. O descanso temporário das disposições dominantes de Paulo Honório	173
2.5. A heterogamia social	177
2.6. Socialização e limites da liberdade	180
Conclusão.....	182
1. Elementos de abertura.....	183
2. A sociologia contra o mistério literário	185
Excurso.....	188
1. Tentativa de auto-análise: voltando à primeira pessoa	189
2. A antropologia de uma experiência intelectual: do Brasil à França	189
3. Aprendendo como os franceses aprendem? Aula magistral e trabalho dirigido .	190
4. O trabalho dirigido: o aprendizado da pesquisa é uma prática	191
5. Práticas dos estudantes.....	191
6. Sociologias francesas: campo intelectual visto por um estudante brasileiro.....	192
7. Fazer sociologia no Brasil depois da experiência francesa	194
Bibliografia	198
Livros de Graciliano Ramos.....	199
Arquivo <i>Graciliano Ramos</i>	199
Obras em geral	199
Anexos	206

Introdução

Questões Gerais

Pode a sociologia adentrar o universo de criação da literatura? Seria o sociólogo capaz de fazer uma leitura adequada não apenas de aspectos exteriores e circunstanciais do fenômeno literário e contribuir para a leitura mesma das obras enquanto produto de uma criação individual, porém explicada sociologicamente? Em que sentido fazemos de fato sociologia quando o assunto é literatura? Quais são os obstáculos mais espinhosos a serem enfrentados num país com uma larga e forte tradição em crítica literária, onde a relação entre sociedade e literatura tem sido bastante abordada?

Essas questões mais gerais serviram como guia de estudo. Outras, mais concretas, ajudaram na construção da presente tese. Entre elas: como e quando o Graciliano Ramos desconhecido se tornou Graciliano Ramos *escritor*, conhecido e *reconhecido* pelos círculos literário e intelectual brasileiros? Por que ele escreveu o que escreveu da maneira que escreveu? Por que estudar o caso específico de Graciliano Ramos e não tantos outros que corresponderiam de mesma forma à época de produção literária do autor?

Graciliano Ramos foi objeto de nossa dissertação de mestrado. Nela, ele apareceu como um caso especial de romancista movido por uma forte sensibilidade sociológica. Ainda em nossos dias não é difícil encontrar leitores de seus romances atrelando o valor de sua obra ao seu poder de descrição da realidade social. O problema é que o elogio da obra pelo seu potencial descritivo esbarra nos procedimentos normativos mais usuais da crítica literária, inclusive nos provenientes da crítica mais sensível à relação entre literatura e sociedade. Com uma obra tão elogiada pelo seu caráter sociológico, por que não estudá-la a partir do ponto de vista próprio da sociologia? Como uma criação literária produz o efeito de verossimilhança social? Se é verdade que esta literatura descreve com mais propriedade algumas nuances da realidade social, por que não tentar conhecer os mecanismos usados pelo escritor nessa verdadeira *re-construção experimental* do mundo social em seus elementos mais íntimos para melhor armar a sociologia mesma? Não seria papel do sociólogo da literatura também se apropriar das finas ferramentas literárias que foram utilizadas para destrinchar o social pela literatura? Resta saber como fazê-lo.

Alguns obstáculos precisaram ser vencidos. O primeiro deles foi trabalhar o preceito dado pela grande maioria dos especialistas em literatura, o do primado da forma sobre o conteúdo. Por que os críticos modernos da literatura brasileira insistem

tanto em pontuar as especificidades formais de Graciliano Ramos se o autor e a obra se confundem com a vontade imensa dele e os de sua geração em descrever a realidade brasileira de sua época? Era preciso voltar ao passado, reconstruir o modo de leitura que recebeu as obras dele, para entender melhor as dificuldades enfrentadas para a produção de uma sociologia da literatura mais ampla, contemplando aspectos biográficos que podem servir de elementos explicativos da obra.

Na estrutura da tese, lê-se primeiramente toda uma reflexão sobre o papel do pensamento de Antonio Candido (que simboliza a ideia de autonomização da crítica literária como disciplina acadêmica no Brasil), mas também a identidade do crítico literário brasileiro mais sensível à relação entre literatura e sociedade. Se existe um modo de ler que a crítica literária designa como sendo melhor para a literatura, nada poderia ser mais interessante para o sociólogo da literatura, considerando a complexidade da relação e as tensões que ela causa, do que buscar os limites e as propriedades de um modo de ler a relação entre literatura e sociedade no país, modo de leitura esse que se tornou hegemônico em certo sentido.

É preciso que se registre algo importante na temporalidade da pesquisa: o trabalho analítico a respeito da postura normativa da crítica literária encarnada na figura de Antonio Candido decorreu do trabalho de reconstrução histórica dos *modos de leitura* da obra de Graciliano Ramos na época em que foi publicada, e não o contrário, como aparece na organização formal da argumentação da tese. Foi a partir do estranhamento da postura da crítica de hoje, assimilada por nós durante nossa formação, e de certa forma contrariada pela leitura dos documentos do passado, que toda uma crítica ao procedimento normativo da crítica literária começou a ser esboçada.

Ou seja, o motivo de encontrar-se a reflexão sobre a crítica literária à Antonio Candido introduzindo este trabalho é de ordem da inteligibilidade das ideias no esqueleto da tese. Isso porque a ordem sequencial em que essas análises se fizeram na pesquisa foi inversa: trabalhou-se o passado (a análise dos recortes de jornal do Arquivo Graciliano Ramos precedeu à reflexão a respeito dos efeitos limitadores da crítica para uma sociologia da literatura mais ampla no presente) dele se foram aos poucos, à medida que a pesquisa evoluía, subtraindo camadas superpostas pelo volume de coisas não ditas no arcabouço discursivo da crítica de nossos dias.

Preliminares

Para melhor situar o leitor deste trabalho quanto a nosso ponto de partida, discorreremos rapidamente sobre os elementos de problematização do objeto estudado. Encontramos, numa publicação comemorativa dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, Graciliano Ramos, colocado por Silviano Santiago, ao lado de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Manuel Bonfim, Oliveira Viana, Alcântara Machado, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes no honorífico e abrangente título de intérprete do Brasil. Trata-se da primeira edição da coleção *Intérpretes do Brasil*. Nela, o escritor alagoano aparece fazendo parte de um *panthéon* definido como amostra de “onze livros da mais pura ciência nacional, acompanhados por estudos introdutórios inéditos de alguns dos maiores nomes da historiografia atual” (SANTIAGO, org., 2000, nota editorial). O estranho, porém sintomático, é que, na segunda edição da mesma coleção (SANTIAGO, org., 2002) tenha sido justamente *Vidas Secas* o livro retirado quase sem nenhuma justificativa¹. Por que ele e não outro?

Da simples presença de um escritor em meio a ensaístas, sociólogos e historiadores emanam inúmeras questões acerca do discernimento entre as práticas intelectuais no Brasil não só da época, mas ainda nos nossos dias. O que é fazer ciência social no Brasil e que tipos de prática analítica são *reconhecidos* como sociologia, como ciência do social? Em que sentido é normal, pertinente, válido, lógico, associar literatura às ciências sociais? Mais concretamente: quais lógicas sociais descrevem as razões sócio-históricas pelas quais uma obra de cunho eminentemente literário, como a de Graciliano Ramos, *pode ser lida ou não*, no passado e no presente, como “obra da mais pura ciência nacional”?

As respostas a essas perguntas podem ser dadas de várias maneiras. Mas o problema em princípio estava dado: como entender que leitores de Graciliano Ramos o coloquem no mesmo patamar interpretativo de um Gilberto Freyre ou de um Florestan Fernandes já entre si tão diferentes? Graciliano Ramos aparecia numa posição particular de incompreensão: escritor de ficção/romancista e/ou, como se quis, um analista do mundo social? Apesar da peculiaridade do caso, pela escassez de leitura sociológica apropriada, postulamos a exemplaridade do escritor alagoano como sendo representativo de outros escritores de sua época. A exemplaridade

1. A justificativa dada foi a seguinte: “falta apenas, nessa segunda edição, o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e também sua brilhante introdução feita pelo professor Wander de Melo Miranda, pois foi de todo impossível incluí-lo desta vez na *Coleção Intérpretes do Brasil* por razões independentes da vontade dos editores.” (SANTIAGO, org., 2002, p. IX, nota editorial).

foi tida desde início como propósito, como algo a ser estendido a outros casos e verificado por outros trabalhos. O sentimento de que ainda faltam, à sociologia dos intelectuais praticada no Brasil, esforços no sentido de descrever e explicar os porquês da ausência de estudos que se preocupem com aspectos ditos “externos” e de “menor relevância” para o entendimento de uma obra refletiu no interesse de dar conta desses fatores externos, vistos também como tarefa reflexiva a respeito da sociologia da literatura.

Vê-se pelo tipo de problema que o alcance da relação entre sociologia e literatura permite uma série de caminhos, dentre os quais o de que o sociólogo que acredita na especificidade de seu ofício interpretativo deve encontrar direção própria, a contento de sua disciplina. Análise interna ou externa? O que pode a sociologia fazer? São questões que se encontram já postas quando alguém se aventura a entrar na seara dos estudos sobre literatura.

O ponto central desta tese descreve, através de um estudo de caso, a precariedade da autonomia literária no Brasil dos anos 1930. É interessante perceber, através da descrição, que a ideia mesma de autonomia do escritor e de sua literatura – que, paradoxalmente, está exatamente neste momento se desenvolvendo de maneira mais clara no Brasil (MICELI, 2001a) – remete a uma realidade histórica que não nos autoriza, por exemplo, a pensar em Graciliano Ramos como um escritor *profissional*, nos termos em que poderíamos de maneira ingênua, imaginar. Um escritor que vive do e para o seu trabalho. Isso certamente Graciliano não foi durante boa parte de sua vida que raramente se resumiu à literatura².

Pensar em um autor e sua obra dessa maneira tem grande consequência para o modo como estudamos essas obras hoje, com o olhar “trabalhado” por anos de educação estética. Olhar forjado e formatado, entre outros fatores, pelo desenvolvimento do trabalho da crítica literária nas universidades brasileiras em geral. E em particular, ao que interesse à sociologia, olhar moldado pelo grande impacto da obra de Antonio Candido. Esse crítico, justamente por se diferenciar da produção crítica de autores como Afrânio Coutinho, Costa Lima, Otto Maria Carpeux, Carlos Nelson Coutinho, Wilson Martins, Sônia Brayner, Rui Mourão,

2. Essa afirmação é verdadeira mesmo quando admitimos que ele tentou pautar suas atividades nas áreas de literatura, educação. Foi vendedor de chita em Palmeira e revisor no Rio em 1914-5, além dos cargos de prefeito de Palmeira dos Índios, diretor da Imprensa Oficial e da Instrução Pública de Alagoas nos anos 1930, Graciliano, após a prisão, trabalhou no Rio como revisor e supervisor de ensino e sobrevivia também da venda de contos (capítulos de *Vidas secas*, de *Infância*, *Insônia*) e artigos para a imprensa.

Octavio Faria – para citar alguns que contribuíram com a chamada fortuna crítica da obra de Graciliano – e ser diferente talvez justamente pelo seu contato íntimo com a sociologia, deu contorno específico aos estudos que buscavam delinear a relação entre literatura e sociedade.

Por termos consciência da natureza crítica existente nesse trabalho de distanciamento de algo assimilado (também aprendemos muito a gostar de literatura por intermédio de Antonio Candido), todo o interesse em lembrar que o foco da tese está no leitor culto de nossos dias, interessado em questões formais, que pressupõe a “autonomia da obra de arte” como um dado, ou naquele que, por conta da obrigação do ofício, termina por esquecer a historicidade que este outro olhar, o da sociologia, deve engendrar. É a esse tipo de leitor, a quem uma mensagem sociológica que reconstrói a “construção do olhar crítico” desvelando a precariedade da “autonomia literária” no Brasil dos anos 1930, pode mais interessar.

Graciliano Ramos: as pistas de uma problemática sociológica

Nesta tese, a escolha pelo autor de *Vidas Secas* deve justificar-se pelo fato de supormos, por um lado, que Graciliano Ramos é um intérprete sociológico do Brasil. Por outro lado, não nos pareceu ser suficiente apenas afirmar isso de maneira intuitiva ou peremptória, sem darmos fundamento ao argumento que defende o uso de sua obra como ferramenta analítica do mundo social. Até porque esse tipo de postura se encontra em certa medida contemplado na tradição crítica da obra do Velho Graça. Seria suficiente pensar em Carlos Nelson Coutinho (BRAYNER, 1977, p.73-122), para quem, por exemplo, *São Bernardo* “supera[va] a visão ideológica e artística” do escritor em *Caetés* e “cria[va] uma das obras mais autenticamente realistas da literatura nacional” porque “penetra[va] nas determinações essenciais de nossa realidade” (BRAYNER, 1977, p.84). E dizia, separando a sociedade do indivíduo que a representava literariamente, que “ao lado das razões biográficas” (que ele por sinal quase não utiliza como elemento de contextualização sociológica), “foram as próprias transformações ocorridas na realidade brasileira” que explicaram a mudança na forma entre *Caetés* e *São Bernardo*.

Somos sensíveis a uma *sociologia do indivíduo* que articule informações biográficas ao ato explicativo das maneiras de lidar com a literatura (incluindo a forma de lidar com a forma literária). Por isso, fazia-se necessário entender, de maneira melhor e a partir de um foco mais amplo que o adotado por Carlos Nelson Coutinho, em que sentido Graciliano Ramos realmente se concebeu e foi concebido como um intérprete da sociedade brasileira. Era preciso, então, estudar como e por quais interlocuções e injunções Graciliano operou, também por conta de expectativas expostas pelo público crítico de sua época, a (re) *construção literária* de um Brasil *tido como real*.

Graciliano Ramos nos havia aparecido no mestrado como um escritor, um romancista que representara o Brasil em seus romances de uma maneira realista. Porém, dado o avançar de nossa formação sociológica, era preciso dizer que ele foi um “*profissional*” da literatura com aspas. Isso porque por trás de seu trato específico de escritor, é o que indica sua biografia, de seu ofício (por que esconder que quase nunca durante sua trajetória ele foi um escritor *profissionalizado*?), de seu estilo, enfim, por trás disso tudo, encontrava-se um indivíduo sociologicamente desconhecido.

Graciliano se forjara em romancista do real, uma categoria híbrida de escritor cara à literatura brasileira. E a partir disso, muitas coisas foram ditas e repetidas sobre

a vida do escritor e o significado de seus romances. Em sua principal biografia e nas diversas reedições de seus livros, críticos consagrados avaliam e reavaliam a importância do seu legado. “Estilo”, “estratégia narrativa”, “expressividade”, “ritmos”, “técnicas narrativas” têm sido os motes analíticos, variando também em função de modas intelectuais, utilizados para dar conta de sua obra. Graciliano aparece como grande (não podemos esquecer o processo de legitimação subjacente a esse fato) porque a grandeza de sua obra foi pouco a pouco forjada também pelos críticos. Sua obra foi considerada grande, inclusive pelos críticos, por razões que fugiam dos limites da própria crítica literária. Obra que fala de si mesma? Estilo que fala da grandeza da obra? E quem fala sobre a obra e o estilo? Quem consideramos os autorizados a tratarem da forma literária?

É preciso falar um pouco sobre a realidade concreta do ofício de escritor. Repensar sobre a categoria mesma de *escritor*. Não se pode falar dela com essa denominação vaga e que assemelha realidades sociais de produção da literatura muitas vezes muito díspares entre si. O *escritor* precisa de *materialidade*. Como e por quais razões escreveu o que escreveu da maneira como escreveu? Em que sentido foi ele *escritor*? O que ele fazia quando não estava escrevendo romances? Como ganhava a vida? De que forma isso interferia na feitura mesma de sua obra? De que maneira essas questões podem ajudar a entender melhor a obra, inclusive em seu aspecto formal? Questões a nosso ver cruciais que só nos foram possíveis formular, infelizmente, no final da elaboração do trabalho, tamanha a resistência (inclusive nossa) a aceitar o tratamento ordinário da sociologia como apropriado e legítimo para tratar de assunto considerado tão nobre, a literatura.

Devemos reconhecer que, apesar da insistência, em nenhum momento do trabalho conseguimos livrarmo-nos totalmente da impressão de que é única e exclusivamente legado à crítica o trabalho de elucidar o gênero de trabalho romanesco de Graciliano Ramos. E que deveríamos aceitar pura e simplesmente que ao sociólogo não caberia ater-se ao discernimento que torna possível organizar as obras de um escritor em tal ou qual espaço da estante de uma biblioteca.

Ficamos cada vez mais conscientes de que, graças também às dificuldades enfrentadas no processo de construção do objeto de análise, importa para o cientista social tratar de como se constroem os pontos de vista mais específicos, como é o da crítica. Isso porque, na medida em que o sociólogo problematiza as classificações já aferidas no mundo social a respeito da importância das obras, ele se dá os meios para captar os possíveis mecanismos relacionais ordenadores de hierarquias, presentes nas maneiras de ver e conceber as obras. Por isso, todo o interesse em

descrever historicamente as inúmeras maneiras de “sociologizar” uma obra literária. Por isso também, todo o interesse em historicizar e fazer da contextualização histórica uma tarefa a qual nenhum sociólogo ávido por entender e situar a relação entre sociologia e literatura, no seu processo relacional de construção mútua e contínua que ela tem com disciplinas afins, pode abster-se de fazer. E, por fim, é por isso que encontramos nesta postura sociológica – a que analisa a presença ou ausência do discernimento, que são os delineadores do que se convencionou chamar *autonomia*, no que diz respeito às práticas intelectuais no mundo moderno –, uma maneira de interpretar sociologicamente a literatura e seus autores.

É interessante ainda perceber como uma obra literária tão constantemente considerada como “pensamento social” ainda não tenha tido seus contornos analíticos devidamente balizados pela sociologia e seu vínculo com a realidade histórica problematizado de maneira a servir aos propósitos da própria sociologia. Ao que pese pensadores importantes da sociologia brasileira como, Florestan Fernandes e Octavio Ianni³, terem em várias ocasiões expressado sua admiração pelo trabalho descritivo e analítico de Graciliano Ramos, nenhum deles se debruçou sobre a obra desse escritor para elucidar as maneiras pelas quais essa obra literária pôde, como dito por eles, explicar mais e melhor o mundo social do que a própria sociologia até então havia feito. Eis justamente outro desafio que esta tese tenta enfrentar em decorrência das questões trazidas pelo levantamento e análise do material histórico: o trabalho de tornar explícita uma sociologia que se dá e faz-se de maneira implícita. E a obra de Graciliano, ao que parece, por realizar a sociologia nos lugares mais inesperados (na construção social do indivíduo, como no caso de *São Bernardo*) se torna um objeto privilegiado para investigações dessa natureza.

3. Por exemplo, em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, em 1983, Ianni diz: “A formação em Ciências Sociais ganha muito com a literatura, isto é, o romance e a poesia. Além do compromisso com a linguagem e a invenção, a literatura alarga o sentido da cultura e da vida. Há sutilezas da vida social que aparecem na obra artística com uma vivacidade que as Ciências Sociais em geral apanham de fora, ou não apanham. Pode ser bom ler Kafka para saber da alienação trabalhada por Marx, ou da burocracia que Weber estudou. Do mesmo modo Tostói e Dostoiévski podem revelar muito sobre tzarismo, além do que escreveu Lênin e Trotsky. Sobre a tirania na América Latina, muito se aprende com José Martí, Mariátegui, Euclides da Cunha, Domingos Faustino Sarmiento, José Henrique Rodó; e muito se ganha com Miguel Ángel Asturias, Augusto Roa Bastos, Nicolás Guillén, Ernesto Cardenal, Alejo Carpentier, Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha), Gabriel Garcia Marquez. *Mais do que isso, os escritores descortinam dimensões da tirania que as Ciências Sociais apenas sugerem.* Também Lima Barreto, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto *avançam na compreensão da sociedade brasileira, permitindo refinar sutilezas sugeridas por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado.*” (BASTOS, 2006, p.52) (meus itálicos) E completa: “Ocorre que a literatura lida principalmente com o singular, o privado, o subjetivado, o sensível. Por isso, torna vívida a vida que a ciência precisa buscar. Revela dimensões invisíveis, incógnitas, recônditas. Talvez a parte submersa do iceberg” (BASTOS, 2006, p.52).

Em linhas gerais, o tipo de trabalho que se elaborou nesta tese articula tipos de informação de valores interpretativos diversos, geralmente trabalhados em separado em outros tipos de abordagem. Pretendemos com isso atribuir ainda mais importância a uma sociologia da literatura (por trabalhar com a obra – romances e recepção dos mesmos –, o autor – biografia e memória – e o contexto social, tudo ao mesmo tempo. Entendemos que essa perspectiva deixaria mais clara a razão e do esforço em querer explicar como Graciliano Ramos se tornou o grande escritor que realmente foi.

Contorno teórico: modos de apropriação e perspectiva metodológica

Para justificar nossas escolhas teóricas diante das alternativas possíveis relevantes ao nosso objeto, reconstruímos, nesta breve introdução, de maneira resumida, as questões e problemas sociológicos que acreditamos estarem ligados aos documentos que analisamos e que se encontram melhor explicados (questões e problemas) nas partes dedicadas a eles no desenvolvimento da tese. Nas páginas a seguir, explicamos e justificamos por que o referencial teórico se encontra difuso no corpo da tese, e não explicitado em um capítulo autônomo, e identificamos a base epistemológica que dá coerência aos diferentes autores e abordagens que nos servem de suporte para dar conta dos problemas propostos.

Partimos do princípio de que, para estabelecer um bom equilíbrio na argumentação sociológica, nós não poderíamos fazer nossas escolhas teóricas de maneira apartada da construção do objeto e da problemática de pesquisa. Acreditamos que o estabelecimento prévio de um referencial teórico nos faria tomar com demasiada facilidade a teoria como uma *pré-explicação* do fenômeno estudado. Por essa razão, evitamos a formulação de questões do tipo “a teoria dos campos e *habitus* de Bourdieu, com a qual trabalhamos, poderia nos ajudar a dar conta do objeto literatura no Brasil?”. Questão pertinente para um trabalho sobre o conceito de campo, mas que não ajudaria, a nosso ver, a entender os problemas ligados às questões mais práticas da pesquisa⁴.

Por isso, não fizemos também balizamento teórico para tentar justificar uma suposta superioridade teórica, que acreditamos existir, da teoria dos campos para integrar tipos de análises sociológicas divergentes, porque nela percebemos, em coerência com o que acreditamos ser propósito maior de uma ciência da sociedade, o operar de um primado mais pragmático que teórico, justamente, de pesquisa. Preferimos, seguindo esse preceito pragmático, instrumentalizar boa parte do potencial heurístico contido na sociologia da socialização e da diferenciação social, presente em obras de sociologia empírica, sem pretender com isso que nosso trabalho

4. Já havíamos feito um trabalho nesse sentido em dissertação tratando de um grupo de poetas cearenses do final do século XIX. Tentando captar as informações pertinentes que permitissem entender a razão de ser da *Padaria Espiritual*, constatamos que, fazendo trabalho teórico sobre a aplicabilidade dos conceitos campo e *habitus* em configuração histórica específica, a melhor maneira de tentar entender o grupo e seu significado era decifrar o material empírico à disposição (memórias, o jornal que eles publicaram, as biografias dos autores, a configuração histórica do universo das letras na época) e tomar campo e *habitus* como *conceitos vazios* que, antes de indicarem lógicas de funcionamento, ao serem “preenchidos”, ajudam a descrever configurações e a organizar informações a respeito de estruturas sociais e seu grau de organicidade e estruturação. (SILVA, 2005)

devesse supor a existência prévia, teoricamente formulada, de um campo literário no Brasil, como o estudado por Bourdieu e seus discípulos na França.

Ao invés disso, problematizamos mais diretamente a realidade social estudada, através do estudo de caso e dos problemas que o próprio estudo foi produzindo, a partir da análise documental informada sociologicamente por elementos genéricos da teoria social, como os contidos nesse pilar da sociologia que é a ideia de *diferenciação social*. A partir dela, articulamos informações e categorias, ora as descrevendo, ora analisando distorções de propriedades da realidade captadas através delas. Grande parte de nossa verve curiosa está contida na expectativa mesma de entender melhor como o mundo social funciona em contextos específicos, função que atribuímos à competência da sociologia.

Por essas razões é que a compreensão de teoria nesta tese aproxima-se de sua origem grega, língua na qual o verbo *theorein* queria dizer “olhar para”, “contemplar” (CASTRO ROCHA, 2004, p. 156). Esse sentido se perde depois, mas podemos notar que a teoria naquela acepção original necessita desse contato “impuro” com a realidade. Acreditando que dessa “relação impura” saiu o que de melhor a teoria sociológica produziu, usamos desse “espaço lógico próprio à sociologia” para fugir da rigidez formalista que engessaria qualquer trabalho numa falsa dicotomia do tipo “referencial teórico *versus* pesquisa empírica”.

Como tão bem descreveu Jean-Claude Passeron⁵, a sociologia se efetua num espaço assertórico *híbrido* onde o *raciocínio sociológico* é na prática um tipo de conhecimento muito distante da ideia de “ciência experimental dos fatos sociais”, como a sonhada por Durkheim (PASSERON, 2006). Entende-se melhor, a partir desse ponto de vista, que a tese não resuma sua *démarche* a um referencial teórico adotado simplesmente para contrapor-se a outros. O que ela faz é atrelar o objeto às perspectivas sociológicas que são teórica e epistemologicamente coerentes entre si, segundo preceito formulado por Passeron, que reaproxima a sociologia da história e da antropologia no conjunto das ciências sociais históricas, e confrontando as últimas à realidade social (retida na confrontação dessas teorias com o objeto de estudo). Isso é feito em função de problemas organizados por questões

5. É interessante perceber que o trabalho de Passeron em epistemologia difere e muito dos prontuários normativos e classificatórios que muito encontramos em trabalhos dessa natureza. Analisando as propriedades propriamente sociológicas de trabalhos de sociologia tidos como clássicos (Weber, Pareto, Durkheim, Marx, entre outros), Passeron avalia ao mesmo tempo em que descreve, a natureza e os princípios operando por trás do “raciocínio sociológico”, uma forma de pensar o mundo que é híbrida e difere, em seu movimento, ou seja, quando realiza a interpretação sociológica, do tipo de busca encontrada numa ciência operada pela falsificabilidade popperiana, por exemplo.

teóricas oriundas da sociologia clássica (sobretudo Durkheim, Weber e Marx), problematizadas em formulações contemporâneas (Bourdieu, Passeron e Miceli, por exemplo)⁶.

O referencial teórico usado para dar conta do objeto de estudo e problema sociológico propostos nesta tese não é apenas um, pois foi construído em função de critérios epistemológicos de historicidade e rentabilidade empírica das teorias à disposição da pesquisa. Teorias sociais muito bem “arrumadinhas”, hoje classificadas no jargão sociológico como *grande teoria*, que de tão perfeitas desistiram do mundo concreto para não se contaminarem com suas imperfeições e, para falar como Marx, por terem continuado confundindo as coisas da lógica com a lógica das coisas, não foram aproveitadas.

Em contraponto, foram abundantemente usados os autores que fundamentaram teoricamente a sociologia dos intelectuais e das obras dentro de uma perspectiva empírica e histórica de análise relacional e diferencial das disciplinas intelectuais (BOURDIEU, 1988); (CHAMBOREDON, 1986); (LAHIRE, 2004, 2006, 2010); (LEPENIES, 1990); (MORETTI, 2008); (RAMOS, 2003). Eles são utilizados de maneira difusa e diversa no corpo da tese, sempre com precaução de mediar as apropriações feitas a partir desses modelos de trabalho, também, pela leitura crítica dos esforços interpretativos “locais”, sobretudo os preocupados com análises concretas do fato literário (CANDIDO, 2000a, 2000b); (GUIMARÃES, 2004); (COSTA LIMA, 2007); (MICELI, 2001a, 2001b, 2001c); (CASTRO ROCHA, 1998); (WAIZBORT, 2007), auxiliados pela instrumentalização da leitura da crítica e história literária sociologicamente informadas (BUENO, 2006); (CANDIDO, 1992, 2000a, 2000b); (DUBOIS, 2000); (SCHWARZ, 1978, 1999, 2000).

Se existe tomada de posição meramente teórica nesta tese, ela seria a da busca pela coerência interna dessas abordagens e se encontraria na medida em que essas abordagens estão sendo operadas para descrever, interpretar e objetivar fenômenos em contraposição às análises formalistas (trans-históricas e/ou a-históricas),

6. Não faria sentido, a nosso ver, depois de anos de exploração e interpretação dos textos clássicos, tentar dar conta do contexto social brasileiro no qual Graciliano Ramos viveu, usando, sem mediação alguma, conceitos propriamente clássicos da sociologia, como o de sociedade mecânica e orgânica de Durkheim, por exemplo. Reelaborada em sincretismo com a ideia das esferas sociais autônomas de Weber e a de classes sociais de Marx na teoria dos campos e habitus (não apenas em Bourdieu), a ideia segundo a qual as sociedades modernas se caracterizam pelo grau de diferenciação social presente nos mais diferentes aspectos da vida social (político, religioso, profissional etc.) possui cumulatividade, agregando o capital descritivo e interpretativo oriundo das formulações conceituais precedentes. A esse respeito ver o *Ofício de Sociólogo* (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2005).

como as presentes sistematicamente nas perspectivas de cunho eminentemente fenomenológico na sociologia da arte contemporânea (DUBET, 1994); (BOLTANSKI, 1990); (HEININCH, 1998, 1999a, 2005) ou de maneira parcial no procedimento da crítica literária mesmo a mais sociologicamente informada (CANDIDO, 2000a, 2000b); (COSTA LIMA, 2007); (SCHWARZ, *in* PIZARRO 1994, 2000). Tentamos, contudo, preservar o leitor desta tese das “releituras de leituras feitas” desses autores, buscando rentabilizar a utilização dos mesmos no decoreto propriamente analítico da tese.

A divisão dos objetivos de cada parte do trabalho foi feita em função das escolhas metodológicas. Assim temos para cada uma das duas partes objetivos analíticos que articulam as partes entre si:

- a primeira parte tem como objetivo principal analisar, de maneira a dar suporte empírico à ideia de sociologia implícita, a demanda da crítica dos romances de Graciliano Ramos, sobretudo a publicada ainda na década de 1930, por um viés de cunho realista para a literatura. Esquemáticamente, essa parte se enquadra teórica e metodologicamente, por falta de melhor termo, numa sociologia da recepção das obras. O que se quis foi usar o material histórico como elemento reflexivo que ajudasse a situar e entender algumas práticas intelectuais (se possível atuais), como também encontrar justificativa para entender melhor as “experimentações sociológicas” estudadas no romance de Graciliano Ramos na segunda parte da tese;
- a segunda, por sua vez, objetiva analisar os esquemas sociológicos de interpretação usados por Graciliano Ramos em seus romances para construção literária de seus personagens e contextos sociais. Dessa forma, usando a noção de sociologia implícita, quisemos potencializar os recursos literários de interesse sociológico através da identificação das possíveis especificidades de uma “sociologia” feita em relação íntima com as técnicas literárias. O enquadramento teórico de tal perspectiva está próximo, também por falta de melhor terminologia, da tradição sociológica presente numa sociologia das obras⁷.

Buscamos ainda, na segunda parte, uma reflexão sobre as consequências lógicas (teóricas e sociais) da ideia de sociologia implícita utilizada no corpo da tese. Tentamos dar resposta ao seguinte questionamento teórico: em que sentido a tese estabelece de maneira satisfatória uma relação entre sociologia dos intelectuais –

7. A sociologia das obras aqui considerada teve como vertente fundadora a sociologia do romance francesa, trabalhada por Lucien Goldmann, e cujo principal livro, *Pour une Sociologie du Roman* (GOLDMANN, 1964), influenciado fortemente pela *Teoria do Romance* de Lukács (LUKÁCS, 1968), definia os principais propósitos de uma sociologia da literatura, associando as diversas formas do romance às etapas da história ocidental.

baseada numa teoria das práticas (tendo sido a sociologia da recepção usada como recurso analítico) – e uma sociologia das obras preocupada ao mesmo tempo com as especificidades literárias atreladas ao uso de esquemas de inteligibilidade sociológica presentes no romance social? Além disso, visamos a mensurar as implicações da aplicação da análise nos termos da sociologia implícita e verificar em que sentido ela se enquadra numa preocupação com aspectos da história das ciências sociais no Brasil.

Para que as duas partes se articulassem entre si, foi preciso também evitar erros bastante vistos no ofício de sociólogo. O risco de *desmesura interpretativa*, geralmente acompanhada de formalizações e teorizações prematuras, é o de todo trabalho interpretativo, presente inclusive nas análises mais empiricamente avisadas, como bem escreveu a respeito Bernard Lahire no seu *L'esprit Sociologique*. Tínhamos em vista “os direitos e deveres do intérprete” que, segundo Lahire, são intrínsecos ao *metier*. Nesse sentido, cabia cuidar para minimizar os efeitos das “superinterpretações”, das “desconexões interpretativas”, do descuido com “o desnivelamento não controlado entre pesquisador e pesquisado” (LAHIRE, 2005, p.40-67). Eis o protocolo simples que em linhas gerais serviu de guia para os procedimentos analíticos e interpretativos desta tese.

Princípios teóricos da metodologia

Nesta apresentação teórica de nossa metodologia não descreveremos os exemplos analíticos da própria tese, para evitar redundância, mas procuraremos agora enquadrá-los na perspectiva epistemológica que orienta a leitura dos dados do trabalho.

O princípio sócio-histórico de tratamento do tempo seguiu preceitos básicos. O passado deve estar contido no esforço de reconstrução sociológica em forma de empiria, ou seja, com dados que permitam contextualização das práticas de leitura e enquadramento intelectual do período, com revestimento teórico adequado, comedido, isto é, que não extrapole o razoável no que se diz sobre o que o material diz de si mesmo. Assim, ao tentar reconstruir sociologicamente a relação da literatura com a sociologia no Brasil em um momento específico de sua evolução, ponderamos sobre os dados e a costura teórica deles, simultaneamente. Sem o esforço histórico da sociologia, qualquer argumento que tente localizar no espaço e no tempo uma obra, um estilo, uma maneira de fazer inteligir o mundo, estará fadado ao fracasso das interpretações desvinculadas de um mundo que, *nesse sentido*, nos é *dado*. O propósito sócio-histórico estabelece que a inteligibilidade de fenômenos deve ser garantida *necessariamente* por uma *reconstrução mediada* do mundo, trazendo à tona a *diacronia estabelecida pelo fluxo dos acontecimentos em contexto*, agora, depois da reconstrução, sociologicamente concebidos. Essa perspectiva histórico-sociológica exige do trabalho uma atenção dobrada, já que se torna, através dela, imprescindível uma descrição das relações teoricamente articuladas para e pela construção do objeto.

Se para uma interpretação ter valor sociológico, no sentido acima solicitado, é preciso que as informações usadas pelo sociólogo estejam articuladas e organicamente estruturadas, é também verdade que a sociologia dificilmente consegue tirar proveito de literatura que já não tenha galgado relativo grau de autonomia numa dada sociedade real. Ou seja, é necessário o trabalho de ponderação histórica do fenômeno estudado. Daí o interesse em se analisarem documentos, como os escritos de época de Jorge Amado e José Lins do Rego sobre *Caetés* e *São Bernardo*, por exemplo, tirados de um período tido como catalisador da organicidade social do universo das letras no Brasil (MICELI, 2001a), a literatura sendo produzida num contexto de elevado grau de integração da esfera literária (CANDIDO, 2000b).

Dizer isso, é importante notar, não significa dizer que estamos falando de autonomia relativa, tal como a ideia de campo poderia denotar, porque, apesar de mais integrado, como constatado na noção de *formação do sistema literário* no estudo de Antonio Candido, o universo social que dava suporte à produção literária brasileira naquele momento se submetia a fortes injunções das mais variadas esferas do universo social, sobretudo a política, como apontado por Miceli (MICELI, 2001a).

Dito isso, é preciso ainda esclarecer como esses procedimentos aparecem na própria escrita da tese. Mais uma vez se partiu da ideia de que é preciso conter a vontade interpretativa evitando o risco de superinterpretar os dados a serem analisados. Seria de fato absurdo querer imputar, a partir de apenas um ou dois textos, uma visão de mundo *exemplar, tipologizada*, capaz de ser generalizada e servir de *amostra representativa* do que se esperava de um bom romance no mundo intelectual da época. Daí a razão de ser de nossa insistente preocupação com a contextualização dos dados, porque superinterpretar um julgamento sem apreciar os elementos históricos que explicam sua relevância e pertinência é sempre ser impreciso sociologicamente, ao menos do ponto de vista aqui adotado. Faz-se necessário, por isso, um melhor entendimento sobre o que chamamos de *contextualização*.

Para melhor compreender o que implica a contextualização, considerem-se esses dois pontos de enquadramento:

1- Os textos analisados foram produzidos em um período de grande penetração de um tipo específico de realismo na literatura brasileira cujas características e impacto tentamos entender.

2- Buscamos enfrentar a questão fugindo a uma sociologia “pré-fabricada”, como já dito. O que não foi tarefa fácil, porque é formalmente inteligível se suporem explicações sociológicas prontas para alguns fenômenos sociais específicos.

Trabalhamos, então, contra o exercício de generalizações apressadas. O que quisemos do ponto de vista teórico foi criticar um tipo de razão pouco afeita às lógicas da especialização das técnicas modernas de produção do saber sociológico, principalmente aquelas que o reproduzem sem mais critérios de verificação de sua pertinência. Daí o procedimento operacional das análises propostas na primeira parte da tese adotar a dinâmica a seguir:

1- Foi considerado o fato de que, na relação disciplinar com o objeto-romance em nossos dias, quem encontra valor literário na literatura são a crítica e a teoria literárias. Isso levou as análises dos documentos do Arquivo Graciliano Ramos (AGR) a tratarem os recortes de jornais que Graciliano guardou sobre os depoimentos de

seus leitores acerca de sua obra. O que tornou possível lê-los invertendo o código de leitura das obras estabelecido pela crítica e teorias literárias.

2- Não foi procurada a sutileza escondida na relação entre forma e conteúdo (operação efetuada e demandada pela crítica), apesar de a *redução estrutural*, que estaria contida e cristalizada nas obras mais bem sucedidas, ser um indicador importante da *boa literatura* realista, segundo Candido (CANDIDO, 2000a). Ao invés disso, buscamos o que há de “grosseiro” e “sociologizante” nas leituras feitas da obra e questionamos o que essas leituras significavam.

Como já dito, o contato com o AGR possibilitou-nos pensar a sociologia implícita, conceito central na leitura das obras na segunda parte desta tese, não apenas como objeto de estudo, mas como ferramenta sociológica reflexiva, capaz de captar descritivamente algumas práticas intelectuais que, sem o conceito, se tornam obscuras e não problemáticas.

A noção de sociologia implícita

A ideia de sociologia implícita foi usada, explicitamente, pela primeira vez, nos moldes aqui delineados, por Bernard Lahire no seu *L'esprit sociologique*. Nesse livro o conceito foi trabalhado de maneira operacional como um "exercício sobre a literatura e sociologias implícitas" (LAHIRE, 2005, p.173). Conforme o argumento adotado, o sociólogo teria dois grandes tipos de benefício ao trabalhar com a ideia de sociologia implícita para estudar obras literárias: o primeiro lidaria com o que foi chamado pelo autor de *pilhagem dos textos literários*, trabalho analítico cujo objetivo seria imaginar novas maneiras de fazer pesquisas sociológicas a partir de análises não necessariamente literárias de textos literários; o segundo benefício adviria de uma tarefa a partir da qual o trabalho se revelaria, assim como no primeiro momento, como forma de "exercício pedagógico e de treinamento científico" que poderia, entretanto, desembocar, ainda segundo o mesmo autor, "numa maneira mais sistemática de exame dos esquemas de interpretação do social postos em funcionamento pelos romancistas dentro da escrita literária". (LAHIRE, 2005, p.175).

Esse tipo de trabalho não é novo para quem lida com sociologia da literatura. O sociólogo, munido de suas ferramentas conceituais específicas, identifica que, para a construção da verossimilhança do universo social presente na obra, é necessário o uso de esquemas de inteligibilidade sociológica *tout court* por parte do romancista. Dessa forma, ele justifica o interesse sociológico das obras e vislumbra inquirir sobre quais são esses esquemas de inteligibilidade, analisa como foram concebidos e, se possível, por que eles ajudam a descrever e analisar o mundo social.

É bem verdade que tudo isso, conforme o propósito de Lahire, vem à tona associado ao mérito de evidenciar a dimensão implícita da sociologia presente na literatura, o que decorre do fato de o arsenal sociológico do escritor ser usado em função das especificidades literárias da obra, e não para descrever através de comprovação empírica um mundo exterior supostamente existente, como é o caso do propósito da sociologia *stricto sensu*. Em literatura de cunho social e de feição realista, diria em outras palavras, a *impressão do real* é mais importante do que a *inteligibilidade do real* (foco central da sociologia).

Ora, uma das principais diferenças entre uma *sociologia implícita* ao romance e uma *stricto sensu* é a explicitação dos caminhos metodológicos e conceituais funcionando como *lógica interior* das obras sociológicas. É nesse sentido que, ao aliar-se o adjetivo *implícita* ao substantivo *sociologia*, tem-se como objetivo sugerir

a existência de dois movimentos críticos em um só tempo: primeiro, uma crítica das recusas e resistências por parte de alguns sociólogos da literatura em fazer pesquisa empírica rastreando o mundo social (o conceito *sociologia implícita* quer captar aspectos do universo literário passíveis de serem respaldados por ampla pesquisa de dados empíricos – a qual considera *também* o mundo empírico reconstruído pelo trabalho literário, por um lado⁸); e depois se deseja também apontar o reducionismo devido ao qual se consideram do trabalho científico apenas seus aspectos mais imediatamente perceptíveis. Claramente, sendo o texto sociológico tão “escrito” quanto o literário, perdem-se de vista distinções importantes decorrentes das diferentes práticas de produção dos textos, essenciais para o entendimento da especificidade do *modo de apreender* uma e outra atividades intelectuais.

Cabem as perguntas: seriam realmente vãos e inúteis todos os procedimentos de objetivação resultantes do recurso às análises estatísticas, à seleção de material de arquivo para construção de um *corpus*, aos conceitos que requerem quantificações e descrições materiais de lugares, vestimentas etc.? Por outro lado, uma verdade social advinda de modos de dizer que só dizem sobre o mundo social, sem dizer como estão dizendo, não carrega em si, como característica do *ficcional*, o fato de só poder falar sobre o mundo *de uma determinada maneira*, correndo o risco de não ser lida e vista como obra propriamente de arte?

Buscamos intencionalmente nos afastar da confusão dos gêneros apregoada por tendências contemporâneas da sociologia da arte e da literatura, correntes ditas mais fenomenológicas, acríicas, ou das ditas tendências pós-modernas, e encontrar o interesse sociológico (crítico) dos trabalhos literários, sem que para isso fosse necessário minimizar as diferenças que, de fato, ainda são operantes no mundo social.

As questões que nos impusemos para um tratamento sociológico preocupado com a dinâmica histórica do fenômeno literário foram: a especificidade do “contexto”

8. Não sem a advertência de que isso só é possível, no caso de Graciliano Ramos, por conta da constatação, feita em sua biografia e em vários de seus depoimentos, de que em seu *processo criativo* ele se servia exaustivamente da observação *in loco*, criando seus personagens da tipologização de indivíduos reais com quem conviveu em diversas épocas de sua vida. Não se supõe com isso, é preciso dizer, uma formação sociológica de Graciliano Ramos, o que exigiria um estudo sobre sua formação e os livros que leu. Como não se supõe um Graciliano sociólogo no sentido de alguém que tenha recebido formação sociológica, mas apenas um escritor que, ao visar à descrição metonimizada do mundo social, construiu técnicas narrativas sociologicamente operacionais, buscou-se apenas a identificação dos esquemas de inteligibilidade sociológica presentes em seus romances. Apesar de em sua biografia constarem informações segundo as quais ele teria lido sociólogos do crime italianos para compor seu personagem Paulo Honório, por exemplo, ver (MORAES, 1992, p.47).

é compatível com a generalização do modelo analítico como o proposto dentro de uma sociologia da literatura de postura mais teórica e universalista? O estudo da sociologia implícita não imputaria ao contexto brasileiro uma dinâmica histórica pertencente a outros lugares? O que há de transferível nessa terminologia que, ao que parece, não teve a princípio interesse em descrever mecanismos nem lógicas em configurações sociais específicas, analisando modos genéricos em que romancistas realistas engendram visões da sociedade em seus textos? O trabalho com o Arquivo Graciliano Ramos trouxe consigo uma problemática que redefiniu sem dúvida o objeto de estudo, trazendo à tona toda sua ambiguidade: não se trata apenas de estudar o fenômeno da sociologia implícita no romance (estudo realizado na segunda parte da tese), mas de analisá-la e usá-la como recurso para estudar a realidade do espaço de práticas intelectuais dentro do qual um escritor e suas obras ganham forma e significado (função da primeira parte).

Parte I: Por uma Sociologia da literatura no Brasil

Capítulo 1. Sociologias da literatura

“Isto é dito para esclarecer o uso de um termo [...], pois me convenço cada vez mais de que só através do estudo formal é possível apreender convenientemente os aspectos sociais” (Antonio Candido)

1. Antonio Candido: uma sociologia das formas literárias em *Literatura e Sociedade*

A descrição da sociologia da literatura segundo Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* é importante por várias razões. Primeiro, porque é o tipo de análise sociológica que se torna hegemônica no Brasil no que diz respeito aos trabalhos que tratam da relação entre literatura e sociedade. Através dela percebemos as razões pelas quais se torna tão difícil defender ideias básicas da sociologia *stricto sensu* para tratar autores como Graciliano Ramos. Antonio Candido performa uma visão de como tratar os objetos literários e é intrigante perceber como, fora dela, o fato literário parece perder relevância e, conseqüentemente, quem escreve a respeito também. Daí a importância de falar-se criticamente da obra de Candido, crítico mais sensível ao tratamento sociológico da literatura. Mais do que nas obras que simplesmente rejeitam ou demagogicamente aceitam a sociologia como ferramenta de estudo da literatura, sua obra complexifica a relação entre sociologia e crítica literária, tornando possível visualizar melhor as razões pelas quais, no Brasil, a sociologia da literatura tem tido contorno bastante específico.

Não é por outra razão que não seria honesto começar este trabalho sem situar o ponto de vista da sociologia da literatura por ele adotado. Um ponto de vista crítico, sem dúvida. Mas é uma visão da qual não se teria um bom juízo, sem que se falasse na obra de Antonio Candido. Afinal de contas, boa parte do que vai ser criticado e defendido nas páginas que seguem está associada ao nome desse “crítico ocupando um lugar singular na crítica literária brasileira contemporânea” (RAMASSOTE, 2006, p.13). Não falaremos da construção dessa posição, mas do que ela representa.

É preciso, contudo, situar o leitor. E um bom exemplo dessa posição tão singularmente ocupada pelo crítico uspiano pode ser dado pela leitura do número 74 da *Revista de Letras* da Universidade do Paraná, que trouxe o *Dossiê Antonio Candido*, organizado por Fernando Cerisara Gil, no início de 2008. Uma breve análise dos termos do *Dossiê* é suficiente para a delimitação da problemática que se anuncia. É muito interessante perceber no texto de apresentação, pelos termos utilizados, a admiração e o tipo de respeito que o crítico da USP recebe de seus pares no universo intelectual brasileiro recente.

Lemos logo nas primeiras palavras: “É possível imaginar os riscos que se têm ao se tentar organizar um dossiê sobre aquele que é o crítico mais importante da literatura brasileira” (GIL, 2008, p.11). Ponderamos: é imaginando o risco de se imaginarem os riscos que, dada a importância do autor homenageado, se torna ainda mais interessante dar ênfase a essa admiração coletiva ao seu trabalho. É nesse sentido, o de se interessar pelo interesse de seus pares por ele, e só nele, que se revela a justificativa do dossiê e suas possíveis consequências:

Por mera coincidência do destino, este dossiê sai no momento em que se comemoram os 90 anos de Antonio Candido. Acho que a melhor homenagem que lhe podemos prestar é o *pensar com seriedade e com consequência* a série de desafios que seu pensamento formulou ao longo do tempo sobre a experiência brasileira, em seus vários âmbitos, como de forma limitada se tentou fazer aqui. (GIL, 2008, p.12) (Meus itálicos)

O trabalho do sociólogo começa de maneira diferente da do crítico, pois, antes de analisar a palavra do crítico (do próprio Antonio Candido), tenta captar uma dificuldade que é da ordem do arbítrio do próprio proceder sociológico: o que, quando tentamos falar a respeito de um intelectual que admiramos, é fruto de *lógica social*? O que se pode extrair de social de um propósito tido como puramente intelectual sobre um intelectual admirado? Mais concretamente no que diz respeito ao dossiê: como caracterizar *socio logicamente* esse “pensar com seriedade e com consequência” uma obra intelectual? A partir dessas perguntas, podemos começar a traçar um novo foco para problematizar a proposta do dossiê. Nele, a sociologia busca uma perspectiva que é crítica, mas não a *da crítica*.

Que o desejo de homenagear possa gerar limitações no propósito analítico de um empreendimento intelectual, isso é sabido. Dificilmente em uma homenagem se almeja contemplar de maneira incisiva o aspecto crítico e se levantarem os limites de uma obra. Assim, não é difícil entender que o sentido de tomar com “seriedade e com consequência os desafios que seu pensamento formulou” signifique para quem produz o documento-homenagem um “dizer o que se aprendeu” com as “lições do mestre”. A proposta da homenagem se torna interessante por isso: a partir dela podemos contrastar o que dizemos ter aprendido de Antonio Candido com aquilo que ele realmente ensinou, e com isso reter em alguma medida aquilo que, acredita-se, está sendo feito quando se faz o trabalho pensando no legado deixado por ele.

Daí a pergunta: o que pensamos, afinal, ter aprendido com Candido?

Todos os autores aqui presentes participam do grupo de pesquisa Formação do Brasil Moderno: literatura, cultura e sociedade, que tem nas obras de Antonio Candido e de Roberto Schwarz *ponto fundamental de referência para a sua reflexão sobre a literatura brasileira*. Assim, *embora os ensaios centrem a sua preocupação em questões literárias*, o esforço das análises é sempre o de ir para além do literário, *naquele movimento onde literatura e sociedade se mostram como facetas indissociáveis de realidades diferentes*. Lições do mestre. Vale destacar também, no conjunto dos textos, o ânimo de postular e discutir os problemas numa linguagem clara e sem atavios, num meio como o nosso, o universitário, *onde o jargão e o obscurantismo da linguagem fazem as vezes de conhecimento e de profundidade*. Ainda aqui, quero crer, *lições do mestre*. (GIL, 2008, p.12) (Meus itálicos)

Aprendemos com Antonio Candido a nos interessar pela literatura brasileira. Mas não só isso. Acreditamos ter aprendido com ele “mais do que isso”. Aprendemos também o modo mais apropriado de dar conta do interesse pela literatura brasileira, aprendemos a estudá-la “naquele movimento onde literatura e sociedade se mostram como facetas indissociáveis de realidades diferentes”. Além do interesse pela *literatura interessada* tão característica e caracterizada no Brasil (notadamente por Candido), ele nos legou o *modo de problematizar* e de *dar conta* dos estudos da relação entre literatura e sociedade.

Poderíamos dizer, sem medo de exagero, e já antecipando a hipótese de trabalho, que o modo de apreciação e problematização das obras literárias em Candido tem um forte veio formalista em sentido específico, naquilo em que ele centra, como foco da análise, o texto como ponto de partida e de chegada da análise dos objetos literários. Chegamos aqui ao primeiro problema de enquadramento da obra: que elementos analíticos se constituem como pedras-de-toque da sociologia da literatura proposta por Antonio Candido em seus trabalhos? Como captá-los com propriedade em sua obra? Como reter, de maneira unívoca, se é que isso é possível em pensamento tão complexo e tenso, aquilo que ele aparentemente nos legou? Essas perguntas se tornam ainda mais intrigantes quando percebemos que o *estudo das formas literárias* se tornou elemento central de uma doxa intelectual brasileira, sendo operada de maneira codificada, todas as vezes que se quer fazer trabalho de *sociologia da literatura*. Quem hoje detém o monopólio da sociologia da literatura no Brasil? Quem detém o direito do discurso legítimo a respeito das obras ficcionais? Voltemos ao seguinte enunciado do documento: “embora os ensaios centrem sua preocupação em questões literárias”. A partir dele, é possível especificar o problema esboçado com mais clareza. Há uma pergunta decorrente desta frase que situa bem o que se entende por *doxa intelectual*: por que os textos se centram nas análises

literárias se, “mais do que isso”, nos foi ensinado por Candido que deveríamos ir além do interesse literário pela literatura? que deveríamos sempre “ir para além do literário”? Do ponto de vista sociológico, como a autorreflexão e princípio de coerência exigem, é preciso formular outra questão: será que aprendemos mesmo a lição de Candido? Ou ainda: teria ele realmente nos ensinado o bê-á-bá do ir além da análise das formas literárias? Se sim, por que não aprendemos de fato?

Faz todo sentido, se tomamos como exemplo a massa crítica de textos a respeito de Graciliano Ramos, lermos o “embora os ensaios centrem sua preocupação em questões literárias” como sinal de todo tipo de trabalho sociológico que não tem sido feito em nome da *análise literária* que, no final das contas, foi o tipo de leitura hegemônica gerado pelo trabalho crítico de Antonio Candido. De maneira ainda mais direta, podemos dizer que este “embora” é uma estratégia comum de ocultação de um verdadeiro *aprendizado incompleto* resultante do projeto ambicioso de Candido de dar conta da literatura de maneira autônoma, ou seja, *através da crítica literária*. Um projeto que, apesar de sensível à sociologia de sua época, centrou-se mesmo na *análise das formas literárias* e se assegurou até hoje como *maneira hegemônica de tratar as relações entre literatura e sociedade* em São Paulo, e depois, no Brasil. Tomemos a descrição de Rodrigo Ramassote a respeito das condições institucionais que deram ensejo e suporte à carreira de Antonio Candido como crítico literário na USP:

De modo esquemático, pode-se constatar [...] que a presença de um projeto intelectual definido de pesquisas acadêmicas, o auxílio e suporte financeiro de agências governamentais de fomentos a pesquisas, a reserva de um nicho de temas e materiais empíricos à disposição para pesquisas, a discussão de objetos de prestígio e ampla visibilidade científica e, por fim, a formação e treinamento acadêmico de toda uma geração de pesquisadores que puderam contar com a existência de carreiras acadêmicas mais estruturadas e possibilidades efetivas de inserção profissional propiciaram com que o curso de TLLC acabasse por se tornar o segmento hegemônico no âmbito da crítica literária praticada em São Paulo” (RAMASSOTE, 2006, p.110-111).

É preciso ter muito cuidado, contudo, para não cometer injustiças. É importante que essas afirmações não promovam dúvida a respeito do estatuto intelectual mais amplo do autor de *Formação da Literatura Brasileira*. O crítico literário Antonio Candido pode, sim, ser considerado um dos fundadores da sociologia da literatura no Brasil. Graciliano Ramos, porém, pode ser considerado, também, como queremos crer, um romancista intérprete da sociedade brasileira. A visualização da tabela a seguir dos tipos de abordagens da obra dele, coletados e construídos a partir de uma

bibliografia recentemente formulada por Wander Miranda (RAMOS, 2008b, p.155-172), oferece, contudo, uma real dimensão de quais aspectos da obra literária têm sido realmente privilegiados nos estudos de seus romances e dele próprio. Podemos, então, como veremos mais adiante, perguntar-nos em que sentido foram filtrados os ensinamentos de Candido sobre a sociologia das obras de Graciliano Ramos, em função da ênfase dada, por ele mesmo, ao estudo sociológico feito a partir das próprias obras literárias:

Tabela 1 - Tipos de abordagem da obra de Graciliano Ramos

Períodos de Publicação	Tipo de Abordagem						TOTAL
	Análise Estética	Homenagem	Análise Temática	Biografia	Análise de Recepção	História da Literatura	
1933-1952	0	0	2	0	0	0	
1953-1963	1	0	5	0	0	0	
1964-1974	5	0	8	0	0	0	
1975-1985	16	1	12	3	1	0	
1986-1996	11	1	15	3	0	1	
1997-2007	16	-	20	4	0	3	
TOTAL	49	2	62	10	1	4	128

Na tabela acima foi distribuído, a partir dos tipos de abordagens da obra de Graciliano, o número bruto de publicações catalogadas em empreendimento bibliográfico recente. A ideia que não tem maiores pretensões interpretativas, é a de apenas registrar uma amostra da hegemonia das abordagens que centram no texto e na obra os estudos sobre a literatura de Graciliano Ramos. Note-se, por exemplo, que, se somarmos as categorias Análise Estética, que reagrupa estudos do tipo “Metalinguagem em Graciliano Ramos e na Tradição Brasileira”, e Análise Temática, que reagrupa títulos como “Considerações Sobre o Medo em *Infância*”, verificamos que os tipos de análise centrada no texto e na obra somam 86,7% dos trabalhos realizados. Se acrescentarmos a isso o fato de que os trabalhos de História da Literatura são muitas vezes um esforço de definir o estilo da obra em função de outros estilos históricos existentes, quase a totalidade dos trabalhos recobriria aspectos formais e estilísticos de Graciliano Ramos.

Se, tendo presentes essas considerações, voltamos a Antonio Candido, torna-se mais claro o foco da problemática que vem sendo construída. A relevância intelectual de Candido, já indicada, é motivo suficiente para uma problematização sociológica de seu papel ao mesmo tempo positivo e negativo na evolução da sociologia da literatura no Brasil. E justamente por isso, é preciso que seja dito, a afirmação do

papel central deste crítico no desenvolvimento da sociologia da literatura no Brasil não deve ser vista como sinônimo de uma mera reafirmação social da posição de destaque e legitimação que hoje ele ocupa no cenário acadêmico atual. Pelo contrário, se é importante afirmar seu estatuto de crítico fundador da sociologia da literatura, devemos fazê-lo de maneira crítica, percebendo as ambiguidades trazidas por um projeto intelectual ambicioso, cheio de conflitos internos e de incoerências.

Surge, assim, a seguinte questão: de que sociologia da literatura Candido foi fundador, defensor e principal representante? Do ponto de vista do projeto intelectual inscrito em seu *Literatura e Sociedade*, é o que veremos, realizado em seus principais trabalhos de crítico, Candido pode e deve ser visto como fundador de um método específico de tratar a relação entre sociedade e literatura, e também como o idealizador e o representante mais ilustre de uma sociologia da literatura bem delimitada, que se tornou hegemônica no Brasil: a sociologia das formas literárias. Isso, porém, como já dito, é preciso ser problematizado e matizado em suas consequências no que tange à própria evolução da sociologia da literatura no país. Por conta de sua sensibilidade sociológica (como sabido, Candido se formou pela USP com uma tese em sociologia, tendo sido aluno de Fernando Azevedo e Roger Bastide), Candido se singularizou em relação a muitos críticos contemporâneos seus. Diferentemente de Afrânio Coutinho, de Agrippino Grieco, de Wilson Martins, de Carlos Nelson Coutinho, de Aurélio Buarque de Holanda, de Costa Lima, Antonio Candido estabeleceu, de maneira mais consistente e profunda, também porque enraizada institucionalmente, um novo modo de relacionar as obras e a realidade social. Esse modo de tratar a relação entre literatura e sociedade oscila entre a crítica e a sociologia e se enriquece por ter sido construído a partir dessa tensão.

Pensando nessa ambiguidade, faremos a seguir uma consideração sobre o livro *Literatura e Sociedade* para só depois balizarmos o debate pensando nas repercussões institucionais do *imperativo da forma*, encontrado na obra de Antonio Candido, na verdade uma historieta que reconta a vitória de Candido crítico sobre o Candido sociólogo.

1.1. Candido entre sociologia e crítica

Literatura e Sociedade é um livro emblemático porque dá suporte metodológico exemplar para o tipo de sociologia defendido por Antonio Candido nos seus principais trabalhos de crítica. Esse texto traz uma visão específica da sociologia da literatura que deve ser bem depurada, uma vez que serviu, e ainda serve, como suporte teórico para toda uma agenda de pesquisa da sociologia da literatura no Brasil⁹, em várias universidades, principalmente nos departamentos de letras¹⁰.

Do ponto de vista da reflexão teórico-metodológica a respeito do vínculo entre a obra e o ambiente social, o objetivo declarado por Candido em *Literatura e sociedade* é a moderação e o discernimento de propósitos. Segundo o autor, o posicionamento do crítico deve manter-se sempre entre os extremos postos pelas gerações que o precederam: o que importa na análise é o esforço para não desconfigurar a verdade da literatura [nem] “de um lado nem de outro” (CANDIDO, 2000a, p.3). O equilíbrio é alcançado na medida em que se pode avaliar “melhor o vínculo entre obra e ambiente, depois de termos chegado à conclusão de que a análise estética precede considerações de outra ordem.” (CANDIDO, 2000a, p.3).

A descrição moderada de Candido pontua de maneira crítica o exagero existente no debate teórico de sua época, apesar de fazê-lo já considerando que “a análise estética precede considerações de outra ordem”. O que ele busca é um ponto equidistante entre as posições que até então se rivalizavam em matéria de teoria e crítica literárias:

De fato, antes procurava-se mostrar que o valor e o significado de uma obra dependiam de ela exprimir ou não certo aspecto da realidade, e que este aspecto constituía o que ela tinha de essencial. Depois, chegou-se à posição oposta, procurando-se mostrar que a matéria de uma obra é secundária, e que sua importância deriva das operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão. (CANDIDO, 2000a, p.4).

9. Por exemplo, na bibliografia trazida por Wander Melo Miranda, encontra-se apenas um trabalho que pode ser caracterizado como sociologia da literatura, que é o *Graciliano Ramos, relações entre ficção e realidade* de Lamberto Puccinelli. Na bibliografia consta a informação de que “originalmente a dissertação de Mestrado *Graciliano Ramos – figura e fundo* foi apresentada em 1972 na disciplina de Sociologia da Literatura à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo”. Isso indica que, mesmo na USP, a sociologia da literatura não chegou, de maneira incisiva, nem mesmo nos moldes definidos por Candido, a estudar Graciliano.

10. A mesma bibliografia organizada por Wander Melo Miranda sobre Graciliano pode também ser vista como indício da tendência geral dos estudos críticos da obra, uma vez que todas as teses e dissertações de mestrado estão vinculadas a departamentos de letras e artes.

Dessa forma, Candido redefine o modo de operação com o qual se deve dar tratamento ao objeto literário. E procura, a partir daí, defender seu próprio ponto de vista:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, e que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. (CANDIDO, 2000a, p.4).

Ficasse nisso, a proposta de equilíbrio e ponderação de Candido manteria o seu fio condutor sobre esse meio-termo, gerado pela combinação “dos momentos necessários do processo interpretativo”. O crítico, porém, acrescenta ao parágrafo acima citado algo que vai mais uma vez redefinir o equilíbrio, deixando o seu argumento inclinado à análise formal ou, no mínimo, centrada no texto literário. Faz isso justamente ao atribuir peso ao lado formalista da balança analítica:

Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*. (CANDIDO, 2000a, p.4).

Faz-se, contudo, necessário um esclarecimento para o propósito argumentativo das análises dos trechos citados. Não podemos esquecer que há nas palavras de Candido um forte esforço de demarcação disciplinar, delineada, em parte, por sua trajetória intelectual, já bem estudada e descrita na tradição recente de interpretação sociológica, que vem analisando de maneira contrastiva a sua trajetória com a de Florestan Fernandes (PEIXOTO, 2000); (PONTES, 1998); (ARRUDA, 1995, 2003); (PEIRANO, 1991); (GARCIA, 2002); (RAMASSOTE, 2006). Para o interesse específico deste trabalho, mais interessante é tentarmos captar esse contraste entre Candido e Fernandes e reter, sem necessariamente nos contrapor, à leitura das semelhanças entre os dois autores, já feita por Rodrigo Ramassote, em belo trabalho de mestrado, quando ele empreendeu uma análise da “semelhança notável entre eles em termos das estratégias profissionais e perfil dos investimentos acadêmicos realizados.” (RAMASSOTE, 2006, p.95).

Ramassote buscou em seu trabalho, segundo ele mesmo, “em lugar de discutir as diferenças de toda ordem existentes quando ambos lecionavam e pesquisavam na área de sociologia, [...] acentuar os pontos de convergência profissionais no momento em que Candido assume a direção da área de TLLC.” (RAMASSOTE,

2006, p.95). E o que nos interessa é que, ao fazer isso, o pesquisador mostrou essas semelhanças e conseguiu pôr em relevo, nas entrelinhas de convergências e divergências entre os autores, a existência de dois esforços de delimitação disciplinar, no momento efetivo de afirmação das disciplinas crítica e da sociologia dentro da maior instituição universitária do Brasil.

É nesse contexto que se visualiza melhor o porquê de nosso propósito: o contexto de busca por legitimidade de uma disciplina acadêmica que ganhava sua concretude do ponto de vista institucional. Candido buscava dar tratamento apropriado ao objeto-literatura confrontando-o diretamente com a sociologia, tanto do ponto de vista do debate intelectual (através da crítica ao sociologismo em matéria de tratamento crítico da literatura, que agora analisamos), como também como uma maneira de afirmar seu departamento e a disciplina pela qual se tornou responsável: a crítica. O confronto, porém, era complexo e terminava sendo apoiado por vários procedimentos de ordem sociológica, contaminando também o enquadramento propositivo de seu trabalho teórico-metodológico em crítica literária.

Dito isso, voltemos de maneira mais intensa ao contexto de inserção intelectual do jovem Antonio Candido para tentar captar melhor a complexidade do problema. O objetivo é caracterizar os dois tipos de sociologia da literatura que tensionam em suas respectivas técnicas de abordar a vida intelectual e reter as categorias significantes para seu entendimento da obra literária, ou seja, a partir dela.

Em estudos recentes a respeito da história das ciências sociais no Brasil, encontramos *grosso modo* trabalhos que, como já dito, tendem a contrastar as trajetórias intelectuais e acadêmicas de Antonio Candido e Florestan Fernandes. Não cabe aqui fazer uma reconstrução das nuances dos argumentos utilizados nesses trabalhos. Basta a nosso propósito dizer que o enfoque deles é muito importante para compreender, por um lado, as principais características do processo de institucionalização universitária das ciências sociais em São Paulo (MICELI, 2001a, 2001b). E, por outro lado, como no caso do trabalho de Heloísa Pontes, o interesse é captar a singularidade do grupo *Clima* no interior do meio intelectual paulista (PONTES, 1998). Outro exemplo de trabalho importante com recorte semelhante é o exame feito por Maria Arminda Arruda, que descreveu 94 trajetórias de integrantes do grupo *Clima* e constatou que “Florestan Fernandes discrepa[va], radicalmente, dos seus colegas, podendo ser incluído numa geração diferente dos seus contemporâneos, uma vez que suas referências e diálogos são outros” (ARRUDA, 1995, p. 168).

Todos esses trabalhos apontam para diferenças significativas entre Florestan Fernandes e Antonio Candido, e cada um traz um enfoque analítico que dá contorno específico à configuração social da produção intelectual universitária naquele momento em São Paulo. Ao nos concentrarmos no trabalho mais específico que conhecemos sobre a relação de Candido com a sociologia de Florestan Fernandes, realizado pelo sociólogo Luiz Carlos Jackson (JAKCSON, 2004), pretendemos justamente localizar e explicitar com mais clareza como essas diferenças ocultam semelhanças que, por sua vez, escondem mais diferenças. Acreditamos que a relação tensa de admiração e recusa de Candido em relação a um tipo de sociologia considerado mais *stricto sensu* seja um dos fatores que contribuem para a confusão de registros entre o quadro sociológico existente no seu modo de fazer crítica e o seu propósito de cunho humanista de criticar o sociologismo presente na sociologia da literatura de sua época.

Carlos Jackson mostra um sistema de posicionamentos operando através da análise das tomadas de posição que decifram as pistas deixadas por Candido e Fernandes sobre a especificidade do processo de autonomia da sociologia em São Paulo. Um belo trabalho de deciframento de material é realizado, destacando-se a ambivalência do caso paulista na análise das resenhas críticas de Antonio Candido a respeito de um trabalho de Florestan Fernandes. Reproduzimos aqui os argumentos de Candido usados por Jackson em sua análise:

Sendo o de menor interesse sociológico [o capítulo 1 do livro], talvez seja, não obstante, o que melhor ilustra as qualidades e as lacunas do autor: de um lado, a capacidade de percorrer incansavelmente os dados disponíveis, virando-os e revirando-os até a exaustão das suas possibilidades informativas; de outro, a insistência em aspectos porventura demasiados, que, não contribuindo para uma conclusão segura, parecem utilizados mais como demonstração de força. Numa resenha, não cabe censura nem louvor, mas simples exposição crítica. Se nos permitirem, porém, violar as normas, *diríamos que o defeito capital do trabalho é a acentuada prolixidade de algumas partes* e, aqui e ali, certo abuso de casuística. Nota-se ainda *relativo descuido de expressão*, que desejaríamos mais apurada num livro, que, como este, está destinado à carreira longa e brilhante (CANDIDO *apud* JACKSON, 2007, p.36) (Meus itálicos)

Para contraponto e caracterização dessa verdadeira tensão essencial, Jackson usa a avaliação de Florestan Fernandes quanto ao trabalho de Gilda de Mello e Souza:

Tal como se apresenta, o trabalho da dra. Gilda de Mello e Souza revela duas coisas. Primeiro, o talento e a extraordinária sensibilidade da autora para a investigação de um fenômeno tão complexo, por causa das diversas facetas de que pode ser encarado e explicado. Segundo, um seguro conhecimento do campo de sua especialização, em um nível que até pouco tempo era raro no Brasil. Essas qualidades se refletem na composição do trabalho, tornando a sua leitura muito amena e instrutiva. *Poder-se-ia lamentar, porém, a exploração abusiva da liberdade de expressão (a qual não se coaduna com a natureza de um ensaio sociológico) e a falta de fundamentação empírica de algumas das explicações mais sugestivas e importantes.* Doutro lado, não concordamos com a afirmação da autora, segundo a qual "a moda, como toda manifestação do gosto, é traiçoeira e, quando analisada de perto, esconde suas feições mais características, induzindo o observador a erro" (p.10). A esse respeito, pensamos que uma das vantagens da abordagem sociológica do fenômeno consiste exatamente na possibilidade de compreendê-lo e interpretá-lo, através de técnicas de investigação adequadas, em suas manifestações no mundo em que vivemos, ou seja, como dimensões atuais do acontecer. (FERNANDES *apud* JACKSON, 2007, p. 36) (Itálicos de Jackson).

A tênue linha entre forma e conteúdo se desenha nas oposições captadas por Jackson. E, a partir delas, as divisões simbólicas (ensaio *versus* ciência, por exemplo) que visavam a instaurar práticas acadêmicas novas ainda não completamente asseguradas e legitimadas, o que explica em parte a virulência das opiniões. A crítica de Florestan Fernandes se contrapõe, ao menos de maneira discursiva, às imagens lançadas pelo ensaísmo que o precedeu e que ele gostaria de ver superado. O importante é que esteja em evidência, segundo o argumento de Jackson, toda uma lógica de tomadas de posição constituintes daquele universo de produção acadêmica. A tensão na verdade, notada pela tomada de posição de Florestan, seria, segundo Jackson, reveladora de uma dicotomia:

sobretudo por inverter os parâmetros que guiaram a análise de Antonio Candido ao seu livro. Se o sociólogo falhara, na visão de seu colega, por falta de estilo, aqui o problema apontado era exatamente o contrário: excesso. (JACKSON, 2007, p. 36)

Mesmo que os padrões de crítica que Florestan Fernandes e Antonio Candido desferiam um ao outro tenham sido altíssimos e pouco afeitos à cordialidade brasileira, que eles tenham feito objeções de estilo muito fortes um ao outro naquele momento e que tomemos a descrição abaixo, feita por Jackson sobre as relações entre Florestan Fernandes e Antonio Candido, como retrato, o caso é bem mais complexo do que a simples dicotomia entre forma e conteúdo poderia antever e registrar:

Entre os alunos de Bastide, estavam Florestan Fernandes e Antonio Candido. Os dois encarnam pontos de vista quase opostos, expressos em textos decisivos das décadas de 1940, 1950 e 1960. Estamos diante de trajetórias concorrentes, fundadas em experiências sociais distantes. Colegas de graduação em 1941, primeiro ano do curso para Florestan, último para Antonio Candido, depois assistentes de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II, até 1954, os dois trilharam caminhos distintos: o primeiro, exclusivamente dedicado à sociologia; o segundo, dividido entre sociologia e literatura, pelo menos até o final dos anos de 1950. Não é de se estranhar, assim, a diferença de pontos de vista; Antonio Candido estando mais próximo duma perspectiva humanística, como verificamos em textos como “A Sociologia no Brasil” e “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, nos quais o autor destaca, como forma típica de expressão do nosso pensamento, o “sincretismo” entre literatura e sociologia. (JACKSON, 2007, p.36).

Apesar de tudo isso, não poderíamos esquecer aquilo que Rodrigo Ramassote levanta como hipótese:

Ao que tudo indica, ao assumir a direção da área de TLLC, Candido aplicou os mesmos princípios e recursos que impulsionaram a marcha da trajetória profissional de Florestan Fernandes e acabaram por favorecer-lhe a construção de um espaço institucional hegemônico na área das ciências sociais. (RAMASSOTE, 2006, p.90).

Vale ainda ressaltar, seguindo o mesmo autor, que Antonio Candido revelava a validade dessa hipótese ao prefaciá-lo Florestan Fernandes, mostrando de maneira clara que havia percebido “as estratégias mobilizadas pelo amigo sociólogo” (RAMASSOTE, 2006, p. 91). Podemos ainda levar em consideração as palavras de Candido dadas a Peirano em depoimento:

[...] Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Jr., João Lafetá, José Miguel Wisnik, por exemplo: “*Esses são os meus Fernando Henriques, os meus Octávio Iannis*”. (CANDIDO *apud* RAMASSOTE, 2006, p.91).

O argumento de Rodrigo Ramassote é muito interessante porque consegue revelar, apoiado em material empírico satisfatório, aliado a uma forte perspectiva teórica, que, sob a liderança de Candido, a área de literatura conseguiu obter duas modalidades de capital científico identificadas por Bourdieu como fundamentais no processo de autonomização disciplinar: de um lado, nos diz Ramassote,

o capital temporal, baseado na existência do ‘poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e fazer carreiras) que ela assegura”; [de outro lado]

“a existência de capital social, dimensão que ‘repousa quase exclusivamente sobre o reconhecimento, pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles (por exemplo, como os colégios invisíveis de eruditos unidos por relações de estima mútua). (RAMASSOTE, 2006, p.105).

Esse argumento é o que revela com maior clareza as condições sociais que engendraram o modelo hegemônico de leitura do literário. Esse modelo acarretou a produção massiva de análises pretensamente sociológicas, centradas em informações textuais que produzem, como mostraremos no terceiro capítulo, avaliações anacrônicas, desprovidas de contexto histórico, porque enclausuradas no texto. Daí todo o interesse em tentar depurar o que Candido realmente defendia como projeto de sociologia da literatura tornar-se tarefa realmente complexa, devido às idas e vindas de um pensamento rigoroso e em vias de sistematização, construído em um cenário de tensões sociais e disciplinares tão marcadas. Candido se mostrou para a crítica, tal qual Florestan para a sociologia, um intelectual corajoso e engajado, que se perguntou objetivamente sobre o tipo de tratamento que revelaria mais e melhor a verdade dos objetos de sua disciplina: a crítica. Ao enfrentar essa questão, com e contra a sociologia, a crítica literária foi se afirmando através da afirmação de Candido no cenário intelectual brasileiro:

Aqui é preciso estabelecer uma distinção de disciplinas, lembrando que o tratamento *externo* dos fatores *externos* pode ser legítimo quando se trata de sociologia da literatura, pois esta não propõe a questão do valor da obra, e pode interessar-se, justamente, por tudo que é condicionamento. Cabe-lhe, por exemplo, pesquisar a voga de um livro, a preferência estatística por um gênero, o gosto das classes, a origem social dos autores, a relação entre as obras e as idéias, a influência da organização social, econômica e política, etc. É uma disciplina de cunho científico, sem a orientação estética necessariamente assumida pela crítica. (CANDIDO, 2000a, p.4)

Percebemos aqui a divisão de tarefas entre a crítica e a sociologia feita pelo autor. Trata-se de atribuir verdadeiramente ao sociólogo o que é de sua alçada. Candido defende, por um lado, como bom crítico, que o papel da sociologia é estudar *externamente* os fatores *externos* da obra. Por outro lado, o papel nobre da crítica, que está apenas subentendido no texto, seria o estudo dos elementos *internos*, mais íntimos do ofício da crítica (em que sentido isso é verdade?), e, talvez por isso mesmo, mais importantes para uma disciplina que queira dar conta da questão propriamente artística da arte. A princípio essa distinção entre sociologia da literatura e crítica literária pode parecer uma distinção disciplinar sem maior consequência. Porém, quando ela vai tomando corpo na sequência do argumento e quando a lemos com os olhos de hoje, o objetivo velado da distinção parece vincular a

sociologia a um espaço delimitado, preso às amarras invisíveis ditadas pelo propósito arbitrário da crítica (“cabe-lhe, por exemplo, pesquisar a voga de um livro etc.”).

A hierarquia disciplinar apreendida das delimitações feitas por Candido é importante: por um lado, revela a especificidade do trabalho que podemos designar como uma sociologia das formas literárias (a investigação de como o externo se torna interno, por exemplo); anuncia também a prioridade do *propósito analítico* no projeto de Candido (o centramento no texto como elemento prioritário da análise sociológica das formas). Por outro lado, agora distanciados da postura da crítica, podemos perguntar o que está em jogo quando, ao trabalho do sociólogo, relegamos tarefas tão específicas.

Indagamos se não existiria aí, na hierarquia implícita na classificação feita por Candido, uma espécie de inferência epistemológica, gerada sorrateiramente pela delimitação e aquilo que nela está pressuposto: uma separação disciplinar com consequências nefastas para o desenvolvimento da sociologia da literatura mais ampla, que quisesse vincular em definitivo a experiência social à obra literária. Vista dessa forma, seria preciso o sociólogo efetuar um distanciamento crítico para recuperar o potencial da sociologia a fim de tratar de assuntos literários, mas sem fechar por completo o diálogo com a crítica.

Por isso, faz-se necessário designar a natureza efetiva e positiva da sociologia das formas literárias, tal como concebida pelo autor de *Literatura e Sociedade*. Isso porque, vista de hoje, com os avanços da sociologia dos intelectuais à Bourdieu (BOURDIEU, 1979, 1984, 1989, 2003), pode parecer evidente que aceitar uma delimitação disciplinar signifique a aceitação tácita das hierarquias estabelecidas pela delimitação realizada. E de maneira simplória e demasiado rápida, acreditaríamos estar relegando ao passado uma maneira de ver as coisas tida por nós como equivocada ao nos perguntar: por que aceitamos fazer ou deixar de fazer o que se diz que é para ser feito pela sociologia, quando o seu território de análise foi aparentemente pré-definido por um crítico literário?¹¹ Estaríamos, contudo, incorrendo no erro de não perceber justamente o porquê de durante tanto tempo não termos percebido a visão de Candido como uma limitação a uma perspectiva sociológica que exige mais abrangência (trabalhar com elementos externos também para explicar os elementos internos) e, sim, como a única maneira legítima de se tratar o objeto literário com dignidade e propriedade.

11. Não se quer com isso dizer que Candido, de maneira abstrata, pela força de suas ideias, convenceu a todos sobre a centralidade das questões internas quando o objeto é a literatura. Nosso ponto de vista indica apenas que, na visão do crítico literário mais próximo à sociologia, a perspectiva crítica prevalece, o que tem logicamente uma consequência na forma de problematizar sociologicamente ou não as obras.

Nesse sentido, para qualificar e responder essa propriedade social desse argumento que se tornou *doxa* dentro da crítica mais sensível à sociologia (o argumento de Candido sobre a centralidade do texto na explicação literária), seria interessante retomar alguns exemplos de como a demarcação disciplinar vai sendo armada no processo argumentativo do próprio texto de Antonio Candido, para só depois ser repetida, mesmo que de forma modificada, de diversas maneiras, inclusive, como veremos mais tarde, na interpretação da obra de Graciliano Ramos, por outros autores, até o desta tese.

Tomemos o fragmento abaixo como ponto de partida para entender a delimitação feita por Candido a sua descrição sobre a particularidade do trabalho da crítica.

É este, com efeito, o núcleo do problema, pois quando estamos no terreno da crítica literária somos levados a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar. Tomando o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, ideias), que serve de veículo para conduzir a corrente criadora (nos termos de Lukacs, se apenas possibilita a realização do valor estético); ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte (nos termos de Lukacs, se é determinante de valor estético). (CANDIDO, 2000a, p.5).

Esse fragmento revela uma distinção entre o trabalho da crítica e o da sociologia, anteriormente mencionado. Na verdade, o que se diz nele é que, diferentemente do sociólogo, o crítico é esse profissional que, dado o seu ofício (subentende-se), é levado “a analisar a intimidade das obras”. O que Candido diz aqui mais uma vez é que não dá para ser “apenas” sociólogo, porque o fator social é redutor. Como mote explicativo o social é limitado, com ele só “procuraríamos determinar se ele nos fornece apenas matéria”. Está claro que não cabe ao crítico tratar do social que serve apenas para “determinar se ele nos fornece apenas matéria”, pois, ao contrário do sociólogo, o crítico deve buscar “o que há de essencial”, ou seja, os “determinantes de seu valor estético”. O problema que se coloca é: mas quem atribui os determinantes do valor estético de uma obra? A resposta é o próprio crítico. Assim, um círculo vicioso se cria.

Para entender bem do que falamos quando pensamos na sociologia das formas literárias em Candido, é preciso ter em mente esse esquema de classificação em que o crítico busca o equilíbrio entre posições antagônicas existentes em sua época, mas no qual, ao mesmo tempo, ele está procurando dar prioridade à atividade considerada por ele como mais digna para tratar do objeto literário: a crítica.

Tomemos o exemplo trazido por Candido sobre os tipos de análises que podem ser feitas à obra de José de Alencar. Candido usa o caso de Alencar para ilustrar e defender o seu procedimento. Podemos, através dele, perceber o sistema de avaliação gradativo que termina por afirmar a importância da crítica em detrimento da sociologia, tal como concebida por ele. Segundo seu argumento, apenas quando o crítico é capaz de reter não apenas relações sociais expressas pelo autor, não apenas exemplos ilustrativos dessas relações dadas pelo escritor, mas essas mesmas relações sugeridas “na própria composição do todo e das partes, na maneira por que organiza a matéria, a fim de lhe dar uma certa expressividade” (CANDIDO, 2000a, p.7), a crítica se revela mais profícua e profunda. Assim, diz ele:

Neste caso [continua Candido], saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação que assimilou a dimensão social como fator de arte. Quando isso se dá, ocorre o paradoxo assinalado inicialmente: o *externo* se torna *interno* e a crítica deixa de ser sociológica para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros. Neste nível de análise, em que a estrutura constitui o ponto de referência, as divisões pouco importam, pois tudo se transforma, para o crítico, em fermento orgânico de que resultou a diversidade coesa do todo. (CANDIDO, 2000a, p.7).

Como se vê, Antonio Candido evita falar em sociologia das formas literárias. O objeto de sua sociologia se encontra, porém, neste parágrafo, completamente definido: um estudo dos elementos sociais plasmados na estrutura da obra (“uma interpretação que assimilou a dimensão social como fator de arte”). Uma sociologia que aparece como verdadeiro artefato crítico *da crítica*. Isso porque a crítica deve superar, na visão de Candido, o sociologismo crítico, ou seja, “a tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais” (CANDIDO, 2000a, p.7) (entenda-se: por meio dos fatores externos).

Não deixa de ser curioso perceber que é justamente pensando na fragilidade de seu argumento a respeito do *externo*, percebido como *interno* pela perícia crítica, raciocínio que condena em certa medida a sociologia a fazer o que ela vinha sempre fazendo de maneira tida como inferior ao trabalho da crítica, que Candido toma todo o cuidado de prevenir seus leitores dos riscos que esse tipo de procedimento poderia engendrar, mais uma vez, se exercido de maneira também exagerada:

[...] perigo é que a preocupação do estudioso com a integridade e a autonomia da obra exacerbe, além dos limites cabíveis, o senso da função interna dos elementos, em detrimento dos aspectos históricos - *dimensão essencial para apreender o sentido do objeto estudado*. (CANDIDO, 2000a, p.8) (Meus itálicos)

Estaria Candido prevendo que o uso sistemático de seu método produziria um efeito inibidor para uma sociologia histórica da literatura? A pergunta que fica é: se a crítica deve concentrar-se nos fatores *externos* que de alguma forma se tornaram *internos* na composição de uma obra, ou seja, ater-se ao texto literário, de onde tirar as informações pertinentes para apreender esses aspectos históricos capazes de reter essa “dimensão essencial para apreender o sentido do objeto estudado”?

Em resumo, por um lado temos a discussão sobre as tensões entre crítica e sociologia na obra de Candido: tornam visíveis algumas pistas para explicar por quais razões a obra de Graciliano Ramos, mesmo sendo citada por sociólogos e cientistas sociais, foi tão pouco avaliada por uma sociologia que buscasse entender a obra também através das suas condições sociais de produção e inteligibilidade. Por outro, esperamos ter mostrado quanto a sociologia das formas literárias é importante como recurso de interpretação da obra literária, inclusive adotado nesta tese, mas está longe de ser suficiente para dar explicações sociológicas satisfatórias sobre o mundo literário.

2. Miceli: um modelo de sociologia dos intelectuais-escritores sem medo da sociologia

Em parte contra a preponderância dos estudos formais, a sociologia dos intelectuais exercida por Sergio Miceli entrou no contexto brasileiro lidando com uma perspectiva crítica até então pouco conhecida no Brasil. Nesse sentido, é preciso lembrar não só que nenhum trabalho se faz em um vácuo bibliográfico, mas também que nenhuma bibliografia performa por si só um modelo de leitura sociológico do mundo.

Por um lado, a tese que se lê é um esforço de adensamento empírico de uma perspectiva da sociologia crítica hoje em amplo desenvolvimento no Brasil e que também quer ser uma sociologia crítica em desenvolvimento¹². Seguimos, sim, as pistas lançadas por Sergio Miceli que, em seu *Intelectuais à Brasileira*¹³, deu contorno específico às trajetórias intelectuais dos romancistas da época ao analisar, entre outras coisas importantes, a estrutura do mercado editorial do período, fazendo uma sociologia dos intelectuais e dos escritores sem medo de ser sociológica, ou seja, sem medo de utilizar informações não presentes nas obras propriamente ditas dos autores para buscar inteligibilidade para essas mesmas obras. E, se consideramos que uma teoria sociológica é no seu cerne um universo mais ou menos coerente de problemas-soluções articulados, então é preciso, para fazer progredir o conhecimento quisto como sociológico, confrontá-los com novos estudos, novos exames, para só assim, quem sabe, transpô-los e superá-los, descobrindo seus limites de validade e seu espaço de pertinência (se é válido apenas no contexto em que foi aplicado ou se pode ser estendido a outros).

Dessa forma, além de instrumentalizar os passos da sociologia de Miceli, vislumbramos outros caminhos, agora pautados numa sociologia atenta a outras escalas de análise, o que leva necessariamente a uma pormenorização dos avanços feitos nas análises já feitas por ele. Antes mesmo de adentrar nesse trabalho de minúcia sociológica aplicada à sociologia da literatura propriamente dita, faz-se

12. Além da perspectiva de Sérgio Miceli, citamos alguns exemplos de trabalhos críticos recentes que apontam talvez para uma nova safra de autores mais voltados para a reconstrução histórica das obras literárias no sentido aqui posto. Destacamos a tese de doutorado de Ieda Lebensztayn *Graciliano Ramos e a Novidade: o astrônomo do inferno e os meninos impossíveis* (LEBENSZTAYN, 2009); o magnífico *Machado de Assis Historiador* de Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 2003) e o artigo de Alfredo Cesar Melo (a ser publicado) sobre o hibridismo na obra de Gilberto Freyre em que analisa a recepção de intelectuais cabo-verdianos a *Casa Grande e Senzala*.

13. Atemo-nos sobretudo ao texto "Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos" (MICELI, 2001a) e, do mesmo livro, ao texto "Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)".

necessário ainda percorrer e dar volume a algumas teses levantadas por Miceli para acompanhar a construção de nossa problemática, caracterizando assim o ponto de vista sociológico adotado. Na verdade, mostrando as razões pelas quais alguns problemas tratados por ele ainda não foram confirmados por análises empíricas de recorte mais específico, encontramos caminhos para valorizar-lhe o recorte e justificar o novo foco.

Depois de analisar e descrever o cenário do mercado editorial, que crescia a olhos vistos nas duas principais cidades do país (Rio e São Paulo), Miceli nos diz o seguinte sobre as características do contexto que produziu Graciliano Ramos:

Não é de se estranhar, portanto, que a “carreira” de romancista tenha se configurado em sua plenitude apenas na década de 1930, *num momento em que o desenvolvimento do mercado do livro se alicerçava na literatura de ficção, então o gênero de maior aceitação e de comercialização mais segura*. Os escritores que então investiram nesse gênero desde o começo de suas carreiras eram, em sua maioria, letrados da província que estavam afastados dos centros da vida intelectual e literária, *autodidatas impregnados pelas novas formas narrativas e em voga no mercado internacional e que não dispunham dos recursos e meios técnicos a essa altura necessários aos que tivessem pretensões de sobressair na prática dos gêneros de maior prestígio da época* (poesia e crítica literária). (MICELI, 2001a, p.159). (Meus itálicos).

A descrição acima capta bem a ideia geral segundo a qual a aptidão ao romance era tributária da posição periférica dos romancistas, o que em parte explicaria o “regionalismo” dos principais autores do romance social dos anos 1930. O que buscava o sociólogo uspiano era uma argumentação mais genérica, que explicasse a tendência que conjuga as forças sociais funcionando nas linhas diretrizes que operavam matizando as escolhas individuais e tornavam-se elementos importantes para a explicação sociológica da posição dos agentes entre si, mas também de suas respectivas posições no universo intelectual da época. Eis um tipo de sociologia que, como veremos, num dado momento vai estranhar-se com a sociologia proposta por Antonio Candido, justamente por não fazer concessões a despistamentos formais de qualquer gênero.

Nessa linha de análise, encontram-se relacionados – mas em certo sentido de maneira ainda superficial, porque os traços de socialização utilizados na explicação são genéricos em demasia – a produção intelectual específica (o romance) e o tipo de acesso à cultura (o modo de apropriação dos bens culturais realizado pelos agentes). Este último, captado pela leitura das estratégias de uso do capital cultural específico, gerado pela posição decorrente de um processo de assimilação

intelectual (“impregnados pelas novas formas narrativas e em voga no mercado internacional”).

Percebemos que nessa perspectiva se encontra sugerida uma série plausível de explicações sobre as injunções que levaram os romancistas a um trabalho literário de tipo específico no qual tiveram oportunidade de, nas palavras do próprio Miceli, “objetivar suas experiências do mundo social por meio do trabalho literário” (MICELI, 2001a, p.160). Chegamos aqui a um primeiro ponto importante para explicitação: se se quer dar volume empírico a uma leitura sociológica já empreendida por Miceli, pretendemos, por exemplo, colocar em ação a mesma linha de análise para responder a perguntas como esta:

Quais seriam, pois, os fatores capazes de explicar, *mediados antes de tudo pelas disposições culturais que foram adquirindo desde a primeira infância*, o fato de estarem em condições de produzir uma reconstrução do mundo social – no caso, o romance – que se pautava por exigências mínimas de objetividade de que estavam dispensados outros gêneros literários? (MICELI, 2001a, p.160).

Eis uma pergunta que abre horizontes analíticos ao discretamente criticar os princípios de análise contidos em formas mais estanques de conceber a produção intelectual, pois

convém salientar as condições sociais que contribuíram de modo decisivo para as *estratégias de reconversão* a que recorreram os romancistas e que lhes permitiram se apropriar em chaves do mundo social que se viram colocados à margem da classe dirigente (MICELI, 2001a, p.161).

Miceli tenta realizar na prática da pesquisa a articulação, de forte valor explicativo, entre *habitus* (“mediados antes de tudo pelas disposições culturais que foram adquirindo desde a primeira infância”), capital específico (“condições sociais que contribuíram de modo decisivo para as *estratégias de reconversão* a que recorreram os romancistas e que lhes permitiram se apropriar em chaves do mundo social”) e campo (“chaves do mundo social que se viram colocados à margem da classe dirigente”).

Percebamos o seguinte na relação entre o projeto teórico e a prática analítica efetiva realizada por Miceli: elementos analíticos de socialização e estruturais aparecem no enunciado teórico e depois reaparecem na análise propriamente dita, ora enfocando a socialização, entendida como análise de como as disposições culturais foram adquiridas desde a primeira infância, ora enfatizando a estrutura do social,

largamente estudada pela análise das posições sociais dentro de uma fração social em sua relação com as estratégias de reconversão.

É visível que Miceli efetua algo em seu procedimento que o aproxima de uma sociologia na escala individual, que mantém contato direto com as ideias de *habitus* e campo, mas que evita sua aplicação esquemática ao material sobre o qual se debruça. A partir disso, podemos inferir que, para ele, analisar apenas as ideias dos intelectuais não constitui um procedimento seguro, que possibilite por si só uma explicação exaustiva das suas trajetórias como processos temporais de construção de um *habitus*, por exemplo. Miceli antecipava de maneira criativa o uso de uma sociologia mais atenta ao social *no indivíduo*, hoje trabalhada de forma sistemática na França por Bernard Lahire (LAHIRE, 1998, 2002, 2004).

Dito de outra maneira: as implicações teóricas contidas numa explicação que vise a captar de maneira concreta o externo feito interno em sentido propriamente sociológico (a sociedade feita indivíduo para falar como Durkheim, ou a sociedade feita texto como na análise da *redução estrutural* à Candido), como no estudo feito por Miceli, são muito rentáveis do ponto de vista sociológico, porque indicam, por contraponto, a escala específica do sociológico na análise que se quer adotar.

Dito isso, podemos então avaliar melhor as ideias que seguem. Existem dois procedimentos que não são tratados com a mesma ênfase devido à natureza do objeto dissecado por Miceli, a saber: as memórias e as biografias dos intelectuais. Temos, de um lado, a preocupação com uma sociologia da socialização dos escritores e, de outro, uma sociologia mais estrutural, preocupada com a configuração de universos e subuniversos sociais presentes na vontade de, como já dito, “salientar as condições sociais que contribuíram de modo decisivo para as estratégias de reconversão a que recorreram os romancistas e que lhes permitiram se apropriar em chaves do mundo social que se viram colocados à margem da classe dominante” (MICELI, 2001a, p.161).

Percebemos que, na análise de Miceli, Graciliano Ramos aparece identificado como um dos que “só puderam conservar suas posições no mercado graças à boa acolhida do público e da crítica, e não apenas como resultado de sua atuação política ou de momentâneas sintonias doutrinárias” (MICELI, 2001a, p.162). O que parece, então, limitado para conceber de maneira mais exaustiva a relação entre socialização e criação literária é o volume de informações sobre o processo concreto de socialização (ver reprodução da tabela elaborada por Miceli nos anexos). Com o pequeno volume de informação sobre um autor, não se consegue aprofundar-se na análise sobre o processo de incorporação das disposições, ou seja, sobre como os

modos de aprendizados concretos, os conteúdos sendo incorporados, contribuem ou não para a realização da obra, seu processo criativo. Miceli explica bem o porquê do direcionamento dos agentes às carreiras intelectuais, o que é o seu objetivo, mas não o significado específico que as obras receberam em função das marcas de socialização profundamente enraizadas nesses agentes, o que tentaremos fazer na segunda parte desta tese.

Isso acontece porque o estudo sobre as disposições do autor prescinde de depuração na análise de dados ao mesmo tempo mais abrangentes e mais específicos, que só um estudo de caso possibilitaria. Através de uma análise mais monográfica, centrada num só autor, torna-se possível identificar significados sociais embutidos nas práticas de classificação intelectuais das mais corriqueiras naquele momento, que ficariam sempre e necessariamente à margem numa explicação de caráter mais amplo, como a de Miceli, que abarcava um número importante de autores e que, por isso, selecionou apenas categorias de socialização pertinentes às escolhas de trajetória que interessavam ao seu estudo.

Feito esse recorte, já é possível defender que queremos dar conta, como pede a teoria, em contato com material empírico adequado, do fenômeno da construção do prestígio e legitimidade de uma literatura que ganhava força e vigor, *naquele contexto* (o descrito por Miceli), com a análise da *sociologia implícita* na obra, expressa nos esquemas de inteligibilidade encontrados nos romances, ou seja, na prática de “objetivar suas experiências do mundo social por meio do trabalho literário”; e fora da obra, no ambiente intelectual mesmo, descrito pela maneira como críticos também usavam esses *esquemas implícitos de inteligibilidade* para ler e avaliar o valor literário dessas obras.

Em outras palavras, a ideia de *sociologia implícita* será utilizada para captar o uso relativamente sistemático, por parte de Graciliano Ramos, de esquemas de interpretação sociológicos como recurso literário específico. Porém, basta a análise da documentação do arquivo, central no presente estudo, e logo verificamos que a leitura da *sociologia implícita* nos romances do autor de *Vidas Secas* está aliada a uma preocupação *histórica*, recuperando parte da recepção crítica da obra, que assim se desdobra, ajudando a entender outros aspectos da vida intelectual daquele período. A sociologia implícita aparece como fenômeno por meio do qual identificamos uma série de procedimentos por parte do romancista nos informando de sua *prática de produção literária* e apreensão da realidade. Ela esclarece também alguns aspectos da configuração do espaço de disputas onde o que parece estar realmente em jogo só aparece na medida em que os conhecimentos implícitos contidos na recepção crítica das obras são postos em evidência.

3. Por uma sociologia menos restrita do romance social

3.1. Aproveitando o legado de Candido e Miceli

Mostramos até aqui duas visões que consideramos essenciais para a formulação mais adequada do problema da sociologia da literatura no contexto brasileiro: a visão de Antonio Candido e a de Sergio Miceli. É importante ressaltar, contudo, que não queremos criar uma dicotomia entre as duas perspectivas que, em muitos sentidos, correspondem-se entre si. A preocupação deste trabalho foi muito mais a de saber o que podemos aproveitar do legado de Candido em função do nosso objeto de estudo e o que podemos, também, aprender do trabalho sociológico de Miceli. Com o auxílio de alguns avanços nas ferramentas analíticas da sociologia (análise disposicionalista, estudo biográfico sociologicamente trabalhado, sistematização da análise dos romances em termos da sociologia implícita), apropriamo-nos criticamente desses legados para progredir no conhecimento a respeito da relação entre literatura e sociedade. Mas o que de fato aproveitamos de um e de outro?

Nossa leitura de *Literatura e Sociedade* poderia ser acusada de certo esquematismo. Afinal, tiramos de apenas um livro a visão de sociologia da literatura de um autor deveras complexo. Além disso, na obra de Candido, podemos encontrar, em vários momentos, elementos contrastantes, outras perspectivas sociológicas sendo elaboradas e trabalhadas. Por que, então, insistir na sociologia das formas literárias?

A extrema complexidade dos fenômenos da vida social torna possível encontrar uma quantidade infinita de exemplos isolados para apoiar qualquer que seja a tese defendida a respeito do mundo social. Sempre teremos casos para ilustrar um lado e o seu contrário, tamanha a abundância dos fenômenos existentes. A questão é que, para os propósitos do argumento aqui defendido a respeito da sociologia das formas literárias, pareceu suficiente mostrar, sem que fosse necessário tornar explícito o sem número de tensões que o próprio Candido encontra na sua perspectiva anacrônica de encarar o objeto-literatura, o elemento central de um argumento que guiou a visão, hoje hegemônica, a respeito do tipo de trabalho considerado mais adequado e legítimo a ser feito nas análises de obras literárias em sua relação com a sociedade. O problema é que, como temos uma visão difusa, para não dizer confusa, de um Antonio Candido sensível à sociologia, fica difícil perceber quando sua perspectiva produz uma sociologia de tipo específico que, não problematizada, pormenoriza processos sociais e os procedimentos sociológicos capazes de reatá-los com o processo criativo da obra literária.

Em nenhum momento negamos que foi a partir da *sensibilidade concreta* do crítico uspiano que a problemática do entrelaçamento existente entre as letras e a realidade social no Brasil se fez presente e tomou contorno específico, inclusive nesta tese:

Constatemos de início [...] que as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária. Isto é verdade não apenas para o romance de José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos; para a poesia de Gonçalves Dias, Castro Alves, Mário de Andrade, como para *Um estadista no Império*, de Joaquim Nabuco, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre – *livros de intenção histórica e sociológica*. Diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central na vida do espírito. (CANDIDO, 2000a, p.130) (Meus itálicos)

Lemos que a mirada de Candido é, sim, a do crítico, mas não a de qualquer um. Ela é a de um crítico, como dito, extremamente sensível aos vínculos existentes entre o ficcional e o documental na produção brasileira. Sua preocupação com a autonomia de seu *metier*, que perpassa o discurso de *Literatura e Sociedade* como um todo, não apaga o mérito de seu esforço em classificar o período histórico captando especificidades que interessam, e muito, à sociologia *tout court*. Por exemplo, lendo Candido, começamos a entender que o que une autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Graciliano Ramos e outros é uma maneira de articular a literatura e a sociedade, é um lidar específico com a ficção que os caracteriza, pois em todos se percebe a “intenção histórica e sociológica” (CANDIDO, 2000a, p 130).

A construção do objeto demanda marcar, contudo, a especificidade dos procedimentos. Nesse sentido, diferimos da crítica de Candido em alguns aspectos, mas não do seu dever de captar o propósito interessado dos escritores. Se a sociologia quer tomar distância ao interpretar e situar os propósitos interessados dos escritores em comparação com abordagens literárias que lidam apenas com intertextualidades e dialogismos, não se pode negar que o período histórico e suas manifestações são elementos concretos da análise da crítica em Candido e delineiam o sentido da literatura na sua relação com o social:

Nele, [Candido se refere ao Modernismo] e sobretudo na culminância em que todos os seus frutos amadureceram (1930-40), fundiram-se a libertação do academismo, dos recalques históricos, do oficialismo literário; as tendências de educação política e reforma social; o *ardor de conhecer o país*. A sua expansão coincidiu com a radicalização posterior à crise de 1929, que marcou em todo o mundo civilizado uma fase nova de inquietação social e ideológica. Em consequência, *manifestou-se uma*

“ida ao povo”, um V Narod, por toda parte e também aqui, onde foi o coroamento natural da pesquisa localista, da redefinição cultural desencadeada em 1922. A alegria turbulenta e iconoclástica dos modernistas preparou, no Brasil, os caminhos para a arte interessada e a investigação histórico-sociológica do decênio de 30. (CANDIDO, 2000a, p.124-125) (Meus itálicos)

Observemos como Candido se refere às manifestações da cultura letrada no Brasil. Segundo ele, no que diz respeito à interpretação da realidade brasileira, nenhuma outra forma de inteligência teve mais adesão e desempenho no esforço de interpretação da história brasileira do que a literatura, incluindo-se as formas ensaísticas com forte veio literário. O procedimento adotado por Candido, como vemos, fundamenta-se numa perspectiva da história da literatura (ele quer entender o significado das obras que se relacionam entre si através do trabalho de crítico-historiador, que as compara, e as organiza de maneira hierárquica). Com esse tipo de trabalho, ele está bem longe da sociologia que aqui buscamos, pois não é prioridade dele entender como a sociedade e a sociologia funcionam a partir da análise das obras e seus contextos, e o inverso, como a sociedade e a sociologia explicam as obras, é verdadeiro apenas em algumas ocasiões.

É conhecido o limite de uma história da literatura centrada na evolução das formas literárias, e o próprio Candido enfatiza isso em várias ocasiões. Apoiar nossa leitura nos aspectos delimitados pelo procedimento de Candido ajuda, porém, a entender o quanto ele é importante para o trabalho de análise da sociologia da literatura proposto por nós, tanto na afirmação como na refutação de suas ideias. Muitos condicionantes sócio-históricos que retemos para análises não são levados em conta como elementos pertinentes à interpretação das obras numa sociologia das formas literárias, ou numa história da literatura apenas preocupada com a sucessão de estilos captados e classificados pela opinião da crítica. Por isso, é necessário desfazer uma confusão a respeito do que é histórico numa análise sociológica das formas literárias.

Essa confusão vem da natureza do procedimento. Mesmo centrada na análise de texto, a história da literatura, tal como concebida por Candido ao pensar sobre sua sociologia das formas literárias, elabora uma leitura das obras levando em conta a história, isto é, a cronologia das sucessivas formas predominantes de produção literária numa época. O problema é que levar em conta a história e historicizar a literatura e seus autores são duas perspectivas diferentes. O que a perspectiva da cronologia das formas literárias contrapostas e relacionadas alcança são elementos do processo relacional criados socialmente e decifrados intelectualmente pelos

procedimentos da crítica e história literárias. A historização propriamente dita da literatura pela análise das condições da prática literária de escritores depende, também, de uma atitude de suspensão e suspeita do olhar crítico, que é sempre normativo e que, sendo operado, gera a hipóstase do trabalho de apreciação das obras, evitada pelo sociólogo preocupado com certa isenção historiográfica. Nesse sentido, apesar de a sucessão cronológica das formas e a de sua inteligibilidade interpretativa (atingidas através de técnicas de leitura como o *close reading*, a *intérprétation des textes*, e os métodos comparativos gerados por essas técnicas) terem relação com a história, podemos dizer que, devido à sua obsessão pela *intertextualidade*, a crítica e a história da literatura não têm tido muito êxito na produção de uma interpretação diacrônica da produção das obras e de seus significados específicos socialmente codificados.

Em outras palavras, o problema da historicização da literatura se coloca ainda em nossos dias, em parte, porque os críticos literários, dentre os quais Candido é tido como caso exemplar no Brasil, são *leitores profissionais e especialistas no tratamento das obras*. Eles classificam permanentemente as obras umas em relações às outras, comparando e atribuindo sentido e valor atual a cada uma delas, tudo isso em função da posição específica que pode ser revelada a partir das obras existentes num dado momento histórico (muitas vezes sem levar o valor normativo desse procedimento em consideração). Isso os leva, não raras vezes, a pressupor um elevado grau de consciência do escritor sobre o universo literário no qual ele atua. Ou seja, o erro, do ponto de vista sociológico, está no adotar o ponto de vista teórico, aquele do leitor crítico profissional, sem levar em conta ou dar a devida ênfase (a) o ponto de vista prático, o do escritor em situação de criação.

A historicidade é não apenas o tempo histórico no qual um romancista escreveu seus romances, mas também a temporalidade de seu tempo de escrita, inscrita, agora sim, nas dificuldades ou facilidades teóricas e práticas, totalmente vinculadas com a história concreta de suas respectivas socializações e as competências que nelas foram sendo adquiridas, que ele encontrou para realizar seu ofício de tal ou qual maneira.

Que categorias servem para explicar a escrita de um escritor? É preciso ter coragem para se afastar de Candido, quando nele evidenciamos o apego demasiado ao texto, e levar em conta algo que ele não fez de maneira sistemática, o grau de fragilidade do universo literário em relação ao universo político (como evidenciado no estudo de Miceli), por exemplo. Sendo um elemento estrutural das relações sociais, se não for analisada de maneira adequada, essa fragilidade oblitera o papel histórico das

forças concretas que delimitam os limites da atividade literária, inclusive o papel da crítica.

Tendo isso em mente, podemos retomar sem mais problemas o elogio à sociologia das formas literárias, que é um elemento fundamental dos avanços teórico-metodológicos tributários ao trabalho de Antonio Candido para a sociologia da literatura no Brasil. Obrigatória a lembrança de que é função da sociologia da literatura recuperar as lógicas sociais que funcionam como chão, como construção mais geral do social no texto literário. Ou seja, o sociólogo deve tornar visíveis os fundamentos subjacentes aos mecanismos que garantem e/ou constroem a legitimidade da “arte interessada” que, na sua “ida ao povo”, acredita estar “re-descobrimdo o Brasil” e, com isso, como pressupõe Candido, encontrar a verdade do texto, inclusive a social, trabalhada *através* do suporte da escrita.

Em *Literatura e Sociedade*, em artigo específico tratando do período de 1900 a 1945, o argumento de Candido busca legitimidade na *razão de ser* daquela arte que ele caracteriza como interessada. O crítico tenta vislumbrar, na maneira como a obra se manifesta, *naquele momento*, mas sobretudo *através de seu suporte específico*, que é a literatura interessada, orientada pela questão da crítica social, o tipo de informação que a crítica precisa apreender para elaborar, de modo adequado, uma interpretação da literatura. Aqui temos um elemento importante a ser focado da perspectiva crítica de Candido: ela constata que estudar uma *literatura interessada* exige um *olhar específico*, sensível às relações entre arte e sociedade.

Sabe-se que um estudo sociológico de um fenômeno artístico deve tentar articular as relações existentes entre os três aspectos socialmente cifrados dessa arte: a criação, a recepção e a obra. A hipótese metodológica central da sociologia das formas literárias, tal como Candido a formula em *Literatura e Sociedade*, como já dito, engessa a sociologia e liga-a demasiadamente ao texto, limitando suas potencialidades à análise da explicação literária.

O aprisionamento ao texto, velho conhecido e, de tão repetido, transformado em jargão quase unânime dos estudos literários, parece manter-se sem arranhões desde os porões do passado da história literária, como recalque histórico presente para quem vive de interpretar o mundo das letras no Brasil. É preciso, porém, fixar um ponto de inflexão: se quisermos entender bem por que se faz o esforço de analisar a massa de textos da época *não selecionados* pela perspectiva crítica, e não selecionados, como no belo dizer de Antonio Candido, *pelos critérios desenvolvidos mais tarde*, o que revela, a importância de um *tipo de leitura* que se fazia da literatura naquele momento; se quisermos entender bem esse procedimento, é

preciso situar nosso argumento e perceber que ele é uma aceitação do desafio proposto pelo próprio Antonio Candido, de produzir uma “leitura de época”, ou seja, de “não exigir [de autores] a presença de pontos de vista desenvolvidos mais tarde” (CANDIDO, 1992, p. 95).

Expomos, por isso, o próprio Candido, porque, com e contra sua análise, estudaremos, no terceiro capítulo, a massa de textos da época *não selecionados pela perspectiva crítica*; mais precisamente, não selecionados *pelos critérios desenvolvidos mais tarde*. Mostraremos, assim, a importância de uma literatura que, naquele tempo, era feita por

[...] espíritos [que] se orientavam em grande parte pelo aspecto documentário da ficção, *porque era grande o desejo de desmascarar e criticar as injustiças sociais e de conhecer a realidade oculta do Brasil*. (CANDIDO, 1992, p. 96) (Meus itálicos)

O aspecto documental da ficção aparece como razão de ser de uma literatura que não apenas era lida como uma análise da sociedade, mas também produzida como tal. Daí a importância do interesse, ainda atual, pela sociologia implícita ao romance. E a sociologia das formas literárias, tal como definida e trabalhada por Candido, é de grande valia para esse tipo de trabalho. Por isso, antes de voltar a criticar o aspecto textocêntrico da sociologia das formas literárias, é preciso ponderar e considerar o seguinte: não existe um consenso quanto à ideia segundo a qual se tenha na obra de Antonio Candido uma relação de oposição explícita entre sociologia e crítica literária.¹⁴ Consideramos, porém, que as diferenças e semelhanças entre o crítico e o sociólogo existem e são funcionais do ponto de vista analítico, na medida em que ajudam a entender aquilo que elas mesmas falseiam: que o esforço radical de historicizar um empreendimento intelectual, sobretudo artístico, ainda é bastante incômodo aos detentores do monopólio do discurso sobre as atividades estéticas, mesmo nos autores mais sensíveis ao argumento histórico da sociologia, como Antonio Candido.

Por isso, toma-se o impasse como mote analítico, o que torna necessário repetir: o procedimento intelectual que deu respostas a Candido pode esconder, na forma de dizer, o que se esconde por trás das verdades sendo ditas *daquela maneira*. É importante perceber que, para alguém como Candido, o “porque” da frase

14. Ao contrário disso, encontramos bons trabalhos que defendem os dois pontos de vista. Um exemplo bastante elegante de opinião contrária à da oposição e que descreve uma integração profícua entre o ensaísmo crítico, literatura e sociologia pode ser lido em *A Passagem do Três em um*, de Leopoldo Waizbort (WAIZBORT, 2007). Abordagens mais sociológicas em (RAMASSOTE, 2006) e (JACKSON, 2007).

“porque era grande o desejo de desmascarar e criticar as injustiças sociais e conhecer a realidade oculta do Brasil” tem, além do sentido *explicativo*, um tom de *justificativa*: não dava para eles lerem a literatura com os olhos dos avanços que fizemos até hoje. Como interpretar esse justificar? O que é que está em jogo por conta dele?

É preciso perceber que da descrição verdadeira de *Candido* não foram tiradas suas consequências (nem lógicas, nem metodológicas), prevalecendo, contra a história, como vemos, o veredito da crítica (teórico-normativo), que seleciona aspectos da referida autonomia da obra, para afirmar sua posição hegemônica atual, atribuindo valores aos critérios de suas próprias análises e estabelecendo os parâmetros de tratamento da própria literatura.

Ora, parece evidente que a sociologia da literatura no Brasil, apesar de apregoada, não tem sido realizada, em parte porque o apelo da apropriação legítima do objeto literário pela crítica e teoria literárias (sendo também matizados pela sociologia das formas literárias defendida por *Candido*) é muito forte neste país. Um crítico com o peso de Roberto Schwarz, por exemplo, pode dizer com toda a tranquilidade, sem que isso cause alvoroço entre os sociólogos, que a literatura brasileira passa a ser formada e articulada antes do fim da escravidão. Pode ainda concluir a partir daí que a literatura poderia ser formada, apesar de a sociedade ainda estar se formando e resolvendo problemas seculares (SCHWARZ, 1999), numa espécie de autonomia de vínculo de alguma forma produzida: “O quadro se presta a reflexões sobre as liberdades e vinculações complicadas da literatura, a qual pode atingir organicidade sem que ocorra o mesmo com a sociedade a que ela corresponde” (SCHWARZ, 1999, p.55).

A impressão que temos é que essa separação entre obra e sociedade produz um veio explicativo que, repetindo o postulado da sociologia das formas literárias, o de que é preciso ir ao texto, porque é nele que a autonomia se resolve por ela mesma, inibe muitas vezes a busca por certas conexões que possam existir entre a precariedade do sistema ou campo literário e a capacidade desse mesmo sistema de produzir obras de grande valor. Existe, em algum manual de sociologia, algo que diga que apenas sociedades estruturadas são capazes de produzir literatura de alto nível? Isso significa dizer que, em outras palavras, do ponto de vista da autonomia da sociologia, que logicamente se contrapõe a ou se tensiona com a autonomia da crítica literária, por estudar um vínculo que talvez não explique a autonomia da obra, no sentido dado pela crítica, a sociologia não pode falar de objetos literários, de escritores, de seus leitores, da biografia do autor para explicar o fenômeno literário.

Vemos nisso motivo suficiente para que, parafraseando Luiz Costa Lima (COSTA LIMA, 2007), ainda hoje faça sentido querer localizar, identificar e decifrar esse verdadeiro *veto à sociologia quando o assunto é literatura*.

Capítulo 2. A autonomia em questão

1. Candido e Miceli: reconstruindo uma tensão

Como vimos até aqui, Antonio Candido pode ser considerado ao mesmo tempo fundador da sociologia da literatura no Brasil e, paradoxalmente, agente inibidor de seu desenvolvimento pleno, porque, em sua defesa da crítica, encontra-se uma ideia de sociologia que inviabiliza (do ponto de vista lógico) a criação de outros modelos de sociologia da literatura, como o encontrado na sociologia dos intelectuais de Miceli, por exemplo. Uma consequência marcante dessa perspectiva em termos efetivos é a produção massiva de análises que são muitas vezes avaliações anacrônicas não sociologicamente informadas, porque, enclausuradas demais no texto, foram impedidas de realizar conexões entre contexto e obra.

Chegamos, então, a um momento de inflexão de nosso estudo: a pequena querela entre Candido e Miceli, captada e analisada pelos prefácios e por alguns trabalhos sobre a trajetória intelectual de Candido, põe em evidência questões importantes sobre a autonomia relativa das disciplinas da crítica e da sociologia, esclarecendo algumas razões pelas quais a sociologia da literatura tem abdicado do trabalho sociológico sobre a literatura, delegando-o aos departamentos de literatura.

Para explicar melhor essa ideia, tomemos como exemplo a análise de alguns textos em que a visão da crítica literária se confronta diretamente com a visão sociológica. A autonomia da crítica, exposta já com muita clareza no prefácio escrito em 1962 ao seu *Formação da Literatura*, serve aqui de apoio para entender a relação de Candido com a sociologia dos intelectuais proposta por Sergio Miceli, identificando assim os elementos que estão em jogo (ora em consonância, ora destoando) entre crítica literária com orientação sociológica e sociologia dos intelectuais. Vejamo-lo:

Este livro foi recebido normalmente com louvores e censuras. Mas tanto num quanto noutro caso, o que parece haver interessado aos críticos e noticiários foi a 'introdução', pois quase apenas ela foi comentada, favorável ou desfavoravelmente. Esse interesse pelo método talvez seja um sintoma de estarmos, no Brasil, *preferindo falar mais sobre a maneira de fazer crítica, ou traçar panoramas esquemáticos, a fazer efetivamente crítica, revolvendo a intimidade das obras e as circunstâncias que as rodeiam.* (CANDIDO, 2000b, p 15). (Meus itálicos)

Esse diagnóstico de Candido poderia ser usado integralmente contra ele mesmo em outro momento de sua trajetória, em defesa não mais da prática de trabalho da crítica, tal como a praticada por ele no *Formação*, mas da sociologia, tal como a praticada por Miceli em *Intelectuais à Brasileira*. Não foi usado contra ele porque uma parte de sua leitura prevaleceu como correta na forte crítica que ele teceu sobre

a tese de Sergio Miceli, talvez ainda não devidamente avaliada. Ao menos é o que parecem indicar estas palavras de Miceli que, numa entrevista, lembra o momento de avaliação de seu trabalho de doutoramento:

A argüição mais próxima à *verdade histórica do material* foi a do Antonio Candido. Foi fascinante. Porque era de alguém que via por dentro o tema, que tinha simpatia pelo trabalho. E, ao mesmo tempo, *legitimando a tese*. (MICELI *apud* BASTOS, 2006, p.229-230) (Meus itálicos)

A descrição feita por Miceli é muito interessante por várias razões. Ela põe em evidência, por exemplo, uma tênue tensão vivenciada por Antonio Candido ao lidar com os procedimentos sociológicos estabelecidos pelo trabalho de Miceli. Se por um lado o crítico literário se mostrava simpático à e mais próximo da “verdade histórica do material” (segundo Miceli, Candido foi bom arguidor justamente por não ter adotado uma perspectiva meramente teórica de leitura, como a tida pelos outros membros da banca), por outro lado, a simpatia dele se tornava reticente ao discordar de coisas porque, como veremos adiante, Candido “esta[va] falando de si” (BASTOS, 2006, p.230). É interessante ver que, para Miceli, esse teor reflexivo (falar de si) de Antonio Candido reafirmava o valor de seu trabalho, “legitimando a tese”:

Quando Antonio Candido teve a palavra, discordou frontalmente sobre a questão dos intelectuais formulada por Bresser: ‘Eu acho que a coisa importante da tese é o fato de que ela apresenta um outro prisma’. Ele me deu impressa a sua intervenção. Mas fez uma argüição diferente do que escreveu, no seguinte sentido: ele trouxe para a argüição a experiência nativa dele, com aquelas pessoas. Do Fernando de Azevedo, faz um retrato notável: ‘Você não conhecia essas pessoas. Eu conheci.’ A Carmute se *prende muito na dimensão teórica*. Cobrou-me Mannheim. Era fácil de responder. O Gabriel foi embolado, misturando muitas coisas e *também muito teórico*. (MICELI *apud* BASTOS, 2006, p.229-230) (Meus itálicos)

Ora, o que aproxima Miceli de Candido? Sem dúvida o que poderíamos chamar de *sensibilidade empírica* de ambos. Se voltamos a Candido e à sua leitura da recepção de seu *Formação da Literatura Brasileira*, a opinião do crítico está clara: existe uma propensão (preferência) no Brasil no que diz respeito à crítica por uma “maneira de fazer crítica” que não a faz, que “fala mais sobre a maneira de fazer ou traça panoramas esquemáticos” do que faz “efetivamente crítica”. Crítico irônico de seus primeiros leitores, Candido pode ser classificado nesse seletivo tipo de posicionamento que toma como reflexão o “modo de apreciação” de sua obra, que analisa o “tipo de leitura” numa tomada de posição contra um *modo de operar* o tratamento de um trabalho específico que não o faz, e que fica apenas preocupado com questões

de como ele deveria ser feito (questões teóricas sobre a teoria, ou de ordem epistemológica). Nisso, ele e Miceli estão em demasiado acordo.

Como já dito, poderíamos tomar ponto por ponto o que Candido declara contra seus pares no que diz respeito ao exercício da crítica e colocá-los contra a visão antissociológica defendida por ele posteriormente, contra o procedimento sociológico de Miceli. É importante retomar a arguição escrita à tese de Sergio Miceli, em que Candido se posicionou em relação ao trabalho sociológico a respeito dos intelectuais. Vale a pena continuar as impressões de Miceli e contrastá-las às opiniões de Candido:

Só que quando fui pegar a apresentação, ele disse que havia escrito coisas de que talvez não gostasse. “Então sinta-se à vontade para publicar ou não. É melhor que você leia antes de sair daqui”. Lembro que me sentei em sua mesa e comecei a ler. Quando acabei, ele me perguntou: ‘então?’. Eu lhe disse: “ Realmente o senhor não concorda com algumas coisas, mas vou lhe dizer algo que o senhor, talvez, não goste. *Eu acho que sua apresentação diz mais sobre o senhor do que sobre o meu trabalho. O senhor está falando do meu trabalho, mas, na verdade, está falando de si. É o senhor que está ali, portanto para mim é uma honra, uma homenagem. Vou publicar. Não faz mal que o senhor discorde*”. Ao contrário, isso ficou associado ao trabalho. (MICELI *apud* BASTOS, 2006, p.229-230) (Meus itálicos)

A reflexão vinda de Miceli a respeito das discordâncias de Candido não deve ser lida apenas como um esforço de *autodefesa* num momento de acuamento, como é o de uma defesa de tese. Ela guarda interesse sociológico mais amplo, justamente porque nota que é o próprio Candido no referido prefácio que explicita em vários momentos o tratamento tenso de admiração e recusa às teses presentes no trabalho e que, também por esse motivo, segundo a visão do próprio Miceli, legitimava em alguma medida as hipóteses por ele levantadas. Vejamos as palavras de Candido que confirmam o diagnóstico de Miceli:

Tanto lá como aqui estamos diante de um investigador tenso e honesto, que procura levar a verdade o mais longe possível, num terreno escorregadio e cheio de armadilhas. *Digo isso porque nesse caso o autor acaba sendo também objeto do estudo; pelo menos na medida em que pertence ao que um proustiano poderia por extensão talvez indevida mas sugestiva chamar a “grande e lamentável família” dos intelectuais, todos mais ou menos mandarins quando se relacionam com as instituições, sobretudo públicas; e inoperantes se não o fazem.* (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p.71) (Meus itálicos)

Diante de tais palavras parece não mais ser possível vacilar: a identidade entre autor e objeto à qual se refere o crítico, esse falar sobre a “grande e lastimável

família” dos intelectuais de maneira intelectual (através da sociologia), é o ponto de inflexão e principal ponto da discordância a um só tempo dura e simpática de Candido naquele momento. Nela encontramos, no decorrer do texto, alusões tensas e classificações hesitantes às posturas que visam a *dar posição* ao trabalho de Miceli no campo disciplinar. Entre o analítico e o pessoal, as opiniões contidas no prefácio se articulam em movimento de ida e vinda entre o negativo e o positivo da postura histórica objetivante, própria do trabalho sociológico por ele avaliado.

Essa negação da objetivação não se dá de maneira inteira, ela é colocada em evidência por uma recusa que tenta manter-se consciente das qualidades do trabalho. Quando Candido diz que “este estudo se filia à arriscada tendência contemporânea para a desmistificação e as explicações por meio daquilo que está por baixo, escondido da consciência e da observação imediata” (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p 72), ou quando se refere a Miceli dizendo que “nessa batalha de interpretações ele nem sempre escapa [d]o risco de condenar em vez de compreender, embora o faça o mais das vezes de maneira implícita ou lateral, quando alude aos ‘patrões’ dos intelectuais, deslizando com certa dureza sobre a palavra mais cabível que seria *patrono*” (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p73), ou ainda quando fala do “perigo das análises desse tipo, que podem ser qualificadas de ‘ideológicas’ (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p73) por tratarem de misturar “desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação”, em todos esses momentos, é à objetivação efetuada que ele tenta objetar.

Toda a argumentação de Candido, nesse sentido, poderia ser resumida de maneira simplificada e esquemática na seguinte pergunta: o tratamento sociológico objetivante das trajetórias e vínculos dos intelectuais com as classes dominantes garante de fato uma visão mais condizente com a realidade das coisas? Não geraria ele uma espécie de foco ideológico em que o pressuposto epistemológico é a suspeição de todos (os intelectuais)?

Antes de nos atermos a ela e atenuá-la, digamos que essa “suspeição de crítico”, que visa a desautorizar a “suspeição sociológica”, é ainda mais interessante porque todos esses exemplos de discordâncias são seguidos de uma autorreflexão a respeito da posição que o próprio Candido ocupa(va) como analista ou participante do universo intelectual estudado por Miceli:

[...] Numa palavra, **Miceli já dispõe de uma perspectiva temporal, que permite certo afastamento e, portanto, o olhar sem paixão e quem sabe sem ‘piedade’.** Mais uns anos e quase todos esses homens serão vinte linhas esquematizadas e arbitrarias numa enciclopédia, sem sopro nem movimento.

Mas eu não os vejo assim, porque me formei olhando-os na rua, nas fotografias de jornal, nas salas, no noticiário e na referência viva de terceiros. **Tomei partido**, julguei seus atos em função dos meus, orientei os meus pelos deles. Portanto **não consigo vê-los de longe** e, às vezes, nem aceitar como verdade manipulável intelectualmente os dados de suas biografias e autobiografias. Não é raro eu sorrir quando Miceli se funda para argumentar em informações desse tipo, cujo **grau de alteração** eu *ainda* posso sentir, mas ele *já* não. (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p. 72-73) (Meus negritos, itálicos do autor).

O uso da primeira pessoa e as alocações dos qualificativos “olhar sem paixão” e “sem piedade” dão expressão, em certa medida, à tensão indicada. Tensão que invoca com muita força uma negação parcial da objetivação sociológica do universo social nos seus termos críticos. A temporalidade descortinada por Candido, que fala em contraposição de duas atitudes possíveis, a implicada (contida no “ainda posso sentir”), e a externa (exposta no “já não”), dá a tônica negativa dele ao procedimento analítico de Miceli. Poderíamos ainda, articulando tudo, perceber que o argumento do crítico faz uma correspondência vinculando o distanciamento da “perspectiva temporal” da sociologia histórica ao “olhar sem paixão e quem sabe sem ‘piedade’” do sociólogo.

É dessa forma que se prepara no prefácio, com coerência, a ponderação a respeito do alcance da análise sociológica, que ele efetua como na avaliação seguinte:

Dou esse exemplo apenas para dizer que Miceli às vezes dá realce excessivo à generalização simplificadora, mas para reconhecer que essa tendência está em todos nós, quando tentamos a operação de conciliar a descrição do destino de cada um com o significado que ele acaba adquirindo realmente no processo histórico. Quem sabe o que de fato significamos entre os dois infinitos? (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p. 74)

Generalização simplificadora e a conciliação de trajetórias individuais com o significado histórico são outros nomes para a tensão que depura dicotomias e expressa, na argumentação de Candido, uma admiração hesitante que finda por rejeitar, negar mesmo, o valor específico atribuível ao processo de objetivação do universo intelectual, do qual ele mesmo *fez parte*.

É interessante notar que Miceli, percebendo a sinceridade de Candido, mas mais do que isso, notando aquilo que ela revelava acerca da legitimidade de seus argumentos, credita e publica, por isso mesmo, um texto que discorda das teses essenciais de sua postura sociológica. Postura essa que, segundo Candido, mata o que há de vivo nos homens e mulheres, pois, “mais uns anos e quase todos esses

homens serão vinte linhas esquematizadas e arbitrárias numa enciclopédia, sem sopro nem movimento". (CANDIDO *apud* MICELI, 2001a, p.72). Apesar de essa tensão operar de fato, como já exposto, existe também uma congruência entre as perspectivas de Candido e a de Miceli, algumas delas já expostas no decorrer desta análise.

“Graciliano não é um documentalista, embora continue a pagar um alto preço pela vigência do cânone sob o qual escrevia.” (Luiz Costa Lima).

2. Outros exemplos: Costa Lima e Castro Rocha em vetos mais explícitos à sociologia da literatura

Analisaremos, nos exemplos a seguir, como continuidade das ideias trilhadas até aqui, em linhas gerais, primeiro como a tese do veto ao ficcional também articula um veto, ora velado ora explícito, à sociologia da literatura. Procuramos entender mais especificamente como esse veto se produz no que diz respeito aos trabalhos que Costa Lima realiza sobre a obra de Graciliano Ramos.

Em seguida estudamos o caso da análise da cordialidade na literatura, para caracterizar de maneira mais clara o procedimento socioanalítico proposto, investigando em que sentido a crítica literária confunde aspectos importantes da historicização das obras.

2.1. Exemplo 1: Costa Lima e um veto velado à sociologia

Defende-se aqui a hipótese segundo a qual existiria de tal forma um mote normativo na vivência literária exercido pela perspectiva crítica atual ante os romances *Caetés* e *São Bernardo*, que, para defender a autonomia da crítica e da literatura (como obra), entendida como negação do veto ao ficcional (COSTA LIMA, 2007), seria preciso negar o modo como concretamente se leu a obra de Graciliano Ramos no momento em que apareceu no cenário intelectual brasileiro.

A tese de Costa Lima em relação a *Caetés* é semelhante à que ele usa para falar do drible de Machado de Assis ao veto ficcional (COSTA LIMA, 2007, p. 193-213). A busca do autor da *Trilogia do Controle* é feita no sentido de estabelecer os critérios de uma leitura *adequada*, nesse caso, *literária*, do universo contido no romance.

Ele resume seu estudo sobre Machado de Assis da seguinte maneira:

Em síntese, procuramos acentuar que os dilemas de Flora se motivam pelas características das instituições sociopolíticas do Brasil da época; que, no entanto, esta articulação não nos autorizaria a ter tais dilemas como reflexos da sociedade, pois não são um documento dela, mas explicitados a partir de sua condução até à ficcionalidade; que, de sua parte, esta, em termos de modernidade, se caracteriza por romper com os “horizontes de expectativa” do leitor. (COSTA LIMA, 2007, p.212-213).

Está dito: não se pode, sob o risco da ingenuidade mais ignara, ler textos literários como se fossem documentos. Certo. Ao que tudo indica, com os olhos educados pela crítica moderna (“em termos de modernidade”), Costa Lima desqualifica, em razão de uma perspectiva teórica de horizonte normativo, como não poderia deixar de ser, a quase totalidade de leituras feitas da obra de Graciliano Ramos na época de sua publicação¹⁵. Queremos explicitar a problemática histórica desse procedimento, válido do ponto de vista da crítica, o qual assume como função também julgar e selecionar obras por critérios de qualidade específicos.

No subcapítulo intitulado “Graciliano Ramos e a recusa do caeté” (COSTA LIMA, 2007 p. 437-446), após mostrar a semelhança entre uma descrição feita por Graciliano e tantas outras feitas e tidas como “relatos realistas”, Costa Lima reafirma o veio do julgamento que caracteriza seu trabalho:

[é] evidente a procura de documentar até o detalhe. Mas o tipo de realismo de Graciliano não resulta da fidelidade da apresentação de uma procissão interiorana, senão a densidade como a cena se compõe: o absoluto distanciamento do narrador diz de forma sintética e pelas *brechas* entre as palavras da falsa religiosidade da cerimônia, da ostentação alegórica, do desfile de ‘destaques’. [...] O *descritivismo documentalista* é superado pela proximidade da náusea e do grotesco. Essa é uma das poucas passagens de *Caetés* em que o escritor ultrapassa a *mera documentação das aflições do medíocre narrador*. (COSTA LIMA, 2007 p. 442). (Meus itálicos)

Costa Lima busca e encontra as “brechas” procuradas: os lugares do romance onde o autor ultrapassa o mero “descritivismo documentalista”. Mais uma vez, o procedimento é legítimo e corresponde à função *qualitativa e seletiva* da crítica. Não podemos esquecer, contudo, e esquecemos isso com facilidade, que, sem a moderação histórica que tenta captar o *que o leitor da época queria encontrar*, impõe-se uma leitura generalizada que *transpõe ao todo do romance* as qualidades retiradas de “uma das poucas passagens de *Caetés*” (COSTA LIMA, 2007, p.443).

A tese principal desenvolvida em *Trilogia do Controle* procura mostrar que a expressão literária surge e se desenvolve marcada pelo que Costa Lima chamou de *veto ao ficcional*. Segundo essa ideia, defendida como hipótese desde *Controle*

15. A esse respeito, ler as análises do capítulo 3 sobre a documentação selecionada do Arquivo Graciliano Ramos. A partir das visitas feitas ao Arquivo nós elaboramos um banco de dados, disponível na internet, onde se pode ver a construção das categorias de análise através dos comentários feitos aos documentos que foram transcritos e analisados. O Arquivo se encontra no Instituto de Estudos Brasileiros, na USP, e conta com o acervo em sua maior parte doado pela família do escritor.

do *Imaginário* (COSTA LIMA, 1989), o veto ao imaginário, que teria como consequência a domesticação do ficcional, foi um fato que permeou a história das letras no Ocidente “desde os primeiros sinais da descoberta da individualidade moderna, na chamada Baixa Idade Média” (COSTA LIMA, 2007, p. 413). O autor, porém, e é o que interessa para o propósito deste trabalho, dá ênfase ao desenvolvimento desse fenômeno no Brasil, tentando trazer a especificidade do controle do ficcional em três dimensões regionais: Europa, Novo Mundo e Brasil. Ele descreve dessa forma a abrangência de seu empreendimento intelectual:

[...] O direito de expressão de um eu, não subordinado previamente aos valores (então teológicos) estabelecidos, aparecia como uma ameaça à propagação da verdade. Em *O controle*, o mostramos por análise que leva em conta a poética renascentista. Isso foi basicamente feito pelo exame do papel aí exercido pela *imitatio*. A *imitatio* implicava o oferecimento de um *modelo*, que, enquanto seguido por artistas e escritores, permitia que um eu expressasse e, ao mesmo tempo, seguisse pautas institucionalmente legitimadas. Portanto, no círculo de maior abrangência, o veto que estudamos nasce, se concentra e se irradia a partir da Europa. Dentro dele, por sua vez se inclui um círculo de menor abrangência: o veto que atua na produção cultural do Novo Mundo. Em seu interior, aponta o menor: o veto presente no Brasil, a partir das reflexões sobre o papel da literatura e do escritor desenvolvidas desde o século XIX. (COSTA LIMA, 2007, p. 413-414).

Costa Lima oferece um modelo histórico de interpretação do veto ao ficcional que permite a articulação das especificidades dos círculos de abrangência por ele delimitados. A sensibilidade sociológica da análise é posta em evidência na medida em que a *imitatio*, à qual ele se refere, apresenta-se como um objeto que só revela sua verdadeira face (a de veto) quando analisada à luz de um *modelo* que, segundo Costa Lima, permitia que “um eu se expressasse e, ao mesmo tempo, seguisse pautas institucionalmente legitimadas” (COSTA LIMA, 2007, p. 413-414).

Chegamos até aqui sem impasses, contemplando o discernimento que sustenta o capítulo IV da *Trilogia do Controle*, o qual trata das relações entre “Documento e Ficção”. Trata-se justamente de assunto caro ao estudo aqui proposto nos termos da relação entre sociologia, ciência que prescinde de documentação empírica para validar o que diz sobre a realidade social, e literatura, modo de expressão que lida com o real, mas dispensa, nos seus critérios próprios de validação, *segundo a crítica*, de facticidade para enunciar suas verdades, dadas de modo sempre velado. Dessa maneira, mais uma vez, as formulações substantivas do argumento não são suficientes para entender o que contrapõe as ideias defendidas por Costa Lima à perspectiva sociológica aqui pressuposta.

Na ideia defendida por Costa Lima, tal qual no exercício analítico aqui proposto, existe uma precaridade percebida no sistema literário brasileiro. Aqui, pelo modo de apreciação sociológico de uma obra literária; lá, pelo veto à ficção. Existe, porém, uma diferença central: o ponto de vista normativo-formalista da crítica julga o mundo literário local por não conseguir impor um *modelo* (seria demasiado dizer modelo eurocêntrico?) de autorrealização. Nessa trama argumentativa, existe um estudo do que há de literário pela falta, caracterizando, assim, nesse sentido, a literatura como pouco autônoma, sem levar em conta as disputas reais e concretamente existentes no modelo precário de disputas locais. Neste caso da análise pelo veto à imaginação, a normatividade da crítica aparece quando a ficcionalidade, segundo aquele argumento, *deve* remeter e converter de uma vez por todas os critérios de produção e avaliação das obras de arte ao risco de, se assim não o fizer, perder de vista sua real autonomia, a de ficção.

Para entender melhor o que está em jogo nessa maneira de avaliar a literatura, é preciso dar um recuo na estratégia argumentativa. E tentar captar o desafio do sociólogo quando procura entender o limite do *desejo de autonomia* (RAMOS, J. 2003) contido no argumento da crítica. A dificuldade aqui é tentar articular empreendimentos analíticos que ora convergem ora divergem – às vezes coexistindo acordos e desacordos num mesmo estudo – na árdua tarefa de explicar o objeto complexo que é a literatura. Se, por um lado, o veto à ficção aparece como elemento da crítica permitindo uma série de análises e mensurações da *ficcionalidade* dos romances, por outro lado e de maneira bem forte, aparece outro veto pesando junto à perspectiva de Costa Lima, o veto à sociologia da literatura.

Ao reconstruir seu percurso analítico, Costa Lima retrata da seguinte forma seu procedimento:

[A]perfeiçoar e corrigir duas frentes: 1. a da *mímeses*, por certo, não mais entendida como subordinada a um modelo, o que supunha um produto que privilegiaria sua semelhança com algo anterior, i.e., o próprio modelo, e sim o resultado de uma interação entre vetores desiguais – a *diferença* quanto a um referente inscrito na ordem da realidade, realizada sobre um fundo de *semelhança*, 2. a do controle do imaginário, entendido como o mecanismo com que a sociedade (ocidental) opera para ajustar as obras dos que privilegiam o imaginário – seus poetas e artistas plásticos – aos valores em vigência em certo período histórico dessa sociedade. *Assinale-se que seria um erro grosseiro confundir controle e censura – essa se afirma por si mesma, e por isso, interessa à sociologia da literatura e não à sua teoria.* (COSTA LIMA, 2007, p.17-18) (Meus itálicos).

Mímeses, semelhança, diferença. Três palavras que condensam significados importantes na articulação efetiva da relação entre sociologia e literatura. É verdade, através delas se torna possível diferenciar, fazer analogias, produzir paralelos, distinções, aproximações entre duas práticas intelectuais ligadas entre si por muitos meios.

Mas interessa, além dessas possibilidades semânticas, chegarmos aos impasses de ordem das práticas analíticas. Não teríamos aqui, na distinção mesma entre controle e censura, como avaliado no caso de Antonio Candido, um veto feito à sociologia?

De fato, o impasse transparece na maneira pela qual é relegada a tarefa ao sociólogo. Tudo se passa como se a matéria, fonte dos problemas da teoria literária não estivesse ao alcance do tratamento sociológico. A distinção entre os propósitos feita por Costa Lima não nos parece de todo equivocada, porque é percepção comum que não cabe ao sociólogo fazer o papel de crítico literário. Mas, ao que parece, caberia tanto à crítica quanto à teoria literária emitir (e só a elas), e tem-se seguido à risca essa separação avançada por Costa Lima, os julgamentos que, no final das contas, definiriam em que medida uma obra de literatura poderia ser tratada como ficcional, ou seja, como obra de arte.

Ora, na medida em que convém a cada uma, crítica e teoria literárias, um julgamento valorativo do tipo que encontramos na *Trilogia do Controle*, não basta ao sociólogo reconhecer o valor do trabalho realizado nos termos da intenção político-intelectual, reconhecida ou não por Costa Lima como pretenciosa. Do enfoque sociológico, que já não pode mais emitir valor sobre quem tem autoridade de atribuir valor às obras de arte, retém-se apenas o necessário: para justificar o interesse de seu propósito específico (o sociológico), o sociólogo deve tensionar com o tal procedimento (o da teoria e crítica literárias), deslocando-o para o prisma próprio da sociologia. Dessa forma, é da imanência da postura da teoria literária, a qual lida e quer lidar com o que é *necessariamente* ficcional na ficção, que se depura o interesse do propósito sociológico. Esse propósito se realiza sempre a *contrario sensu*, não aceitando seu limite epistemológico de não poder julgar sobre a literariedade dos objetos literários.

Os argumentos por nós defendidos possuem conteúdo semelhante aos da crítica levada aqui em conta, porém as explicações são distintas. Se, por um lado, defendemos com a mesma ênfase, do ponto de vista atual, a presença e a importância da autonomia relativa das obras (que sempre toma corpo na medida em que se reconhece, de uma maneira ou de outra, a quebra de referencialidade contida nas diversas manifestações de realismo nas artes), por outro, no caso

do tratamento analítico do *modo de leitura concreto* das obras de Graciliano Ramos (modo de leitura reconstruído mais adiante nesta tese), observamos o distanciamento em relação ao *modelo* que, *referencial criado pela crítica*, atua na hierarquização social e estética das obras (agora, e assim sendo, objetos da sociologia).

A referência ao formalismo pode parecer injusta se destacarmos do próprio Costa Lima palavras como estas:

[...] A pura análise textual, seja na versão francesa da *explication de texte*, seja na norte-americana do *close reading*, trabalhava com os elementos verbais, na esperança de determinar o literário apenas por esses indicadores. Sabemos hoje que essa aspiração não poderia se concretizar. A maneira como se usam os signos nunca nos diz o que é a literatura. A literatura não está *nas* palavras ou na forma de agenciamento *das* palavras, mas em um conjunto de regras que subordinam as palavras a uma certa forma de experiência. Essas regras, que presidem uma determinada modalidade de comunicação, configuram uma modalidade discursiva própria. (COSTA LIMA, 2007, p.146).

De fato, é ao mesmo formalismo criticado por Costa Lima que a perspectiva sociológica deste trabalho tenta opor-se. Mas não apenas a ela. Parece evidente que, da lógica que decorre da crítica ao formalismo acima assinalado pelo próprio autor da *Trilogia*, quase surpreendentemente decorre outro, mais difícil de se captar. E isso porque da “pergunta direta, portanto, que se impõe”, ou seja, de saber, “enquanto discurso ou formação discursiva específica, que é próprio à literatura?” (COSTA LIMA, 2007 p. 116), advém o seguinte encaminhamento analítico: “Para isso [para entender o que é próprio à literatura], torna-se necessário clarificar o que Valéry chamara de teatro mental” (COSTA LIMA, 2007 p.116). E o círculo se fecha em si: o próprio da literatura sai, formal e naturalmente, de uma perspectiva (teatro mental) que supõe *a priori* o aspecto ficcional (a ruptura com a dimensão meramente documental) como elemento que caracteriza a ficcionalidade do ficcional. Dessa forma, chegamos à seguinte constatação teórica: “a formação discursiva própria à literatura tem um caráter não documental, uma *radicalidade não documental*” (COSTA LIMA, 2007 p.118). E, mesmo que isso tenha, em Costa Lima, o sentido específico de não afirmar a falta de contaminação da ficção com a realidade, a impositação teórico-normativa se revela quando diz

[...] sim, que o discurso literário não se apresenta como prova, documento, testemunho do que houve, porquanto o que nele está se mescla com o que poderia ter havido; o que nele há se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar. (COSTA LIMA, 2007 p.418).

Não negamos aqui que tal ponto de vista seja legítimo, pertinente em sentido específico. Quem o defende o faz de perspectiva teórica específica, com um olhar erudito da literatura (que aparece como forma autônoma de discurso *a priori*). Talvez por ser já tão legítima (a teoria, a crítica), possamos, sem risco de constrangimento algum, elaborar, *através* da teoria literária, julgamento dessa natureza, mesmo depois de aceitos, como parecem ser em nossos dias, os condicionamentos sócio-históricos das diversas produções culturais. O sociólogo, por sua vez, em postura de precaução, volta à atitude de suspensão dos significados imediatos das experiências artísticas (de produção, reprodução, recepção etc.) e se concentra no esforço de sair do jogo de legitimação das obras contido nos julgamentos crítico e teórico.

2.2. Exemplo 2: Castro Rocha e a cordialidade como veto

Examinemos mais um caso: o do livro *Literatura e Cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*, de João Cezar de Castro Rocha (CASTRO ROCHA, 1998). Parece mais um exemplo que ilustra, *a contrario sensu*, o propósito histórico-descritivo da sociologia da literatura. O livro formula, no que se refere à hipótese da autonomia, o mesmo discurso desta tese: existe precariedade na autonomia do campo das letras no Brasil em um dado período e isso continua, em certo sentido, até hoje. Contudo, o enfoque analítico da sociologia pretendido no presente trabalho destoa do elaborado por meio da ideia de cordialidade, que está presente na análise de Rocha, o que ajuda a esclarecer o objetivo crítico desta tese.

Com a análise da polêmica sobre *A Confederação dos Tamoios* – em que José de Alencar, jovem pretendente a entrar no universo restrito das letras nacionais, atacava fortemente a obra de Gonçalves de Magalhães, considerado o grande escritor da época, como estratégia de consagração –, Castro Rocha objetivava “caracterizar a vida literária de homens cordiais”¹⁶ (CASTRO ROCHA, 1998, p.31). A partir *desse exemplo*, tipifica uma linha de conduta própria à produção intelectual brasileira. Em

16. A ideia de homem cordial foi tirada por Castro Rocha do clássico de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda *in* SANTIAGO (org.) v. 3, 2000) e utilizada para tentar captar práticas reais da conduta de escritores brasileiros. No famoso ensaio, Sérgio Buarque propõe engenhosa hipótese sociológica sobre as razões do comportamento dos intelectuais brasileiros associando-as a uma lógica mais geral, oriunda, segundo ele, da hipertrofia da esfera privada que contaminava a pública. Nesta análise sobre o precedente de Castro Rocha, avaliamos o recorte normativo de uma análise que termina julgando mais do que descrevendo os motivos e as lógicas que guiam as práticas intelectuais no Brasil. Nesse sentido, a ideia de homem cordial, usada por Castro Rocha para mostrar que a conduta intelectual dos intelectuais brasileiros era baseada no personalismo oriundo da esfera privada, parece-nos apenas repetir os equívocos encontrados em *Raízes do Brasil*.

si, a busca pela tipificação e a generalização dos tipos não constituem um problema. O que se torna problemático é que não se verifiquem os pressupostos da teoria da socialização que dá suporte à ideia de cordialidade como característica típica e fundamental do intelectual brasileiro. Existe, nesse argumento, uma descrição do social correndo por trás da perspectiva de crítica literária: lógicas sociais (estratégias de consagração ou de entrada no mundo das letras, por exemplo) que explicam lógicas literárias (caracterização da vida literária dos homens cordiais). O limite sociológico (e apenas sociológico) desse argumento é o seu pressuposto crítico: o que explica a vida intelectual dos homens intelectuais são apenas suas relações específicas com o universo intelectual, mesmo sendo essas relações borradas por lógicas de outros universos.

O que Castro Rocha descreve é uma sociedade em que a cordialidade denuncia a falta de autonomia do campo literário (que ele trabalha em termos de um *campo discursivo*), da seguinte forma:

- a) informando-nos, baseado em documentos de época (1854-1856), sobre as estratégias de integração ao mundo restrito das letras no Segundo Reinado usadas por José de Alencar, Castro Rocha reproduz o que seria uma pequena história concreta das estratégias, a um só tempo, discursivas e sociais do homem cordial;
- b) tais estratégias fixaram, pela contradição lógico-discursiva engendrada nos textos que envolveram a querela sobre o *A Confederação dos Tamoios*, o que Castro Rocha chamou de “circularidade das articulações discursivas e de práticas sociais”. (CASTRO ROCHA, 1998, p.77).

Dessa maneira, os procedimentos analíticos do autor são delineados da seguinte forma:

Acredito que a polêmica em torno d'*A Confederação dos Tamoios* oferece um material privilegiado tanto para o reconhecimento de códigos que definem os ritos de nossa vida literária quanto para a identificação de práticas que atravessam nossa história cultural. (CASTRO ROCHA, 1998, p.42). (Meus itálicos).

Encontramos nessas palavras um esforço de identificação da cordialidade em determinado tipo de prática intelectual, nas “práticas que atravessam nossa história cultural”, que é, em seguida, ampliado do caso da querela para toda a sociedade das letras:

[...] creio que as circunstâncias da polêmica encenaram e, em certa medida, prefiguraram os dilemas que até hoje enfrentamos: o divórcio entre Estado e sociedade civil; a instabilidade do espaço público e o autoritarismo implícito nas mais diversas formas de nossas trocas sociais.” (CASTRO ROCHA, 1998, p.42).

Ora, se fizermos o exercício de comparar formalmente os pontos a e b, levando em conta os procedimentos analíticos por eles engendrados, com algumas definições formalmente aceitas de campo literário, no que diz respeito a sua autonomia relativa de espaço social específico, perceberemos logo o que está em jogo: a (ausência de) historicidade dada pela explicação sociológica que vemos nos termos esboçados por Castro Rocha.

Assim, por um lado, temos a autonomia de um campo literário que considera que, quanto mais autônomo é um campo literário, mais norteado ele estará por valores produzidos pelo próprio campo e menores serão as injunções de outros campos (político, religioso, econômico etc.) na constituição de suas normas reguladoras (BOURDIEU, 1988); (HEILBRON, 1990); (MICELI, 2001a); (VIALA, 1985). E por outro, a ideia de autonomia da obra literária carregando consigo a proposição segundo a qual a autonomia de uma obra literária só faz sentido dentro de um campo literário mais autônomo (BOURDIEU, 1998); (VIALA, 1985).

Observamos que o conceito de campo mencionado *orienta* o olhar dos agentes *desse campo*, institucionalizando uma maneira de ler e de produzir cultura. Ou seja, o conceito de campo não apresenta *a priori* o que constitui um campo em si, como se a ideia de campo fosse uma *transposição imediata* da realidade social já existente e modelada. No programa do conceito, é papel do sociólogo preencher as lacunas empíricas que a ideia de campo relativamente autônomo traz. Dentro dessa perspectiva heurística da noção, *não se deve* colocar o problema de maneira a discutir se obras literárias de fato têm autonomia ou não (papel que a crítica e outras disciplinas assumem), mas de averiguar e mostrar disposições por parte dos agentes de um campo em tratá-las como autônomas (historicizando assim o procedimento e, com ele, a própria noção de campo).

No texto de Castro Rocha, apesar de cautelas formais por ele adotadas, tudo se passa *como se* a cordialidade apontasse a desvinculação do homem cordial com as condutas próprias a um campo intelectual relativamente autônomo de onde ele *deveria* passar a apreender a obra guiando-se por valores intrínsecos à linguagem tida por propriamente literária. Em outras palavras, podemos dizer que Castro Rocha assume o ponto de vista já construído da autonomia. Ora, no que diz respeito aos procedimentos analíticos, deve-se buscar – senão a ilusória ou referencial neutralidade axiológica em todas as regiões epistemológicas do trabalho (mesmo os procedimentos mais técnicos passam pelo crivo da escolha do pesquisador) – ao menos a sua compensação intelectual objetivamente possível, ou seja, uma ponderação sobre as razões pelas quais se operou, em função dos métodos e

conceitos escolhidos, um julgamento de valor a respeito de uma dada realidade e/ou fenômeno.

Apesar desses limites constatados, existe valor propriamente descritivo no trabalho concebido pela "*dialética da ausência*" de Castro Rocha, que ele mesmo critica. Na verdade, o fato de se estar estudando um contexto que *resiste à normatividade presente no quadro teórico adotado no livro* – sobretudo a presente na ideia de campo discursivo, que imputa uma relação estrutural trans-histórica ao evento da cordialidade – inocula de valor heurístico até mesmo o julgamento de valor ali plasmado. E isso porque, ao tentar *delinear pela falta* a substância do social *contextualizado* (contexto para onde um determinado conceito foi transposto), torna-se latente uma descrição criteriosa das coisas que o conceito guardando suas propriedades descritivas *aqui como lá* (saindo do contexto intelectual que o engendrou para o contexto onde é agora aplicado, no caso em questão o conceito de campo sendo usado para descrever o espaço de trocas intelectuais brasileiro e as práticas dele decorrentes) – devem ser capazes de explicar e inteligir o funcionamento diferenciado entre os dois contextos sociais implicitamente comparados.

Essa digressão teórica se faz necessária quando queremos mostrar que, mesmo pela rarefeita negação do que já fora descrito em contextos distintos, podemos tirar elementos positivos para uma análise comparativa em sociologia. Por exemplo, a noção de campo requer uma série de requisitos (europeus?), de propriedades (europeias?) que, existindo *lá* e não *aqui*, poderiam parecer uma justaposição falsa porque por demais normativa ao conteúdo que deve ser realmente levado em consideração para dar conta de uma sociedade específica.

3. O Biografismo: exageros de uma crítica aos exageros

Feitas as reflexões sobre os exemplos de abordagens das críticas literárias de sensibilidade sociológica e mostradas as suas respectivas limitações, resta-nos ainda ilustrar os problemas gerados pelo uso dos pressupostos da crítica em trabalhos de cunho propriamente histórico, como é o caso da biografia mais completa existente sobre Graciliano Ramos. A pergunta que nos fazemos baseada nas análises precedentes é: como foi escrita a biografia de um escritor como Graciliano Ramos num universo intelectual em que a hegemonia crítica despreza informações biográficas como elemento de interpretação da obra?

Analisemos como ponto de partida as palavras de Carlos Nelson Coutinho no prefácio à biografia mais conhecida de Graciliano Ramos:

[...] estamos diante de uma biografia que não é biografista. Ou seja: em *nenhum momento*, Dênis de Moraes utiliza o vasto material biográfico de que dispõe para tentar explicar, através dele, o universo estético de Graciliano. (MORAES, 1992, p. XV).

A premissa elogiada por Carlos Nelson soa estranha a qualquer ponto de partida sociológico: o material biográfico não deve explicar o universo estético de Graciliano. Como a biografia pode dissociar-se da obra num autor como Graciliano Ramos? O prefaciador esclarece em seguida com mais detalhes o significado dessa proposição:

As criações culturais (e, em particular, as estéticas), precisamente por se vincularem às ideologias e ao imaginário de amplos grupos sociais, transcendem a biografia de seus criadores imediatos. [...] Se *São Bernardo*, *Angústia* e *Vidas Secas* se incluem entre os maiores romances brasileiros, isso ocorre exatamente porque eles não se limitam a reproduzir as experiências pessoais de Graciliano, seus traumas infantis ou seu inconsciente, mas porque dão expressão estética a movimentos profundos e universais da consciência e da práxis social de grupos fundamentais da sociedade brasileira. O livro de Dênis de Moraes situa a relação dessas e de outras obras de Graciliano na história de sua vida, mas se abstém – com lucidez metodológica – de reduzir o seu significado estético e ideológico às vicissitudes dessa história pessoal. (MORAES, 1992, p. XV – XVI).

O medo: reduzir uma grande obra às vicissitudes de uma história pessoal. Ou ainda, em outras palavras do próprio Coutinho, “uma biografia não pode ser chave para a compreensão do significado imanente de uma criação cultural” (MORAES, 1992, p.XVI.) Nessa visão entre sociologia e crítica, o que sobressai na verdade é o medo do reducionismo (reduzir a obra à biografia, reduzir a transcendência estética

a fatores sociais tirados de um indivíduo, o autor). É esse medo que alimenta a difícil arte de encontrar as injunções que conectam um autor à biografia dele, uma trajetória às condições de produção intelectuais de sua época, um indivíduo às lógicas sociais que o performavam num dado momento de sua história. Mas com esse receio poderia a sociologia realizar-se? Esse procedimento biográfico reflete de tal maneira os mecanismos da demanda de autonomia da crítica, que seria preciso operar esses conceitos de maneira inversa para sair desse verdadeiro *materialismo sem matéria* (a fórmula tomamos de Bourdieu), ou dessa *ideologia do literário* (para falarmos como Marx), no(a) qual a biografia, ao ver dilapidada sua função de elucidar aspectos da obra, termina perdendo seu valor explicativo do ponto de vista sociológico, separando por fim o autor, que a sociologia precisa ver como agente sociologizado, mas não o faz, da obra, que não encontra relação com a experiência social concreta desse agente. Em tal perspectiva invertida, todo o esforço analítico da inteligibilidade sociológica na biografia funciona em termos similares ao da filosofia alemã criticada por Marx e Engels: ela funciona situando apenas genericamente as categorias de incorporação de elementos sociais nos indivíduos, não conduzindo de maneira mais específica as descrições, deixando em aberto alguns processos explicativos que tornariam possível antever as conexões necessárias entre elementos da socialização de Graciliano Ramos e sua obra, ficando num vácuo as informações sobre os diferentes contextos de atualização de suas eventuais competências literárias e inutilizando as razões pelas quais poderíamos explicar de maneira mais adequada as relações entre um autor, sua obra e a sociedade na qual ele viveu.

Cumpramos refletir sobre a socialização, ou seja, sobre o processo de incorporação das disposições a pensar e a agir de Graciliano Ramos. Esses elementos precisam ainda ser melhor destrinchados para que descrições de fenômenos sociais em estado incorporado possam avaliar palavras como estas do próprio Graciliano citadas por Dênis de Moraes: "Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só." (MORAES, 1992, p. XIX).

Contrariando a indicação autoconsciente do autor, tudo se passa, no prefácio e na biografia, como se a separação entre a sociedade e o indivíduo (no caso o autor) fosse irrefutável, dada a evidência da autonomia do texto literário. A análise decorre de um postulado teórico e o que é dito não parece querer tocar as modalidades sociais complexas operando nos indivíduos e operantes, através deles, também nas obras. Fazendo apartações absurdas, separações entre aspectos que na verdade se

explicam, com os devidos cuidados, mutuamente, Carlos Nelson Coutinho defende a ideia de que a biografia não deve explicar nunca a estética da obra.

O que impressiona é que isso ocorre mesmo não sendo difícil perceber como a biografia de Graciliano perde, e muito, sem as análises sobre os condicionamentos sociais que estruturam a trajetória individual do autor. Toda biografia sociologicamente informada se perderia em anedotário se não cuidasse dos elementos biográficos que explicam também, se tomados os devidos cuidados, a dinâmica de produção (inclusive estética) da obra do Velho Graça. Por isso é preciso mostrar que os conceitos usados por Carlos Nelson Coutinho situam apenas genericamente a incorporação de elementos sociais, e, com isso, não se podem antever as conexões necessárias para explicar de modo mais adequado as possíveis relações reais e concretas entre um autor, sua obra e a sociedade. A biografia sociológica precisa encarar a ideia de socialização e suas consequências na obra. O engraçado é que esse enquadrando indissolúvel entre biografia (entendida como trajetória, como processo de socialização, como incorporação do social no indivíduo) e literatura (entendida como forma e conteúdo de uma expressão artística) aparecia de maneira muito clara nas palavras, já citadas, do próprio Graciliano.

A união inequívoca que tantos ressaltaram entre obra e autor, esse autor que se dizia muitos, essa unidade indissolúvel entre o indivíduo e a multiplicidade de experiências que o forjaram (“é porque não sou um só”), perdeu ênfase em separações que deram vazão ao trabalho biográfico mais importante sobre o autor de *Infância*. E é isso que tentamos resgatar sociologicamente quando evidenciamos essas falhas.

Voltemos então ao procedimento de Dênis de Moraes:

O grande romancista, consagrado aqui e no exterior, talvez não precisasse tanto de explicação – ensaios e teses acadêmicas não param de esquadrihar os diferentes aspectos de sua obra. Mas e o homem? Este ainda não era suficientemente conhecido, sobretudo pelas novas gerações. (MORAES, 1992, p. XIX).

Talvez tenha sido por ter mesmo em mente essa separação entre o homem e obra, e entre obra e sociedade (trabalhada por Carlos Nelson Coutinho nos termos de uma dada imanência estética da obra), que, ao investir na análise histórica, Dênis Moraes se abstém de inquirir sobre como questões concretas, portanto trazidas por ele ao longo de toda a biografia, tiveram impacto na obra. Não que a prisão de Graciliano, por exemplo, não tenha sido elemento importante na abordagem, pois ela aparece e é longamente descrita. Mas estranhamente ela não figura como elemento explicativo do processo que desencadeou de maneira definitiva a legitimação do

Velho Graça como um dos grandes da literatura brasileira. Sem se deter nos efeitos da prisão relacionados com a obra, o biógrafo se limita a apontar relações de difícil ponderação histórica: ele se pergunta se a prisão de Graciliano Ramos, em 1936, podia ser entendida a partir de seu enquadramento histórico como resultado “da repressão desencadeada após a malsucedida revolta comunista de novembro de 1935” (MORAES, 1992, p.XXI). Ou lida de maneira ainda mais obscura com a questão da inteligibilidade de *Angústia*, que “perderia substância sem a analogia com a assustadora ascensão do fascismo.” (MORAES, 1992, p.XXI).

A separação entre homem e obra gera, entre outros efeitos, o empobrecimento analítico da biografia que, por exemplo, quase não avalia, a relação ativa dos eventos pessoais com a história (da obra, do autor). Poderia fazê-lo se utilizasse outros instrumentos de análise biográfica: também em sentido inverso ao da história que enquadra de maneira esquemática o significado da obra e a posição que ocupa o autor, o biógrafo se perguntaria, mais próximo agora da sociologia, se o evento da prisão, tida como injusta pelo universo intelectual, não ajudaria a explicar melhor a posição de destaque que a obra e o próprio Graciliano obtiveram com o passar do tempo.

Dessa forma, depoimentos como de Augusto Frederico Schmidt, no jantar realizado no restaurante do Lido, em Copacabana, “onde cerca de cem dos mais expressivos intelectuais e artistas do país participariam” (MORAES, 1992, p.194), poderiam ser lidos como um verdadeiro *ritual de consagração do autor e sua obra*, em análise que captaria, além dos elementos qualitativos ligados à produção propriamente literária do romancista, elementos de ordem diversa, como o sentimento de culpa de vários intelectuais pela injustiça cometida pelo Estado Novo ao prender Graciliano.

Pediram a um homem gordo que saudasse no seu cinquentenário a um homem seco. Pediram a um que tem pecado às vezes por falar que dissesse a um homem capaz de longos silêncios o quanto esse homem é admirado. Pediram-me que lhe traduzisse, meu caro Graciliano Ramos, a nossa compreensão pela sua figura e pela sua obra, a você que tem sido tão duramente incompreendido. Pediram-me que falasse em nome de muitos a um homem solitário e que a vida provou, não raro, amargamente. E aqui estou eu extremamente comovido, consciente de que não posso errar nesta missão que me confiaram [...] É que esta noite não se repetirá, é uma noite única para a sua vida, Graciliano. É uma noite de reparação, é uma noite em que devemos trazer a você, que é um ser tão desconfiado, a convicção de que sua existência, que você considera tão melancolicamente, é a existência que se realizou plenamente, é a existência de um homem que venceu, que se afirmou, que soube crescer sozinho, graças a sua força, graças a essa natureza retorcida, áspera, inconformada e cheia de dignidade que é

essa sua natureza, graças mesmo a esses sofrimentos que a vida, sem economia, lhe proporcionou, graças a essa injustiça suprema de lhe tirarem a liberdade sem motivo, por um período certamente fecundo para sua experiência de romancista. (MORAES, 1992, p.195).

É difícil nos dias de hoje dizer que um depoimento fala por si, mas a existência de um momento em que os grandes escritores de uma época se reúnem para dizer em conjunto que um dentre eles é grande não poderia passar despercebido como elemento explicativo de um lugar do *pantheon* da literatura brasileira que se criou, também, a partir desse momento.

Se Graciliano Ramos é hoje uma figura incontestável da literatura brasileira na opinião da crítica e do público, no momento do aparecimento de seus primeiros romances, ao que pesem os elogios rasgados e muitas vezes repetitivos encontrados na imprensa da época, inclusive por parte de nomes que compunham já naquele momento, a elite do pensamento brasileiro de então, seus livros foram recebidos, como se verá no capítulo 3, com alguma hesitação. *Caetés*, com toda a boa vontade, era um livro bom, mas assim considerado, muitas vezes, por ser ele um “romance de estreia”. Mostrava o talento, diziam alguns, por trazer inscritas qualidades intrínsecas a um romancista nato, mas que ainda precisaria mostrar na continuidade de seu trabalho a efetividade do romancista que naquela ocasião ainda se mostrava como uma “promessa”¹⁷.

Como essa hesitação se transformou em certeza incontestada das qualidades literárias de Graciliano Ramos como romancista e, sem nenhum exagero, na defesa de sua obra como símbolo da cultura brasileira? A maioria dos textos da pasta 1 do Arquivo Graciliano Ramos traz comentários a respeito da importância de sua obra para a solidificação, consolidação, engrandecimento das letras nacionais. Neles, interessam as informações sobre o esforço coletivo, como o evidenciado acima, para a consagração de Graciliano Ramos *na época*, contidas nas maneiras como se lia seu romance, mas também em atos de *política literária*, verdadeiros ritos de consagração realizados de maneira mais consciente, em momentos comemorativos como os de seu aniversário de 50 e 60 anos, em que os pares, muitos deles já consagrados pela crítica e público, reunidos diante do aniversariante, saúdam e *tornam pública* a admiração que todos nutriam pelo “mestre Graça”.

17. Era a opinião, por exemplo, de Aurélio Buarque de Holanda, inclusive justificada em artigo posterior de Antonio Candido, em seu *Ficção e Confissão*, ensaio sobre a recepção de *Caetés*: afirma que Aurélio Buarque tratava o livro com ponderação nos elogios por conta da facilidade com que a crítica da época desbocava adjetivos para obras medíocres de então.

O risco aqui é parecer redundante, porque alguns documentos se repetem na análise (aparecendo também na biografia de Graciliano feita por Dênis de Moraes), ora por conta da relação que se estabelece entre uma opinião e as reações que ela causa, ora porque se quer realmente mostrar o que concretamente existira de *sensu comum* na opinião intelectual, o *lugar comum* em sentido próprio, para onde convergiam as opiniões a respeito do autor e de sua obra. Em outras palavras, as repetições a respeito da integridade moral e intelectual de Graciliano Ramos, os elogios à grandeza de sua obra em comentários como “o maior escritor vivo”, “homem que não se separa da obra”, entre outros, se repetiriam aqui porque eles se repetiram à época, abundando na documentação utilizada.

Na maioria dos comentadores de sua obra na comemoração de seus 60 anos, percebemos que as qualidades selecionadas são quase sempre, ainda como no primeiro momento, o fato de ela retratar, ou ser reflexo das dores do povo. Existe, porém, um dado novo nas apreciações, reflexo do consenso criado a respeito da injustiça que foi a sua prisão durante a ditadura do governo Vargas, bastante abordado no cinquentenário.

É a partir dessa chave analítica dada pela sociologia, que se pode, contrapondo-se a modos de leitura já existentes, levar esses documentos a dizer coisas aparentemente simples do ponto de vista de uma sociologia do valor das obras, porém escamoteadas pela história literária. É preciso atentar para como essa documentação fora usada até aqui, sendo seu uso em parte também responsável pela ocultação mesma do mecanismo social que opera o processo de consagração daquela obra.

Torna-se necessário fazer uma leitura crítica de alguns esforços importantes realizados até os dias mais recentes, trabalhos que, apesar de terem ajudado a dar uma visão de conjunto à biografia de Graciliano Ramos, como é a realizada por Dênis de Moraes, não deram conta da recuperação do significado social do processo de consagração da obra do Velho Graça. Pois existe, sim, uma consagração social e literária, e isso é pouco dito, que foi regradada pelo remorso coletivo gerado pela consciência da integridade de um homem injustiçado pelo seu tempo. Graciliano parecia ter mais consciência disso do que seus contemporâneos, ao dizer:

Penso que o prêmio não foi concedido a mim, mas a várias centenas de criaturas que se achavam como eu. Não se tratou de literatura, evidentemente. O que não quer dizer que, achando a decisão injusta, como acho, eu não a considere um ato de coragem indispensável num momento de covardia generalizada, ato imensamente útil, se não a mim, pelo menos a outros, que poderão respirar com alívio e dizer o que pensam. (MORAES, 1992, p.156).

Na verdade, o esforço sociológico deve tentar mostrar a engenhosidade literária do Velho Graça sem recorrer à ideia (em princípio perniciosa) dessa separação entre homem e sociedade, entre obra e homem, e entre estes e a história. Precisamos fugir a essa verdadeira contradição que a leitura dos romances de Graciliano Ramos termina engendrando em leitores educados conforme o gosto pela crítica literária de nossos dias. Mesmo sem querer, terminamos por explicar o autor pelo que ele se transformou para nós através dos tempos, esquecendo, paradoxalmente, a dura história (sempre processual) de confirmação de valor que ele e sua obra tiveram que enfrentar para tornarem-se sólidos para a história literária mesma.

Nesse esforço tudo deve passar-se como no belo estudo de Elias sobre Mozart: *Mozart: A sociologia de um gênio* (ELIAS, 1991). Gênio remete àquela palavra usada quando se quer falar de alguém que converteu as forças de condicionamento que o limitavam em mote criativo de algo que parecia impossível naquelas condições: a sua própria obra. Uma metáfora adequada para explicar como os significados de uma grande obra são muitas vezes dados *a posteriori*, flagrando pela análise e descrição sociológicas figuras hoje incontestavelmente consagradas em suas vidas cheias da incompreensão dolorosa de seu próprio tempo.

Pode parecer vão analisar o processo concreto de consagração da obra de Graciliano Ramos, que passou obviamente por oscilações enormes até chegar à unanimidade de crítica que tem hoje. E isso porque é impossível não hesitar diante de uma impressão de leitura tão verdadeira: a obra em si já explica sua posição. Mas a sociologia não estaria exercendo sua função se se poupasse da tarefa de perguntar o papel, por exemplo, que os artigos de homenagem publicados durante os aniversários de 50 e 60 anos do autor tiveram na consagração dele e de sua obra.

Não poderia esquivar-se também de se perguntar se a prisão dele não produziu um efeito de legitimação, ao menos imediato, a um romance como *Angústia*, que fora considerado sua obra-prima logo naquele momento por muitos críticos, talvez por razões menos literárias do que o habitual mesmo naquele período de tantas polarizações. Mais uma vez, em carta de agradecimento a Murilo Miranda, Graciliano Ramos se mostrava figura atenta às lógicas sociais que se operavam após sua saída da prisão:

Parece que não houve precisamente a intenção de julgar um romance, nem saber se o autor dele poderia fazer trabalho menos mau. Estou convencido de que me quiseram dar uma compensação. Aníbal Machado, Álvaro Moreyra e Mário de Andrade desfizeram agravos e combateram moinhos reais. Eu estava sendo triturado por um desses moinhos. E a solidariedade de alguns intelectuais brasileiros teve para mim significação extraordinária. (MORAES, 1992, p.156).

Além do processo de consagração, também escapa ao olhar da biografia o real significado da auto-depreciação de suas obras feitas por Graciliano. O biógrafo trata a autodepreciação de Graça sempre em tom anedótico, caracterizando-a de maneira amena como “seu modo extravagante de fazer julgamentos.” (MORAES, 1992, p. 69). Dênis de Moraes se esquivava da profundidade da questão ao dizer que

Nem com essas linhas de louvor [Dênis de Moraes se refere às críticas que *Caetés* recebeu no ano de sua publicação] Graciliano pouparia *Caetés*, até o último dos seus dias, menosprezaria o livro. *Em se tratando de uma pessoa que preferia diminuir-se a reconhecer publicamente o talento, é preciso dar o devido desconto no fel derramado.* (MORAES, 1992, p. 91) (Meus tálcos)

O fato relevante aqui é que o menosprezo de si e da obra não pode ser visto apenas como mero *fel derramado*, até porque ele aparece como característica tematizada no conjunto da obra ficcional de Graciliano Ramos. Tal característica era algo que marcava profundamente a personalidade do Velho Graça e tem a ver com a trajetória de *trânsfuga social* na qual sua vida de escritor se inscreveu. Essa característica, ainda mal avaliada pela tradição crítica de sua obra, está presente na maior parte de sua produção romanesca, seja ela apontada pelo tema, pela caracterização de seus personagens (é o caso da objetivação de suas dificuldades no aprendizado da leitura e escrita através de personagens, como João Valério e Paulo Honório), seja identificada em seus depoimentos, em que aparecem suas oscilações entre a consciência profunda que ele tinha da qualidade do que fazia e a insegurança mais do que sincera quanto ao valor de suas obras. Isso pode ser lido sociologicamente como marcas das mais visíveis de um processo de socialização que nunca se realizou plenamente.

Ressaltar esses elementos externos é talvez menos importante do que a obra mesma, diriam os mais apegados ao veio formalista da crítica. Esses elementos, contudo, produzem grande valor, que é humanizar o esforço posto em prática pelo próprio escritor contra as condições sociais de produção de sua época para fazer valer sua literatura tão avessa às concessões, num universo social e literário que se forjava ali. É verdade que o risco desse périplo sociológico seria o de distanciar-se da obra mesma do mestre e perdê-la de vista. Mas talvez seja ele necessário para poder vê-la de um ângulo menos encantado pelo próprio entusiasmo gerado por uma educação estética específica. Quiçá, depois, ao voltar à obra, possamos readmitir o encanto. Agora, é essa expectativa da sociologia aqui posta, pelo prisma balizado pelo estudo sociológico, garantindo ao Velho Graça o mesmo lugar de destaque de antes, mas com um pouco mais de consciência das forças que o ergueram da tirania do esquecimento dos não canonizados.

Capítulo 3. Análises

1. Introdução

Os romances de Graciliano Ramos foram produzidos no *apogeu do romance social no Brasil* (CANDIDO, 2000a, p.109-138) e comentados por vários intelectuais em diversas fontes, como jornais, revistas, suplementos etc. Muitos desses comentários foram guardados sem critérios específicos de coleta pelo próprio autor e por sua família. A leitura apropriada desses textos (tanto dos recortes de jornais arquivados quanto da obra de Graciliano Ramos) ajuda a delinear a inteligibilidade sociológica de práticas intelectuais que, apesar de serem características de um período datado historicamente, repercutem ainda hoje. Encontra-se ali, nos anos 1930 e 1940, um ambiente sociocultural propício para um tipo de produção literária cuja *recepção restrita* – apreendida aqui pela análise dos artigos de jornais publicados na época e recolhidos pelo próprio Graciliano Ramos – constata, entre outras coisas importantes, a leitura daquela obra como *fonte de informação fidedigna acerca da realidade social brasileira*.

Descrever essa *modalidade de leitura* do romance, nos termos de um *modelo valorativo realista nele integrado*, é uma maneira de justificar as razões pelas quais a sociologia pode e deve interessar-se pelo que há de “socio-lógico” no romance social (objeto da segunda parte desta tese), levando em conta como esse enfoque analítico foi desenvolvido para avaliar os romances de Graciliano Ramos. É também uma maneira interessante de investigar, mesmo que parcialmente, os *princípios de classificação* que operaram na modelagem de um cânone a um só tempo literário e social ao qual Graciliano Ramos é até hoje associado.

É notável que, no contexto de produção intelectual do romance de 1930, a relação entre literatura e sociologia precise de uma descrição adequada que elabore o seu contorno específico no debate intelectual, esclarecendo um pouco mais da configuração histórica brasileira de então.

2. Sociologizando o aparecimento de *Caetés*: Jorge Amado, Antonio Candido, José Lins do Rego

É passar os olhos na documentação do Arquivo Graciliano Ramos¹⁸ e perceber que o olhar construído pela teoria literária e pela crítica, ao menos na versão aqui estudada, é, na medida em que tenta afirmar a autonomia da obra como critério de leitura mais correto, *um contraponto idealizado da realidade histórica de uma época*.¹⁹ Essa época, conforme revelam os documentos, leu *Caetés* com os olhos de um realismo chinfrim (chinfrim aos olhos da crítica de hoje, entenda-se), sociologizado e pouco afeito às nuances do “realmente ficcional” na literatura.

Vejamos a forma pela qual *Caetés* foi concretamente avaliado:

Conheci Graciliano Ramos numa viagem a Alagoas no meiado desse ano. Já lera os originaes de ‘Caetés’, mas, parece-me que compreendi melhor esse romance depois de conhecer o autor [...]

Graciliano Ramos não [refere-se à falta de lirismo de Graciliano e presente em outros autores que, segundo ele, falseavam a realidade] *pinta esse pessoal todo como eles são em verdade. Maus, ignorantes, sem poesia alguma, horríveis de se conviver com eles. Essa é a versão verdadeira.* [...]

A gente sae da leitura desse livro, *livro de uma realidade pasmosa*, com o contentamento de ter descoberto um romancista, porém mal satisfeito com a humanidade. Quanta gente ruim... *Eles são assim mesmo, a gente bem sabe.* Nenhum heroe desperta simpatia. João Valério, Luiza, Nazareth, Adrião, o padre, o promotor, quanta gente insignificante, má, pernicioso. [...] Livro rico sob todos os aspectos que esteja encarado, livro verdadeiro, coloca Graciliano Ramos, ao meu ver, na frente de todos os outros romancistas que surgiram nesses últimos anos.”²⁰ (AMADO, 1934)²¹.
(Meus itálicos)

18. No capítulo seguinte se analisam as implicações e impacto do uso do material do Arquivo Graciliano Ramos para a tese. Reflete-se também sobre os seus limites e as vantagens de seu uso.

19. No capítulo sobre relação de Antonio Candido com a sociologia, explicaram-se, por outro recurso analítico, a razão que inverte o procedimento da crítica e os porquês de a análise dos recortes anteceder a apreciação da visão crítica atual. Existe também nesse procedimento o interesse claro de se desprender o máximo possível da atitude predicativa de atribuir valores no momento da descrição dos procedimentos de análise dos textos históricos.

20. Todos os artigos de jornais aqui analisados foram colecionados do Arquivo Graciliano Ramos, Série Recortes, pertencente ao IEB (Instituto de Estudos Brasileiros da USP), e serão citados em notas de rodapé com a indicação da localização do documento segundo a organização do Arquivo. Isso se faz necessário por conta da quantidade expressiva de textos e recortes de jornais que não continham informações específicas como data, nome do jornal, título do artigo, nome do autor etc. Mais adiante, em parte subsequente do trabalho, comentaremos e analisaremos a forma de organização do Arquivo, que tem implicações sobre nosso tema e maneira de tratamento desse material específico.

21. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, Jorge Amado, Sem Título, Rio de Janeiro. Documento número: 32.

Já nesse primeiro documento é interessante perceber de que maneira é valorizada a *realidade construída* no romance. Longe do apelo à autonomia estética e de ideias finas como a de *redução estrutural*²², *Caetés* é valorizado na crítica de Jorge Amado por representar uma *versão verdadeira* do mundo. O contorno crítico de seu julgamento diz que uma obra deve ser considerada boa na medida em que ela for, também, verdadeira, no sentido de representar nitidamente uma realidade histórica concreta.

O foco de Jorge Amado é um contraste entre o mundo social tido como real e aquele descrito pelo romance de Graciliano Ramos: o valor literário da obra se confunde nessa *modalidade de leitura* com a capacidade de o romancista fazer o leitor sentir o *mundo social conhecido*. Afinal, para o crítico, a verdade aparece quando se percebe que na sociedade do romance as coisas se passam como na sociedade tida como existente, pois “eles são assim mesmo, a gente bem sabe”, nos diz Amado.

Essa *verdade* deve funcionar e servir como *metro* que *qualifica*, na visão do autor de *Cacau*, o primeiro trabalho de Graciliano Ramos, inclusive colocando-o como o melhor dentre tantos surgidos naquele período: “livro rico sob todos os aspectos que esteja encarado, livro verdadeiro, coloca Graciliano Ramos, ao meu ver, na frente de todos os outros romancistas que surgiram nesses últimos anos.”²³

É importante perceber que essa *verdade* significa também, além de integrar uma estratégia de legitimação de um tipo de literatura, verossimilhança social. O que Jorge Amado pede de um *bom romance* é que ele não falseie o mundo exterior observável. O valor nele contido, afinal, é que os personagens do romance existem na ficção *como* no mundo real: pois fora do romance “eles [também] são assim mesmo, a gente bem sabe”.

Conforme esse ponto de vista, a criação literária estaria sendo alimentada (porque lida e produzida) por uma *perspectiva formal* de padrão específico. A partir dela, o que se exige da literatura é a realização e/ou a reconstrução do mundo social existente fora do romance (com ênfase nas suas lógicas mais cruéis), que seria trazido e/ou traduzido para dentro do livro como recurso estruturador dos elementos do texto, inclusive os propriamente literários. Essa é uma inversão do

22. A noção de redução estrutural em Antonio Candido se vincula ao seu esforço de ir além da dicotomia entre forma e conteúdo, crítica e sociologia, para chegar a um nível de análise o qual estabelece que a interpretação estética captou a assimilação da estrutura social como fator de arte.

23. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, Jorge Amado, Sem Título, Rio de Janeiro. Documento número: 32.

padrão de leitura da crítica atual. Em outras palavras: as lógicas do social *deveriam* ser expressas de tal maneira que traduziriam *literariamente* no romance a sociedade tal como ela é (no mundo tido como real), mostrando assim, agora *literalmente*, apesar de o ser *através* das técnicas literárias (e apenas isso é selecionado pelo argumento crítico e enfatizado pela crítica literária, mesmo a mais sociologicamente informada de hoje), o mundo social real.

Como se caracteriza o contraponto entre essa perspectiva que recebeu *Caetés* e a visão da crítica literária de nossos dias?

Aurélio Buarque de Holanda escreve sobre *Caetés* em 1934. Alguns meses separam seu texto da publicação do romance de Graciliano Ramos. Quais as razões da eficácia de um crítico que, ao avaliar *Caetés* “como um livro bom, mas não excelente” (HOLANDA, 1934), anteviu, segundo a avaliação de Antonio Candido, a direção que a crítica posterior tomaria nas análises daquele livro?

Publicado no *Boletim de Ariel*, revista literária do Rio de Janeiro (1931-1938), esse artigo de Aurélio Buarque foi estudado por Antonio Candido e a análise colocada como parte de seu célebre *Ficção e Confissão*. Candido notava ali a perspicácia crítica de Aurélio Buarque, que “fora capaz de avaliar imediatamente nos devidos termos, compreendendo o seu significado e distinguindo aspectos que se tornariam por assim dizer canônicos no desenvolvimento da crítica posterior” (CANDIDO, 1992, p.95).

Hoje pode parecer incontestável a perspectiva segundo a qual o papel do crítico deve ser o de encontrar, inclusive em outros críticos, o tipo de leitura mais adequada para tratar das obras de arte em sua especificidade artística (sendo legítima e oportuna a avaliação que Candido efetua da leitura de *Caetés* feita por Aurélio Buarque). O trabalho de seleção e os senões dessa leitura crítica, porém, indicam também (agora para o sociólogo) em que sentido, num verdadeiro *efeito de teoria*, a seleção atualiza a perspectiva do passado pelo crivo do presente, fazendo de um ponto de vista *doxa* intelectual dominante.

Podemos dizer com Candido, é verdade, que existe uma preocupação evidente de Aurélio Buarque, como crítico, com elementos intrínsecos ao romance, pois o que interessa ao crítico é que Graciliano realiza os personagens “fazendo-os realmente viver dentro da narrativa” (HOLANDA, 1934)²⁴. Contudo, podemos pontuar também, por exemplo, que na linha de raciocínio de Aurélio Buarque encontramos o

24. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, Aurélio Buarque de Holanda, ‘Caetés’, sem indicação de local. Documento número: 3,29a; 3,29b e 3,29c.

que havia de mais comum na maneira de ler um romance daquele tipo no período. Por que escondê-lo? Afinal de contas, Aurélio Buarque afirmava em seu texto as qualidades atribuídas ao romancista da seguinte maneira:

[...] *Que admirável fixador de typos, o autor de Caetés!* No meio de uma galeria bem vasta, sabe ele conduzir-se com rara segurança, dando sempre de cada personagem os traços próprios, característicos, *fazendo-os realmente viver dentro da narrativa*. A conversa dessa gente é a coisa mais natural do mundo. *Parece que se está ouvindo a linguagem pedante, cheia de válvulas e aurículas e ventrículos, do doutor Liberato, as frases truncadas do Padre Athanásio, as perfídias do Nazareth, as ingenuidades do Isidoro Pinheiro.*[...] (HOLANDA, 1934).²⁵

Fixador de tipos sociais. Seria apressado tirar apenas dessa terminologia o sociólogo do artista. É verdade. Contudo, a avaliação de Aurélio Buarque não foge a um padrão mais geral de leitura que associa o romance à realidade histórica. E isso porque a apreciação crítica é feita também aqui *em função* do vivido no mundo social tido como real, fora do romance:

[p]arece que se está ouvindo a linguagem pedante, cheia de válvulas e aurículas e ventrículos, do doutor Liberato, as frases truncadas do Padre Athanásio, as perfídias do Nazareth, as ingenuidades do Isidoro Pinheiro" (HOLANDA, 1934).²⁶

O modo de operar a leitura de *Caetés* está, como na análise de Jorge Amado, atravessado por uma conduta referencial: ela percebe no romance coisas de um mundo brasileiro, sendo ali historicamente representadas. O "parece que se está ouvindo" referencia uma realidade conhecida e que, por conta disso, denota a qualidade de construção dos personagens.

Podemos dizer, a título de analogia, que está em jogo aqui algo muito parecido, em perspectiva, com o que disse Franco Moretti em relação ao *close reading*, quando propôs seus métodos abstratos de lidar com a história da literatura. Para Moretti, ao contrário da leitura feita de perto, os "Gráficos, mapas e árvores nos colocam, literalmente, diante dos olhos (a literatura *vista* de longe...) o quanto é imenso o campo literário e como sabemos tão pouco dele." (MORETTI, 2008, p.8).

Entendamos: o objetivo nesta tese não é operar nos termos das abstrações expostas no *A literatura vista de longe*, mas de propor um enquadramento sociológico que

25. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, Aurélio Buarque de Holanda, 'Caetés', sem indicação de local. Documento número: 3,29a; 3,29b e 3,29c

26. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, Aurélio Buarque de Holanda, 'Caetés', sem indicação de local. Documento número: 3,29a; 3,29b e 3,29c

rivalize, no sentido de mostrar, também, como o processo seletivo da orientação crítica minimiza, na e pela qualificação das obras escolhidas, a importância do processo relacional e sistêmico em que essas obras são concebidas.

O que se percebe é que Candido está à procura de justificar a importância do caráter *excepcional* de uma postura que, lida dessa forma, fazia toda a diferença, pois

[N]aquele momento, há cinquenta anos, os dois mencionados críticos disseram, antes de qualquer outro, coisas que todos nós passamos a repetir ou a encontrar por conta própria; eles tiveram a capacidade de sentir imediatamente alguns traços fundamentais, que se impuseram em seguida a todos como constitutivos do texto (CANDIDO, 1992, p.95).

Ao contrário da visão da crítica, a sociologia tenta tirar dos recortes de jornais encontrados no Arquivo Graciliano Ramos outro tipo de leitura. A busca por entender o que se viu em *Caetés*, sem querer imputar *a priori* uma visão tida como literária da literatura, explica-se porque os julgamentos críticos ali colocados fixam de maneira codificada o significado social contido no ato de avaliar uma obra. Daí o *background* sociológico operado nesta análise, no caso concreto aqui posto, buscar destacar do texto os argumentos valorativos que, na gênese apreciativa da obra, já salientavam sua relação íntima com aspectos sociológicos, evidenciando tal relação como *diferencial* do romance de Graciliano Ramos para a crítica da época.

O ponto de partida adotado nesta análise é o que interpreta o escritor rastreando em outro suas *qualidades* intrínsecas: o modo de julgar delineando os *critérios de qualidade* postos para atuar na defesa e na acusação de um romance, dando *forma e concretude*, no sentido de torná-los elementos sociologicamente palpáveis, às visões da literatura vigentes e atuantes naquele momento. O que está em jogo aqui é a capacidade da sociologia de se afastar da disputa pela legitimidade envolvida no embate sobre o que é boa literatura, operando um distanciamento que se efetua na interpretação das tomadas de posição contidas nos pontos de vista em questão.

Dessa forma, ao encontrar um artigo de José Lins do Rego datado de 05 de fevereiro de 1934, intitulado “Caetés”, destacamos o seguinte:

Há nos Caetés de Graciliano Ramos muita gente ruim. Os que são bons são às escondidas, em momentos de quasi inflexão. (O caso de seu Pinheiro que brigou pelo heroe contra o promotor foi uma surpresa) (REGO, 1934) ²⁷

27. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, José Lins do Rego, ‘Caetés’, Rio de Janeiro. Documento número: 26.

A caracterização do romance feita por Rego é muito semelhante à realizada por Jorge Amado. Um e outro percebem o ímpeto do romancista estreante ao mostrar com crueza “muita gente ruim”, no dizer de Rego, e “[q]uanta gente ruim... Eles são assim mesmo, a gente bem sabe”, no de Jorge Amado.

Ficasse nisso, a problemática do realismo na leitura das obras de Graciliano se resumiria à escolha feita pelo autor dos tipos de personagens por ele construídos. Na verdade, um e outro não se ativeram, nas suas leituras, às apreciações dessa ordem. Levando em consideração o gosto de Graciliano Ramos pela descrição de personagens não estilizados, os dois leitores pontuaram as razões do valor daquele livro. Realçaram atributos percebidos como *qualidades literárias* do romance em questão. É o que podemos ver no texto a seguir:

Neste romance intenso e forte, a vida é sempre um fardo a carregar. As suas mulheres, quando não são velhotas de fogo morto, são mulheres indecisas ou hystéricas, *mas todas deste mundo*. Ninguém nesse livro doloroso vá atrás de campos floridos, das almas abertas, dos corações generosos. Todo ele é um *depoimento da miséria humana, da fraqueza dos homens, de caracteres em decomposição*. [...] (REGO, 1934)²⁸ (Meus itálicos).

O que eleva o romance *Caetés* a um lugar diferente segundo o depoimento de José Lins do Rego? Certamente o fato de as personagens não serem *inventadas*. O romance é melhor porque as personagens de Graciliano “todas são desse mundo” (Lins do Rego, 1934). José Lins defende, nessa abordagem, à maneira de Jorge Amado, que o *aspecto de realidade* é uma *qualidade romanesca*, que exige do leitor uma referência que não é mínima ao mundo social histórico.

Isso transparece com mais força no fragmento que segue, tirado ainda do mesmo texto:

O Brasil do interior, de cidades pobres, de cidades marcadas de indigência physica e pauperismo, se acha no Cahetés como em nenhum livro da nossa literatura. [...]

Lê-se o livro com um travo na alma. É um romance onde não existe homem agradável, nem uma mulher bôa, *mas é um depoimento dos maiores que nos teem vindo de nossa literatura, tão chegada ao convencional e à moda.* (REGO, 1934)²⁹ (Meus itálicos)

28. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, José Lins do Rego, ‘Caetés’, Rio de Janeiro. Documento número: 26.

29. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, José Lins do Rego, ‘Caetés’, Rio de Janeiro. Documento número: 26.

Para qualificar *Caetés* e seu autor, José Lins monta um paralelo entre o romance e o mundo brasileiro real. O romance, ao ser analisado criticamente, comenta o Brasil existente historicamente. Daí o país aparecer assim, agora, como elemento constituinte de uma literatura, *dentro* do romance: “*O Brasil do interior, de cidades pobres, de cidades marcadas de indigência física e pauperismo, se acha no Caetés como em nenhum livro da nossa literatura*”. *Caetés* era um livro que deveria ser lido por conta *dessas qualidades assinaladas*, como “um depoimento crítico”, contrário à maneira de fazer literatura falsa, como em parte da literatura brasileira, “chegad[a] ao convencional e à moda”.

O julgamento descritivo de Lins do Rego não poderia ser mais claro:

Caetés não é só um romance que firmou um escriptor em plano alto; é o que há de mais real e amargo sobre as nossas gentes de cidades pequenas, uma crônica miúda e intensa sobre o brasileiro que não anda em automóvel e não veste casaca. (REGO, 1934) (Meus itálicos)

Caetés firmava um escritor em plano alto *porque* naquele romance encontramos “o que há de mais real e amargo sobre nossas gentes de cidades pequenas”. A razão da grandeza do livro, segundo a lógica de José Lins do Rego, está em que se pode lê-lo como “uma crônica miúda e intensa sobre o brasileiro que não anda de automóvel e não veste casaca”. Graciliano aparece, aos olhos do futuro autor de *Fogo Morto*, como uma espécie de cientista social desbravador de um Brasil desconhecido, e *Caetés*, como a execução de um estudo profundo dessa realidade desconhecida:

O livro de Graciliano Ramos trouxe ao Brasil que se descobre e acorda a contribuição de um mundo que cae em pedaços. Não há nada que sirva ali: tudo é mesquinho, nenhum homem nem uma mulher a olhar para cima, a estremecer de felicidade. E o pior é que tudo aquilo é verdade crua e certa. E ainda querem afirmar que no Brasil só os proletários sofrem o peso da vida. Estes brasileiros do Caetés tem direito também à revolução. (REGO, 1934)³⁰ (Meus itálicos)

Dentro de sua grade de leitura realista, José Lins do Rego se permite uma tirada irônica em perfeita sintonia com a demanda de verossilhança a qual fundamenta para ele a verdade do mundo que deve estar presente na literatura: nada é mais socio logicamente equivocado do que inferir soluções revolucionárias genéricas sem o conhecimento da realidade local onde “estes brasileiros do *Caetés* tem direito também à revolução.”

30. Pasta 3 - *Caetés*: matérias extraídas de periódicos, José Lins do Rego, ‘*Caetés*’, Rio de Janeiro. Documento número: 26.

3. *São Bernardo*: ou quando era possível pensar Paulo Honório como erro de técnica narrativa

A recepção imediata de *São Bernardo* caracteriza, talvez de forma ainda mais convincente, a constelação de leitores conduzidos pela vontade de ver a descrição do mundo social quando liam o texto literário.

Logo encontramos num artigo da época a identificação de um suposto problema de verossimilhança, famoso na referida obra, que nos parece adequado para explicitar e enfatizar nosso argumento. José Bezerra Gomes, por exemplo, escreveu o seguinte comentário sobre *São Bernardo* para a *Folha de Minas*:

Aquele capítulo em que Paulo Honório vai à casa de dona Glória pedir Madalena em casamento, é um, é uma prova. [o autor se refere a um artificialismo supostamente ainda presente na obra de Graciliano]. Assim também é aquela revolução que vem já no fim de *S. Bernardo*. A gente vê logo que foi coisa inventada pelo autor. E finalmente isso que o poeta Schmidt notou naquela crítica que fez dele no "Diário de Notícias": sendo um homem inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário, é absurdo que Paulo Honório tenha a idéia de fazer ele mesmo da sua vida um romance." (GOMES, 1935)³¹

O comentário de Bezerra Gomes é extremamente relevante porque revela uma demanda de coerência social que exige de um personagem de romance um comportamento social igual ao de um indivíduo inserido em uma sociedade tida também como real. O que Bezerra Gomes faz é acusar o livro de um contrassenso: como pode um trabalhador braçal fazer literatura, como é possível um homem pragmático escrever um texto literário? De que mundo Graciliano tirou essa ideia? O tom dessa demanda é ainda mais explícito no comentário de Schmidt ao qual Bezerra Gomes fizera alusão. Vejamo-lo:

O processo de romance do *S. Bernardo*, tem, a meu ver, alguns defeitos dos quais o principal é a forma por que o autor nos conta a sua história, fazendo com que o seu personagem, de um momento para o outro, tenha a absurda idéia de fazer da sua vida um romance, ele, um ser inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário. Acho isso, positivamente, arbitrário, e em flagrante contraste com o equilíbrio psicológico em que o livro transcorre todo. Pelo modo de tratar o assunto, *S. Bernardo* recorda vagamente o *Le noeud de Vipères*, de François Mauriac. Neste romance é o próprio personagem também o autor de sua história mas em forma de confissão. Aí, porém, trata-se de um velho advogado, com inclinações longínquas pela literatura, e com

31. Pasta 5 - *São Bernardo*: matérias extraídas de periódicos, José Bezerra Gomes, documento sem número.

uma série de problemas interiores a resolver, dotado de outra complexidade na sua surpresa, e com outras tonalidades trágicas no seu egoísmo, que o Paulo Honório, de *S. Bernardo*, não tem. (SCHMIDT, 1934)³²

Essa crítica de Augusto Frederico Schmidt revela, com mais força, a importância da verossimilhança para a construção da narrativa e dos tipos sociais presentes numa obra romanesca para os leitores de *São Bernardo*. Elucida, também, de forma talvez ideal-típica, essa maneira de ler romances, em que um realismo específico é cobrado pela expectativa do verossímil romanesco. O que se pede é a verossimilhança sociológica, isto é, que os personagens ajam e reajam *conforme as exigências do percebido como natural no mundo social*. Esse texto de Schmidt é uma síntese de toda uma reflexão acerca da maneira de se pensar sobre o romance social e sua função, levando em conta uma expectativa mais geral dos leitores da época.

O que encontramos nessas opiniões é uma sociologia intuitiva por meio da qual o sociólogo identifica uma série de conhecimentos tácitos sobre lógicas sociais. Poderíamos caracterizar tais conhecimentos, *necessários* para se chegar aos recursos utilizados por Graciliano Ramos na criação da sua trama, nos termos de uma *sociologia implícita*. Ao condenar uma suposta incoerência do personagem Paulo Honório, essa crítica sinaliza, através de uma leitura distanciada, que apreendia a obra de uma maneira que *pressupunha* os esquemas de inteligibilidade sociológica aos quais Graciliano deveria recorrer se quisesse criar com fidelidade seus personagens. Nesse sentido, *São Bernardo* estava sendo lido como livro que deveria ser avaliado por critérios mais *socio-lógicos* do que puramente artísticos.

Encontramos aqui um elemento gerador de confusão entre os registros literário e sociológico que o uso adequado da ideia de sociologia implícita pode ajudar a desfazer. Caso Graciliano Ramos use a sociologia de maneira *implícita*, ou seja, caso ele se sirva dos esquemas de inteligibilidade sociológica em função da elaboração da trama de seu romance e, dessa forma, faça com que a *sociologia existente no seu texto exista menos como mecanismo de análise de uma realidade referencial* – isto é, que deva ser verificada em confrontação com mundo exterior ao romance, como é feito na sociologia explícita – e mais como um instrumento que trabalhe a verdade do *especificamente literário* em seu romance, essa sociologia deve ser identificada, devido a seu conteúdo implícito, com a função de dar coerência sociológica à sociedade criada *no texto*.

32. Pasta 8 - Fortuna Crítica: *Vidas Secas* e Produção do Autor, Augusto Frederico Schmidt, documento número 79.

No bom uso da terminologia, não deixa de ser interessante e aparentemente paradoxal perceber que o caso literário torna-se “sociológico” na confusão de registro aqui evidenciada, na medida em que a coerência pretendida refere-se à possibilidade ou não de existir como *modo de comportamento referente*, ou seja, de existir na chamada “vida real”, exterior ao romance, o tipo de comportamento tal qual o de Paulo Honório. Nesse sentido, o que se procura no romancista é que a coerência produzida por ele no romance *faça referência ao tipo de coerência ou à lógica* existente no mundo social, tido ou percebido como real. Essa coerência em momento algum é regida ou pavimentada pela necessidade de verificação empírica, no sentido de averiguar se Paulo Honório existiu de verdade e se, existindo, tinha as características sociais as quais o escritor lhe atribuiu. É a partir dessa ótica que se pensa que um romance como *São Bernardo* deve elaborar uma *experimentação sociológica*. E o que se pede, *implicitamente*, é que seu autor faça sociologia, mesmo que em função de sua literatura, produzindo assim o que os críticos chamaram de *efeito de real*, caracterização dos artifícios literários do “realismo” existente na ficção.

Na tabela a seguir reproduzimos visualmente um panorama mais amplo desse tipo de leitura realizado pelos críticos que receberam a obra do romancista a partir desse referencialismo. Nela podemos ver que, levando em conta o tipo de “controle arquivístico” (forçadamente enviesado porque realizado pelo próprio Graciliano Ramos e sua família), os jornais em que primeiramente repercutiu a sua obra se concentravam no Rio de Janeiro e em Alagoas.

Tabela 2 - Relação autor/abordagens referencialistas

Autores	Jornais			Data		Autores que referenciam a obra romanesca pela realidade social	
						Caetés	São Bernardo
Agrippino Grieco	<i>O Jornal</i>	<i>O Diário de Pernambuco</i> (Pernambuco)		4/2/1934	30/12/1934	X	x
Augusto Frederico Schmidt	<i>Diário de Notícias</i> (Rio de Janeiro)			16/12/1934			x
Barreto de Araujo	Sem indicação			5/8/1935			x
Aurélio Buarque de Holanda	<i>Boletim de Ariel</i> (Rio de Janeiro)	<i>Diário Carioca</i> (Rio de Janeiro)		1934	1934	X	
Dias da Costa	<i>Literatura</i> (Sem indicação)	<i>Jornal de Alagoas</i> (Alagoas)		20/6/1934	9/6/1935	X	x
Diéguas Júnior	<i>O Estado</i>			23/2/1934		X	
Eloy Pontes	<i>O Globo</i>			7/5/1934		X	
G.P	<i>A Noite</i>			10/1/1935			x
Jorge Amado	<i>Literatura</i>	<i>Jornal de Alagoas</i>	<i>Imprensa Popular</i>	5/12/1933	9/3/1934	X	
José Geraldo Vieira	Sem indicação	<i>A Nação</i>	<i>Jornal de Alagoas</i>		4/2/1934	X	
José Lins do Rego	<i>O Estado</i>	<i>Literatura</i>		28/1/1934	5/2/1934	X	
Mário Marroquim	<i>Gazeta de Alagoas</i>			4/3/1934		X	
Múcio Leão	<i>Jornal de Alagoas</i>			26/4/1935			x
Osório de Olivares	<i>Correio de Viçosa</i>			4/3/1934		X	
Peregrino Júnior	<i>Caretá</i>			14/9/1935			
R.C	Sem indicação			8/11/1931		X	
Rocha Filho	<i>Literatura</i>			5/4/1934		X	
Sem Autor	<i>Correio Paulistano</i>			10/1/1935			x

Na tabela acima, devemos destacar o fato de estarem presentes apenas os autores dos artigos cujas datas de publicação puderam ser identificadas. Com esse critério de seleção “neutro”, os textos não ganham nem perdem importância pelo seu conteúdo. Isso faz a “amostra” de textos que se agrupam na categoria “autores que referenciam o romance pela realidade social” traduzir apenas um aspecto que poderíamos chamar de estrutural, devido ao modo de apreciar o romance de Graciliano naquele momento, já que tanto os que receberam bem como os que avaliaram negativamente as obras analisavam seus atributos procurando encontrar coerência ou a falta dela (nos personagens) a partir de uma comparação com casos tidos como reais no mundo histórico.

Na tabela seguinte se reagrupam trechos de comentários sintetizando o espírito dessa leitura cujo princípio era encontrar coerência social nas características das personagens romanescas.

Tabela 3 - Amostras de argumetos referencialistas por autor

Autores	<i>Caetés</i>	<i>São Bernardo</i>
Dias da Costa	Há, nesse romance que fotografa toda uma sociedade, um grito de revolta que, infelizmente, poderia ser desferido com justiça tanto onde está o autor como em São Luis do Maranhão ou na Baía de Todos os Santos.	Pois bem, apesar dessas distâncias elas cabem todas dentro do romance, agindo e falando, sentindo e sofredendo, cada qual a seu modo, naturalmente, sem incoerências, podendo viver assim no livro, porque assim vivem na vida
Agrippino Grieco	Difficilmente alguém se sairia tão bem da liquidação final de suas principais personagens. Exatamente como na vida besta que todos vivemos: o amor de João Valério e Luiza vem não se sabe como, vai-se não se sabe como.	O protagonista parece-nos muito lúcido, muito abundante em comentários, o que é estranhável em uma criatura de poucas letras, oriunda de ambiente agreste, não afinada pela leitura de psicólogos e romancistas introspectivos.
G.P		São Bernardo é um exemplo desse mal entendido apreço à independência mental. A exploração inicial do romance, que pretende ser engenhosa, parece-nos simplesmente ingênua. O autor, inculto, teria recorrido a outros companheiros, de mais puras letras, afim de lhe fixarem a narrativa sem a eiva ignorância. Desistira, no entanto, logo ao começo, por encontrar a narração preciosa. Escreve-a, então, ele mesmo, com a mão que presume innábil, rude, crassa.
Barreto de Araújo		S. Bernardo é bem a fotografia dum senhor rural nordestino. Quasi sempre rustico, a principio paupérrimo, explorado, depois com o desejo de explorar para subir, cumprindo e realizando sempre esta lei fatal da capilaridade social.
Mucio Leão	No romance vemos também o ambiente de pequenas intrigas das cidades do interior brasileiro, cheias de competições políticas obedecendo a chefetes desonestos e torpes. Em taes meios, os representantes da polícia e da justiça podem ser tomados como verdadeiros índices de mentalidade geral.	
A. Frederico Schmidt		O processo de romance do S. Bernardo, tem, a meu ver, alguns defeitos dos quaes o principal é a forma por que o autor nos conta a sua história, fazendo com que o seu personagem, de um momento para o outro, tenha a absurda idéia de fazer da sua vida um romance, ele, um ser inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário. Acho isso, positivamente, arbitrário, e em flagrante contraste com o equilibrio psychológico em que o livro transcorre todo.
Osório de Olivares	Como Paulo Prado, no Prefácio da Paulística, Graciliano Ramos podia dizer de seu "Caetés" 'este é um livro de estudos regionais'. Para escrevê-lo, para torná-lo arte, ele não precisou 'desfigurar inteiramente, a obra frágil e transitória da natureza', como quer o autor de Personagens de Romance. Os seus typos são reais no livro como ele os viu.	
Mario Marroquim	É a vida, é o aspecto humano do assumpto que precisa ser observado, ser fixado com segurança e com honestidade. [...] O escriptor preocupou-se com os typos, com a vida, com o aspecto real e humano de seus personagens.	

Capítulo 4. Dificuldades da
análise e descobertas oriundas
do contato com o material

1. Descrição do Arquivo Graciliano Ramos

Ao chegarmos ao IEB para fazer consultas no Arquivo Graciliano Ramos deparamo-nos com algumas ferramentas de auxílio à pesquisa que eram: o Catálogo de Manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos, cuja elaboração foi coordenada por Yêdda Dias Lima e Zenir Campos Reis; Catálogo de Fotografias³³, coordenado pela profa.Dra. Yêdda Dias Lima e elaborado por Maria Helena Pinoti e Mônica Ap. G da Silva; uma lista com as pastas de Recortes contendo número de pasta e o seu conteúdo genérico; um Inventário Analítico da série Originais Autógrafos; um relatório em que os estagiários Sinara Barbanti, Sandra da Silva Pires e Hélio Rosa Miranda elaboram um “índice simples” de localização (geográfico), de nomes (onomástico) e de temas (temático) dos manuscritos.

No Catálogo, encontram-se também informações importantes sobre a história do Arquivo Graciliano Ramos. A partir da leitura dele, ficamos sabendo que o seu acervo foi doado ao IEB no dia 11 de outubro de 1980, por Heloísa Ramos, viúva do autor. Entre os mediadores do processo de doação, estavam os escritores Ricardo Ramos e James Amado, além do professor José Aderaldo Castello, na época diretor do instituto. Naquele momento, diz o documento, “nos coube arrolar e identificar sumariamente a documentação que hoje integra o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).”

O Acervo reúne, assim, documentos de vários tipos: manuscritos, recortes de colaborações em jornais e revistas, recortes de crítica sobre o autor, pequena documentação pessoal e correspondência, fotografias, traduções, fichas bibliográficas, alguns livros de crítica e teses universitárias, cobrindo o período de 1904 a 1980.

É interessante perceber que a parte relativa à produção manuscrita de Graciliano é vasta e está organizada em categorias: manuscritos autógrafos, datilografados e corrigidos de próprio punho – romances, contos, crônicas, literatura infantil e memorialística, além de discursos, conferências e reflexões sobre literatura e cultura brasileiras. Faltam, contudo, nos diz o documento, “nesse conjunto, os originais de *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*, nele se somam treze cotas ou títulos, identificados e descritos nesse catálogo” (LIMA Y.; REIS, Z.C. 1992, p. 206). Tudo isso, porém, é muito bem descrito pelos autores do catálogo.

33. Não publicado. Sem paginação.

Em contrapartida, o “catálogo” da *Série Recortes*, que se transformou no mais importante do Arquivo para esta tese, não fez parte do livro publicado pela Edusp. A obra selecionara apenas a parte dos manuscritos para sua publicação.

Para nosso desespero, ao que pese a simpatia dos estagiários e funcionários do IEB, na organização da documentação dos recortes de jornais havia apenas uma relação com a numeração das pastas em função de um breve verbete indicando o conteúdo: muitas vezes é impossível saber, pela generalidade da indicação, do que tratam os documentos. Ao todo existiam 93 pastas de recortes, a partir das quais fizemos uma tabela categorizando os documentos por datas, local de publicação (cidade e órgão de publicação) e autor, atrelando essas informações à própria organização das pastas no Arquivo, para garantir a localização dos documentos para consulta posterior e verificação dos dados já recolhidos.

Por conta da natureza dos dados, as quantificações mais sofisticadas, com ferramentas estatísticas específicas, não foram utilizadas. Consideramos apenas, na medida do possível, uma dimensão de “amostra” que ponderou sobre o volume de matérias presente no arquivo como relevante, justamente porque o material não fora selecionado ou resgatado pelos critérios usados nos estudos de crítica literária. Dessa forma, a série *Recortes* do Arquivo Graciliano Ramos torna-se elemento fundamental de natureza *qualitativa*, mas em sentido específico, já que alguns textos são muito interessantes para vislumbrar o horizonte de trabalho dos escritores da época, principalmente os associados à literatura de 1930, chamados de romancistas do Nordeste, e para cuja obra a crítica posterior reservou outros critérios de avaliação.

Como pudemos notar no capítulo precedente, a experiência com o arquivo deu contribuição específica ao formato do objeto desta tese de doutoramento. Os elementos centrais da construção do objeto e a problemática de estudo foram tributários da relação direta com o material do IEB. A ideia de *sociologia implícita*, conceito central na análise da obra do escritor alagoano, foi, contudo, modificada na e pela escolha do campo de pesquisa: depois do contato com os recortes passamos a estudar o fenômeno da sociologia implícita no romance, entendido nos termos apontados por Lahire. Mas essa mundaça se deveu, também, às possibilidades e limites, trazidos pelo material do arquivo, de analisá-la como recurso para estudar a realidade do espaço de práticas intelectuais dentro do qual os escritores e suas obras evoluíram em suas relações com o público. O contato com o arquivo, em poucas palavras, promoveu os meios para pensar a sociologia implícita como objeto de estudo *problemático*, que serve também como ferramenta sociológica para captar descritivamente algumas práticas intelectuais que, sem ela, permaneceriam obscuras.

Um dos principais limites gerados pela delimitação do *corpus* do Arquivo provém do fato de ele ter sido fruto de um recorte operado de maneira *indefinida* por Graciliano e sua família. Isso é fator limitante para as análises na medida em que os procedimentos de arquivamento não cobrem inteiramente o espaço de práticas dos agentes sociais envolvidos. Por exemplo, grande parte dos recortes dos jornais foi recolhida por Graciliano Ramos, e a outra parte, por sua família, não se sabendo com que sistematicidade, nem de que maneira. Nas pastas, para termos ideia dessa dificuldade, encontramos jornais de todas as partes do país: Rio de Janeiro (a maioria), mas também de São Paulo, Recife, Maceió, Fortaleza, Belo Horizonte etc. Cidades localizadas em diferentes regiões do país, que supostamente teriam diferentes dinâmicas de produção cultural, o que demandaria, para a perfeita contextualização da repercussão desses textos, uma análise localista da configuração de cada subespaço simbólico de produção intelectual. Esse trabalho, só ele, ao descrever os “subcampos locais de produção cultural”, produziria uma descrição positiva, fazendo-nos escapar da antinomia entre o modelo teórico e a explicação causal de um objeto que reivindica sua especificidade.

Essas limitações que a diversificação de fontes poderá minimizar em futuros trabalhos, não obliteram, contudo, a razão de ser operacional do uso do conceito de sociologia implícita: ele busca criar as condições para garantir a inteligibilidade de fenômenos de classificação de obras literárias no Brasil como sendo próximas das Ciências Sociais. Essa análise ganha em qualidade, na medida em que a explicação sociológica garante o entendimento específico alçado do contato entre a ideia de sociologia implícita e o contexto social de estudo em que a obra de Graciliano Ramos era apreciada por critérios em certo sentido sociológicos.

2. A relação entre teoria e prática de pesquisa

Há uma síntese entre a crítica que esta tese desenvolve e o estado de coisas descrito a respeito do Arquivo Graciliano Ramos, mostrada na primeira parte deste capítulo. Se a abordagem aqui defendida representa uma crítica às linhas genéticas demasiadamente apegadas ao texto e ao desprezo pelo raciocínio histórico, isso se dá devido também à evidência material de que as hierarquias disciplinares criam “prioridades intelectuais” que podem e devem ser questionadas. O exemplo do Arquivo Graciliano Ramos, com a parte dos manuscritos tendo recebido trabalho arquivístico prioritário, e dos recortes de jornais revelando material de valor inferior (“podendo esperar”) é mais uma prova de que a sociologia da literatura tem sido realizada apenas dentro de uma perspectiva crítica e, ao mesmo tempo, específica e hegemônica, representada pela sociologia das formas literárias (mesmo pelo lado mais sensível à sociologia) e pela crítica literária mais convencional, com seus apelos de toda ordem contra os reducionismos da ciência.

Se voltamos à experiência no IEB, para tomarmos o exemplo concreto de como as prioridades intelectuais de uma época terminam contaminando as lógicas institucionais, basta nos atermos ao fato de que a parte do arquivo dedicada aos recortes de jornais é a menos cuidada do acervo e refletirmos sobre algumas dificuldades geradas para a pesquisa.

Vejamos algumas dessas dificuldades. As pastas estão divididas por temas gerais como “*Vidas Secas/ Fortuna Crítica*”. Isso coloca o pesquisador na seguinte situação: para saber o conteúdo das pastas, é preciso olhar recorte por recorte, pasta por pasta, o que multiplica o tempo necessário para agregar as *informações pertinentes*, como “data de publicação” (essencial para cronologia e contextualização do documento em relação à biografia do autor), “autoria do artigo” (necessária para situar quem falava a respeito da obra e os porquês), “periódico onde foi publicado” (para se poder avaliar o grau de difusão dos debates etc.); ou seja, só o trabalho de seleção do material, necessário para a organização de qualquer pesquisa de interesse sociológico, levaria o tempo da tese inteira. Para minimizar a dificuldade gerada pela limitação do tempo, um pequeno banco de dados foi produzido para guardar as informações julgadas pertinentes para o trabalho de análise sociológica já em andamento. Essas informações definiram as categorias e unidades de análise do trabalho e deram origem às seguintes chaves de acesso ao banco de dados: autor, título do artigo, jornal, data, local de publicação. Não nos demos conta da totalidade das pastas. Cadastramos apenas as pastas que se revelaram produtivas para o objeto sociológico em construção. Dessa forma,

somente as pastas que continham documentos sobre a recepção das obras *Caetés* e *São Bernardo* foram contempladas na sua totalidade³⁴. Isso, como já dito, por conta da distância entre o tempo necessário para a realização efetiva da pesquisa (a totalização das pastas com caracterização e identificação dos documentos por tipo e conteúdo levaria o tempo de efetivação da tese como um todo) e o disponível para a realização da tese na sua função de trabalho propriamente sociológico, de interpretação dos dados feita em função de problemáticas orientadas teórico-metodologicamente.

Isso em certa medida *comprova* a leitura que fazemos sobre as prioridades intelectuais contidas no nosso *modo de problematizar a literatura*, hoje ainda hegemônico no Brasil, inclusive o considerado sociológico. É esse contexto que deve ser levado em conta para entender que dar aos recortes essa dignidade de “objeto sociológico” é muito importante.

34. Foram elas, para a análise dos textos referentes à recepção crítica dos romances, pastas, 3, 5 e 8. Cadastraram-se no total 6 pastas.

PARTE II. ANÁLISES DE SOCIOLOGIAS
IMPLÍCITAS: *CAETÉS E SÃO BERNARDO*

Capítulo 1. Externo e Interno:
o enfrentamento sociológico de
uma falsa dicotomia em *Caetés*

Há coisas que são muito difíceis de explicar. O que não quer dizer
que sejam impossíveis de se explicar

Roberto Schwarz

Wittgenstein disse: O que não se pode dizer, deve-se calar. Creio
que se pode dizer com igual justiça: O que não se pode dizer,
deve-se pesquisar.

Norbert Elias

1. Introdução

Vimos na primeira parte desta tese, a partir da leitura do material do Arquivo Graciliano Ramos, a desconfiança com que foram recebidos por alguns autores os primeiros romances de Graciliano Ramos. Demos alguma ênfase a isso na análise dos recortes que receberam *Caetés* e *São Bernardo*. Atribuímos maior centralidade ao estudo do registro de leitura realista, a nosso entender, muito parecido com o que vemos em nossos dias nas leituras mais banais das telenovelas, em que os espectadores atribuem valor às tramas ali encenadas porque elas “parecem com a realidade”. Tipo de leitura que – contrastado com a perspectiva da crítica que tentar fugir às diversas formas de referencialismo – faz perceber uma tensão entre dois modos sociológicos de lidar com os intelectuais e seus produtos: um regido pelo procedimento de seleção crítica e outro preocupado com a reconstrução fiel do modo de leitura daqueles que se pronunciaram a respeito da obra de Graciliano Ramos na época de sua publicação.

A primeira parte desta tese teve como função a demarcação do espaço para a sociologia da literatura: era necessário liberar a sociologia para fazer tipos de trabalho que ela não se dispunha a fazer, por razões pouco ou não definidas pelos seus próprios quadros de análise. Os espaços tidos como legítimos para estudos literários pareciam todos ocupados pela própria crítica literária e pelas disciplinas afins. Ainda nesse sentido, conseguimos identificar como a biografia mais importante de Graciliano Ramos *O Velho Graça*, de Dênis de Moraes, trabalhava basicamente a partir do preceito da autonomia da forma, utilizado como pressuposto metodológico da biografia. Além disso, os dados biográficos não foram usados em nenhuma medida naquele trabalho para explicar atributos da obra literária.

Vimos também como essa perspectiva bloqueia a visualização de problemas óbvios em matéria de sociologia da literatura. No caso de Graciliano Ramos, parece evidente que sua vida pessoal deve ser objeto de análise associado aos estudos de seus romances. Estranhamos o seguinte: apesar de ser um fato recorrente da biografia, tanto nos depoimentos do autor como nos de seus amigos e familiares, por alguma ironia, as condições de trabalho e os acontecimentos marcantes da vida do autor não são sequer mencionados para explicar qualquer característica de seus romances.

Decorre daí o nosso esforço para, uma vez identificado o problema de postura analítica, responder a pergunta: o que fazer com as informações como as que

indicam que Graciliano escreveu quase todos os seus romances em condições precárias de trabalho intelectual?

Queremos crer que esse dado concreto de sua *condição de escritor*³⁵ tem papel explicativo decisivo em sua obra. Pareceu-nos evidente que suas condições de trabalho intelectual têm algo a dizer sobre sua maneira de escrever seus romances da forma como escreveu. Nesse sentido, apesar de todo o lugar comum da crítica que sempre apontou para união entre a vida e a obra do autor, não encontramos, na tradição crítica, trabalhos que tentassem fazer, de maneira sistemática, de fato a exegese das obras utilizando como fonte primária das interpretações as informações de cunho biográfico.

Assim, a vida de Graciliano foi sempre tratada de maneira paradoxalmente separada da obra, principalmente quando o assunto era seu processo criativo. Daí nosso esforço de crítica sociológica ao procedimento da crítica literária só poder ser perfeitamente entendido na medida em que se revela esse aparato *reprodutor* da visão que traduz essa separação entre vida e obra.

Cabe-nos, nesta segunda parte, logicamente, tratar a obra de Graciliano Ramos levando em conta essa interligação entre as informações biográficas (lidas a partir do recorte de uma sociologia disposicional) e o processo criativo de seus romances. Faremos análises, nesse sentido, buscando captar direta e indiretamente aquilo que vemos ser condição para o entendimento da obra do autor de *Caetés*: por um lado, a *objetivação da condição de intelectual* que ele realiza em suas obras e, por outro lado, a *objetivação de sua condição existencial*. Uma dupla objetivação que trará contornos característicos aos seus romances. A primeira objetivação porque, sendo condição real e concreta de sua vida como escritor, serviu-lhe, em nosso entendimento, como matéria-prima de construção de problemática narrativa, de

35. Na falta de estudos quantitativos que revelem como de fato vivem e trabalham os escritores no Brasil de hoje, estudamos a condição literária de Graciliano tomando seu caso como exemplar de uma situação estrutural que parece ser de extrema fragilidade e insegurança, a profissão de escritor. Os escritores são agentes centrais no universo literário, mas aparecem frequentemente, como o caso de Graciliano evidencia, como as figuras mais frágeis na engrenagem econômica das profissões ligadas ao livro. Mesmo em países como a França, onde existe a consolidação do público leitor e dos outros elementos da autonomização do campo literário, diferentemente de outras profissões mais estáveis, como a de médico, a de professor ou a de empresário, os escritores vivem em uma situação ambivalente, obrigados a acumular a atividade literária e um outro emprego que eles chamam de "*second métier*". É interessante ressaltar que, apesar de se chamar "*second métier*", normalmente a atividade não-literária é a principal do ponto de vista da remuneração. Como consequência prática dessa ambivalência, os escritores alternam com relativa frequência o tempo de trabalho de escrita com as atividades extraliterárias. Para ler mais a esse respeito ver (LAHIRE, 2006). Sobre as condições de trabalho intelectual no Brasil, ver (BROCA, 2004); (MICELI, 2001a).

conteúdo. Temos, como bom exemplo disso, *Caetés* e o seu protagonista, João Valério. Em suma, sua própria condição precária de escritor serviu-lhe de apoio para a construção de seus personagens e foi posta em cena na maioria de seus romances. A segunda objetivação teve função similar em seus romances, mas difere da primeira por nos parecer que Graciliano usou também a literatura como elemento terapêutico, fazendo do trabalho literário, tal como Paulo Honório fez em relação a Madalena, um elemento de autossuperação, um esforço de redenção através da escrita. O melhor exemplo disso na obra é a própria relação do protagonista de *São Bernardo* com a escrita.

Nesse sentido, o trabalho de *objetivação de si*, feito através da construção de sua obra, caracteriza-se como elemento central de sua argumentação romanesca. Acreditamos que, fazendo do defeito qualidade, Graciliano Ramos vai por a favor de si e de seus romances a problemática das *próprias condições de trabalho intelectual*, construindo protagonistas que, ao evoluírem na trama das histórias de suas vidas, vão também revelando as precárias condições da feitura dos romances produzidos pelo autor. Através da análise da sociologia implícita nos romances de Graciliano Ramos, que pode, em muitos sentidos, ser considerada uma *sociologia implícita de si* realizada pelo romancista através do trabalho de dupla objetivação acima mencionado, podemos reconstruir os itinerários das lutas internas de um escritor sociologicamente percebido como *trânsfuga social*.

2. Graciliano: as inseguranças de um “escritor sem obras”

Para balizar o que defendemos, estudaremos aqui o que chamamos de precariedade nas condições de trabalho intelectual do jovem Graciliano para mostrar que a literatura produzida por ele trabalhava também a partir de impulsos extraliterários. Não precisamos, com isso, descartar por completo a visão corrente segundo a qual o escritor, ao realizar seu trabalho criativo, está também dialogando com questões próprias do seu universo intelectual ou do campo literário propriamente dito.

Graciliano Ramos apareceu-nos, todavia, como caso exemplar de um romancista que escreveu sobre o seu mundo social estimulado por questões de naturezas diversas: existencial, material e simbólica. Esses estímulos devem ser relacionados aos seus romances porque sua consagração atual oblitera o entendimento das dificuldades enfrentadas por ele para construção do conjunto de sua obra. Na medida em que sabemos que o romancista, pela vida que teve – que o constrangeu mais do que o impulsionou à arte, dificilmente poderia ser bem compreendido sem o entrelaçamento dessas informações, voltamo-nos a elas para decifrar melhor como Graciliano Ramos se tornou possível como escritor.

As dificuldades de se manter através de seu ofício de escolha, a literatura, situam seu sonho literário na medida em que evidenciam em Graciliano a luta por encontrar na literatura, isto é, por meio dela, um refúgio para os percalços das próprias condições de trabalho literário e humana.

Apontam para isso, na sua trajetória inicial, a sua tentativa frustrada de tentar uma carreira literária no Rio de Janeiro ainda quando jovem.

Começaria a trabalhar, em 23 de setembro, como foca no Correio da Manhã, passando, 18 dias depois, a suplente de revisão. Juntando o baixíssimo salário com os rendimentos da fazendola que o pai periodicamente lhe remetia, dava para ir levando, em economia de guerra. Trabalhava de nove horas da noite até duas da madrugada, movido a duas enormes xícaras de café, dois pães e um pedaço de queijo. Acordava meio-dia, engolia um copo de leite com pão torrado, acalmando o estômago até sete da noite, quando jantava. (MORAES, 1992, p.30).

Não que as difíceis condições o tivessem feito desistir de seu sonho. A volta a Palmera dos Índios foi precipitada, como sabido, por conta da tragédia que acontecera em sua família. Em nosso entender, contudo, Graciliano escreve *Caetés* de maneira a remoer certas questões. Em uma delas, essa primeira frustração aparece aliada, sem dúvida, aos debates intelectuais locais – que começam a ser decifrados a partir de trabalhos de recuperação de documentos históricos, como o

da Revista Novidade, por exemplo, analisada por Ieda Lebensztayn (LEBENSZTAYN, 2009). Nesta revista a estudiosa identifica, no projeto editorial, os princípios intelectuais que parecem ter guiado em certa medida a produção de Graciliano Ramos, princípios que estão claramente tematizados em *Caetés*.³⁶

Um primeiro ponto a destacarmos, para melhor entender o que queremos apontar, é a formação literária de Graciliano Ramos. Desde sua juventude, encontramos nela registro da ambivalência que delineou em certa medida aspectos marcantes de sua obra: o diletantismo das leituras, por exemplo, deu a tônica na maneira diferenciada com a qual Graciliano lidou com o mundo das letras de sua época, ao mesmo tempo em que funcionou como elemento negativo, produzindo uma profunda insegurança em relação à qualidade dos trabalhos por ele realizados.

Graciliano oscilou, por conta disso – é possível notar isso na sua correspondência –, entre a esperança e a desconfiança em relação a si mesmo. Isso demonstra, por um lado, que sua formação, à margem dos centros intelectuais, tornava-o apto a ser crítico das práticas intelectuais de sua época. Por outro lado, por não ter respaldo institucional ao seu conhecimento, convivia com o desconforto e a insegurança quando o assunto era sua produção.

Quando jovem, comprava e

(...) relia esporadicamente Aluísio Azevedo, Olavo Bilac e Manuel Antônio de Almeida, e descobria Machado de Assis, Euclides da Cunha e Graça Aranha. (MORAES, 1992, p.39).

Mas o conhecimento obtido nessas leituras não o assegurava de suas competências literárias. Demonstrava, assim, grande insegurança nos momentos de produção, como revela o fragmento a seguir:

Sinto-me incapaz de escrever. Queres crer que a última coisa que me saiu da cabeça foi aquele pobre *Estrelas*? Abandonei *Sudra*, faz mais de um mês que não olho para ele. E já estavam escritas cento e cinquenta tiras. Não posso fazer nada: sinto-me mais bruto que de ordinário. (RAMOS, 1982, p.28).

Como explicar essa ambivalência entre a cultura que ia acumulando em suas leituras e a falta de segurança com o que fazer com elas? Como observamos anteriormente, Graciliano não tinha o perfil de intelectual convencional à sua época. Estudou pouco

36. Só um trabalho mais específico sobre a relação dos subgrupos de intelectuais atuando no Nordeste na sua relação com o espaço de produção do Rio daria uma real dimensão dos fatores que contribuíram para a feitura de um livro como *Caetés*.

na escola, não fez faculdade de Direito, não era bacharel. Em várias ocasiões, foi crítico não apenas do bacharelismo, mas da lógica do diploma, que segundo ele, não provava nada da inteligência das pessoas.

Nada nos impende, porém, de ver em sua autodidaxia um indicador da oscilação no ânimo do jovem pretendente ao mundo das letras. Essa oscilação se tornou, pouco a pouco, característica inerente à sua personalidade, o que nos ajuda a entender melhor como Graciliano produzia seus textos: pontuando os elementos responsáveis pela qualidade de sua escrita.

Nesse sentido, se, por um lado, ser autodidata lhe permitia um afastamento relativo dos vícios intelectuais do período, inclusive por questões de sociabilidade –como vemos claramente nas críticas dele à verbosidade dos bacharéis –, por outro lado, fragilizado por uma formação não forjada institucionalmente, sentia-se deslocado do universo intelectual no qual tinha que se inserir para realizar seu sonho de tonar-se escritor.

A falta de legitimidade gerada pelo modelo de sua formação³⁷ era responsável por um reforço à necessidade de reconhecimento dos pares. Nesse caso, mesmo que o seu desejo de reconhecimento nunca se manifestasse de maneira explícita, devido também a sua timidez, podemos reconhecê-lo, como veremos mais adiante, em cartas pessoais, quando ele expressa sua vontade de ser visto como literato.

37. Temos em mente para essa análise o estudo de Bourdieu em seu *La noblesse d'état*, em que analisa detalhadamente as propriedades sociais ambíguas presentes nas avaliações das escolas de elite francesas (BOURDIEU, 1989). Através dessa leitura, percebemos melhor como as escolas francesas, principalmente as de elite, são agentes institucionais que inculcam a “segurança” nos agentes que, ao passarem pelas etapas previstas pela instituição, sentem-se investidos da autoridade produzida pela própria instituição. Detentores da legitimidade do saber, porque criados sob as condições da produção coletiva, eles recebem das instituições a marca da legitimidade. E, “depois de percorridos os caminhos”, sentem-se responsáveis por criar os “caminhos a serem percorridos”. As instituições de ensino têm a função de delimitar no corpo social os agrupamentos de pessoas que se sentirão capazes de dizer como saber as coisas relacionadas ao saber. Em sentido contrário, a escola também cria seus “burros”, seus “preguiçosos”, seus “esforçados”. Mas, quando designa seus “brilhantes”, conseguimos com mais clareza identificar as categorias com conotações sociais que só são bem decifradas na medida em que as ambiguidades antinômicas contidas nesses adjetivos são sobrepostas à estrutura de características sociais correspondentes, isto é, toda vez que o fato de ser “brilhante” corresponde a alunos que demonstram “facilidade” e “rapidez” no apredizado, desempenho que é muitas vezes produzido pela correspondência entre a cultura da classe social da qual é proveniente (a classe dominante) e a cultura da própria escola. Para nossa análise tentamos captar esses sentimentos ambíguos em relação à cultura tantas vezes expostos por Graciliano Ramos. É evidente que o papel institucional das escolas de elite francesas não é comparável aos das instituições escolares brasileiras, mesmo as de elite. Contudo, o papel de atribuição de legitimidade relativo às maneiras de fazer e dizer inscritos nas relações de dominação concretas no universo intelectual brasileiro podem ser descritos a partir desse modelo de análise.

Verifiquemos, porém, antes disso, que as informações sobre como adquiria sua cultura³⁸ – através da leitura não coordenada de almanaques e romances – mostram-nos que, contraditoriamente, a falta de educação escolar dava-lhe uma tônica que contrastava com a formação de outros intelectuais de sua época. Mais tarde, em momento de consagração, seu cinquentenário, essas características foram lembradas em discurso de Augusto Frederico Schmidt:

É que essa noite não se repetirá, é a noite única para a sua vida, Graciliano. É uma noite de reparação, é uma noite que devemos trazer a você, *que é um ser tão desconfiado*, a convicção de que sua existência, que você considera tão melancolicamente, é a existência que se realizou plenamente, é a existência de um homem que venceu, que se afirmou, *que soube crescer sozinho, graças a sua força, graças a essa natureza retorcida*, áspera, inconformada e cheia de dignidade que é a sua natureza, graças mesmo a esses sofrimentos que a vida, sem economia, lhe proporcionou, graças às injustiças que madrugaram para você e o foram sempre seguindo, até que essa injustiça suprema de lhe tirarem a liberdade sem motivo, por um período certamente fecundo para sua experiência de romancista. (MORAES, 1992, p.195) (Meus Itálicos)

Por um lado, é importante notarmos como as palavras de Schmidt associam sabiamente a natureza desconfiada de Graciliano Ramos às condições que o construíram como escritor. Seguindo a lógica do poeta, foi justamente por Graciliano ter sido alguém que cresceu sozinho, ou seja, por sua autodidaxia, que o Velho Graça podia receber aquela justa homenagem. Por outro lado, observamos nesse texto aquilo que não consegue mostrar por si: as características assinaladas por Schmidt são as mesmas que são responsáveis pelo descompasso de Graciliano nesse meio onde ele se via e era visto como *figura de natureza retorcida*.

O sentimento de estranhamento com o meio, assim como sua insegurança, vinha de muito cedo, na juventude. Em carta a sua mãe, datada de quatro de fevereiro de 1915, Graciliano escreveu do Rio fazendo crítica severa às práticas intelectuais que lá encontrou:

O que eu sinto é morar numa terra onde só se pode conseguir alguma coisa com muito reclamo. Aqui tudo se resume nisto: cada sujeito faz propaganda de si mesmo. Um indivíduo que é burro fala em voz alta, de papo, grita, diz asneiras e às vezes chega a fazer figura diante dos outros que são mais burros do que ele. [...] Veja a senhora como

38. Em carta a amigo revela que recebeu seu almanaque para estudar: “meu velho: fiz um papel desgraçado em não te escrever quando recebi o almanaque. [...]” (RAMOS, 1982, p.19) Também podemos destacar a leitura intensa que fez dos romances que, segundo lemos em *Infância*, funcionaram como uma espécie de refúgio para o frágil menino que ele pareceu ser.

as coisas são. Tudo reclamo. E o sujeito que for tímido, que não declarar que é um gênio, é uma criatura morta. Ora, eu estou arrependido de ter feito hoje uma asneira. Um rapaz meu conhecido apresentou-me a um poeta, dizendo que eu era literato. Eu caí na tolice de dizer que não era. Dei uma grande patada, não há dúvida. Eu devia ter ficado calado ou, melhor, ter entrado a dizer sandices sobre arte e outras coisas que não conheço. Era o que eu devia ter feito. É o que todos fazem. (RAMOS, 1982, p.49-50).

Destacamos nesse fragmento de carta a crítica que Graciliano tece à sociabilidade existente entre os intelectuais no contexto carioca. Observamos a partir dela a consciência que ele possuía da importância que esse tipo de sociabilidade tinha para quem, como ele, pretendia entrar nos círculos literários do Rio de Janeiro. O “eu caí na tolice de dizer que não era”, depois da crítica severa às práticas locais, revela toda a ambivalência que nutria seu desejo de se tornar um escritor. Na verdade, Graciliano sabia que viver fora do centro de produção literária e dos círculos sociais a ele ligados não o ajudava na realização do seu sonho. Que sonho?

Graciliano queria desde cedo o que sua condição não lhe autorizava, a dedicação total ao ofício de escritor.

Vivia do salário ganho na loja e da escassa renda que provinha da “fazendola” e das cabeças de gado que ganhara, aos 12 anos, dos avós maternos. Há pouco saíra da casa dos pais para morar numa república da rua de Baixo, mas isso pouco representava. Queria escrever e, se possível, trabalhar em coisas bem diferentes das que fazia. (MORAES, 1992, p.29).

Dessa forma, o desejo e a realidade apareciam como dois elementos apartados entre si na vida de Graciliano. As marcas da ambivalência começavam a compor o escritor e durante toda a sua vida elas podem ser notadas. Antes mesmo de ser apontado como romancista de qualidade, já é possível encontrar informações sobre essas características de sua personalidade. Tomemos como exemplo o fragmento a seguir:

Assim que pôs o serviço em dia, Graciliano, entre um despacho e outro, corrigiria os originais de Caetés. Um dos visitantes mais assíduos em seu gabinete era o professor de português, filólogo e contista Aurélio Buarque de Holanda, que se divertia com seu modo extravagante de fazer julgamentos. (MORAES, 1992, p.69) (Meus itálicos)

Notemos primeiramente que Graciliano finalizava *Caetés* “entre um despacho e outro”, o que caracteriza uma relação ao tempo de trabalho bastante peculiar. Voltaremos a isso mais adiante. O que queremos ressaltar nesse momento é que, se Aurélio Buarque se divertia com o modo extravagante de Graciliano fazer julgamentos, é porque algo denunciava a *hexis corporal* de Graciliano e sua falta de

conformidade com o habitual nos intelectuais do período. Isto é, no seu jeito de falar e de afirmar as coisas, percebia-se uma *diferença* que pontuava o “sotaque” de sua formação. Como caracterizar sociologicamente essa diferença?

É preciso, talvez, antes de continuar, dizermos com mais ênfase o nosso propósito: não queremos explicar a prática literária de Graciliano pela insegurança ou por idiosincrasias do escritor, mas mostrar como a insegurança e outras de suas características podem ser vistas e melhor explicadas pela descrição do tipo de socialização específica que contribuiu para construção do homem como escritor. Socialização essa, produtora de traços marcantes de sua personalidade e que, apesar de não podermos esquecer e esquecermos com frequência, permeava o trabalho dele a ponto de se tonar elemento estruturante e temático de sua obra, como nos casos de *Caetés* e *São Bernardo*.

Por essa razão, buscamos associar os problemas existentes durante todo o processo de elaboração de *Caetés* ao conteúdo mesmo do livro, sem, com isso, cairmos necessariamente na ideia redutora de que Graciliano simplesmente transcrevia sua vida para dentro de seus romances. O que nos parece interessante, porém, é que ele usa os elementos concretos de sua condição de escritor para reproduzi-la de maneira transfigurada, mas sem deturpar a impressão de realidade literariamente por ele construída.

Para termos a devida dimensão do caráter estrutural da precariedade de sua condição de escritor, no que tange especificamente à produção de *Caetés*, buscamos entender seu longo e penoso processo de feitura, expresso também na insegurança sentida por Graciliano, a exemplo da explicitada em momentos como aquele em que ele recebe convite de Augusto Schmidt para publicação de seu livro:

O que responder a Rômulo? *Caetés*, que vinha sendo escrito há cinco anos, poderia ser imediatamente composto, não fosse à obsessão de Graciliano de reescrevê-lo, cortando e substituindo palavras ininterruptamente. *Desconfiando e inseguro, precisaria de um tempo para remoer.* (MORAES, 1992, p.66) (Meus itálicos).

Essa ambivalência, que estruturou seu ofício, se traduzia frequentemente nos dois polos de sua personalidade, já evidenciados: na esperança do jovem que queria ser escritor e na sua insegurança quanto à qualidade do trabalho. Entendemos que a grandeza de Graciliano resulta, em grande parte, no final das contas, do fato de ter ele transformado sua insegurança no motor principal que movia o cuidado formidável que teve com seus escritos. Transformando a desconfiança em motivo de mais cuidado e atenção, desde o início, o escritor converteu essa característica, como

revela o pedido de “tempo para remoer”, em aspecto inconfundível de sua obra, garantindo, por fim, a grande qualidade de seus romances³⁹.

Observe-se que centramos nosso foco na ideia segundo a qual Graciliano tematiza reflexivamente sua condição precária de trabalho. A autorreflexão seria, nesse sentido, uma ponte entre a biografia e a sociologia disposicionalista, a qual utilizamos para reter as informações biográficas pertinentes para entender aspectos da feitura de *Caetés*.

A reflexividade de Graciliano consistiria no seguinte: *Caetés* é um romance sobre um romance falhado. João Valério não consegue terminar o romance, tamanho o turbilhão de eventos de sua vida e a precariedade para escrever seu livro. O que corresponde ao que descrevemos brevemente sobre as condições de trabalho do próprio Graciliano Ramos no momento em que escrevia *Caetés*.

Dessa forma, é interessante afirmar, além de mostrar a correspondência entre Graciliano Ramos e João Valério, que o que impressiona no escritor real é que a genialidade nele precisa ser descrita como antípoda do que a palavra designa de hábito: na falta de boas condições para dedicar-se exclusivamente ao trabalho literário, a precariedade funcionou para ele como elemento constitutivo daquilo que iria narrar em seus romances.

Da falta de material básico, como papel, à falta de regularidade na prática da escrita, Graciliano inicia uma carreira literária que se configurava, positivamente, como precária e instável, mas qualitativamente impecável.

Nas informações biográficas, avolumam-se às indicações sobre as parcas condições de trabalho intelectual do autor. Durante toda a sua carreira lutou contra a falta de tempo decorrente de vários fatores oriundos dos ambientes familiar e de trabalho. Nas horas que tinha para escrever, era muitas vezes importunado pelas pessoas, que não entendiam seu interesse pelo ofício, o que caracteriza, do ponto de vista sociológico, uma situação recorrente na trajetória de intelectuais oriundos de famílias

39. Na verdade a insegurança de Graciliano o manteve protegido da pressa e da vontade de dar mais volume que qualidade aos seus romances. Isso se torna ainda mais impressionante quando aprendemos que, quando seu primeiro livro foi publicado, ele já contava com mais 40 anos. Na verdade, o que parece ter acontecido é que Graciliano tenha sido de fato um mestre: ele conseguiu aos poucos converter tudo quanto era dificuldade e defeito na mais pura qualidade literária.

populares.⁴⁰ Inúmeras são as ocorrências em que Graciliano reclamava da falta de tempo e de condições apropriadas de trabalho.

Do início da carreira, destacamos o seguinte fragmento:

São nove horas, o correio vai sair, o velho Sebastião já mandou quatro vezes que eu largasse isto e fosse fazer a correspondência comercial. O velho Sebastião como um Cérebro anda a me vigiar. *Tem uma raiva desesperada das tolices que eu faço*. Eu finjo que não entendo. (MORAES, 1992, p.27)

Mais tarde, é marcante essa avaliação feita por Dênis de Moraes (notemos que o biógrafo chega a esquecer que estava falando de um escritor):

E o escritor, por onde andava? Entre 1916 e 1921, inexistem registros de produção literária. Assoberbado no comércio, só não se distanciaria das leituras. Em parceria com o amigo e ex-aluno João Acióli de Moraes, comprara pelo reembolso postal a coleção das obras completas de Eça de Queiroz. (MORAES, 1992, p.39).

Já bem mais tarde, depois de sair da prisão, notemos como, na carta a Garay, citada por Ieda Lenbensztayn, Graciliano fala de sua condição de vida:

É que ando aperreado, chateado, indignado com a obrigação de pagar casa, comida, bonde, roupa, café e outras inconveniências. Eu vivia livre de todos esses aborrecimentos. O governo do meu país é um governo sábio e algumas vezes nos fornece mesa, cama, transporte e boas conversas, tudo de graça. Você não acha que é safadeza sustentar um cidadão durante um ano e de repente mandá-lo embora, desempregá-lo sem motivo? Foi o que me aconteceu. Eu estava quase habituado, considerava-me, com certa vaidade, hóspede oficial, membro de uma instituição respeitável e necessária ao preparo de eleições e outros jogos nacionais. Infelizmente a minha reduzida pessoa foi julgada inútil a essa trapalhada – e o governo, por economia, me cortou os meios de subsistência. Agora preciso dar dinheiro à mulher da pensão e aumentar os lucros da Light. Para isso tenho de explorar alguém ou qualquer coisa e ser explorado pelo dono do jornal e pelo editor. Como não possuo bondes nem casas, lembrei-me de explorar um hospital, um médico, enfermeiros e a doença que me ia matando anos atrás. (LEBENSZTAYN, 2009, p. 319).

40. Pensamos em questões sociológicas tiradas de análises similares do *The uses of Literacy* de Richard Hoggart (HOGGART, 1970). Não é sem paralelo, tomados os devidos cuidados, o fato de Graciliano conseguir, como efeito irônico de sua obra, criticar e transpor as imagens intelectuais da vida popular, tornado sua obra uma forma de negação contra leituras fáceis que insistem em lutar contra a “degradação da cultura autenticamente popular”. Como na obra do sociólogo inglês, Graciliano consegue, na trama narrativa de *Caetés*, desmontar algumas ilusões intelectuais a respeito das classes populares. Ao criar um protagonista incapaz de escrever sobre o mito de formação de seu país, põe em relevo a fragilidade dos intelectuais que, ao falarem do povo (do outro que não ele), o fazem como pretexto para tratar de suas próprias contradições culturais.

A precariedade contrastava quase sempre com profundo desejo de tudo superar pela literatura. Numa carta ao pai, ainda muito jovem, percebemos melhor a vontade dele de viver da literatura ou, ao menos, de tarefas ligadas a ela:

Não quero emprego no comércio – antes ser mordido por uma cobra. Sei também que há dificuldade em se achar um emprego público. Também não me importo com isso. Vou procurar alguma coisa na imprensa, que agora, com a guerra, está boa a valer, penso. (MORAES, 1992, p.30).

Pensamos não ser possível entender bem como *Caetés* foi escrito, sem que se levem em conta as duras penas e a base insegura que alimentavam Graciliano Ramos em seu desejo de tornar-se escritor. Entendamo-nos: queremos apenas mostrar que Graciliano escrevia, também, de maneira a suprir sua insegurança íntima. A insegurança era muito profunda, em parte, porque gerada pelos primeiros passos no aprendizado, retratados em *Infância*, mas também porque reafirmada pelo tipo de formação que caracterizou seu acesso à cultura e o seu capital cultural.

A desconfiança de si em Graciliano, assim, deve ser entendida como algo a mais do que apenas um traço de personalidade. Ela é um elemento que caracteriza a relação do romancista consigo mesmo, projetando-se, também, em tudo que ele produzia literariamente. Não podemos, sob risco de produzir uma interpretação encantada do autor e de sua obra, deixar de perceber as relações existentes entre *a maneira como ele escreveu* – nas condições que eram as suas – *e aquilo que escreveu* em sua própria obra. A forma e o conteúdo do romance são, no caso estudado, intimamente associados à forma e ao conteúdo da vida de Graciliano Ramos.

Como evidenciamos com alguns exemplos, a produção de *Caetés* se deu em más condições para o trabalho intelectual. As razões da precariedade são de ordens diversas, como ser atrapalhado por questões de cotidiano, quando era balconista da loja do pai onde recebia os clientes, por exemplo, ou, mais claramente, por passar o tempo resolvendo problemas administrativos, quando prefeito em Palmeira dos Índios. Tudo isso caracteriza a permanência e a constância da precariedade nas condições de trabalho literário durante a feitura de *Caetés*.

2.1. Relendo a escrita de *Caetés*

Se recapitularmos os elementos levantados até aqui, temos, de um lado, a precariedade das condições de trabalho e, de outro, os motores existenciais que o levaram a leituras e a querer construir seus personagens.

Se levarmos em conta esses elementos concretos, fica mais interessante retomarmos as obras *Caetés* e *São Bernardo* e lê-las como fruto de uma reflexão do autor sobre a própria precariedade, que termina por deixá-lo mais sensível a si, e como explicação em parte da reflexividade característica do jovem Graciliano que, talvez sem perceber, inaugura uma abordagem crítica sobre olhares tradicionais existentes sobre o Brasil.

Pensamos não haver exagero ao mostrarmos um Graciliano, já em *Caetés*, contrapondo-se – não porque ele quisesse, mas por que sua condição também o tenha levado a esse tipo de reflexividade – a uma tradição do pensamento social brasileiro de então, quando pensadores como Oliveira Vianna e Alberto Torres mostravam-se obcecados pela ideia de ordem. Estes autores faziam críticas à desordem do povo. Eles denunciavam a falta de organicidade dele, a falta de coesão social, revelando toda uma desagregação do corpo social.

Como já indicado, ao lermos Graciliano Ramos, percebemos como ele inaugura uma postura reflexiva e crítica a esse tipo de pensamento. É por isso que podemos entender com mais clareza, a partir da leitura de *Caetés*, a dicotomia entre espaços de enunciação e do discurso produzida por intelectuais como Torres e Vianna, dicotomia contra à qual o romance aparece como negação sublimada. Fica evidente, pela ironia adotada por Graciliano, a impostura do intelectual que aparece pela primeira vez não apenas como alguém centrado e preocupado com a desorganização do povo, tido sempre como o outro de si, como se não fizesse parte da sociedade que analisa⁴¹.

O que acontece em *Caetés* é exatamente o contrário disso. Quem é o verdadeiro caeté, ao final do romance, é o próprio João Valério, protagonista que representa uma espécie de intelectual à brasileira. Nesse sentido, a dicotomia entre sujeito (intelectual) e objeto (povo) não aparece mais de forma amorfa e reproduzida pelo discurso pedante do intelectual, pois ela já fora de algum modo diluída pela literatura: o intelectual é feito, na matéria do romance, do mesmo material desorganizado e informe que o povo. O intelectual e o povo aparecem como vítimas da mesma desarrumação estruturante da sociedade brasileira.

Segundo nosso ponto de vista, porém, só podemos entender bem a importância dessas questões no romance, uma vez minimamente descrita a precariedade real do intelectual, isto é, a precariedade das condições de trabalho intelectual do próprio

41. Não nos pareceu oportuno para os propósitos da tese fazer uma digressão dessa visão de Torres e Viana, mas apenas apontá-la como forma de ilustrar nosso argumento. Fizemos, porém, trabalho nesse sentido em (SILVA, 2004)

Graciliano. Graciliano Ramos não parece problematizar sua própria condição ao denunciar-se através de João Valério tão precário quanto o povo, tão precário quanto à sociedade que o produziu?

É ainda mais interessante analisar o problema dessa maneira porque, pelas razões já colocadas, Dênis de Moraes, maior biógrafo de Graciliano, não chega sequer a questionar-se sobre as condições de trabalho intelectual de Graciliano para relacioná-las a seus romances. E isso porque ele pensou essas condições a partir do pressuposto da separação biografia/obra, vendo as reclamações de Graciliano sobre a falta de qualidade de seus romances como decorrentes da personalidade do artista e de suas peculiaridades. Na verdade, os documentos apontam para um elemento da personalidade do autor que pode ser recuperado e inteligido do ponto de vista sociológico. Para isso, basta perceber que Graciliano reclamava de sua situação a partir de coisas muito concretas, relacionadas quase sempre à sua própria vida e às suas condições de trabalho.

É claro que é preciso desconfiar do que um agente social diz a respeito de si mesmo, principalmente em um estudo sociológico que busca justamente captar elementos que fujam ao campo de consciência de quem está sendo estudado. No caso específico da autodepreciação de Graciliano, porém, pela coerência e sinceridade com a qual se mostrava aos mais íntimos, sobretudo nas cartas a amigos e a familiares, parece razoável supor que sua insegurança era sincera. Quando dizia que não se achava um intelectual, um escritor, é porque não se achava mesmo. Era a maneira que encontrava para externalizar sua insegurança. Quando afirmava que as suas obras eram ruins, é porque muitas vezes ele de fato assim as percebia. Isso não o impediu, todavia, de guardar as coisas boas e ruins que falaram acerca do que ele escreveu, o que demonstra, mais uma vez, a profunda ambiguidade contida nessa relação consigo mesmo e com sua obra.

Tendo isso em mente, para fazermos a análise da sociologia implícita ao romance *Caetés*, seguimos as pistas deixadas pela análise de Luís Bueno (BUENO, 2006) que trata do romance e elabora interessante estudo em que dois movimentos do protagonista João Valério ganham centralidade: o sentimento de inferioridade e o de superação pela vida intelectual. Fazemos hipótese de que tais movimentos são *projeções reflexivas* elaboradas por Graciliano Ramos que, ao tratar de sua própria condição, cria o universo social que produz seus personagens, isto é, recria seu próprio universo ao objetivar suas condições através da literatura.

Nossa ideia central mostra como Graciliano Ramos faz o trabalho de objetivação de si em seus romances. Analista de si, o romancista elabora uma análise acurada

da sociedade toda vez que reutiliza informações sobre sua própria *forma de apropriação da leitura e da escrita* e as coloca em favor da construção de suas personagens. Através desse recurso, o autor reflete sobre os dilemas de uma intelectualidade batida sob o estigma de sua própria precariedade.

Os processos de incorporação dos pré-requisitos da leitura e da escrita – a concentração, por exemplo⁴² –, normalmente esquecidos por indivíduos para quem a cultura literária é algo familiar, servem a Graciliano em sua literatura, porque se tornaram elementos constitutivos e constituintes de sua personalidade também como escritor e aparecem tematizados de várias maneiras em toda a sua obra ficcional. É produzida, assim, uma verdadeira trama de reconstrução e reelaboração de si nos romances a partir do trabalho de reflexão sobre as condições de produção intelectual feitas também nos romances.

Trabalhados pela memória do escritor e performados de maneira reflexiva pelas técnicas literárias por ele empregadas, Graciliano utiliza os pré-requisitos da competência literária para criar e descrever seus protagonistas em contexto. Trabalha, por meio disso, a objetivação no romance das competências sem as quais o escritor não surgiria, impossibilitado que estaria de realizar quaisquer tipos de entendimento ou construção de significado através da leitura e da escrita. Nesse sentido, as dificuldades no aprendizado do Graciliano sujeito empírico são realmente utilizadas de maneira madura, distanciada, pelo Graciliano escritor, sobretudo em *Infância*.

Parece-nos, porém, evidente, tendo em vista as relações imbricadas entre Graciliano Ramos, sua própria vida e seus romances, que o amadurecimento tenha ocorrido pelas experimentações que ele havia realizado dessas memórias também em seus romances. Matéria-prima em suas tramas romanescas, o processo de aprendizado dolorido do menino Graciliano dá lugar à composição de protagonistas cindidos internamente, caracterizados por uma dinâmica psicológica complexa, que põe em evidência o grau de internalização de certos aspectos do universo intelectual,

42. Levamos em consideração para essa análise a tese de doutorado intitulada *Infância: uma história da formação do leitor no Brasil* em que Marcia Cabral da Silva estuda o que ela chamou de “materialidade da leitura em Infância” (SILVA, M. C., 2004, p. 57-78). A autora analisou os aspectos sensíveis dos objetos descritos por Graciliano em *Infância* e organizou os aspectos mais imediatamente sensíveis ao leitor (ilustração, tipos de suporte, formato do livro, qualidade do papel) que, segundo ela, “podem interferir na recepção da obra, na produção de significados, que variam no tempo e no espaço e acabam delineando o personagem para o qual se destina a obra – o leitor” (SILVA, M. C., 2004, p. 57). Interesamo-nos, porém, mais atentamente, pela análise do “processo de incorporação das mediações cognitivas” no menino Graciliano Ramos, mediações analisadas pelo Graciliano adulto em *Infância* para representar-se na idade de menino.

problematizando aspectos de práticas de assimilação tidas como dominantes em sua época.

Presentes em indivíduos reais como Graciliano Ramos e sendo indicadores sociopsicológicos de pessoas que viveram mudanças sociais de ascensão ou declínio, as duas características apontadas por Bueno a respeito do protagonista de *Caetés*, sentimento de inferioridade e sua superação pela via intelectual, são, para bem dizer, uma maneira encontrada por Graciliano de objetivar suas experiências do mundo social por meio do trabalho literário.

Mas como essa postura reflexiva aparece de forma concreta no romance? João Valério estuda os caetés. O caeté é o elemento “primitivo” da cultura brasileira. A matéria bruta da brasilidade. O mesmo João Valério, no entanto, acaba se tornando um primitivo.

Não ser selvagem! Que sou eu senão um selvagem, ligeiramente polido, com uma tênue camada de verniz por fora? Quatrocentos anos de civilização, outras raças, outros costumes. Eu disse que não sabia o que se passava na cabeça de um caeté! Provalvemente o que se passa na minha. (RAMOS, 2002b, p.218)

Palavras de João Valério. Ele também é um caeté. Vê-se como tal. O sujeito intelectual que se torna, portanto, objeto. O sujeito intelectual é ele também primitivo e precário. Tão precário quanto o seu objeto.

Graciliano, porém, não elabora essa conclusão do protagonista sem que isso tenha uma coerência com o resto do romance. Ele constrói sua verossimilhança inclusive por meio da falta de contato de João Valério com as práticas próprias às de um escritor profissional.

A tônica da postura reflexiva de Graciliano aparece com mais força toda vez que, através de seu protagonista, ele utiliza os elementos de sua própria condição de trabalho como elemento da visão de si do protagonista. Nesse sentido, a condição de João Valério aparece definida logo no primeiro capítulo sinalizando sua relação com a literatura:

Fiz a carta com inveja. Ora ali estava aquela viúva antipática, podre de rica, morando numa casa grande como um convento, aumentando a fortuna com avareza para a filha de Nicolau Varejão. E eu, em mangas de camisa, a estragar-me no escritório dos Teixeira, eu, moço, que sabia metrificacão, vantajosa prenda, colaborava na *Semana* de Padre Atanásio e tinha um romance começado na gaveta. *É verdade que o romance não andava, encrencado miseravelmente no segundo capítulo. Em todo caso, sempre era uma tentativa.* (RAMOS, 2002b, p.13).

João Valério aparece pela primeira vez caracterizado como intelectual. Moço que sabia metrificação e que tinha um romance começado na gaveta. Um escritor que, todavia, reconhecia que “o romance não andava” . Na verdade um romancista que se caracterizava por ser uma enterna “tentativa”.

Insistimos nessa correspondência entre as condições precárias nas quais Graciliano Ramos escreveu *Caetés* e as condições descritas por João Valério que o impedem de escrever o seu romance. É pertinente a analogia entre as dificuldades de João Valério e as de Graciliano. Por exemplo, o protagonista, depois de passar um bom tempo envolto no cotidiano de Palmeira dos Índios, descreve da seguinte forma suas atividades de escritor:

Deitei-me vestido, às escuras, diligenciei afastar aquela obsessão. Inutilmente. Ergui-me, procurei pelo tato o comutador, sentei-me à banca, tirei da gaveta o romance começado. Li a última tira. Prosa chata, imensamente chata, com erros. Fazia semanas que não metia ali uma palavra. Quanta dificuldade! E eu supus concluir aquilo em seis meses. Que estupidez capacitar-me de que a construção de um livro era empreitada para mim! Iniciei a coisa depois que fiquei órfão, quando a Felícia me levou o dinheiro de herança, precisei vender a casa, vender o gado, e Adrião me empregou no escritório como guarda-livros. Folha hoje, folha amanhã, largos intervalos de embrutecimento e preguiça – um capítulo desde aquele tempo. (RAMOS, 2002b, p.19).

Insegurança. Autodepreciação. Dificuldade com a falta de frequência no trabalho. Tal como na biografia de Graciliano, João Valério aparece envolto em uma vida que dificulta a realização do seu desejo de tonar-se um escritor. É verdade que, é preciso dizer, João Valério não é um alterego perfeito de Graciliano Ramos. Não é isso que argumentamos. Sabemos que, no caso do romancista fictício, os móveis que o impulsionam a escrever são em parte oriundos de um desejo de reconhecimento social bem diferente do que parecia mover Graciliano Ramos. Não há, porém, como não reconhecer, nas palavras de João Valério, uma reprodução alterada das condições de produção intelectual do próprio autor de *Caetés*:

Também aventurar-me a fabricar um romance histórico sem conhecer história! Os meus caetés realmente não têm verossimilhança, porque deles apenas sei que existiram, adavam nus e comiam gente. *Li, na escola primária, uns carapetões interessantes no Gonçalves Dias e no Alencar, mas já esqueci quase tudo.* Sorria-me, entretanto, a esperança de poder transformar esse material arcaico numa brochura de cem a duzentas páginas, cheia de lorotas em bom estilo, editada no Ramalho. (RAMOS, 2002b, p.19-20).

São os mesmos Gonçalves Dias e José de Alencar que aparecem como figuras lidas e relidas por Graciliano durante sua juventude.

Poderíamos inventariar aqui um sem número de passagens de *Caetés* em que Graciliano, através de João Valério, recupera elementos de sua própria condição de vida e trabalho para caracterizar o “modelo de intelectual” de seu protagonista. Se fazemos, por um lado, uma crítica à falta de preocupação com os dados biográficos para recuperação da inteligibilidade do romance, não podemos, por outro, negar o risco real do *biografismo* decorrente do determinismo de afirmar ter Graciliano escrito o que escreveu apenas porque teve uma vida condicionada por tais ou quais aspectos da estrutura social. Ele escreveu o que escreveu, em nosso entendimento, muito mais porque, a partir desses condicionantes, construiu um projeto deliberadamente autorreflexivo, o qual nossa análise vem revelando.

Voltemos, então, ao que escreveu a fim de, mais uma vez, perceber como as fontes biográficas de Graciliano Ramos são importantes para identificar as informações mais concretas sobre a precariedade do exercício do seu ofício e de seu personagem.

Caetés, seu primeiro romance, começou a ser escrito em 1925 e Graciliano o dava por finalizado em 1926, apesar de continuar a fazer retoques e modificações até 1928, quando foi entregue a seu primeiro editor.

A demora na publicação ilustra toda uma estrutura de trabalho intelectual frágil que fazia parte de sua formação e fora, de alguma forma, internalizada por Graciliano. Consideramos a hipótese de que essa estrutura precária foi sendo, ao longo de sua carreira, objetivada na construção de seus primeiros protagonistas. João Valério e Paulo Honório, cada um à sua maneira, foram criados por uma fina reflexão feita por Graciliano sobre si mesmo e sua própria condição.

Para tornar esse argumento mais claro, tecemos mais considerações. Inicialmente, apreendemos mais detalhes sobre as condições de trabalho de Graciliano Ramos antes da publicação de *Caetés*.

Lembramos, por exemplo, que todo o tempo que passou tomando conta da loja do pai fez parte de seu período de formação. Nessa época, Graciliano também não encontrava tempo para manter regularidade na escrita. E, mesmo o mais básico do material, como a falta de papel, aponta a dificuldade que enfrentava para realizar seu ofício de escritor:

Entre um freguês e outro, folheava livros, jornais e revistas. Quando cerravam as portas, ia para o fundo da loja escrever, usando o papel dos talonários de pedidos e notas fiscais. *Sem regularidade*, despachava sonetos e pequenas crônicas para *O Malho*, Jornal de Alagoas e Correio de Maceió. (MORAES, 1992, p.26). (Meus Itálicos).

Caetés, conforme já sinalizamos, foi escrito em mais ou menos cinco anos.

Ressaltamos, porém, como se deu essa formação, essa preparação, destacada por Graciliano, que revela as dificuldades em relação ao tempo de escrita para produção de *Caetés*:

À noite, quando os filhos iam dormir, Graciliano escrevia na sala silenciosa páginas de *Caetés*. Trabalho lento, pela falta de tempo. Ao terminar um capítulo, lia para a mulher, em busca de opiniões. (MORAES, 1992, p.60).

Ocupado com os afazeres da política, Graciliano reclamava do ofício de gestor que lhe cabia porque isso o impedia de trabalhar em seu livro: “Não sei. O que sei é que preciso dormir um pouco para continuar os meus *Caetés*. Essa coisa de política é bobagem, e eu não entendo disso.” (MORAES, 1992, p.73).

Tais características e dificuldades são muito parecidas, como vimos, com as que encontramos descritas por João Valério para caracterizar sua condição de intelectual.

2.2. Campo intelectual, crítica e a visão histórica

Não resta dúvida de que a publicação de *Caetés* em 1933 vai posicionar Graciliano Ramos no universo intelectual literário da época. Suas próprias palavras, em 1935, são testemunhas de uma polarização na qual ele assumia posição específica.

Era indispensável que os nossos romances não fossem escritos no Rio, por pessoas bem-intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam inteiramente. Hoje desapareceram os processos de pura criação literária. Em todos os livros do Nordeste, nota-se que os autores tiveram o cuidado de tornar a narrativa, não absolutamente verdadeira, mas verossímil. Ninguém se afasta do ambiente, ninguém confia demasiado na imaginação (...) seus personagens mexem-se, pensam como nós, sentem como nós, preparam as suas safras de açúcar, bebem cachaça, matam gente e vão pra cadeia, passam fome nos quartos sujos duma hospedaria (MORAES, 1992, p.68).

A dicotomia expressa pelo próprio Graciliano, quando se posiciona entre um *e/les*, os que fazem literatura lá nos grandes centros, e um *nós*, romancistas do Nordeste, pode ter alimentado toda uma vertente de leituras críticas em que, até nossos dias, convencionou-se separar esquematicamente a produção da época em duas grandes linhas: romance social, de um lado, e romance de introspecção, de outro.

A história da literatura, contudo, tem meandros e complexidades que as dicotomias mais aparentes, mesmo as assumidas pelos agentes, não revelam de imediato. Assim, em seu *Uma História do Romance de 30*, Luís Bueno defende que o romance de 30 não pode ser visto como um aglomerado mais ou menos confuso de autores, divisível apenas pelos dois grandes grupos que a tradição crítica instaurou: os regionalistas e os intimistas. O autor analisa o período a partir de uma leitura mais abrangente do que a convencional, na tentativa de se dar os meios para alavancar uma visão mais dinâmica e mais condizente com a realidade da produção da época.

O livro de Bueno foi organizado em duas partes nítidas: a primeira deu conta da contextualização histórica do romance de 30; a segunda analisa a obra de quatro autores do período histórico em questão. Dessa forma, a articulação interna do trabalho se dá na medida em que ele justifica a escolha dos autores:

Depois de visto esse movimento geral [ele se refere à parte de contextualização histórica] a atenção se volta para quatro autores específicos – Cornélio Penna, Dyonélio Machado, Cyro dos Anjos e Graciliano Ramos –, escolhidos em função não apenas do julgamento de que representam o melhor da produção do período, mas também porque, *respondendo sistematicamente ao debate*, em geral simplificador, que a polarização ideológica instaurou, souberam ultrapassá-lo de forma a construir um *painel sintético* e problematizador do próprio romance de 30" (BUENO, 2006, p. 16) (Meus itálicos).

A visão de Bueno não chega a romper com a visão da crítica literária na medida em que aceita o mote analítico em voga: “o julgamento de que representam o melhor da produção do período”. Articula, porém, de maneira mais ampla a visão histórica, porque na medida em que ela se preocupa com o campo intelectual, consegue justificar a razão pela qual os autores foram escolhidos. Na verdade, quando a perspectiva da escolha é justificada pelo fato de os autores selecionados responderem “sistematicamente ao debate”, Bueno está considerando a importância deles devido ao fato de eles participarem do campo intelectual de maneira intensa e orgânica.

Ele critica, portanto, aquilo que ele chamou de “tradição da divisão” que teria enraizamento histórico na polarização do pós-guerra. Em seu argumento propriamente histórico, é forte a presença de uma reflexão sobre a relação entre a *polarização política* e a *divisão literária*. A partir dela nós entendemos melhor o alcance analítico do trabalho de Bueno ao qual recorreremos para avaliar *Caetés*:

Pode parecer banal repetir isso tudo [Bueno fala da constatação do engajamento dos escritores em relação à realidade política], que já foi formulado longamente por João Luiz Lafetá e Antonio Candido, por exemplo. Entretanto, o que se quer enfatizar aqui não é a ocorrência em si dessa polarização ou o processo de engajamento pelo qual a intelectualidade brasileira passou nos anos 30, *mas sim quanto a idéia de uma produção romanesca dividida em duas correntes tão impermeáveis entre si tem sua origem numa realidade anterior ao exame das obras elas mesmas*. (BUENO, 2006, p.36). (Meus itálicos).

O ponto central do papel exercido pelo historiador nessa perspectiva é o seguinte: a clivagem bipolar que dividia as visões de literatura naquele período tinha chão na realidade histórica “anterior [ao exame] [d]as obras elas mesmas”. Mais uma vez nos confrontamos com uma pergunta que se torna recorrente do ponto de vista histórico: como poderia a sociologia das obras dar conta de algo que só é inteligível na medida em que carece de informações sobre uma “realidade anterior ao exame das obras elas mesmas”? O que Bueno procura precisamente é reler os pressupostos da crítica do passado, para voltar a eles com mais propriedade. É isso que ele tenta fazer quando cita a opinião de Mário de Andrade que, também segundo ele, sintetiza o gosto da crítica pelo “conteúdo” da literatura.

O caso da literatura é por certo muito complexo porque nele a beleza se prende imediatamente ao assunto e com isso não há mais barreiras para o confusionismo. Se em pintura um crítico se preocupar exclusivamente com os problemas da forma, nenhum pintor se revoltará; e o mesmo acontece com as outras artes plásticas e a música. [...]

Em literatura o problema se complica tremendamente porque o seu próprio material, a palavra, já começa por ser um valor impuro [...]. E assim, a literatura vive em freqüente descaminho porque o material que utiliza leva menos para a beleza do que para os interesses do assunto. E este ameaça se confundir com a beleza e se trocar por ela. Centenas de vezes tenho observado pessoas que lêem setecentas páginas num dia, valorizam um poema por causa do sentido social de um verso, ou indiferentemente pegam qualquer tradução de um Goethe para ler. Que o assunto seja, principalmente em literatura, um elemento de beleza, eu não chego a negar, apenas desejo que ele represente realmente uma mensagem como na obra de Castro Alves. Quero dizer: que seja efetivamente um valor crítico, uma nova síntese que nos dê um sentido de vida, um aspecto do essencial. (BUENO, 2006, p.39).

Bueno acrescenta algo mais a essas palavras de Mário de Andrade, o que torna ambíguo o propósito do historiador:

O que preocupa Mário de Andrade é o comportamento generalizado da década de se valorizar ou não as obras exclusivamente pelo tema de que tratam ou, pior ainda, pela posição assumida pelo seu autor. Não se trata, é evidente, de uma proposta para que os escritores tomem de volta o elevador até o topo das torres de marfim. É muito mais a percepção de que há algo que conta em literatura além do 'assunto', ou do 'problema', de que criticar um autor da 'esquerda' não é necessariamente adesão à 'direita' ou o contrário. Por conseqüência, é a denúncia do fato de que olhar tão atentamente para aspectos que, em certa medida, não dependem do livro em si, pode causar muito desentendimento. (BUENO, 2006, p.39-40).

Podemos inferir do argumento de Bueno que Mário de Andrade está, assim como Candido, voltando-se contra uma leitura típica daquela época que, em certo sentido, era também a dele. É possível dizer ser evidente que tal clivagem interessa por ilustrar o limite de tal divisão, sempre feita a partir dos critérios de leitura concretamente adotados. Isso torna clara a importância para crítica naquele momento de se distanciar desses parâmetros, a fim de encontrar seu equilíbrio e autonomia em outra parte.

Para uma disciplina que tem vínculo oficial com a "documentação dos fatos", como a sociologia, porém, o caráter "problemático" dessa valorização pelo conteúdo, gerada pela clivagem das formas de produzir literatura, tem valor de emblema a ser devidamente estudado, já que boa parte da literatura de então também estava trabalhando com o desejo de ser também "documentação dos fatos". A relação íntima descrita por Bueno, assim também como por Antonio Candido, caracteriza uma "função" vinculada às maneiras de fazer e perceber a literatura que a aproximava das ciências sociais.

Isso, que depois se perdeu, queremos recuperar agora a partir de outra perspectiva, fazendo da biografia sociologicamente informada um elemento a ser levado em conta na leitura das obras. O problema é que aquela dicotomia descrita e assumida pelos escritores entre romance do Nordeste (romance social) e romance introspectivo (de cunho mais psicológico) pode ser lida apressadamente como indício de uma disputa que caracterizaria as posições em um campo literário relativamente autônomo. Isso porque a existência de tomadas de posição pode ser considerada um fator relevante que indica a presença de um campo simbólico, em que a forma e o conteúdo dos embates caracterizam disputas pelo direito à legitimidade de tal ou qual discurso dentro do universo literário (BOURDIEU, 1988).

É preciso, porém, que a precaução com a teoria já engendrada seja reativada. Nesse sentido, podemos lembrar novamente a entrevista dada por Sergio Miceli, agora com outro propósito – por ele ser figura, por assim dizer, pouco suspeita para falar sobre o uso da noção de campo nesse contexto da década de 1930. Falando sobre a influência de Bourdieu na sua tese de doutoramento, Miceli avalia que

[...] muitos dos conceitos que ele [Miceli, fala a respeito de Bourdieu] usava, na época, inclusive a ideia de campo, eram pouco aplicáveis no Brasil. Não havia a rigor aqui um campo intelectual, o qual precisa de adensamento. (BASTOS, 2006, p.231)

De fato, ao observarmos com mais atenção o material biográfico de Graciliano Ramos, constatamos que a utilização da ideia de campo para o contexto brasileiro precisa ser feita com muito cuidado. Percebemos, por exemplo, que é preciso identificar o que significa, dentro de um universo ou subuniverso de produção literária o *esforço descentrado* do autor de *Caetés*, porque não podemos esquecer que ele se dá, em certa medida, de fora para o centro da produção cultural do país.

Para entender como Graciliano entrou no universo literário brasileiro, ainda é preciso avaliar como se realizou também o processo social de legitimação e reconhecimento dele e de sua obra, trabalho ainda não realizado pela tradição sociológica e apenas esboçado nesta tese.

Percebemos, em sua biografia, porém, que Graciliano efetua um verdadeiro *desajuste*, um *deslocamento* (a ida do autor para Rio), no sentido real e simbólico, quando entra no cenário literário brasileiro. Isso porque a obra de Graciliano Ramos que, segundo ele próprio, só era possível porque produzida na margem da produção cultural – conforme podemos ver em “era indispensável que os nossos romances não fossem escritos no Rio, por pessoas bem-intencionadas, sem dúvida, mas que nos desconheciam inteiramente” (MORAES, 1992, p.68) – só se tornaria uma

grande obra, e o jovem Graciliano sabia disso, quando ela fosse devidamente aceita e reconhecida pelos círculos intelectuais no Rio de Janeiro.

Nesse sentido essa reflexão teórica sobre *Caetés* se relaciona diretamente com o que foi dito na primeira parte desta tese: temos um autor que entra no campo literário brasileiro com a publicação de *Caetés*, mas o faz de forma ainda a ser caracterizada. Ao nos concentrarmos nas características da entrada do romance *Caetés* no universo intelectual brasileiro, sobretudo no carioca, percebemos a importância, por exemplo, das relações de amizade de Graciliano Ramos, no trabalho coletivo que forjou o reconhecimento de sua obra⁴³.

Se voltarmos à questão teórica do campo literário, tendo presente as considerações acima registradas, identificamos com mais facilidade a precariedade do campo nas maneiras de agir e nas condições de trabalho do próprio escritor. Temos um romancista que, de acordo com as informações biográficas, produziu boa parte da obra *fora do campo literário*. Percebemos, olhando por esse ângulo, que Graciliano não escreveu seus livros para responder a essa ou aquela maneira de escrever romances dados em seu tempo, mas, para dar resposta a questões existenciais suas, como veremos mais adiante.

Não podemos negar esses elementos biográficos que deram contorno, junto à precariedade de suas condições concretas de trabalho intelectual, à sua obra. Negar isso seria forçar uma explicação da literatura de Graciliano por meio de uma teoria que considera o campo literário como entidade já relativamente autônoma da produção literária, como se o único critério explicativo das obras, em quaisquer contextos, devesse considerar como mote explicativo do texto literário apenas sua a posição quanto aos tipos de romance sociais já existentes, ou em relação aos outros de tipos de produção literária da época.

Tomemos como exemplo dessa perspectiva, um artigo recentemente publicado pela revista do IEB sobre *Caetés*. Nele, lê-se que

À parte o desencanto dessa autocrítica — aliás, Graciliano foi talvez o leitor mais severo de si mesmo —, convém retirar dela dois comentários para a nossa reflexão: primeiro, as leituras juvenis, que se nutriam de românticos e naturalistas, causaram-lhe grande estímulo a princípio, porém o senso maduro aos poucos o impelia a idear “modelos maiores”, os quais intentariam provavelmente vencer os limites das referidas escolas,

43. Muitos intelectuais amigos de Graciliano leram os originais e o resenharam em alguns veículos importantes, gerando expectativa que se prolongaria por alguns anos devido o atraso gerado aparentemente pela perda temporária dos originais pelo primeiro editor, Augusto Frederico Schmidt.

de maneira a representar melhor as tensões — isto é, impõe-se ao literato em esboço a necessidade de superar a tradição, movê-la por meio de um empenho aproximativo aos contornos do momento. (GIMENEZ, 2008 p.165).

Não desprezamos a ideia segundo a qual Graciliano Ramos tenha de algum modo empreendido um diálogo com a tradição, porém consideramos que, sem atribuir a devida relevância aos elementos fundamentais sobre às condições de sua produção, não é possível perceber, como queremos revelar, que o espaço social denominado campo intelectual, naquele contexto, não encerra o complexo espectro das experiências que encarnam e produzem o autor e sua obra⁴⁴.

Vistos dessa maneira, os romances reaparecem com outra conotação e a pergunta novamente reaparece: como e por que *Caetés* foi realmente escrito? E alguns elementos para respondê-la precisam ser retirados de um universo mais amplo que o das influências intelectuais e literária que marcaram Graciliano Ramos.

44. Estudo nesse sentido foi publicado recentemente sobre Franz Kafka. Bernard Lahire realizou uma pesquisa recente em que formula interessante crítica à noção de campo intelectual tomando como caso a obra e vida de Franz Kafka. Lahire utiliza a sociologia do indivíduo para explicar as razões sociais pelas quais Kafka escreveu o que escreveu da maneira como escreveu. Os dados biográficos são utilizados para recuperar o universo de socialização do autor e tornar inteligível um universo aparentemente hermético como é o da literatura kafkiana (LAHIRE, 2010).

2.3. Graciano Ramos e João Valério: lutando contra os mesmos demônios

Como vimos anteriormente, Graciliano escreveu tanto *Caetés* quanto *São Bernardo* em situações muito adversas que dificultavam o trabalho intelectual. Mas por que, apesar das dificuldades, persistiu?

Acreditamos que, antes de ser uma tentativa de responder e superar aspectos da tradição literária, como poderíamos supor se simplesmente adotássemos uma visão forte de campo de literário, Graciliano escrevera *São Bernardo*, por exemplo, por questões de cunho existenciais: para não cometer suicídio, depois de ter passado por profunda depressão gerada pela morte de sua primeira mulher. É o que podemos verificar em:

Encontrei dificuldade séria, pus-me a ver inimigos em toda parte e desejei suicidar-me. Realmente julgo que me suicidei. Talvez não seja tão idiota como parece. Abandonando contas correntes, o diário, outros objetos da minha profissão, havia-me embrenhado na sociologia criminal. Que me induziu a isso? Teria querido matar alguns fantasmas que me perseguiram? (MORAES, 1992, p.47)

Segundo seu biógrafo,

Os tratados de sociologia criminal dos italianos César Lombroso e Enrico Ferri seriam consumidos nas noites de insônia e isolamento. Neles estudaria o conjunto de motivações psicossociais que conduzem à patologia do crime – quem sabe em busca de elementos para configuração de personagens que lhe rodeavam a mente. (MORAES, 1992, p.47).

Certa vez, falando de si, Graciliano lembrou esse período: “Esforcei-me por distrair-me redigindo contos ordinários e em dois deles se esboçaram uns criminosos que extinguiram as minhas apoquentações”. (MORAES, 1992, p.47).

Existe aí uma relação clara estabelecida por Graciliano entre a escrita e certo “escapismo”. A escrita em vários sentidos afasta o escritor de seus problemas: “extinguiram as minhas aponquentações”. Ao falar de si como se fosse um outro, Graciliano deixa de pensar a seu respeito *de maneira afobada*, ou, ao menos, conforme a psicanálise, passa a lidar com isso de maneira suportável.

Não é à toa que atentamos para o paralelo com João Valério, conforme podemos constatar no fragmento a seguir:

Num sombrio acesso de desespero, pensei no suicídio. Tolice. Eu tenho lá coragem de suicidar-me? O que fiz foi passar uns dias quase sem comer. A escrituração ficou atrasada uma semana, o que me valeu duas observações de Vitorino, e abandonei o jornal de Padre Atanásio e os caetés. Para que mexer nos caetés, uma horda de brutos que outros brutos varreram há séculos? (RAMOS, 2002b, p.133).

Recorrendo mais uma vez à relação entre Graciliano Ramos e João Valério, podemos notar que os dois pensam em suicídio num dado momento de suas histórias de vida. Esses pensamentos se relacionam nos dois casos, o real e o ficcional, com a escrita. João Valério encontra mais uma desculpa para não terminar seu caetés, e Graciliano encontra um meio de se afastar de seus pensamentos. João Valério, todavia, no momento do suicídio de Adrião, que se matava por conta do caso de amor entre Luísa, sua esposa, e o próprio Valério, refletia: “enquanto carragado de apreensões, eu tentava acrescentar umas páginas aos meus caetés” (RAMOS, 2002b, p. 163). O protagonista descrevia sua angústia de se saber culpado e associava a esse sentimento palavras sobre a produção literária sempre empacada:

À noite passava tempo sem fim sentado à banca, tentando macular a virgindade de uma tira para o jornal de Padre Atanásio. Impotência. O relógio batia nove horas, dez horas. [...]

Dançavam-me na cabeça imagens indecisas. Palavras desirmanadas, vazias, cantavam-me aos ouvidos. Eu procurava coordená-las, o nordeste furioso a soprar, sacudindo as janelas. [...]

Antes o soneto que abandonei por falta de rima. Torci, espremi – trabalho perdido. Eu sou lá homem para compor versos! Tudo falso, medido.

O que eu devia fazer era atirar-me aos caetés. Difícil. Em 1556 isto por aqui era uma peste. Bicho por toda parte, mundéus traiçoeiros, a floresta povoada de juruparis e curupiras. Mais de cem folhas, quase ilegíveis de tanta emenda, inutilizadas.

Talvez não fosse mau aprender um pouco de história para concluir o romance. Mas não posso aprender história sem estudar. E viver como o Dr. Liberato e Nazaré, curvados sobre livros, matutando, anotando, ganhando corcunda, é terrível. Não tenho paciência. (RAMOS, 2002b, p. 163-165).

O que queremos apontar a partir da apreensão dessa relação? Talvez seja mais fácil indicar o que não queremos dizer ao constatarmos com essa analogia: não queremos ver essa relação como uma homologia, mas como uma instância de autorreflexão, como já dito. Graciliano Ramos utilizou-se de uma experiência pessoal para refletir sobre o problema da falta de sentido de uma existência confusa, turbulenta, expressa por tantas demandas e dramas, e a escrita como uma maneira de protelar essa constatação da falta de sentido, mudar o foco dessa ausência de significado.

Ao mesmo tempo, esse paralelo ajuda-nos a perceber justamente a distância que Graciliano estabelece em relação a seu personagem: Graciliano escreve um romance sobre alguém que não consegue escrevê-lo. Isso porque as dificuldades da vida de Graciliano Ramos foram tantas, que ele provavelmente poderia não ter escrito, tal como João Valério.

Talvez seja importante insistir neste ponto: Graciliano não escreveu o que escreveu porque simplesmente teve uma vida dessa ou daquela forma. Não é a partir disso que defendemos a compreensão de seu romance. Pareceu-nos difícil negar, porém, que ele escreveu o que escreveu porque tinha, também por conta da vida que viveu, um projeto deliberadamente autorreflexivo.

Para afastar qualquer acusação de biografismo ou psicologismo em relação ao nosso argumento, basta imaginar uma possível comparação entre as biografias de Machado de Assis e Graciliano Ramos. Elas são muito similares do ponto de vista mais genérico: os dois foram autodidatas, não fizeram faculdade e tornaram-se grandes escritores de sua época. Mas, enquanto Machado escrevia sobre pessoas completamente diferentes dele, como é o exemplo famoso estudado por Schwars dos tipos sociais de um Brás Cubas e um Bento Santiago, a elite brasileira formada na Europa e afrancesada, Graciliano descreve o próprio mundo. Machado de Assis e Graciliano Ramos são muito similares, têm trajetórias de vida relativamente parecidas, mas os projetos literários são bem distintos. Registramos isso para dizer que, em nossa perspectiva, que usa elementos biográficos para reconstruir a inteligibilidade sociológica de um autor e sua obra, a “biografia não é destino”.

Do ponto de vista metodológico, o que nos interessa é deixar claro que o jargão “a biografia não explica a obra” não é uma lei universal. A biografia pode e deve ajudar a compreender a obra, principalmente quando esta tematiza questões pertinentes à trajetória e socialização do escritor.

É evidente que não defendemos um modelo fechado do uso das informações sobre a vida concreta do escritor. A ilusão biográfica, criadora de tantos mitos, é um risco real em trabalhos como este, que estabelece paralelos íntimos entre vida e obra.

Levamos nossa analogia a sério, porém, é preciso dizer, não nos apegamos a ela ao ponto de querermos sem ter tido acesso a uma gama importante de informações a respeito da própria formação e tipos de relação que Graciliano teve quando jovem (relação com as mulheres, por exemplo), explicar a vida do autor através de João Valério, ou compreender aquele que foi o protagonista de *Caetés* pelo que Graciliano viveu de fato.

Existem diferenças suficientes entre autor e personagem. O interesse de João Valério pela literatura e pelos escritores sempre é visto através do valor social que eles representam, e que o jovem personagem, na trajetória que desenvolve no livro, desejaria agregar à sua imagem social. Apesar de encontrarmos na biografia de Graciliano inúmeras passagens em que ele demonstra certa ânsia de reconhecimento

pelo seu trabalho, os motores sociais dessa busca não parecem ser da mesma ordem que os de João Valério.

A ideia do casamento é outro ponto interessante em *Caetés*. Ela aparece como uma estratégia de ascensão social e econômica. Embora no final do livro essa estratégia seja abandonada devido à experiência que ele tem por conta dos sentimentos ligados à consequência dos seus atos, ou seja, em decorrência do arrependimento por ter se aproximado de Luiza e por ter querido fazer um exercício pouco sério da escrita, ao subestimar sua própria visão dos caetés (ele chega a dizer que não sente necessidade de fazer uma escrita séria, basta alguma coisa que impressione Luiza e os amigos), parece evidente que o autor tem um conhecimento profundo dessa trajetória, até porque ele retoma a mesma lógica de construção da personagem em *São Bernardo* de forma mais elaborada.

Pensamos que esses pontos divergentes podem promover uma reflexão mais ponderada a partir da sociologia implícita, porque, mesmo não constituindo mais diretamente um caso da dupla objetivação, podem ser citados enquanto algo que o autor sem dúvida conhecia muito bem. Nesse sentido, não mais como aspecto concreto de sua vivência pessoal, mas por se tratar de um universo que o autor conheceu, que o influenciou, mesmo que não tenha sido aquele no qual ele se constituiu.

Podemos imaginar, de maneira um pouco mais livre, que de sua vida esses elementos podem ter feito parte como uma referência negativa, na qual ele se apoiou para fazer sua crítica à relação que outros escritores, já legitimados enquanto tais, têm com a atividade da escrita. No caso de ser possível esse paralelo entre as personagens masculinas e femininas de Graciliano e a relação dos escritores com sua escrita, estaríamos diante também de uma crítica a lógica da ascensão social e econômica através da literatura, elemento que aparece também em *São Bernardo* de maneira mais elaborada na relação entre Paulo Honório e Madalena.

Concluimos lembrando que *Caetés* foi escrito quando Graciliano já tinha 36 anos, e João Valério 25, ou seja, ele estava diante de um processo de reflexão que pede também uma ponderação do ponto de vista de outra geração, de alguém que já passou por aquilo ou que já observou aquilo na realidade. É evidente que ele pode ou não ter feito, através de João Valério, um balanço da sua relação com a vida até aquela idade também como maneira de pensar sobre si mesmo. Isso pode ser avaliado a partir de um maior aprofundamento em outros dados de sua biografia.

Capítulo 2. *São Bernardo*

1. Introdução

Neste capítulo mostramos por um lado, como críticos como Antonio Candido e Carlos Nelson Coutinho foram sensíveis às tensões sociais que o romance *São Bernardo* tão bem condensou; por outro lado, colocamos em evidência como não foram capazes de analisar em detalhe a fabricação social dessas tensões porque findaram por tomar Paulo Honório como um personagem muito coerente em si, sem entender como se teciam, no interior do próprio romance, as tensões sociais presentes no protagonista.

Em seguida, empreendemos uma análise detalhada das informações contidas no romance sobre essa fabricação do social que um estudo sobre as diferentes relações entre Paulo Honórios e outras personagens do livro revela. Essas relações são indicadores das inúmeras “socializações” do protagonista e da maneira pela qual ele consegue ou não atualizar certas disposições mais frágeis dele em certos contextos, potencializando as descrições do universo social que caracterizam a trama, dão vida ao personagem e potencializam o romance.

Na edição francesa de *São Bernardo*, encontra-se o seguinte resumo na contra-capa:

Nada nos deixaria antever que Paulo Honório, personagem principal de *São Bernardo*, um dia, tentaria escrever sua história. Órfão, pobre, não conhece nem mesmo a própria data de nascimento, ele se transforma num proprietário de terra sem escrúpulos, brutal e agressivo. Ele trata mal seus empregados, engana seus vizinhos, faz intriga na hora das derrotas eleitorais. Homem de ação, pega numa caneta apenas quando obrigado pela derrota de sua vida: o suicídio de Madalena, a professorinha com quem, no seu aniversário de quarenta e cinco anos, ele se casou por amor. Mas nunca a moça aceitou a conduta de Paulo, nem o seu ciúme – ao ponto de preferir a morte a obedecer à lei dura daquele homem.

Dessa perda, Paulo Honório só se consola quando tenta reviver, pela escrita, o itinerário que foi o seu.

Sentado em sua mesa, fumando seu cachimbo e bebendo seu café diante da roupagem escura da noite, ele encontra uma espécie de serenidade. O livro trata dos diversos episódios da vida de Paulo Honório: seus primeiros encontros com Madalena, a morte dela, a sua solidão atual, seus filhos com Madalena (de que ele não gosta, por sinal). *São Bernardo* é um romance de aprendizado ao avesso dentro do qual um homem envelhecendo se esforça para compreender seu tormento passado com a ajuda de palavras que ele deve encontrar além de sua memória, por trás da linguagem utilitária que foi a sua durante toda a vida. (RAMOS, 1989). (Tradução minha).

Esse comentário é importante para explicitar o enfoque de análise escolhido para dar inteligibilidade sociológica a *São Bernardo*. O propósito é fazer uma sociologia

que busque os procedimentos implícitos contidos em esquemas de inteligibilidade sociológica usados pelo próprio Graciliano Ramos em seu romance.

Tal tarefa nos leva diretamente a um problema legítimo que demanda uma alternativa sociologicamente razoável para explicar por que, como dito no resumo acima citado, “[n]ada nos deixaria antever que Paulo Honório, personagem principal de *São Bernardo*, um dia, tentaria escrever sua história.” (RAMOS, 1989, contra-capá). Em outras palavras, “nada” nos permitiria prever isso, se acreditamos que existe alguma “lógica social”, que existe alguma forma de *sócio-lógica* de funcionamento do mundo dos indivíduos (e que Graciliano gostaria de reproduzir essas lógicas dentro do romance). Nada dentro dessa *lógica social* nos faria predizer que alguém, com as características sociais como as de Paulo Honório, escreveria um romance. A pergunta que subjaz a essa perspectiva é a seguinte: existe um modelo sociológico que explique ou dê coerência à atitude de Paulo Honório ao decidir escrever sobre sua própria vida?

Vimos, na primeira parte desta tese, como na recepção imediata de *São Bernardo* o que se observa é uma busca pela coerência social do protagonista. Tanto os que receberam positivamente o trabalho como os que o criticaram negativamente pediam do livro que ele correspondesse, nos elementos de sua criação, a uma verdade existente no mundo social histórico.

Para uma crítica como essa, o que está em jogo é a verossimilhança social dos personagens. Ela julga estranho, porque nutrida de pré-noções a respeito do mundo social, noções de que um « homem de ação » (que no mundo social conhecido claramente se opõe ao homem das belas letras) que « trata mal seus empregados, engana seus vizinhos, faz intrigas na hora das derrotas eleitorais » queira escrever, fazer literatura quando confrontado com a maior derrota de sua vida: o suicídio de sua mulher.

Descrever essas preocupações seria suficiente para percebermos que estamos diante de um problema de *coerência social* apontado pelo procedimento da crítica. O que o resumo da edição francesa também indica, de maneira um pouco diferente da recepção imediata de *São Bernardo*, é um suposto contrassenso no romance de Graciliano Ramos. O que se detecta nessas linhas de leitura é que aquilo que se espera de um tipo social (tal qual ele pode ser tido como normal no mundo histórico) gera surpresa e/ou desconforto para nos leitores que veem o caso de Paulo Honório como se estivesse se dando algo errado no romance. As perguntas por trás dessas análises e descrições são de ordem *socio-lógica*: pode um trabalhador braçal fazer literatura? Pode um homem pragmático se ocupar

de atividades inúteis? Seria isso um descuido, uma incoerência interna na obra de Graciliano Ramos, ou é possível encontrar explicações sociologicamente plausíveis para a atitude improvável de sua personagem?

Partimos aqui da ideia segundo a qual existe um refinamento na sociologia que pode ser descolada do esforço de verossimilhança contida no romance *São Bernardo*. É esse esforço que deve ser apreendido e ser tratado como um modelo sociológico que equaciona, por razões específicas da construção da sociedade descrita no romance, a coerência social do romance. Essa obra em vários sentidos, relaciona-se com o universo histórico, trazendo uma resposta possível à suposta incongruência social da personagem Paulo Honório.

Afirma-se, contudo, como veremos mais adiante de maneira mais específica, que buscar as qualidades sociológicas de uma obra literária não significa dizer que ela é *de sociologia*, ou que ela é científica, como querem fazer crer certas análises que reaproximam a sociologia da literatura. *São Bernardo* só fala do mundo social, de maneira sociologicamente eficiente, implicitamente, pois “esconde” seus mecanismos, seus *procedimentos sociológicos*. Em nenhum momento, mesmo dentro da leitura mais voraz por verossimilhança social, por exemplo, não se pede ao romance que ele ofereça uma “verificação dos dados utilizados” pelo autor. A ideia de sociologia implícita quer evitar esse tipo de confusão, levando em conta assim os elementos do *pacto ficcional* que enquadram o livro classificado e lido *como romance*.

Assim, o que queremos é que a sociologia ajude a entender esse poder sociológico da literatura, tomando como objeto de estudo um *tipo de narrativa*. O que investigamos são as tramas romanescas vistas como *montagens experimentais de mundos sociais existentes*.

São Bernardo é um exemplo perfeito dessa montagem experimental. E o sétimo capítulo pode ser visto, mesmo sem o auxílio de ferramentas mais contemporâneas, como expressão *ideal típica* dessa montagem sociológica mais direta.

Apesar de não estarmos usando a ideia da homologia estrutural (em seu sentido clássico), podemos tomar tal ideia, neste trabalho, como uma primeira indicação da maneira como Graciliano Ramos soube captar os traços essenciais do mundo que o cercava.

Contudo, é preciso enfatizar desde já, a maneira como o termo “homologia estrutural” é entendido no seio da análise de *São Bernardo*. Por um lado, essa terminologia remete-nos à ideia de que a literatura tem o poder de às vezes dizer

mais sobre o mundo social que uma quantidade de trabalhos com pretensão científica e de que ela o diz apenas de um modo tal que não revela como o faz. Por outro lado, a sociologia, levando em conta os limites mesmo da homologia, pode ajudar a compreender esse poder da literatura, tomando-a como uma *narrativa* concebida como uma *montagem experimental de universos sociais*. Isso descarta a ideia de verificação e falsificabilidade das “teses sociológicas” presentes na forma romanesca. Pensamos neste estudo sobre a atividade do escritor tal como Jacques Dubois refletiu sobre o romancista realista ao escrever:

Sua intenção visível não é copiar o mundo, ele mal quer imitar a vida. Quer mais procurar do mundo copiado ou imitado um equivalente em modelo reduzido e montar o romance como vasta duplicata metonímica do universo, de certo universo. Isso supõe a produção de um artefato muito dominado, dotado de uma grande coerência, e que começa com o aprimoramento de dispositivos narrativos bem articulados. A ficção adere à criação de um mundo de resposição, onde se investe de uma paixão do real que se torna uma paixão pelo romance.⁴⁵ (DUBOIS, 2000, p.311). (Minha tradução)

Paixão pelo real que se transforma numa paixão pelo romance, motor pelo qual se elabora uma “duplicação metonímica do universo”. São os artefatos narrativos, dominados pelo escritor, as ferramentas capazes de atribuir uma grande coerência ao social do romance. São elas que se tornam *objeto* de uma sociologia que visa captar-se em seu estado implícito.

De fato, apenas numa rápida olhadela na estrutura societal do romance, para percebermos que à sociedade a qual o romancista faz referência em *São Bernardo*, parece ser a sociedade que a interpretação sociológica mostrava como sendo a que via nascer o capitalismo no Brasil. Sociedade que se caracterizava pelo crescimento da mobilidade social e pela ruptura com as barreiras de uma forma particular de “arcaísmo à brasileira”. Encontramos esse tipo de interpretação, grosso modo, em ensaios sociológicos hoje considerados clássicos do pensamento social brasileiro, como *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Holanda, ou em trabalhos como *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, para citar dois dos mais conhecidos. Nessa mesma época, Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos* estava criando uma narrativa sociológica para entender o período de transição que o Brasil estava

45. [son] intention visible n'est pas de copier le monde, à peine d'en imiter la vie mais bien d'avantage de procurer de l'un et de l'autre un équivalent en modèle réduit et d'ériger le roman en vaste duplicata métonymique de l'univers, d'un certain univers. Ce qui suppose la production d'un artefact très dominé, doué d'une grande cohérence, et qui commence avec la mise au point de dispositifs narratifs bien agencés. [...] La fiction accède à la création d'un monde de suppléance, où s'investit une passion du réel devenue passion du roman. (DUBOIS, 2000, p.311).

passando. E o debruçar posterior de um Florestan Fernandes, analisando os impactos do desenvolvimento de uma ordem competitiva e de uma sociedade de classes no Brasil, em obras como *A integração do negro no Brasil*, corrobora também essa leitura mais geral de um período de fortes mudanças com a chegada de elementos sociais do capitalismo no Brasil. Vejamos como a análise do capítulo sete de *São Bernardo* nos ajuda a explicitar e precisar essa ideia.

É interessante perceber que o sétimo capítulo é o único do romance escrito em terceira pessoa do singular, o que revela, em grande medida, o distanciamento do autor, uma marca de objetivação do narrador *vis-à-vis* aquilo que ele descreve. É essa postura que o aproxima ainda mais da posição de um analista com intenções sociológicas, o qual aparece de maneira difusa no resto do texto. É um dado da narrativa que indica a presença de maneira mais *explícita* de nosso “quase sociólogo” agindo como narrador circunstancial do texto.

Graciliano toma as rédeas da narrativa e reconta a história de um velho militar, através da qual vai ilustrar as mudanças que estão acontecendo dentro da sociedade por ele descrita. A divisão social do trabalho, a diferenciação social por ela desencadeada e o desencantamento do mundo operado pela especialização e racionalização das atividades do universo social são as macas dessas transformações.

O capítulo pode, dentro dessa conduta de identificações de marcas sociológicas, ser dividido em duas partes. Na primeira parte, o narrador descreve as horas gloriosas de seu Ribeiro, que correspondem ao tempo vivido numa sociedade que classicamente se qualificaria de « tradicional ». Na segunda parte, descreve uma sociedade mais diferenciada ou em vias de diferenciação, mais “moderna” ou “orgânica”.

Essa divisão do trabalho é anunciada pelo narrador da seguinte maneira no texto:

Seu Ribeiro tinha setenta anos e era infeliz, mas havia sido moço e feliz. Na povoação onde ele morava os homens descobriam-se ao avistá-lo, as mulheres baixavam a cabeça e diziam: - Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo, seu major. (RAMOS, 1995a, p.34)

Efetivamente, a juventude de seu Ribeiro descrita pelo narrador representa uma sociedade tradicional, tal qual uma sugerida por uma sociologia que estude um universo societal com um baixo nível de diferenciação social. A personagem de seu Ribeiro na juventude personifica e exemplifica o *grau de indiferenciação* dos papéis sociais, pois ele funciona como elemento de visualização literária da inexistência dos indicadores de uma especialização no mundo social.

E, com efeito, se novamente voltamos ao romance, aprenderemos que, para os habitantes de sua cidade, seu Ribeiro era ao mesmo tempo **juiz** ("Se dois vizinhos brigavam por terra, seu Ribeiro chamava-os, estudava o caso, traçava fronteiras e impedia que os contendores se grudassem"), **policia** ("Acontecia às vezes que umas dessas criaturas inocentes aparecia morta a cacete ou a faca. Seu Ribeiro, que era justo, procurava o matador, amarrava-o, levava-o para a cadeia da cidade. E a família do defunto ficava sob a proteção do major."), **professor** ("Se se divulgava uma dessas palavras esquisitas, seu Ribeiro explicava a significação delas e aumentava o vocabulário da povoação."). E, para completar e deixar as coisas em família, a esposa de seu Ribeiro segurava o papel de **padre** ("E como o vigário residia longe, a mulher de seu Ribeiro rezava o terço e contava histórias de santos às crianças").

Dessa forma, aos dois, ao major e à sua mulher, estavam garantidos e associados todos os papéis sociais importantes, encarnados num mesmo indivíduo e, com eles, o reconhecimento de seu Ribeiro se mantinha.

Mas eis que a felicidade da personagem desaparece com as transformações que afetam o lugarejo: urbanização, a diferenciação dos papéis sociais, a mecanização. Aprendemos isso com o nosso narrador da seguinte maneira:

Ora, essas coisas se passaram antigamente.

Mudou tudo. Gente nasceu, gente morreu, os afilhados do major cresceram e foram para o serviço militar, em estrada de ferro.

O povoado transformou-se em cidade, com chefe político, juiz de direito, promotor e delegado de polícia.

Trouxeram máquinas – e a bolandeira do major parou.

Chegou o médico. Não acreditava mais nos santos.

A mulher de seu Ribeiro entristeceu, emagreceu e finou-se.

O Advogado abriu consultório, a sabedoria do major encolheu-se – e surgiram no foro numerosas questões.

Efetivamente a cidade teve um progresso rápido. Muitos homens adotaram gravatas e profissões desconhecidas. Os carros de bois deixaram de chiar nos caminhos estreitos.

O automóvel, a gasolina, a eletricidade e o cinema. E impostos. (RAMOS, 1995a, p.36).

Esse mundo diferente que seu Ribeiro (contemporâneo de Paulo Honório, a personagem principal do romance de Graciliano Ramos) conheceu no final de sua

vida corresponde também à época na qual viveu o escritor⁴⁶. Esse esforço do autor de remontar um contexto dentro do texto é o que nos torna possível de vislumbrar, pela natureza da sociedade descrita, as condições sócio-históricas da produção de uma sociedade complexa e em algum sentido plural – uma leitura da complexidade das personagens vistas como indivíduos também de ordem mais complexa.

Contudo, como já dito, para além da homologia, consideramos a hipótese de que o refinamento da descrição sociológica do romance se condensa mais em sua *literatura*, na metanarrativa que carrega a sociologia de maneira implícita e difusa no texto, e que a opera e revela (a sociologia) dentro do esforço discursivo de Paulo Honório em primeira pessoa. Afinal é a densidade psicológica do protagonista o ponto-chave do romance. Mais e melhor do que nessa descrição em terceira pessoa (que seria uma maneira menos disfaçada de operar sociologicamente), a dicção melancólica de Paulo Honório é que encarna a sutileza da análise do social. O capítulo sete, ao contrário do que se poderia a princípio imaginar, é de uma sociologia mais grosseira, que serve ao romance apenas como elemento de contextualização e para enfatizar a congruência entre a sociedade recriada e a sociedade histórica que se quer representar realisticamente na ficção.

Para entender melhor o procedimento sociológico refinado o qual a metanarrativa criada por Graciliano elabora pelo uso da primeira pessoa, é preciso dialogar com o que algumas leituras críticas disseram a respeito de *São Bernardo* e seu protagonista. É verdade que uma parte da tradição crítica que analisou *São Bernardo* evidenciou o contexto de mudança social que se observa no romance. A partir dela, por dedução, podemos bem falar a respeito de uma homologia estrutural (em sentido mais clássico), ou seja, tal qual nos termos de um Bourdieu que, na mesma linha de Goldmann, colocou em evidência a homologia entre sociedade e romance, autor e personagem, em sua análise da *Educação Sentimental* de Flaubert (BOURDIEU, 1988). Nessa perspectiva, vale reforçar, a sociedade descrita no romance é a mesma à qual o autor pertencia. É tão grande a precisão, que ela vai submeter-se formalmente às regras sociais que o escritor colocou em prática para tornar verossímil seu texto e o universo que ele descreve. Eis o pressuposto analítico da homologia estrutural.

Mas, ao ressaltar essa homologia *explícita* que a análise de Graciliano desenvolve do mundo social (notadamente no capítulo sete), não se enfrenta o problema,

46. Essa afirmação não advém de um vazio analítico, mas de uma apreciação feita sobre informações extraídas dos livros de memórias de Graciliano Ramos que dizem respeito ao uso que fazia de modelos, para criar suas personagens, de pessoas com as quais realmente conviveu.

por exemplo, da suposta incoerência social em que a personagem Paulo Honório estaria inscrita, por descrever esses contextos sem condição de fazê-lo da maneira que fez (segundo certas leituras como as descritas na primeira parte desta tese). Sendo a narrativa construída sobre o modo da ficção em primeira pessoa, tornam-se necessárias, a fim de descrever a sociologia refinada contida no romance, ferramentas específicas para entrar no universo social incorporado pelo indivíduo, ou, no caso do romance, da personagem. Afinal, estamos falando de um protagonista que se movimenta discursivamente dentro de um contexto social recriado e que tenta inteligir o mundo ao tentar compreender a história de sua própria vida. Daí a ideia de uma sociologia da gênese social das disposições do personagem ser interessante para pôr em perspectiva e ressituar Paulo Honório em sua verossimilhança social.

É na medida em que Graciliano, falando dos personagens, refere-se, através deles, a um contexto social específico real, que a análise desse procedimento pode ser sociologicamente produtiva. É considerando que, para o escritor criar a verossimilhança de seu romance, ele tem como principal desafio a difícil tarefa de produzir os meios técnicos (principalmente narrativos) de recriar uma sociedade ficcional, a qual funciona no romance como a sociedade real funciona de fato, que o sociólogo cria os meios de tornar plausível uma leitura experimental da sociologia presente no romance.

Para testar essa afirmação, usamos aqui as considerações do sociólogo francês, Bernard Lahire sobre as condições sócio-históricas da unidade e pluralidade dos indivíduos. Tal empreendimento sociológico aparece como leque de ferramentas úteis para apreender a sutileza sociológica da narrativa criada por Graciliano Ramos a fim dar voz ao protagonista de *São Bernardo*.

Como vimos, a sociedade brasileira descrita em *São Bernardo* é uma sociedade em mutação, pois ela está passando de um sistema de organização tradicional para um sistema com características mais modernas, fundado sobre a égide da divisão social do trabalho que toma forma através da diferenciação das funções e da profissionalização delas. É uma sociedade cada vez mais diferenciada e que, segundo os pressupostos de uma sociologia sensível ao processo de diferenciação, produziria indivíduos diferenciados entre si ou, ao menos, mais heterogêneos que no passado. Seria assim, por conta disso, uma sociedade que, nos termos de uma sociologia como a proposta por Lahire, estaria propensa a uma análise sociológica que levasse em conta a pluralidade das disposições sociais em um indivíduo para escrever sua literatura.

Antes de fazer a descrição e a análise das disposições sociais de Paulo Honória, é interessante perceber que a fortuna crítica de *São Bernardo* seguiu outro caminho, algo diferente dessa perspectiva. A crítica em geral, mesmo a mais cuidadosa, fez uma leitura da personagem que poderíamos chamar de unívoca. Nesse sentido, Antonio Candido explica, por exemplo, que em Paulo Honório “o sentimento de propriedade, mais do que um simples instinto de propriedade, é uma *disposição total do espírito*, uma *atitude geral* diante das coisas.” (CANDIDO, 1992, p. 28) (Meus Itálicos). O mesmo Candido cita, com muita propriedade, as forças antagonistas no interior do protagonista, mas contenta-se em apenas apontá-las. É o que podemos ver no seguinte fragmento:

Dois movimentos o compõem [*São Bernardo*] : um, a violência do protagonista contra os homens e as coisas ; o outro, a violência contra si mesmo. Da primeira resulta *São Bernardo* – propriedade agrícola, que se incorpora a seu ser, como um atributo dolorosamente elaborado; da segunda resulta *São Bernardo*- livro de recordações , que assinala a desintegração da sua punjança. (CANDIDO, 1992, p. 29-30)

As forças que compõem os movimentos aludidos por Candido são constitutivas do romance e, por consequência, da sociedade que as produziu. Elas precisam ser explicadas além de aludidas como componentes na medida em que aparecem como elemento central da narrativa, do estudo social do indivíduo e da sociedade que as constituem. Elas são refratárias e oriundas das múltiplas disposições sociais incorporadas que Graciliano Ramos integrou em seu personagem-chave para tornar visível seu sofrimento social, dentro de uma sociedade em plena mudança, caminhando em direção de um processo maior de diferenciação. É a essa investigação que queremos agora dedicar-nos.

2. Objetivação de si pela escrita: homologia estilística

Desde o seu aparecimento nas livrarias, *São Bernardo* gerou muitas críticas: algumas de tendência psicologizante outras de tendência sociologizante, e, majoritariamente, de uns tempos para cá, uma crítica que se interessou pela questão da língua, o que permitiu situar Graciliano Ramos em relação a seus contemporâneos (Miranda, *in* SANTIAGO, v. 2, 2000) (BRUNACCI, 2008).

São Bernardo aparecia neste último tipo de leitura como uma obra que ia de encontro à corrente literária em voga na época, aquela da “contribuição milionária de todos os erros”, atribuída a Oswald de Andrade e a seus companheiros da geração de 22. Longe também do realismo mais grosseiro, como o do jovem Jorge Amado. Essa crítica mais centrada na linguagem apontava a existência dessa vontade, em todos esses autores, de reproduzir a linguagem popular, com seus erros e suas liberdades gramaticais (principalmente os da semana de 22), com o objetivo de ser o mais fiel possível à realidade.

Os regionalistas também, outros contemporâneos de Graciliano Ramos – entre eles Jorge Amado, José Lins do Rego e Raquel de Queiroz – tentaram a sua forma reproduzir o mais fielmente possível a linguagem popular (Miranda, *in* SANTIAGO, 2000, p.110-111). Ora, para essa crítica contemporânea, Graciliano pegou a contramão desses movimentos, reelaborando a linguagem oral e submentendo-a aos rigores da norma culta padrão.⁴⁷

O fato que destacamos neste estudo é que essas questões linguísticas não diminuem em nada a fidelidade sociológica de sua obra no que diz respeito à sociedade que ele descreve. Graciliano encontrou outros meios para mobilizar as forças sociais que o habitavam, e sua escrita tem a capacidade de “concentrar e de condensar dentro da singularidade concreta de uma figura sensível e de uma aventura individual, funcionando ao mesmo tempo como metáfora e metonímia, toda a complexidade de uma estrutura e de uma história que a análise científica deve desmebrar laboriosamente” (BOURDIEU, 1988, p.55). Para isso o escritor alagoano adota procedimentos variados de organização e objetivação no que é representável. Esses procedimentos vão do inventário, ao distanciamento promovido pela ironia. Na prática, Graciliano volta ao tipo de realismo que na Europa, mais do que em qualquer projeto estético, produziu a ilusão de uma vida ao organizar os efeitos de

47. Por conta disso seria interessante pensar um estudo mais sistemático sobre os usos da linguagem popular na obra de Graciliano Ramos. Forma talvez mais concreta de avaliar a postura do escritor ao formalizar a linguagem popular pela correção da língua escrita.

entropia. Em *São Bernardo* a realidade de referência é abundante. O romancista se empenha em “gerar metódicamente um tempo, um espaço e um cenário de relações, mas ele fica atento igualmente à deixa de liberdade da narrativa evitando de tomar um cunho por demais determinado” (DUBOIS, 2000, p.29-30.).

É essa potente vontade do romancista de recriar a realidade que torna possível pensar um Graciliano socioanalista de Graciliano. Nessa ótica, podemos nos inspirar sem mais problemas em Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1988, p. 57) e dizer, sem forçar a mão, que Graciliano se separa mesmo de Paulo Honório, da determinação e da força que o definem no próprio ato de escrever a história de Paulo Honório (pensado como personagem-narrador), ao discorrer sobre a impotência de tornar-se um verdadeiro escritor. Mas, diferentemente desse procedimento em Bourdieu, o emprego da *objetivação de si* em Graciliano Ramos pode ser captada por meio da análise das disposições do protagonista de *São Bernardo*. Na verdade, uma compreensão da distância que separa o autor da personagem principal é possível pelo estudo das semelhanças e diferenças existentes entre as disposições do escritor e as de seu personagem.

Uma homologia estilística aparece desse procedimento, ou seja, a partir dessa compreensão surge uma homologia estilística entre o autor e o protagonista por ele criado. De fato existem muitas semelhanças entre a visão de literatura da personagem principal e a de Graciliano Ramos. Um e outro se preocupam com o conteúdo e seus estilos respectivos provêm de uma concepção da língua marcada por uma certa forma de estetização do uso das palavras, e a convicção literária da necessidade de escrever. É o que podemos perceber no seguinte fragmento, em que Graciliano Ramos descreve seu ideal de linguagem escrita:

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer. (MORAES, 1992, p. 205).

Ora, Paulo Honório, protagonista e narrador de *São Bernardo*, revela a própria visão da escrita em termos similares. Ele faz crítica a algo que um amigo escreve a pedido

seu porque, segundo ele, “ Há lá ninguém que fale dessa maneira” que a seus olhos tem ornamentos em demasia. E quando decidido a escrever ele mesmo sua própria história, diz de seu projeto:

[...] Difícil. Talvez deixe de mencionar particularidades úteis, que me pareçam acessórias e dispensáveis. Também pode ser que, habituado a tratar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes. De resto isto vai arranjando sem nenhuma ordem, como se vê. Não importa. Na opinião dos caboclos que me servem, todo caminho dá na venda. (RAMOS, 1995a, p.8)

Em outras palavras, todos os caminhos levam ao dizer. O interesse do artifício da *objetivação de si* que Graciliano Ramos realiza através de Paulo Honório reside no fato de que, objetivando sua relação utilitária à literatura, o romancista vai poder a superá-la integrando-a ao seu estilo. Ele vai mostrar a dificuldade que Paulo Honório tem para escrever integrando à sua própria escrita aquela mesma que adotaria seu protagonista. Dito ainda de outra forma, o estilo utilizado reflete o utilitarismo de Paulo Honório e as tensões que resultam de sua confrontação com outras de suas disposições.

Tendo em vista essa homologia estilística criada por Graciliano, que se reflete nas diversas disposições da personagem principal e, mais importante, produzindo um efeito de prisão de luz entre contexto extratextual e intratextual, partimos para uma reflexão acerca da vontade de escrever de Paulo Honório e os significados desse desejo.

2.1. O ato da escrita de Paulo Honório

Não deixa de ser interessante voltar a um problema de que já tratamos em outra perspectiva na primeira parte desta tese: a suposta falta de coerência social do protagonista *de São Bernardo*. Vimos, naquele momento, como o crítico Augusto Schmidt, por exemplo, pôs em evidência uma suposta incoerência de Paulo Honório:

O processo de romance do *S. Bernardo*, tem, a meu ver, alguns defeitos dos quais o principal é a forma por que o autor nos conta a sua história, fazendo com que o seu personagem, de um momento para o outro, tenha a absurda idéia de fazer da sua vida um romance, ele, um ser inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário. Acho isso, positivamente, arbitrário, e em flagrante contraste com o equilíbrio psicológico em que o livro transcorre todo. (SCHMIDT, 1934).⁴⁸

Para Schmidt, o romance era fruto de uma inconsistência na escolha da técnica narrativa. O erro de Graciliano teria sido o de fazer “com que o seu personagem, de um momento para o outro, tenha a absurda idéia de fazer da sua vida um romance, ele, um ser inteiramente inculto e bárbaro, prático e utilitário”.

E de fato, se não se leva em conta a complexidade da construção sociopsicológica da personagem, ou seja, nada permite prever que Paulo Honório, um dia, tentaria escrever sua história. E isso porque, órfão e pobre, desconhecendo até mesmo a data do próprio nascimento, um homem que se transformou num inescrupuloso proprietário de terras, um homem brutal e agressivo não teria nem razões nem meios para escrever um romance.

No mundo social, um homem de ação, tal qual a personagem (que se opõe, no espaço social, ao homem de letras), alguém que maltrata os funcionários, rouba vizinhos e cria intrigas na hora de derrotas eleitorais, pega na pena no momento em que se confronta com a maior derrota de sua vida: o suicídio de sua mulher.

Escrever é para ele uma atividade da qual ele mal conhece as regras e os princípios. Se nos servimos do bom senso, podemos imaginar, lendo os primeiros capítulos do romance, que a semana de exaltação e forte motivação que conheceu o narrador para escrever seu livro é uma espécie de loucura tributária a uma forte ignorância do tipo de trabalho que exige a escrita. A falta de referência de Paulo Honório em relação à literatura é tanta, que ela se revela a cada parágrafo. Os dois primeiros capítulos funcionam como um evidenciar detalhado da distância insólita entre um

48. Pasta 8- Fortuna Crítica: *Vidas Secas* e Produção do Autor, Augusto Frederico Schmidt, documento número 79.

querer fazer presente e um *saber-fazer* (savoir-faire) inexistente, demonstrado de maneira explícita no seu método intrigantemente descontraído de produção:

Íamos para o alpendre, mergulhávamos em cadeiras de vime e ajeitávamos o enredo, fumando, olhando as novilhas caracus que pastavam no prado, embaixo, e mais longe, à entrada da mata, o telhado vermelho da serraria. (RAMOS, 1995a, p.6).

A falta de tato completa com a pena aparece de maneira mais clara em um diálogo com um de seus possíveis colaboradores, Azevedo Gondim:

Vá para o inferno, Gondim. Você acanhalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!

Azevedo Gondim abafou o sorriso, engoliu em seco, apagou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.

Não pode? Perguntei com assombro. E por quê ?

(RAMOS, 1995a, p.7).

Vemos aqui como Paulo Honório havia delegado seu trabalho de escrita ao qual, muito visivelmente, ele está muito pouco acostumado, de maneira que ele não chega nem mesmo a fazer a diferença entre fala (em sentido saussuriano)⁴⁹ e escrita, e vê a segunda como uma simples transposição da primeira.

A análise do parágrafo que abre o livro torna possível de mais uma vez constatar, desde o início, a inequívoca inabilidade de Paulo Honório quando o assunto é a escrita. Ele confessa que pensou em organizar seu trabalho literário de uma maneira surpreendente, explicando que, antes de iniciar este livro, havia imaginado construí-lo pela divisão do trabalho, e completa:

Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica; para composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do Cruzeiro. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria o meu nome na capa. (RAMOS, 1995a, p.5).

49. Estamos pensando na diferença que Saussure estabelece entre "langue" e "parole". Para o linguista suíço, língua e fala são coisas distintas, e a prova disso é que "um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve" (SAUSSURRE, 2002, p.22). Não perdemos de vista, porém, a ideia dele segundo a qual língua e fala se articulam mutuamente. O que ressaltamos para o nosso propósito é que essa distinção que pode parecer óbvia para os que lidam com o objeto privilegiado da linguística (que é a língua e não a fala), como é o caso dos escritores, não passa pelo pensamento de Paulo Honório.

É perceptível nesse parágrafo que Paulo Honório está habitado por raciocínios próprios, ou seja, é um indivíduo que incorporou valores associados à modernidade. Daí ele querer organizar seu trabalho de escrita repartindo as tarefas, cada um tendo seu papel específico a desempenhar. De sobra, encontramos já aqui, de forma condensada, um *habitus* de classe, opondo-se à ausência de incorporação das práticas ligadas à atividade literária. Como homem de negócios, Paulo Honório crê que todas as atividades tornam-se produtivas se elas se organizam segundo os mesmos esquemas das atividades de ordem econômica.

Vemos, dessa forma, como uma sociologia histórica refinada vai aparecendo com a construção do personagem. O passado do protagonista se inscreve em seu presente na medida em que ele tenta transferir suas competências atuais, ou seja, na medida em que as práticas que engendram seu *habitus* inexistente de escritor são comandadas pelas condições dos *princípios geradores* de um *habitus* já existente. Dessa forma, essa prática aparece, antes de qualquer esforço de adaptação específica, adaptada às condições objetivas de um outro esquema gerador de escolhas, o que faz com que ele tente se adaptar da mesma maneira, toda vez que aparecem condições semelhantes de adaptação.

Essa digressão teórica foi necessária para dizermos que podemos considerar o primeiro capítulo de *São Bernardo*, frente ao que foi dito, como um texto que evidencia a vontade de escrever do protagonista como uma falsa antecipação do futuro em que, para falar ainda como Bourdieu, “ o sentido de projeção no futuro possível se encontra desmentido » e em que « as disposições mal adaptadas às chances objetivas em razão de um efeito de histerese⁵⁰ recebem sanções negativas porque o ambiente com o qual elas se confrontam realmente é demasiadamente afastado daquele no qual elas são objetivamente ajustadas.” (BOURDIEU, 1980, p.104).(Minha tradução).

O fim do primeiro capítulo mostra de forma coerente o protagonista preocupado com o destino de sua obra, e o leitor pode até se perguntar se a tarefa literária não é algo impossível para um indivíduo tão inadaptado. Porém, como anunciado, Graciliano se mostra um autor de porte sociológico complexo e, já na primeira informação mais sólida sobre a disposição (aqui tida como desejo) de escrever de Paulo Honório começamos a entender não apenas a força de um indivíduo construído de maneira a ser habitado por disposições múltiplas.

50.Histerese é um termo da física muito usado por Pierre Bourdieu para designar a capacidade de um agente de conservar suas propriedades na ausência estímulo sociais fortes. O sociólogo usa a metáfora para ilustrar os mecanismos responsáveis pelo retardamento ou atraso que um processo naturalmente artificial como é o do apredizado da escrita pode revelar.

É logo no primeiro parágrafo do segundo capítulo que vemos a personagem-narrador dizer:

Abandonei a empresa, mas um dia desses ouvi o pio da curuja – e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem direta ou indireta. (RAMOS, 1995a, p.8).

Palavras como essas poderiam facilmente passar despercebidas e quase sempre o têm sido, pois não se têm atentado às inferências às quais podem dar origem. Porém, é interessante chamar atenção para a expressão “ouvi o pio da curuja”⁵¹ a qual, sendo parafraseada, poderia significar “foi mais forte do que eu” dito tão frequentemente revelador de uma força escondida que poderíamos nomear de disposição (no sentido de apetência, forte motivação) a partir do momento em que se constata a persistência dela na personagem.

Mais interessante ainda é perceber essa decisão de retomar o empreendimento literário “sem indagar se isto [lhe] traz qualquer vantagem direta ou indireta”. Essa revelação evoca uma disposição que vai de encontro à visão de um Paulo Honório impulsionado por um único princípio de ação, o utilitarismo.

Para explicar a persistência em escrever do protagonista, apesar de todas as dificuldades encontradas, seria tentador recorrermos à ajuda de uma análise weberiana tal qual a posta em prática por uma linhagem neokatinana do sociólogo alemão. Tratar-se-ia de dizer, por exemplo, que a escolha da personagem por continuar o empreendimento literário é motivada pelo seu espírito de homem autoritário de negócios; por isso ele teria “boas razões” para insistir, pois, a vontade de acabar com o sentimento de culpa, por exemplo, seria uma razão possível. Porém, esse tipo de explicação parcimoniosa (no sentido de reduzir de maneira intencional o indivíduo ao seu princípio de racionalidade forte) parece limitadora para um caso complexo como o de Paulo Honório. E isso porque parece legítimo perguntarmos por que um sentimento como a culpa engendraria especificamente a vontade de escrever um livro ao invés de simplesmente recontar sua história oralmente, por exemplo, numa espécie de psicanálise livre com seus amigos.

Seria suficiente continuar a leitura do romance para compreender que a psicologia extremamente complexa montada por Graciliano Ramos para sua personagem não se deixa reduzir à determinação de um romance socio-psicológico, se entendemos

51. Sabemos que, segundo superstição regional, o pio da coruja significa também sinal de coisa ruim, de mau agouro. O que indicamos aqui é que o uso dele, como elemento sobrenatural, inexplicável para Paulo Honório, é um indicador de algo por ele considerado como “mais forte do que ele”

essa classificação no sentido apresentado por Bakhtin no seu célebre *La poétique de Dostoievski*:

O sujeito do romance socio-psicológico, biográfico ou de comportamento familiares, liga os personagens entre eles não como seres humanos, mas como pais e filhos, marido e mulher, pretendente e rival, ou como proprietário de imóveis e dono de terras e proletário, burguês rico e vagabundo desclassificado etc. As relações cotidianas biográficas, familiares, as entre camadas e classes sociais são uma base sólida determinando todas as ligações temáticas; o aleatório é excluído. O herói se insere no sujeito como homem incarnado e estritamente localizado na vida, pelo envelope concreto e impenetrável de sua classe de camada social, de sua situação familiar, de sua idade, dos objetivos biográficos.⁵² (BAKHTIN, 1970, p 148.) (Minha tradução)

Ainda nessa obra, continuando sua reflexão, Bakhtin opõe Dostoievski a Tolstoi por suas técnicas respectivas de construção dos personagens. Ele fala de dialogismo dostoievskiano e de monologismo quanto às personagens de Tolstoi. Tal contorno delineado pela reflexão de Bakhtin serve para apontar, mais uma vez, como Graciliano apresenta Paulo Honório: como um personagem à Dostoievski, ou seja, construído por suas disposições múltiplas (dialógicas naquele vocabulário), por suas determinações variadas e habitado pelo seu passado e pelo seu presente; em uma frase: uma personalidade complexa, fruto de heranças sociais múltiplas.

Podemos constatar essa complexidade a partir da caracterização dos indicadores de socialização do protagonista presentes no romance. Ao confrontarmos essa "presença da falta" (que chamaremos aqui de "*habitus negativo*", para designar as competências e assim as práticas mal ou não integradas por Paulo Honório quando o assunto é a literatura, a escrita) com seu "*habitus positivo*" (de homem de ação), captamos uma *lógica* contida na aparente incoerência gerada pela tensão existente nessa decisão fundamental que caracteriza o romance: a literatura.

É importante lembrar que Bourdieu conceituou o *habitus* como "história incorporada feita natureza, e por aí esquecida enquanto tal", o *habitus* sendo "a presença viva de todo o passado cujo produto é ele" (BOURDIEU, 1980, p.40)(Minha tradução).

52. Le sujet du roman socio-psychologique, biographique ou de mœurs familiales, lie les personnages entre eux non pas en tant qu'êtres humains, mais en tant que père et fils, mari et femme, amoureux et amoureuse, prétendant et rival, ou bien en tant que propriétaire foncier et paysan possédant et prolétaire, bourgeois fortuné et vagabond déclassé, etc. Les relations quotidiennes biographiques, familiales, celles entre couches et classes sociales sont une base ferme déterminant tous les liens thématiques ; le hasard est exclu. Le héros s'insère dans le sujet en tant qu'homme incarné et strictement localisé dans la vie, par l'enveloppe concrète et impénétrable de sa classe de couche sociale, de sa situation de famille, de son âge, des buts biographiques. (BAKHTIN, 1970, p 148.)

O *habitus* é então, para Bourdieu, um conceito positivo que propõe a presença do passado dentro do presente. Nessa análise, falar de *habitus negativo* é apenas uma maneira de sinalizar *a contrario sensu* a ausência de uma presença do passado, de uma prática, no caso aqui descrito, da escrita. Pode considerar a hipótese de uma *transposição*⁵³ de competências efetuadas pelo protagonista (osquestradas por Graciliano), que ultrapassaria as dificuldades graças ao seu grau aguçado de perseverança em outros domínios.

53. Temos consciência do fato de que Bernard Lahire faz uma crítica forte e contundente à transposição incontrolada dos conceitos da psicologia para a sociologia. Consideramos aqui o risco contido justamente na adoção da noção de *transferência*. Apesar disso, a hipótese da transferência parece ser esclarecedora na análise da personagem Paulo Honório e, por essa razão, foi preservada.

2.2. O escolha da crítica: o problema da coerência

A constatação e o levar a sério as disposições múltiplas mencionadas acima tornam possíveis evitar uma série de obstáculos dentro dos quais sucumbiram numerosos críticos quando escreveram sobre a obra de Graciliano Ramos, principalmente, quando procuraram a coerência inteira de seus personagens a todo preço. As palavras de Bernard Lahire são aqui exemplificadoras do tipo de equívoco mencionado quando discorre justamente a respeito do que chama de “risco ordinário e científico da coerência”:

Como todo homem de ciência, o sociólogo está à procura da coerência dentro da complexidade do real. [...] Mas a busca da coerência (e de recorrência) não deve conduzir o pesquisador à redução de todo objeto a um princípio único de coerência. Ele pode da mesma forma cuidadosa pôr em evidência coerências e recorrências parciais, locais, que se articulam ou se combinam para produzir os fatos que ele pode observar. É o caso do captar as realidades disposicionais individuais. Melhor do que procurar levar o *conjunto* de práticas e comportamentos de um indivíduo a uma improvável fórmula geradora, pode-se se esforçar para reconstruir, parcialmente, a partir de um ponto de vista necessariamente limitado, o patrimônio de disposições do entrevistado (LAHIRE, 2002, p.396-397). (Minha tradução)

Em alerta semelhante, Carlos Nelson Coutinho nos previne contra o risco de cair numa busca cega por coerência nas personagens de Graciliano Ramos. Em artigo versando sobre *Caetés*, ele condena críticos (Antonio Candido e Antonio Morel Pinto) por uma “acentuação desmesurada do aspecto autobiográfico dos romances” que, segundo ele “contribui muito pouco para análise literária e sociológica destes romances” (BRAYNER, 1977, p. 115). O que ele constata em Graciliano é uma “universalidade concreta” que se nutre “da singularidade” e da “temporalidade social e histórica” (BRAYNER, 1977, p. 116). Seria suficiente adicionar a essa lista de constatações procedentes de Coutinho a noção mesma de indivíduo com disposições múltiplas para *materializar* a sociedade presente no romance *através* também da análise da personagem.

No entanto, o ponto de vista por ele levantado persiste vitimado por certas limitações. O principal limite da visão de Coutinho consiste em, (in)justamente, ter depreciado a associação da autobiografia ao subjetivismo, sem levar em consideração a relação íntima que Graciliano estabeleceu entre esses dois aspectos e o sentido do real (trabalho de objetivação de si) presente em toda sua obra.

Jacques Dubois desenvolve um argumento que situa de maneira mais adequada a ideia de *sentido do real* tornando claro que aquilo que um romancista evoca é “a

atenção a todo contexto material e cultural que engloba seres e os define. O que implica uma sensibilidade ao mundo naquilo que ele tem de mais concreto e mais efetivo” (DUBOIS, 2000, p.29). (Minha tradução)

Se seguimos com esse argumento de Dubois, percebemos que, para um *escritor do real*, “todo universo é socializado, o que quer dizer que o destino individual, que resta como linha de fato do romanesco, só ganha valor e relevo quando no seio de uma vida coletiva e de um encadeamento de relações” (DUBOIS, 2000, p.29). (Minha tradução). Dessa forma, vemos que um *romancista do real* trabalha com a “concretude, duração sensível e socialidade” que “são bem três fundamentos sob os quais o sentido do real consegue se aplicar” (DUBOIS, 2000, p.29). (Minha tradução). É nesse sentido que se destaca o realismo da obra de Graciliano Ramos.

A visão de Coutinho, fortemente marcada pela influência de Lukács e de Goldmann, não consegue captar a amplitude da intuição sociológica do autor de *São Bernardo*, e isso porque Coutinho, apesar de todas as precauções por ele tomadas, não consegue articular, com a devida ênfase, a tensão social por ele evocada com as atitudes individuais de Paulo Honório.

Quanto a isso, analisemos algumas passagens de seu artigo:

Ao invés da descrição extensiva de fragmentos do real (como em *Caetés*), *São Bernardo* apresenta – como seu núcleo central – o conflito que opõe, por um lado, as forças que reduzem o homem a uma vida mesquinha e miserável no interior da alienação do “pequeno mundo” individual, e, por outro as que impulsionam o homem a descobrir um sentido para a vida em uma “abertura” para a comunidade e a fraternidade e na superação da solidão. (BRAYNER, 1977, p.87).

Vemos aqui um crítico extremamente sensível ao conflito, à tensão que as diferentes disposições sociais causam (geradas possivelmente pela movimentação entre classes sociais distintas) e à explicação que elas podem gerar para o entendimento do romance e da sociedade que nele se descreve. Coutinho prossegue seu argumento mostrando toda a riqueza do mote da perspectiva plural presente nas disposições de Paulo Honório. Numa passagem muito pertinente de seu artigo, ele descreve a norma que, segundo ele, deve conduzir a construção do romance que capta sutilmente as instâncias do real:

Esta captação concentrada do movimento da realidade deve se estruturar em torno de tipos excepcionais, superiores à média cotidiana, que encarnem em si o máximo de possibilidades concretas contidas em cada uma daquelas forças sociais em contradição. É o que ocorre em *São Bernardo*. Paulo Honório e Madalena são verdadeiros símbolos de suas classes precisamente na medida em que expressam, em suas ações decisivas, as atitudes típicas mais profundas de suas classes. (BRAYNER, 1977, p.86)

O condicionamento do argumento de Coutinho parece ser claro. Ele seria um raciocínio sociologicamente mais completo se, e somente se, Paulo Honório e Madalena não aparecessem como produtos mecânicos de um *habitus* de classe. Ou seja, o argumento de Coutinho não pareceria uma teoria hipostasiada do romance se: 1) o crítico tivesse se dado ao trabalho de elencar o que ele chamou de “ações decisivas” das personagens; e 2) se estudasse o papel dessas ações na resconstrução do real que o romance alcança *através* delas. Com uma descrição nesse nível de elaboração de elementos concretos do romance, torna-se visível, para além da constatação das tensões captadas por Graciliano e por ele condensadas em suas personagens, algo que vai trazer relevo mais complexo, porque mais detalhado, ao que poderíamos chamar de princípio gerador da personalidade do protagonista.

O limite da análise de Coutinho só é percebido quando atentamos para a maneira com a qual ele define as características específicas da personagem (individualmente). Na verdade, apesar de ter enunciado com todas as palavras a tensão que o constituía (em nível social), Coutinho afirma que Paulo Honório “reduz tudo ao seu interesse egoísta” (BRAYNER, 1977, p.86). Caracterizando-o dessa forma, tudo se passa como se o *habitus* de Paulo Honório, tão cuidadosamente construído por Graciliano, fosse visto como um *habitus individual* sem a devida complexidade social que o traduz por ter sido forjado no seio de diversas *classes* ou ambientes distintos de socialização. Esse *habitus* já não mais aparece em consonância com as tensões que, teoricamente, o forjaram.

Se lembramos mais uma vez Bourdieu, o *habitus individual* se apresenta “como um sistema subjetivo mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas comuns de percepção, de concepção e ação, que constituem a condição de objetivação e de toda apercepção.” (BOURDIEU, 1980, p.101). (Minha tradução). Dito de outra maneira, o sistema de disposições individual se apresenta como uma variante estrutural do *habitus de classe*. Ora, apenas uma reflexão levando em conta a complexidade das disposições sociais presentes em Paulo Honório tornaria plausível, de maneira concreta, compreender a necessidade sentida pelo protagonista de se recontar através de um livro. É apenas aceitando essa complexidade da personagem de Graciliano Ramos que se pode encontrar a verossimilhança no desejo de escrever em um indivíduo cujos principais traços não deixam prever uma tal inclinação.

Para dar relevo a esse argumento, lembremos ainda a leitura de Antonio Candido, já aludida, antes de prosseguir nessa investigação. Antonio Candido, como já mencionado, também focalizou sua atenção na análise da personagem principal de *São Bernardo*. E colocou em evidência, talvez com mais ênfase, o princípio gerador

das ações do protagonista. O sentimento de propriedade, dizia Candido, assim como Coutinho, mais do que um simples instinto de propriedade, é uma *disposição total* do espírito, uma atitude geral diante das coisas, considerando ainda que, para se adaptar, seria necessária a Paulo Honório uma reeducação afetiva impossível de sua mentalidade “formada e depois deformada” (CANDIDO, 1992, p.24).

Candido nos coloca aqui no ponto central de nosso argumento: ora, se é verdade que Paulo Honório aparece como alguém que divide o mundo em duas partes, aquela dos “eleitos que respeitam os bens materiais” e aquela “dos reprovados, que não os possuem nem os repeitam” (CANDIDO, 1992, p.24), é ainda mais verdade que essa análise do personagem enquanto tipo psicológico rígido e dual não torna possível captar a complexidade que é o próprio motor da história do livro. Na verdade, o que impulsiona o narrador a escrever sua história não seria uma espécie de frustração, na base de sua incapacidade de se tornar aquilo que ele gostaria de ser? Como ele adquiriu essa capacidade de frustrar-se diante de coisas que julga erradas em si mesmo?

A distinção proposta entre as crenças e as disposições a agir parece ser essencial para compreender esses fenômenos de frustração e culpabilidade, produto do hiato existente entre os desejos e as possibilidades reais e objetivas de ação de Paulo Honório. Uma outra distinção importante é a que ocorre entre a ideia de competência, apetência e disposições presentes no indivíduo que, na análise desse personagem-narrador, podem ser realizadas.

2.3. Construção dos indicadores dos traços de socialização das personagens no romance e a análise da pluralidade nas personagens de *São Bernardo*

Partimos aqui de alguns preceitos analíticos que precisam ser explicitados:

- 1- a reconstrução das disposições sociais de alguns personagens-chave sobre a base de uma análise de múltiplos indícios tirados do romance;
- 2- a verificação da variação ou não variação dos comportamentos e atitudes segundo o contexto e a delimitação dos domínios contextuais de atualização e não atualização das disposições de Paulo Honório.

Desses dois preceitos deriva a hipótese sociológica que segue: uma reconstrução das disposições sociais sobre a base da análise dos indícios tirados do texto *São Bernardo* tornará possível a compreensão da verossimilhança da sociedade interna ao romance em relação à sociedade histórica da qual sua trama se alimenta.

Trata-se de um caso de reciprocidade explicativa entre sociologia e literatura que funciona por conta da intenção do real. Essa hipótese pode ser formulada de maneira concreta tomando-se um elemento central do romance do ponto de vista da composição social presente em sua trama : a *heterogamia social*,⁵⁴ que constitui o casamento entre Madalena e Paulo Honório, é produtora de um hiato entre as disposições a crer do protagonista – sua crença em que ele pode tudo superar e tudo submeter pela sua força – e suas disposições a agir – a impossibilidade de realizar seu desejo depois da morte de Madalena. Confrontado a impossibilidade imediata de, devido ao contraste entre seu reconhecimento dos valores de Madalena associado à vontade de mudar, e as forças sociais que o habitam, tornando impossível a realização dessa vontade, Paulo Honório vai ver, em uma disposição própria a Madalena, sua relação privilegiada com a cultura com a educação, o meio para tentar superar seu sofrimento interior.

Como isso ocorre? Nos quatro primeiros capítulos, podemos destacar oito indicadores que tornam viável a reconstrução dos traços de socialização das personagens, e, em particular, dos de Paulo Honório. Vejamo-los:

- a) um *habitus* negativo, ou seja, as competências e práticas intelectuais mal ou não integradas por Paulo Honório;

54. Termo também utilizado pelo sociólogo Bernard Lahire para compreender um número importante de conflitos constatados no seio de um mesmo estudo de caso e que, segundo ele, seriam explicáveis pela heterogeneidade das origens sociais de um casal por ele estudado. Essa noção parece ser, por assim dizer, esclarecedora também no caso do casal Paulo Honório e Madalena, em *São Bernardo*. Mais detalhes a respeito da heterogamia social ver (LAHIRE, 2002.).

- b) as informações sobre as disposições ou traços de personalidade dos personagens secundários que, de uma maneira ou de outra, vão fazer parte da vida de Paulo Honório em diferentes contextos;
- c) a disposição, sem competência, de Paulo Honório para a escrita;
- d) as disposições predominantes de Paulo Honório: a vontade de poder, o utilitarismo e o individualismo;
- e) a heterogamia social e disposicional do casal Paulo Honório/ Madalena;
- f) a transferência da disposição dominante de Paulo Honório para o caso da escrita;
- g) um *habitus* "positivo": a sociabilidade de um homem de ação;
- h) os quadros de socialização de Paulo Honório;

É a partir da análise de cada um desses pontos que queremos reconstruir o quadro de inteligibilidade de *São Bernardo*. É da combinação mais ou menos coerente desses elementos que deve emergir a verossimilhança social do texto.

2.4. O descanso temporário das disposições dominantes de Paulo Honório

Seria talvez inútil fazer uma tabela tentando reproduzir, exata e detalhadamente, todos os contextos de atualização das disposições dominantes do protagonista. A título de ilustração, porém, parece ser interessante de construir, *a contrario sensu*, uma tabela mostrando os momentos em que certas disposições características da personagem principal são postas em estado de descanso pela reunião de um certo número de condições. A tabela abaixo mostra precisamente essa espécie de desativação das disposições individualistas e das disposições violentas de Paulo Honório em função do tipo de personagem com quem ele interage em diferentes contextos.

Tabela 4 - Ativação/desativação das disposições em função do contexto

Personagens secundárias	Tipo de desativação das disposições (interesse, reconhecimento ou decepção)	Traços característicos	Contexto de desativação das disposições
Mendonça e suas filhas	<ul style="list-style-type: none"> • interesse: P. Honório quer tirar proveito da proximidade da propriedade de Mendonça, seu vizinho. 	Velho e rabugento Gentis e frágeis	Na casa de Mendonça ou então na fronteira entre as duas propriedades.
Margarida	<ul style="list-style-type: none"> • reconhecimento : de sua fragilidade e do fato de que ela tomava conta dele em sua infância. 	Frágil Extremamente gentil	
Madalena	<ul style="list-style-type: none"> • interesse: P. Honório procurava uma mulher para lhe dar uma descendência • reconhecimento: de suas qualidades humanas, de sua bondade • decepção: de não a ter compreendido 	Inteligente Generosa e cheia de compaixão	Os momentos em que Paulo Honório se lembra dela

Os primeiros personagens que aparecem na tabela acima são Medonça e suas filhas. Paulo Honório, diante deles, contém em mais de uma situação e por várias razões, suas disposições mais violentas. É interessante perceber que essa retenção é menor diante de Mendonça que frente às filhas. O exemplo dessa relação parece importante porque ele indica uma tendência presente no protagonista do romance em desativar traços característicos dele em algumas situações.

Dessa forma, no capítulo 5, logo após a compra da propriedade *São Bernardo*, Paulo Honório encontra seu vizinho Mendonça. Este o aborda dizendo que ele errou em comprar aquele domínio sem consultá-lo antes. Paulo Honório responde

perguntando ironicamente se o antigo proprietário não era de maior. Mendonça replica: “ Mas o senhor deveria ter se informado antes de comprar questão ”. (RAMOS, 1995a, p.25).

Conhecendo o temperamento intepestivo de Paulo Honório, esperaríamos aqui exatamente a eclosão de uma disputa, mas não é isso que acontece. A tréplica é tranquila e não procura a disputa. Por quê? A razão aparece algumas linhas mais tarde, quando o protagonista diz : “ Eu abrandei, meio arrependido, porque não me convinha uma briga com Mendonça, homem reimoso.” (RAMOS, 1995a, p.25-26). Foi então o interesse que dominou o temperamento violento habitual de Paulo Honório.

Já no caso das duas filhas, as disposições postas em descanso são duas bastante presentes: seu individualismo e seu utilitarismo. Por uma espécie de reconhecimento de uma dívida moral ao pai delas (porque Paulo Honório toma parte de sua propriedade depois da morte do velho), ele decide protegê-las:

Senti pena das Mendonça. Mandaria no dia seguinte dar uma limpa no algodão de Bom-Sucesso, enfezado, coberto de mato. Muito por baixo as Mendonça. O pai era safado, mas que culpa tinham as pobres? Resolvi abrir o olho para que vizinhos sem escrúpulos não se apoderassem do que era delas. Mulheres quase nunca se defendem. Pois se qualquer daqueles patifes tentasse prejudicá-las, estava embrulhado comigo. (RAMOS, 1995a, p. 43-44).

Essa passagem mostra bem que aquilo que impulsiona o herói do romance a ajudar as filhas de Medonça não é um interesse financeiro, nem mesmo uma motivação de ordem pessoal, mas uma espécie de compaixão misturada com culpa. No final dessa passagem, Graciliano revela a inclinação de Paulo Honório por mulheres frágeis, que podemos destacar em numerosos trechos no romance. Trataremos disso com mais vagar no parágrafo a seguir, quando estudamos a relação do protagonista com Margarida e Madalena.

A atitude de Paulo Honório com relação a Margarida é talvez o exemplo mais flagrante do ato de desativação das principais características do protagonista: a saber, seu individualismo e seu utilitarismo. Ele sente por aquela mulher que o educou uma espécie de reconhecimento e um grande carinho, sentimentos que o impulsionam a agir para o bem dela e não para o seu próprio:

Encontrei Margarida sentada numa esteira, riscando tijolos com carvões.

– Mãe Margarida, como vai a senhora?

Tentou endireitar o espinhaço emperrado e, antes de lançar-me os olhos brancos, reconheceu-me pela voz.

– Aqui gemendo e chorando, meu filho, cheia de pecados.

Pecados! Antigamente era uma santa. E agora, miudinha, com pouco movimento e pouco pensamento, que pecados poderia ter?

Como estava com a vista curta, falou sem levantar a cabeça, repetindo os conselhos que me dava que eu era menino. Uma fraqueza apertou-me o coração, aproximei-me, sentei-me na esteira, junto dela.

– Mãe Margarida, procurei a senhora muito tempo. Nunca me esqueci. Foi uma felicidade encontrá-la. E carecendo de alguma coisa, é dizer. Mande buscar o que for necessário, Mãe Margarida, não se acanhe. (RAMOS, 1995a, p. 55-56).

Podemos ver aqui o sentimento desinteressado que ele sente por essa velha senhora. Esse amor maternal, amor de filho que se sentiu cuidado na vida, que o une a ela, torna a relação deles especial. Se, para ele, as mulheres pareciam todas com “estranhos animais, difíceis de governar” e não sentia “inclinação por nenhuma” (RAMOS, 1995a, p. 57), aquela lá ocupava um lugar especial em seu coração. Ela, Margarida, e Madalena, o grande amor de sua vida, constituem exceções.

A união entre Paulo Honório e Madalena é surpreendente sob vários pontos de vista. De fato, os valores aos quais eles são ligados parecem se opor um a um. Madalena é uma professora idealista, enquanto Paulo Honório é um homem de ação, que crê pouco nas virtudes da educação e vê mais valor na dimensão material que na intelectual. É na própria admiração que Paulo Honório expressa por Madalena que se encontram todas essas diferenças. Madalena se apresenta como um verdadeiro objeto antropológico diante do qual Paulo Honório vai se encontrar, por alteridade, confrontando os próprios defeitos. O sentimento de estranhamento que ele prova ao lidar com as qualidades de sua esposa funciona como um instrumento antropológico de descoberta de si através do outro. Dessa forma, vemos estas palavras de Madalena pronunciadas logo após o casamento deles, “ Vamos começar uma vida nova, hem? ”, provocar nele a reação seguinte:

Desde então comecei a fazer nela algumas descobertas que me surpreenderam. Como se sabe, eu havia me contentado com o rosto e algumas informações ligeiras.

[...] Imaginei-a uma boneca da escola normal. Engano. (RAMOS, 1995a, p.95).

Nosso protagonsita era acostumado a subestimar as mulheres de maneira geral. É o que podemos constatar em: “a que eu conhecia era Rosa do Marciano, muito ordinária. Havia conhecido também Germana e outras dessa laia. Por elas eu julgava todas.” (RAMOS, 1995a, p.57). Por isso fica surpreso ao descobrir certos

traços da personalidade de sua esposa. Essa descoberta prosseguirá na medida em que a história deles evolui, e é essa trama de pequenas descobertas o que vai dar toda uma coloração trágica à narrativa. É a partir desse reconhecimento de seus próprios defeitos através das qualidades de Madalena que, ao mesmo tempo, ele vai tomando consciência de sua incapacidade de mudar (devido ao longo processo de socialização por ele já assimilado). É justamente aí que reside a dimensão de tragédia social de seu destino.

Porém, é bom alertar, a mesura social dessa tragédia não pode ser vista como similar àquela que encontramos em uma obra como *Romeu e Julieta*, por exemplo. Na peça de Shakespeare, o conteúdo trágico se revela na impossibilidade de os amantes vencerem as forças sociais exteriores a eles, e a questão da incorporação dessas forças não se revela, de maneira explícita. Em *São Bernardo* ao contrário, são as forças presentes no interior de Paulo Honório que provocam o drama.

2.5. A heterogamia social

É no momento em que Paulo Honório pede Madalena em casamento, quando ele mal a conhece, que se vê, pela primeira vez no livro, que os personagens têm certa consciência das diferenças existentes entre eles. Essa consciência, porém, não é suficiente para levá-los a darem-se conta das forças sociais que atuam e modelam o que se faz destino. Madalena se mostra reticente em aceitar o pedido de Paulo Honório. Ela explica sua hesitação pelas inúmeras diferenças que ela percebe entre eles: “deve haver muitas diferenças entre nós” (RAMOS, 1995, p.89). Essa hesitação faz Paulo Honório apressar-se em minimizar as diferenças para reconfortá-la e convencê-la, revelando assim o seu fraco conhecimento das forças sociais em movimento dentro de uma relação tão heterogênea, como a que constituíra seu casamento, unindo dois seres socializados de maneira completamente diferentes. Às inquietudes de Madalena ele responde:

Diferenças? E então? Se não houvesse diferenças nós seríamos uma pessoa só. Deve haver muitas. Com licença, vou acender o cachimbo. A senhora aprendeu várias embrulhadas na escola, eu aprendi outras quebrando a cabeça por este mundo. Tenho quarenta e cinco anos. A senhora tem uns vinte. (RAMOS, 1995a, p.89).

Vemos aqui que Paulo Honório é bem consciente de que as diferenças entre ele e Madalena provêm de socializações distintas (“aprendeu embrulhadas na escola” *versus* “aprendi outras quebrando a cabeça por este mundo”), mas ele ignora as forças antinômicas resultantes de um grau tão alto de heterogeneidade social.

Antes ainda do casamento, existe um esforço de ambas as partes do casal para tentar evitar o aparecimento de conflitos. Uma boa ilustração disso encontramos no capítulo dezesseis, em um diálogo entre Azevedo Gondim, Madalena e Paulo Honório sobre um assunto delicado, que vai ser amplamente o ponto de inflexão de inúmeras brigas, a educação. Paulo Honório critica fortemente o intelectualismo do Azevedo Gondim e expõe sua crença em um tipo de aprendizado específico que foi o seu, o do *senso prático*:

- A instrução é indispensável, a instrução é uma chave, a senhora não concorda, d. Madalena?
- Quem se habitua aos livros...
- É não habituar-se, interrompi. E não confundam instrução com leitura de papel impresso.
- Dá no mesmo, disse Gondim.
- Dá nada!

– E como é que se consegue instrução se não for nos livros?

– Por aí, vendo, ouvindo, correndo mundo. O Nogueira veio da escola sabido como diabo, mas não sabia inquirir uma testemunha. Hoje esqueceu o latim e é um bom advogado (RAMOS, 1995a, p.91).

Madelena, que escutava a conversa, limitou-se a concordar com seu futuro marido, evitando assim o conflito subjacente ao debate que opunha instrução escolar ao senso prático ensinado pela própria vida. Esse conflito, porém, se tornará recorrente e estará na origem das disputas mais violentas do casal.

Mas as estratégias para evitar conflitos não param por aí. Outro exemplo claro delas aparece quando Paulo Honório, depois de vários conflitos, tenta pacificar a relação. Para isso, ele precisa domesticar ou pôr em estado de sono suas disposições mais fundamentais, como mostram estas reflexões:

Foi à escola, criticou o método de ensino do Padilha e entrou a amolar-me reclamando um globo, mapas, outros arreios que não menciono porque não quero tomar incômodo de examinar ali o arquivo.[...]

Calculem. Uma dinheirama tão grande gasta por um homem que aprendeu leitura na cadeia, em carta de ABC, em almanaques, numa bíblia de capa preta, dos bodes. Mas contive-me porque tinha feito tenção de evitar dissidências com minha mulher e porque imaginei mostrar aquelas complicações ao governador quando ele aparecesse aqui. Em todo caso, era despesa supérflua. (RAMOS, 1995, p.106-107).

O que podemos notar no conflito interior de Paulo Honório, que vai levá-lo mais uma vez a pôr em estado de descanso suas principais disposições (“contive-me porque tinha feito tenção de evitar dissidência com minha mulher”), é fruto de sua recusa de levar em consideração a irredutibilidade de suas diferenças com Madalena, essas diferenças sendo a marca, como já dito, de suas socializações distintas. Mas, nesse caso, ele guarda consigo sua disposição utilitária, como indica a alusão que faz a uma possível visita do governador.

O problema de evitar conflitos, ao qual nos referimos, é tratado na sociologia como um fato resultante de uma característica quase que paradigmática de esquemas incorporados num processo longo de socialização: a homogamia. Se nos referimos ao termo *habitus* para discorrer sobre essa característica é porque, em sua acepção mais funcional, o *habitus* tende a assegurar uma constante contra a mudança através da seleção que ele opera entre as novas informações, retendo apenas aquelas que confirmam e rejeitando aquelas que poderiam causar questionamentos. Em outras palavras,

Os esquemas de percepção e apreciação do *habitus* que estão no princípio de todas as estratégias de evitamento são em grande parte o produto de um evitamento não consciente e não desejado, seja ele resultante automaticamente das condições de existência, seja ele produto de uma intenção estratégica. (BOURDIEU, 1980, p.102) (Minha tradução).

O problema que se coloca para o casal Paulo Honório e Madalena é que eles não se enquadram no caso teórico de ajustamento tal como o descrito, acima, por Bourdieu. Nesse caso, o da homogamia, tudo é mais fácil porque os dois agentes agem como se “ as ações de cada um deles se organizassem em relação às reações que elas chamam da parte de todo agente dotado de mesmo *habitus*.” (BOURDIEU, 1980, p.103). (Minha tradução). Na verdade, o casal Honório apresenta estratégias de “evitamento” de conflito por antecipação das consequências das diferenças entre seus *habitus*, o que implica que toda análise, querendo dar conta de suas ações, deverá levar em consideração os diferentes esquemas de disposição presentes em cada um deles.

A heterogamia não apaga, contudo, no caso de uma tendência a preservar oriunda do fato de que os agentes são dotados de disposições duráveis, o fato que o *habitus* pode estar no princípio mesmo da adaptação ou inadaptação a um contexto dado. Voltando à teoria, falar de um indivíduo portador de disposições múltiplas não significa dizer que ele é um agente fragmentado, a quem não podemos atribuir alguma forma de coerência. Mesmo se as disposições são múltiplas, o agente ou ator fica condicionado por um certo número de traços objetivos que vêm de certa maneira limitar sua liberdade.

2.6. Socialização e limites da liberdade

Podemos, assim, salientar dentro do discurso de Paulo Honório dois níveis de consciência *vis-à-vis* das forças sociais que enquadram, no que diz respeito à heterogeneidade do seu casamento, uma grande limitação de sua liberdade.

Um primeiro nível é o já comentado até aqui, ou seja, o que coloca em estado de descanso algumas disposições do protagonista e que corresponde a sua esperança de poder transpor as diferenças de socialização que o distanciam de sua mulher. O segundo nível aparece quando ele reconhece sua impotência face às forças engendradas por sua socialização:

Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins.

E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte!

A desconfiança é também consequência da profissão.

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. (RAMOS, 1995, p.190).

O desespero de Paulo Honório é um sinal flagrante de seu sentimento de impotência diante das forças que o governam. Ele reconhece essa impotência com uma força ainda mais clarividente quando declara:

–Estraguei a minha vida estupidamente.

Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos... Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige. (RAMOS, 1995, p. 188).

Esse reconhecimento de sua impotência intervém *a posteriori*, porque, como visto, em alguns momentos de conflito, as estratégias para evitar os conflitos marcavam sua crença num destino diferente para o casal.

É interessante retomar aqui a hipótese de uma transposição de competências do protagonista anteriormente levantada. Com efeito, o recurso de Paulo Honório à escrita se tona mais paupável e crível se o encaramos como uma forma de denegação de sua impotência para mudar a si mesmo. Ele tem sucesso ao realizar seu livro, apesar de sua incompetência literária, graças à transferência de algumas de suas competências oriundas de outros campos (o campo econômico, por exemplo).

Esta transferência é a maneira que Paulo Honório encontra de negar um conjunto mais geral de disposições que ele se sente incapaz de mudar, por conta da força e do grau de integração delas em sua personalidade. Escrever torna viável para ele uma reaproximação (mesmo que simbólica) com a esfera disposicional de Madelena, o que ele não havia conseguido fazer por nenhum outro meio. Vê-se, então, que a lógica de sua história não pode ser bem captada se não for levado em conta o jogo entre disposições e competências que estão na origem dos atos que dão vida a esses personagens.

O trabalho de dar relevo às homologias de estilo entre autor e personagem tornaram mais visível o potencial sociológico de *São Bernardo*. E ao descrever de maneira mais pormenorizada a incapacidade literária do protagonista do romance e as múltiplas disposições que o habitavam, podemos considerar a hipótese de uma ligação entre essas disposições e a capacidade de Paulo Honório em persistir em um empreendimento tão distante de suas capacidades habituais. Mostramos, assim, como a descrição dos contextos de atualização de certos comportamentos viabiliza a construção de indicadores que por sua vez enquadram a inteligibilidade das ações das personagens do romance.

Obtivemos a confirmação da hipótese de que a heterogamia social presente no casamento entre Paulo Honório e Madalena era produto de um hiato entre as disposições a crer e a agir do protagonista (sua crença de que tudo podia realizar pela força e pela vontade, incluída a crença em sua própria mundança interior) e suas disposições a agir (as condições objetivas para sua transformação). O raciocínio sociológico, sensível às lógicas sociais, presente no indivíduo (neste caso no personagem), dão relevo à verossimilhança da escolha literária de Paulo Honório e, conseqüentemente, à coerência de Graciliano, que fez a escolha de criar Paulo Honório, um personagem-escritor que narra o romance.

Dessa forma, a análise disposicionalista aplicada ao romance ajuda a captar de maneira mais sutil as motivações não conscientes dos personagens construídas pelo romancista. O sociólogo, sensível às marcas sociológicas de uma obra literária, pode fazer aparecer uma dimensão suplementar da obra, observando as qualidades literárias do romance que produzem informações de ordem sociológica.

Conclusão

1. Elementos de abertura

A um leitor desatento desta tese pode parecer estranho o fato de ela não abordar de forma direta e sistemática obras como *Angústia* e *Vidas Secas*, consideradas, junto a *São Bernardo*, trabalhos tidos como primorosos do ponto de vista formal pela crítica. *Angústia*, de maneira ainda mais evidente que *Vidas Secas*, por ter sido escrito em primeira pessoa e por conter claramente aspectos temáticos de construção narrativa como as que destacamos em *Caetés* e *São Bernardo*, “cairia como uma luva” para o estudo de *reflexividade* feito por nós durante a segunda parte deste trabalho.

O leitor atento, porém, deve ter percebido que o processo de elaboração e construção do objeto de estudo seguiu um procedimento específico: através do laborioso exercício, agora praticamente invisível, de investigação dos recortes de jornais presentes nas pastas do AGR, em que se impuseram, pelo volume e pelas marcas sociológicas identificadas, as pastas que recobriam a recepção dos dois primeiros romances de Graciano Ramos. Não nos coube fazer uma análise de *Angústia* pela simples razão, coerente com o nosso propósito, de não termos podido avaliar de maneira sistemática, por questões de tempo geradas pela própria organização dessas pastas no arquivo, o conteúdo completo dos recortes guardados, como fizemos com *Caetés* e *São Bernardo*. Além disso, uma vasta documentação estudada dos recortes teve que ser descartada do corpo do trabalho por razões semelhantes.

Lida dessa forma, a tese articula de maneira coerente o trabalho sociológico de análise dos documentos históricos, sobretudo dos recortes, com um trabalho posterior que se desdobrou, por conta disso, em dois sentidos: a afinação da ideia de sociologia implícita e o diálogo crítico com a crítica literária.

O impacto da relação com AGR pode ser sentido, assim, em toda a estrutura da tese que se modulou em função da perspectiva histórica que foi movida pela análise da documentação sobre *Caetés* e *São Bernardo*.

É importante ressaltar, também, que a análise dos romances foi feita em momentos distintos. O estudo sobre *São Bernardo* realizado através da análise das disposições múltiplas de seus personagens, foi bem anterior ao estudo que fizemos sobre as relações entre biografia sociologicamente enquadrada e a obra mesma. Daí a análise sobre *Caetés*, última a ser realizada no trabalho a partir do ponto de vista cronológico, ter despertado uma sensibilidade mais aguçada e intensa entre vida do escritor e elementos do romance, entrelaçando com mais clareza os aspectos da *reflexividade* de Graciliano, tal como usada por ele na construção da verossimilhança social de seu romance de estreia.

Podemos, assim, por conta disso, agora antever diversas perspectivas de abertura para um trabalho que foi, a nosso entender, em certo sentido, de desbravamento. Desbravamento de uma trajetória e de uma obra que ainda precisam de aprofundamento sociológico, pois o detalhamento e o trabalho de cruzamento de dados históricos podem revelar falsos mistérios que seriam postos em evidência pela multiplicação de análises e informações mais precisas acerca da formação, modos de aprendizado e aquisição do capital cultural de Graciliano Ramos e de sua época.

Outros pontos mereceriam destaque como elemento de abertura deixado pelo trabalho crítico realizado: em contraste com outras análises da obra de Graciliano Ramos, percebemos que a questão da escolha narrativa pode ter forte laço com a trajetória específica do autor lida por um viés sociológico. Como não perceber, por exemplo, que os livros escritos em primeira pessoa foram produzidos em momentos em que o escritor, pelas características por nós assinaladas, não tinha plena confiança em seu talento, também pela falta de reconhecimento ainda não conferido por um processo de legitimação no meio intelectual de sua época?

Por outro lado, como não notar que o primeiro romance a ser escrito em terceira pessoa, *Vidas Secas*, foi também o primeiro a ser escrito após a sua saída da prisão e do processo acelerado de consagração que o autor sofreu com a publicação de *Angústia*, livro publicado durante o cárcere? Pela primeira vez, usando intensivamente do discurso indireto livre, Graciliano se permitiria problematizar a temática da comunicabilidade (já trabalhada de maneira específica nos dois primeiros romances) de seres embrutecidos como Fabiano e Sinhá Vitória: como dar a fala a seres que não detêm as competências para seu uso? É interessante perceber que é o primeiro e último romance de Graciliano que ele escreve como escritor relativamente profissional. Teria sido por isso que ele assume as condições de falar em nome de outros, que ele se *autoriza* a falar sobre esse outro?

São questões a serem trabalhadas em função de análises concretas que consigam articular, sem causar reducionismo ou determinismo de cunho biográfico, o emaranhado de elementos que ajudam a entender a feitura de um texto literário.

Um outro elemento de abertura que nos pareceu fecundo diz respeito a teses mais específicas, de cunho mais delimitado, como o diálogo estabelecido durante toda a tese com a crítica literária.

Ao verificar o uso sistemático por parte de Graciliano Ramos de suas reminiscências de infância e juventude em suas primeiras obras ficcionais, percebemos que também nesse aspecto nossa análise está de alguma forma se contrapondo à análise a nosso ver teleológica realizada por Antonio Candido em *Ficção e Confissão*, quando

defende que Graciliano Ramos faz uma passagem gradual e necessária da ficção em direção ao relato confessional. Nosso argumento parece, nesse sentido, mostrar que Graciliano está o tempo todo, mesmo na sua obra ficcional, se reportando a si mesmo, e isso desde o primeiro romance, o que nos faz pensar uma relação mais complexa do que a de um caminho gradual da obra de ficção até a confissão.

2. A sociologia contra o mistério literário

Esta tese tem um fundamento simples: coloca-se diametralmente, de maneira concreta, a partir de seus procedimentos básicos, sem dúvida imperfeitos e ordinários, contra os preceitos de inexplicabilidade e transcendência contidos em diversas maneiras de lidar com a literatura e os escritores. Percebemos que muito do que existe em certo humanismo torna-se na verdade, um esconderijo perfeito de uma arrogância que se disfarça em culto à literatura.

Daí nossa insistência em elogiar o modo mundano de operar a sociologia. Toda fragilidade que possa ser encontrada nas argumentações decorrentes de nosso estudo, baseadas em técnicas de leitura, em procedimentos analíticos, é, em nosso entendimento, mais perspicaz e produtiva – porque pode gerar mais conhecimento a respeito do objeto na correção das falhas – do que supostos princípios de inexplicabilidade. Tais princípios são geralmente associados a tradições hermenêuticas⁵⁵ nas quais um fenômeno que escapa a tais ou quais esquemas explicativos preconcebidos deve logo ser considerado como algo que não pode ser explicado, o que leva seus intérpretes a “explicá-los” como sendo milagres incógnitos.

O esforço de recuperação do material histórico e biográfico de Graciliano Ramos é o trabalho mesmo da sociologia, que se recusa a aceitar o postulado segundo o qual “é melhor não entender do que procurar entender” as razões devido às quais as coisas são e se apresentam da maneira como as encontramos no mundo social.

55. Basta lembrar, com Bourdieu que a *L'art de comprendre* de um Gadamer, por exemplo, postula um princípio de inexplicabilidade *a priori* da arte que faz o sociólogo francês se perguntar : “ pourquoi tant de critiques, tant d'écrivains, tant de philosophes mettent tant de complaisance à professer que l'expérience de l'oeuvre d'art est ineffable, qu'elle échappe par définition à la connaissance rationnelle; pourquoi ils s'empresent ainsi d'affirmer sans combattre la défaite du savoir ; d'ou leur vient ce besoin si puissant d'abaisser la connaissance rationnelle, cette rage d'affirmer l'irréductibilité de l'oeuvre d'art ou, d'un mot plus approprié, sa transcendance. (BOURDIEU, 1998, p. 11). Bourdieu depois explica as razões pelas quais essas ideias são defendidas: “ pourquoi, en un mot, oppose-t-on une telle *résistance à l'analyse*, sinon parce qu'elle porte aux « créateurs » , et à ceux qui entendent s'identifier à eux par une lecture « créatrice » , la dernière et peut-être la pire des blessures infligées, selon Freud, au narcissisme, après celle que marquent les noms de Copernic, Darwin et Freud lui-même ? ” (BOURDIEU, 1998, p.12)

Que possa parecer a primeira vista de difícil compreensão que em um lugar como Palmeiras dos Índios alguém, ou melhor dizendo, um escritor como Graciliano Ramos possa ter existido, pode até ser, em certo sentido, tido como natural. Parar na suspeita da inexplicabilidade, porém, é um atentado à curiosidade sociológica. Além de poder ser lido, também, como uma atitude passiva em relação à construção das hierarquias culturais construídas sob a hegemonia da cultura clássica europeia. Como explicar o Graciliano Ramos se ele não nasceu em Paris ou Londres? Não, isso não é possível, é intangível. E como explicar o talento de um autor se ele não teve uma sociabilidade intelectual na Inglaterra ou na França?

Nosso argumento mostra, mesmo dentro da precariedade que todo pensamento científico traz consigo, justamente o contrário: o estudo sobre as difíceis condições da prática intelectual de Graciliano Ramos ajuda a entender melhor a construção humana e social operando no processo mesmo de feitura de uma obra e de seu autor.

O nosso foco é muito parecido com a ideia proposta por Elias no seu livro sobre Mozart no que diz respeito ao seu alicerce epistemológico. Segundo essa perspectiva, a sociologia histórica é uma ciência empiricamente fundada. Uma ciência empírica, entretanto, que se realiza por conta de uma indexação específica entre seus conceitos e os contextos dos quais a sociologia quer dar conta.

Adotamos assim uma visão de sociologia baseada na ideia de indexicalidade dos conceitos sociológicos em sentido específico: o de que comparação e análise, as principais ferramentas das ciências sociais, não fornecem mais do que "*um substituto aproximativo do método experimental*", como na ideia de "quase experimento" em Garfinkel – os objetos "experimentáveis" não oferecem possibilidade útil ao tipo de raciocínio da sociologia, como são úteis ao pensamento científico moderno a repetição espontânea e o isolamento de variáveis em laboratório.

Essa perspectiva adotada para este trabalho sobre Graciliano traz consigo um ponto de inflexão no que diz respeito à inteligibilidade própria a ser construída pelas ciências da sociedade e cujo objeto irreduzível não pode ser outro senão o homem social, o indivíduo socializado. Isso significa dizer que as interações ou as interdependências mais abstratas apenas são confirmadas em *situações singulares*, impossíveis de serem decompostas e insubstituíveis *strictu sensu*, como na ideia de Weber de "individualidades históricas". Em outras palavras, existe uma conformação epistemológica na sociologia que é evidenciada pelo fato de as autentificações *científicas* terem sempre um *contexto* que pode ser *designado*, mas não *esgotado*

por uma análise finita das variáveis que o constituem e que permitiriam ponderar “todas as coisas permanecendo iguais por outro caminho”, como acontece nos experimentos científicos em laboratório.

Dizer isso, contudo, não precipita a sociologia no domínio do obscurantismo ou no niilismo irracionalista que pressuporia a singularidade histórica como elemento relevante da preguiça intelectual. Graciliano Ramos é um caso particular de escritor que se inscreve, por conta de regularidades observáveis do ponto de vista sociológico, em um conjunto de variáveis sociologicamente identificáveis, que ajudam a entender melhor o lugar que ele e sua obra ocuparam e ocupam ainda hoje no universo intelectual brasileiro. Esse procedimento concreto de ir em busca dos elementos históricos que materializam a singularidade historicamente construída da trajetória sóciointelectual de Graciliano Ramos é o oposto da vertente que, para fazer uma sociologia a partir das obras, pressupõe, sem qualquer mediação, a homologia entre a sociedade ficcional e a tida como real⁵⁶.

56. É o caso de Sebastião Vila Nova no livro *A realidade Social da Ficção*, quando diz: “ De fato, não pretendemos mais que realizar um exercício de análise sociológica a partir do universo da ficção de uma obra literária. Isto implica que, de antemão, já definimos o universo da pesquisa, ou seja, que não recorreremos a fontes históricas que confirmem ou não a fidedignidade dos dados do romance, enquanto possível retrato de uma dada sociedade – a sociedade de Ilhéus em meados do anos vinte –, embora reconheçamos o caráter necessariamente complementar da obra de ficção como fonte de informação sociológica, em relação a outros tipos de dados já consagrados na pesquisa social.” (VILA NOVA, 2005, p.63).

Excursão⁵⁷

57. Este texto foi inspirado inicialmente em um artigo de Luciano Oliveira, publicado no *blog Que Cazzo!*, no qual o professor faz uma reflexão sobre como sua experiência francesa o havia ajudado a pensar criticamente sua relação com a cultura brasileira. O *link* do *site* se encontra devidamente indicado na bibliografia da tese.

1. Tentativa de auto-análise: voltando à primeira pessoa

Não poderia terminar esta tese sem uma reflexão mais direcionada ao seu contexto de produção e a minha inserção nele. O que busco com isso é mais uma vez a *reflexividade* crítica, coerente com a convicção sociológica de que uma sociologia dos intelectuais séria deve, além de colocar o mundo social em questão, questionar sobre o próprio mundo de produção intelectual, inclusive o de quem produz sobre ele.

2. A antropologia de uma experiência intelectual: do Brasil à França

Comecei a estudar na França em 2001. Saído da graduação de ciências sociais na UFPE, o choque, ao entrar na universidade francesa, foi imenso. Demorei a entender o sistema de organização daquela vida acadêmica. Diferentemente do tipo de organização da maioria dos cursos de Ciências Sociais no Brasil, na França, o curso de sociologia tem autonomia desde seu primeiro ano.

Esse curso era organizado em várias etapas mais ou menos curtas: DEUG (Diplôme d'Études Universitaires Générales), dois anos; Licence, um ano; Maîtrise, um ano; Master, um ano; e Doctorat, três anos. Na verdade peguei um período de transição do sistema universitário francês que implantava medidas para facilitar a equivalência dele com o sistema europeu. Hoje a Maîtrise foi suprimida e faz-se em dois anos o Master. Cada uma dessas etapas foi marcada pela entrega de um diploma que garantia, objetivamente, a possibilidade de candidatar a vagas de trabalho num determinado nível de emprego, tal como acontece com os concursos públicos brasileiros. Na França, porém, o primeiro diploma se adquiria, na época, com apenas dois anos de universidade, sabendo-se que, para exercerem funções no ensino público fundamental e médio, por exemplo, exigia-se no mínimo a Maîtrise para fazer o concurso.

É interessante registrar que entrei já no segundo ano de DEUG porque validei, sem muitas dificuldades, as disciplinas que havia feito na UFPE. É curioso notar como a trama oficial de uma instituição pode ser enganosa: ao lerem-se termo a termo, as formas de organização, comparando-as entre si, percebe-se que o modelo organizacional das universidades brasileira e francesa (no caso, UFPE e Nancy 2 em que primeiro estudei por lá), encontram-se muito mais semelhanças do que elas existem na realidade.

Explico-me: as ementas das disciplinas eram, no que diz respeito aos autores, estranhamente, muito semelhantes às brasileiras. Minha experiência dizia: deve ser porque clássico é clássico. Mas, pouco a pouco, fui notando toda a dinâmica das aulas e os contrastes foram revelando-se. Cursei disciplinas obrigatórias e opcionais. Não mudava muito do que conhecia. Algo, porém, me chamou a atenção quanto aos temas: as obrigatórias eram sociologia geral, estatística, métodos; as opcionais eram sociologia do trabalho, sociologia cognitiva, sociologia das organizações, sociologia da família, sociologia da velhice, etc. As chamadas sociologias específicas eram opcionais, enquanto as gerais, matérias obrigatórias. E, mais importante, os cursos eram divididos também em “aulas magistrais” (sociologias gerais) e “trabalho dirigido” (sociologias específicas e estatística).

3. Aprendendo como os franceses aprendem? Aula magistral e trabalho dirigido

A aula magistral tinha um tom solene. Centrada na competência de expor dos professores, era conduzida sem qualquer tipo de interação entre professor e aluno. Por conta disso, o volume de conteúdo a ser anotado em cada aula era imenso. Geralmente, principalmente no DEUG, as aulas consistiam em grandes sínteses históricas mais ou menos bem feitas (dependia do professor) a respeito de cada disciplina, geral ou específica.

O curso magistral, como era também chamado, era ministrado nos anfiteatros com a presença massiva de alunos (cheguei a ver aula com mais de trezentos estudantes). No anfiteatro, as disciplinas estudadas eram gerais (sociologia geral, por exemplo) e os professores tratavam de expor, de maneira bem simplificada, o pensamento dos clássicos (Weber, Durkheim, Marx, Mauss, Escola de Chicago, um pouco de Merton etc.), como também, no mesmo formato, eram oferecidos cursos de sociologias mais específicas (sociologia do trabalho, por exemplo), que situavam historicamente como esses clássicos fundavam, em determinada especialidade, a perspectiva sociológica.

Os cursos magistrais tinham a função de inculcar nos estudantes iniciantes as perspectivas históricas que fundam o raciocínio sociológico. Tanto é que a maioria deles estava organizada de maneira muito semelhante: todos começavam por uma descrição sobre como um determinado objeto era analisado ou entendido socialmente num dado momento histórico, a seguir passavam por uma contextualização da modernidade e do advento da sociologia a partir das

revoluções industrial e francesa, e concluíam com a especificação sociológica do objeto em questão. Essa especificação podia ser o trabalho, a velhice, a economia etc. e propunha que fosse questionado em que sentido e época esses objetos se tornam sociológicos e por que razão. Esse modelo variava e ganhava ou perdia em sofisticação dependendo do estilo do professor, mas no geral, o esquema tinha tom de ladainha, exceto o das aulas magistrais de estatística que dispensavam a história por serem vistas como assimilação de técnicas de pesquisa. Algo importante, contudo, não pode ser esquecido: as aulas magistrais eram claramente de cultura sociológica, aulas destinadas à memorização do conteúdo tal como ministrado.

4. O trabalho dirigido: o aprendizado da pesquisa é uma prática

As aulas de trabalho dirigido eram aulas de *intépretation de texte*, o *close reading* dos anglossaxônicos. Basicamente treinávamos técnicas e mais técnicas de leitura: a análise estrutural, leitura vertical etc. Tudo isso, a partir de textos escolhidos dos cursos magistrais. Nesses momentos, tínhamos um contato maior com o professor havendo mais interação e diálogo.

É possível com esse tipo de organização o aluno ir fazendo, junto com o aprendizado, uma distinção muito clara entre o procedimento “decoreba” das aulas magistrais e o das técnicas de leitura e pesquisa; dois procedimentos que, apesar de relacionados, tinham dinâmicas bem específicas. Tanto é que a tal distinção está inscrita nas instituições na maneira mesma de dividir o trabalho de ensino.

Outro ponto indica as dinâmicas da pesquisa e da acumulação de cultura: a carga horária de aulas. Na França, o que também tem mudado, essa carga horária era extremamente reduzida se comparada à brasileira. E ela diminuía ainda mais na medida em que se iam cumprindo as etapas. A título de exemplo, no ano em que cursei meu Master, eu tinha apenas duas aulas por semana, com 4 horas de duração cada, e isso durante um semestre. No segundo semestre não havia aulas e o aluno dedicava o seu tempo aos seminários de pesquisa e ao próprio trabalho.

5. Práticas dos estudantes

Foi muito esquisito no início ver a aplicação com que a maioria dos estudantes simplesmente anotava tudo o que era dito nas aulas. Anotação dos cursos, ou seja, transcrever quase que, palavra por palavra, tudo que o professor diz parecia para mim coisa de copista da Idade Média. Mas a transcrição é uma verdadeira instituição escolar *à part entière* na França.

Para que as notas sejam bem registradas, existem inúmeras técnicas de abreviação de ideias, palavras e até de frases inteiras. Todos assimilavam ou já deviam ter assimilado essas abreviações na escola francesa. Elas funcionam, quando bem feitas, como exercício para articulação lógica do pensamento. Mas, para um brasileiro que estudou em escola de classe média, acostumado a assistir à aula ouvindo, sem escrever absolutamente nada, tentando apenas entender o que o professor estava dizendo, era uma grande surpresa rever coisas do “arco da velha” sendo consideradas importantes.

Existe, contudo, justificativa para esse procedimento. É que os professores elaboram provas que avaliam, na verdade, “maneiras de transcrever o que se falou durante o curso”. O que não deixa de ser justo em certo sentido, na medida em que de fato o aluno subentende, quase sempre, que está numa situação de avaliação escolar, que o que está sendo avaliado é o conteúdo assimilado *durante* o curso oferecido. E, falando-se em justiça, era garantido o anonimato das provas, identificadas apenas com número de matrícula. Assim, o professor não avalia a partir de critérios pessoais de um aluno uma prova. Isso também eu desconhecia até então.

Um último elemento é marcante na formação francesa: a presença desse pressuposto pouco didático muito forte no ambiente universitário francês que, ao meu ver, se traduz na fórmula mesma da aula magistral, caracterizada pela distância entre o professor e o aluno e marcada pela fragilidade de uma relação pedagógica instaurada sob premissa de que os “alunos devem alcançar a seu custo o nível dos professores e não o contrário”. Isso faz com que, muitas vezes, pouco ou nenhum esforço seja feito por parte dos mestres para que se extraia das diversas “maneiras de dizer a mesma coisa” uma que funcione, como quer a pedagogia, para facilitar a entrada dos alunos naquele universo árido da sua disciplina específica.

6. Sociologias francesas: campo intelectual visto por um estudante brasileiro

Na França estudei em várias universidades, em diferentes cidades, situadas em diferentes regiões do país. Para mim, estava num lugar de gigantes: a terra de Durkheim, Bataille, Bourdieu, Aron, Sartre, Koyré, Lévis-Straus etc., a lista não tem fim. Do deslumbramento inicial, permeado por imaturidade intelectual, fui percebendo que cada universidade em que estudei tinha uma linha, uma perspectiva dominante tal qual as outras. Podia-se, então, acomodar-se a linha ou resistir a ela. Assim, a cada geração de intelectuais franceses, encontram-se representantes de um pensamento que se tornou *necessário*.

Isso me levou a seguinte questão: como é possível que, mesmo com a superioridade econômica e de produção das universidades americanas, dos EUA ao Brasil, se encontrem essas leituras francesas que se tornaram obrigatórias, em vários sentidos, porque instauraram novos ângulos, novos paradigmas providos de força e autonomia para emanar ao sistema mais geral de produção intelectual referências sem as quais um trabalho estaria “incompleto”? Pensava nos padrões que havia assimilado no Brasil e em perguntas como: “por que você não usa Foucault?”, ou, “você sabia que Derrida desconstruiu isso que você está dizendo quando...?”.

Confesso que, mais do que os autores foram as instituições que deram suporte para responder as perguntas que me fazia sobre as diferenças entre as perspectivas da sociologia que até então eu conhecia. Apesar da diversidade de linhas teóricas e de pesquisa, não há como não notar uma forte estabilidade dada pela estrutura geral da educação universitária francesa. Estudei, por exemplo, em três cidades diferentes, em três universidades: Nancy, Montpellier e Lyon. As três universidades são bem diferentes entre si quanto às teorias sociológicas predominantes, mas todas elas trabalham naquele esquema das aulas magistrais e trabalhos dirigidos, efetuando, assim, cada uma delas dentro de seu filtro específico, a distinção entre acumulação e produção de conhecimento sociológico.

Em Nancy, por exemplo, o foco predominante era sociologia do trabalho. Existiam dois grupos que disputavam espaço e poder dentro da universidade e essa disputa também se traduzia nas opções intelectuais, expressas por afinidades ou contrastes com ideias já firmadas dentro universo acadêmico conhecido: de um lado, *grosso modo*, tinha-se uma corrente que se identificava com a tradição durkheimiana orientada pelo viés histórico, como a trazida pela obra de Pierre Bourdieu; do outro, havia um grupo que se identificava, de maneira mais ou menos explícita, com a orientação de trabalho do individualismo metodológico cujo mais alto representante francês era, naquele momento, Raymond Boudon e cuja filiação na tradição francesa se dava por meio do vínculo e imbricação daquele pensamento com a filosofia da liberdade de Sartre.

Já em Montpellier a grande influência era a de Michel Marfessolli. A assimilação dos dois grandes expoentes da sociologia francesa (Boudon e Bourdieu) se dava de maneira completamente diferente da de Nancy. Os dois sociólogos eram lidos como representantes nefastos de uma ciência racionalista, positivista, empiricista etc. Tive professores como Jean-Marie Brohm, de uma erudição enorme e de uma impressionante cultura filosófica, que pautava seus trabalhos nas referências da fenomenologia, da psicanálise, do marxismo (esse tipo de salada, feita

pela sobreposição do viés filosófico sobre a sociologia, só tinha espaço lá, em Montpellier).

Percebi, assim, que, apesar de toda a diferença entre uma e outra universidade, existia uma espécie de coeficiente mínimo comum, um denominador mínimo comum que fazia da sociologia uma disciplina a ser ensinada *da mesma maneira* nas diversas universidades. Assisti, conforme dito acima, a aulas de estatística em Montpellier, e os professores, apesar de defenderem aquela “filosofização” da sociologia, ensinavam os procedimentos técnicos de análise que hoje fazem parte do patrimônio comum da disciplina.

Lyon já era uma universidade maior. Encontrei um grupo forte trabalhando com sociologia da socialização, o GRS (Groupe de Recherche sur la socialisation). O grupo era animado e dirigido pelo sociólogo Bernard Lahire que se autointitula um bourdieusiano heterodoxo em contraposição a bourdieusianos parisienses, como Louis Pinto. Na universidade de Lyon, no GRS, defini as linhas de trabalho e o enquadramento teórico-metodológico que guiaram o trabalho desta tese. A universidade também era bem diversa das outras duas e encontrei, pela primeira vez, um grupo de pesquisa que trabalhava com a sociologia das ciências, inspirada na obra de Bruno Latour.

7. Fazer sociologia no Brasil depois da experiência francesa

Minha formação na França durou seis anos mais ou menos. Voltei para cursar um doutorado na UFPE em 2006 sobre Graciliano Ramos. Percebi que todo o esforço de assimilação que fiz para entrar no universo francês, mais concretamente para adaptar-me à cultura e às práticas intelectuais francesas, causou um grande impacto que terminou por interferir nas posições intelectuais defendidas nesta tese.

O estranhamento do retorno se deu de maneira muito intensa e forte nos primeiros momentos. Jovem, empolgado com as práticas e técnicas de análise sociológicas adquiridas, voltei querendo desbravar sociologicamente o Recife, mas encontrei um ambiente intelectual que julguei extremamente avesso ao trabalho empírico da sociologia (que através das leituras de Bourdieu, Passeron, Hoggart, Lepenies, Lahire, entre outros, eu havia aprendido a gostar e querer fazer). Senti-me por isso isolado, apesar de ter sido acolhido com entusiasmo pelos professores e orientadores. As práticas de produção brasileiras me pareceram ancoradas muito fortemente numa perspectiva que não distinguia com devida ênfase o trabalho de acumulação do saber do de produção de conhecimento através da pesquisa: base forte de minha formação francesa. Assim, convivi com a angústia da volta.

Isso porque percebia como uma grande contradição ser avaliado no processo de entrada do doutorado por um projeto de pesquisa e passar um ano inteiro dedicado a disciplinas teóricas, revivendo um processo reflexivo que ancora seu procedimento na acumulação de cultura sociológica de maneira completamente apartada do universo da pesquisa. A visão de sociologia se dá diante da ideia segundo a qual seremos doutores em sociologia e não em nossos projetos de pesquisa, o que é uma visão legítima da sociologia vista como acumulação de cultura sociológica.

Para mim, já acostumado com uma crítica reflexiva das práticas acadêmicas, assimilada sobretudo a partir dos trabalhos sobre a escola e instituições de ensino de Bourdieu, a separação entre teoria e prática de pesquisa parece extremamente nociva à sociologia porque produz trabalhos, quando empíricos, vazios de propósito sociológico propriamente dito (são muitas vezes mera sociografia em linguagem estatística formulada nas tabelas do SPSS). Quando teóricos, são apenas isso, ou seja, são teóricos em demasia, o que os transforma, em síntese, em sua grande maioria, na generalização precoce de explicações que ainda não se submeteram à prova em contextos como o do Nordeste brasileiro. O que ocorre nesses casos é a imputação da explicabilidade formal da teoria a um contexto exógeno ao de sua aplicação inicial (quando a pesquisa tenta falar sobre objetos concretos). Isso implica, na maioria das vezes, num reforço à situação de colonialismo intelectual devido ao qual nos submetemos, de muito bom grado, aos grandes centros de produção acadêmica.

Nesse sentido, a quase absoluta falta de disciplinas que estudem, digamos assim, a tradição sociológica brasileira e os problemas específicos que um sociólogo precisa enfrentar aqui na periferia (também do Brasil) para produzir conhecimento válido a respeito do mundo social é responsável pelo estranhamento antropológico. Também na crítica mesma, por conta da postura de inquirir o mundo social sem nele querer “tocar”, jogando conceitos de lá para cá e de cá para lá, não há a responsabilidade de construir interpretações válidas a partir de fatos sociais verificáveis do ponto de vista de “experimentação empírica”, ou seja, de dados que possam ser analisados de maneira independente do ponto de vista que vai analisá-los.

Ao voltar para o Brasil, foi na perspectiva de busca científica que quis trabalhar, uma perspectiva a partir da qual a sociologia elabora suas teses para serem refutadas e/ou validadas. Isso estava de acordo com tudo aquilo que pude aprender durante minha formação. Na verdade, não consigo identificar outra forma de validar ideias de maneira tida minimamente como científica. E a julgo razoável porque, apesar dela, não creio ser preciso entrar numa corrida tresloucada em busca por

uma cientificidade popperiana, ou de coisas dessa natureza, para afirmar o valor científico, o rigor de conhecimento da sociologia. Mesmo que admitamos que sociologia não é uma ciência como as outras o são – o que julgo questionável –, o seu propósito híbrido da construção da episteme sociológica admite um espaço assertivo mais ameno, em que a ideia de verificação anda de mãos dadas com a certeza de que a linguagem sociológica só caminha para frente diante do arbítrio que representa a interpretação em linguagem corrente, ou seja, fora do jargão mais formalizado, por exemplo, da estatística, usada pelos sociólogos como ferramenta.

Em outras palavras: o peso histórico dos conceitos é parte da construção do saber sociológico. Dessa forma, Florestan Fernandes, por exemplo, produz conhecimento propriamente sociológico ao usar conceitos que descrevem a realidade europeia (revolução, burguesia), mas que, ao tentarem dar conta da especificidade do contexto brasileiro, retocam a semântica das palavras-conceito. A burguesia brasileira tinha traços característicos que produziram uma revolução diferente. É o contraste que produz a necessidade de ter que falar de uma burguesia não burguesa, de uma revolução não revolucionária. Uma comparação pela negação que acaba por ajudar a caracterizar, em muitos sentidos, os elementos específicos retidos para construção sociológica que capta de maneira inteligível o real. Eis a principal razão pela qual o método comparativo parece ser o método por excelência para as ciências sociais.

Não é por outra razão que se tona importante para o sociólogo, mais do que para o físico, que pode esquecer seus clássicos, o diálogo com a tradição. Não é por conta do argumento da autoridade, como alguns gostam de insinuar com más e diversas razões. É que o conhecimento dos clássicos permite um controle mais consciente das alterações semânticas já realizadas para dar conta de contextos distintos. Assim, é pelo domínio das etapas que levaram à transformação do conceito, que o sociólogo enfrenta, com mais propriedade, as demandas por novas transformações e reformulações conceituais, necessárias para dar conta de realidades cada vez mais específicas. O sociólogo que conhece sua tradição usa os elementos dos conceitos já autorizados, já experimentados e funcionais, para produzir a autoridade de seu novo argumento, sem recair na lógica do argumento de autoridade.

Fui ao IEB com tudo isso em mente e de lá tentei tirar uma interpretação sociológica com substância e, através da análise de documentos, apoiada em considerações teóricas de cunho abrangente, dialogando criticamente com a crítica literária, com a sociologia da literatura, um pouco com a sociologia do trabalho e com a história da literatura e das ciências sociais, produzi este estudo sobre obra e vida de Graciliano Ramos.

Talvez não fosse possível entender bem a radicalidade de certos propósitos defendidos durante esta tese sem ter em mente esse esforço de reaclimação ao ambiente intelectual brasileiro. Penso isso e lembro a apresentação de parte deste trabalho no GT de pensamento social da ANPOCS em 2009, quando recebi uma crítica de fato pertinente do professor Antonio Dimas que reconheceu certo “ímpeto juvenil” justamente nessa minha maneira por demais enfática de afirmar uma sociologia. Não o renego em absoluto. A sociologia da literatura tem tido medo de ser sociológica no Brasil e fora (no sentido por mim defendido), apesar de esforços importantes – como o trabalho de Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Bernard Lahire, e, no Brasil, empreitadas como a de Sergio Miceli – representarem bem, a meu ver, a ciência da sociedade em matéria de arte.

Essas declarações não devem ser entendidas como uma avaliação negativa da volta ao ambiente intelectual brasileiro, como se ela tivesse sido nociva ao trabalho. Pelo contrário, acredito que foi pelo estranhamento que pude descobrir empiricamente o significado profundo do que são as chamadas condições sociais (materiais e simbólicas) de produção do conhecimento sociológico em Pernambuco. Sem essa experiência tenho a impressão de que minha sociologia seria uma espécie de paisagismo exótico do Brasil para francês ver. Sei que hoje as relações de dominação intelectuais são bem mais complexas do que a simples ideia de colonialismo cultural poderia dar conta, mas, sendo colonialismo cultural ou outro nome que se queira dar, parece-me claro o quanto precisamos percorrer para nos livrar de algumas práticas a fim de obtermos mais autonomia (para sociologia no Brasil). É isso, em todo caso, que meu estranhamento diz.

Bibliografia

Livros de Graciliano Ramos

RAMOS, G. Cartas. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982.

_____ São Bernardo. Paris: Gallimard, 1986.

_____ São Bernardo. 63. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995a.

_____ Infância. Rio de Janeiro: Record, 1995b.

_____ Alexandro e Outros Herois. 43. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002a.

_____ Caetés. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002b.

_____ Memórias do Cárcere. v.1 e v.2. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002c.

_____ Viagem: Tchequo-Eslováquia – URSS. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002d.

_____ Insônia. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____ Linhas tortas. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____ Angústia. 63. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008a.

_____ Vidas Secas. 108. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b.

Arquivo *Graciliano Ramos*

PASTA 1. Fortuna crítica: Homenagens aos 50 e 60 anos de Graciliano Ramos.

PASTA 3. Caetés: matérias extraídas de periódicos.

PASTA 5. São Bernardo: matérias extraídas de periódicos.

PASTA 6: Fortuna crítica: filme São Bernardo.

PASTA 8: Fortuna crítica: Vidas Secas e produção do autor.

PASTA 13: Fortuna crítica: Memórias do cárcere.

Obras em geral

ARRUDA, M. A. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'Escola Paulista'. In : MICELI, S. (org) História das Ciências Sociais no Brasil, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995. p. 107 – 231.

ARRUDA, M. A.; GARCIA, S. G. Florestan Fernandes, mestre da sociologia moderna. Brasília: Paralelo 15, 2003.

BAKHTIN, M. La Poétique de Dostoïevski. Paris: Seuil, 1970.

BANDIER, N. Sociologie du surréalisme. Paris: La Dispute, 1999.

- BASTOS, E. R. et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- BECKER, H. *Comment parler de la société: artistes, écrivains, chercheurs et représentations sociales*. Paris : La Découverte, 2009.
- BOLTANSKY, L. *L'amour et la justice comme compétence : trois essais de sociologie de l'action*. Paris : Métailié, 1990.
- BOSI, A. *Céu, inferno*. São Paulo: Atica, 1988.
- _____ *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris : Éditions de Minuit, 1979.
- _____ *Le sens pratique*. Paris : Éditions de Minuit, 1980.
- _____ *Homo academicus*. Paris : Éditions de Minuit, 1984.
- _____ *Les règles de l'art: Genèse et structure du champ littéraire*. 2. ed. Paris: Seuil, 1988.
- _____ *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Éditions de Minuit, 1989.
- _____ *Méditations pascaliennes*. 2. ed. Paris : Seuil, 2003.
- _____ *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'agir, 2004.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, P.; PASSERON J.C. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- BRAYNER, S. (org.) *Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira / MEC, v.2 Coleção Fortuna Crítica, 1977.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil : 1900*. 4. ed. Rio de Janeiro : José Olímpio, 2004.
- BROWN, R. *Clefs pour une poétique de la sociologie*. Paris: Acte Sud, 1989.
- BRUNACCI, M. I. *Graciliano Ramos: um escritor personagem*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.
- BUENO, L. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CANDIDO, A. *Ficção e confissão: Ensaio sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- _____ *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. Ed. São Paulo: Queroz Editor, 2000a.

_____ Formação da literatura brasileira. v. 1 e 2. 9. ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000b.

_____ Recortes. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CASTRO ROCHA, J. C. Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: eduerj, 1998.

_____ Ensaios e revisões. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

CHALHOUB, S. Machado de Assis: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHAMBOREDON, J. C. Production symbolique et formes sociales: de la sociologie de l'art et de la littérature à la sociologie de la culture. Revue française de sociologie, Paris, n° XXVII, p. 505-529, 1986.

CHAMPAGNE, P., CHRISTIN, O. Mouvements d'une pensée : Pierre Bourdieu. Paris : Bordas, 2004.

COSTA LIMA, L. Por que literatura. Petrópoles: Vozes, 1969.

_____ O controle do imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

_____ Trilogia do controle: o controle do imaginário, sociedade e discurso ficcional, o fingidor e o censor. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

DUBET, F. Sociologie de l'expérience. Paris: Seuil, 1994.

DUBOIS, J. Les romanciers du réel: de Balzac à Simenon. Paris: Seuil, 2000.

DUPONT, F. L'intervention de la littérature: de l'ivresse grecque au texte latin. Paris: La Découverte, 1994.

DURKHEIM, E. De la division du travail social. 8. ed. Paris : PUF, 1967a.

_____ Les règles de la méthode sociologique. Paris: PUF, 1967b.

ELIAS, N. Mozart: sociologie d'un génie. Paris: Seuil, 1991.

FABIANI, J. L. (org). Le goût de l'enquête. Paris: l'Harmattan, 2001.

FAORO, R. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, S. G. Destino Ímpar: Sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002.

GIL, F. C. (org.) Dossiê Antonio Candido. Revista Letras, Curitiba, n° 74, jan./abril 2008.

GIMENEZ, E. T. Caetés: nossa gente é sem herói. Revista IEB, São Paulo: Editora 34, n° 47, p. 161-181, setembro 2008.

GIRARD, R. Mensonge romantique et vérité romanesque. Paris: Grasset, 1961.

- GLEDSON, J. Machado de Assis: ficção e história. 2. ed. São Paulo: Pais e Terra, 2003.
- GOLDMANN, L. Pour une sociologie du roman. Paris : Gallimard, 1964.
- GRAVITZ, M. Méthodes des sciences sociales, Paris: Dalloz, 1996.
- GUIMARÃES, H. De S. Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo: edusp, 2004.
- GUYAU, J. M. A Arte do ponto de vista sociológico. São Paulo : Martins Fontes, 2009.
- HAUSER, A. Histoire sociale de l'art et de la littérature. Paris : PUF, 2004.
- HEILBRON, J. Naissance de la sociologie. Marseille : Agone, 1990.
- HEINICH, N. Ce que l'art fait à la sociologie, Paris: Éditions de Minuit, 1998.
- _____ Être écrivain. Paris : La Découverte, 1999a.
- _____ L'épreuve de la grandeur : prix littéraire et reconnaissance. Paris : La Découverte, 1999b.
- _____ L'élite artiste: excellence et singularité en régime démocratique. Paris: Gallimard, 2005.
- HOGGART, R. La culture du pauvre. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- JACKSON, L. C. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940 – 1965). Revista Tempo social, São Paulo, v. 16, n° 1, p. 263 – 283, julho 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-20702004000100013>. Acesso em: 2007.
- _____ Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). Revista brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 22, n°65, p. 33-163, outubro 2007.
- KARPA-WILSON, S. The Ethical Self in Graciliano Ramos's Infância. Luso-Brazilian Review, Madison, University of Wisconsin, v. 42 n° 1, p. 154 – 178, 2005. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/search/results?search_id=1840050775&action=reload>. Acesso em: 2007.
- LAHIRE, B. L'homme pluriel : les ressorts de l'action. 2. ed. Paris : Nathan, 2001.
- LAHIRE, B. Portraits sociologiques: dispositions et variations individuelles. Paris : Nathan, 2002.
- _____ La culture des individus : dissonances culturelles et distinction de soi. Paris : La Découverte, 2004.
- _____ L'esprit sociologique. Paris : La Découverte, 2005.
- _____ La condition littéraire: la double vie des écrivains. Paris: La Découverte, 2006.

_____ Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire. Paris: La Découverte, 2010.

LAPLANTINE, F. Identité analysées et identités racontées: rationalité anthropologique et narrativité romanesque dans la société brésilienne. Récit et connaissance. Lyon: PUL, 1998.

LEBENSZTAYN, I. Graciliano Ramos e a Novidade: o astônomo do inferno e os meninos impossíveis. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24112009-160650/>>. Acesso em: 2010.

LEPENIES, W. Les trois cultures: entre science et littérature l'avènement de la sociologie. Paris: Maison des sciences de l'Homme, 1990.

LIMA, Y.; REIS, Z. C. Catálogos de manuscritos do arquivo Graciliano Ramos. São Paulo: edusp, 1992.

LUKÁCS, G. La théorie du roman. Paris : Denoël, 1968.

MANNHEIN, K. Sociologia da cultura. 2. ed. São Paulo: Prespectiva, 2004.

MARX, K.; ENGLES, F. A ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1982.

MEIZOZ, J. Ramuz: um passager clandestin des Lettres Françaises. Genève: Zoé, 1997.

MICELI, S. Intelectuais à brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a.

MICELI, S. (org.). História das ciências sociais no Brasil. v. 2. São Paulo: Sumaré, 2001b.

_____ História das ciências sociais no Brasil. v. 1. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001c.

MIRANDA, W. M. Corpos escritos. São Paulo: UFMG, 1992.

MORAES, D. O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.

MORETTI, F. A literatura vista de longe. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2008.

OLIVEIRA, L. Brasil via Paris: descobertas de um estudante brasileiro no país dos bricoleurs. Blog Que cazzo é esse?, disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com/2008/09/brasil-via-paris-descobertas-de-um.html>

PASSERON, J. C. Le raisonnement sociologique: un espace non poppérien de l'argumentation. Paris: Albin Michel, 2006.

PEIRANO, M. Uma Antropologia no Plural. Brasília: Editora da UNB, 1991.

PEIXOTO, F. Diálogos Brasileiros. São Paulo: Edusp, 2000.

PIZARRO, A. (org.) América Latina: Palavra, Literatura e Cultura, v. 2. São Paulo: Fundação Memorial de América Latina, 1994.

- PONTES, H. Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo 1940-1968. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PULICI, C. Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: edusp, 2008.
- RAMASSOTE, R. M. A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978). Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2006.
- RAMOS, J. Desencuentros de la Modernidad en América Latina: Literatura y política en el siglo XIX. 2. ed. México: Fondo de cultura económica, 2003.
- RIBEIRO, D. Manuel Bonfim, antropólogo. Revista do Brasil. Rio de Janeiro : Secretaria de Ciência e Cultura, ano 1, nº2, 1984.
- ROMERO, S. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro : Imago, 2001.
- SANTIAGO, S. (org.). Intérpretes do Brasil, v. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- _____ Intérpretes do Brasil, v. 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- _____ (org.) Intérpretes do Brasil, v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- SANTOS, R. Literatura em Fragmentos: história, política e sociedade nas crônicas de Graciliano Ramos. Tese de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000388699>>. Acesso em: 2009.
- SCHWARZ, R. O pai de família e outros estudos. 2. ed. Rio de Janeiro: Pais e Terra, 1978.
- _____ Sequências brasileiras: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____ Ao vencedor as batatas. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.
- SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SILVA, J.P L. F. Graciliano Ramos, disponível em: <http://jampa.no-ip.org/>
- SILVA, J. P. L. F. La “Padaria Espiritual”: L’ethos cordial au Brésil comme dilemme réflexif du rapport entre habitus et champ. Dissertação de Master II. Lyon II, França, 2005.
- _____ Graciliano Ramos: les rapports entre sociologie et littérature. Dissertação de Maîtrise. Lyon II, França, 2004.
- SILVA, M. C. Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000315821>>. Acesso em: 2008.
- SILVA, S. A. Papel, penas e tinta: a memória da escrita em Graciliano Ramos. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ALDR-6SQHRN/1/tese_serjio_antonio_silva.pdf>. Acesso em: 2008.

TADIÉ, J-Y. La critique littéraire au XXème siècle. Paris : Pocket, 1987.

TORRES, L. B.; BARROS, I. Roteiro sentimental de Graciliano Ramos em Palmeiras dos Índios. Palmeira dos Índios, 1992.

VIALA, A. Naissance de l'écrivain. Paris: Éditions de Minuit, 1985.

VILA NOVA, S. A realidade social da ficção. Recife: Edidora Massangana, 2005.

WAIZBORT, L. A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

WEBER, M. Le savant et le politique. Paris : Union Générale d'Éditions, 1963.

_____ L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme. Paris : Plon, 1964.

_____ Essai sur la théorie de la science. Paris : Plon, 1965.

Anexos

Anexo 1: Tabela retirada do livro *Intelectuais à Brasileira* de Sergio Miceli. Nela observamos a relação entre as características da socialização primária e as escolhas dos escritores em suas trajetórias intelectuais.

QUADRO 1 — TRUNFOS, HANDICAPS E CARREIRAS									
ESCRITORES	Data e lugar de nascimento	Profissão do pai	Dilatação social dos pais	Esquemas	Gestão da capital de relações sociais	Posição na família e carreira dos irmãos	Curso superior	Carreira	Tipo de produção
Humberto de Campos Várias	1886, Miritiba (Marambão)	Comerciante	Órfão de pai aos seis anos. Pai pouco aos dezesseis anos.	Mulato, feio	Trabalho de costura da mãe	Primogênito do segundo casamento do pai, único filho homem	Sem diploma universitário	Batista de armazém, jornalista em Belém e no Rio, deputado, funcionário público	Crônicas, poesia, contos, crítica literária, folhetins, comentários políticos, humor, memórias
Alonso Henriques de Lima Barreto	1881, Rio de Janeiro	Tipógrafo	Órfão de mãe aos seis anos. Pai pouco aos dezesseis anos.	Mulato, alcoolatra, alucinações, internamentos	Padrinho ministro	Primogênito de quatro filhos, um irmão guarda-civil, um irmão condutor de bondes	Engenharia, interrompido no último ano	Pequeno funcionário na Secretaria da Guerra, jornalista, professor particular	Romances, contos, folhetim, crônicas, escritos políticos
Jônatas Archanjo da Silveira Serrano	1885, Rio de Janeiro	Capitão-de-mar-e-guerra, senador	Órfão de pais aos sete anos	Doentio, frágil, franzino	Criado pela mãe e pela avó materna	Filho único	Direito	Professor de Escola Normal, professor universitário, diretor de Escola Normal, diretor de várias organizações católicas, cargos públicos	Manuais de história, diário, conto, poesia, ensaios, romances, biografias, obras de proselitismo católico
Hermes Fiore Bartolomeu Martins de Azeijo Fontes	1888, Sergipe	Lavrador, oficial da Guarda Nacional	Órfão de mãe já rapaz, aos dezesseis anos	Mulato, surdo, gago, feio	Apoio irregular do irmão mais velho e de benfeitores; padrinho senador	Décimo segundo, filho numa prole de quinze irmãos — oficial, músico, pequeno funcionário etc.	Sem diploma universitário	Pequeno funcionário dos Correios, jornalista, poeta	Poesia, crônicas, letras de canções, anúncios
Vivaldo Coaracy	1882, Rio de Janeiro	Jornalista, dramaturgo, tradutor, crítico teatral	Órfão de pai e mãe aos dez anos	Nenhum	Seu tutor era professor da Escola Politécnica	Filho único	Escola Militar, eletrônica	Jornalista, professor particular, professor no curso de eletrônica e engenharia, gerente em empresa privada	Romances, escritos políticos, obras técnicas, históricas, memórias
Manuel Carneiro de Souza Bandeira	1886, Recife (Pernambuco)	Engenheiro	Tuberculoso aos dezesseis anos	Tuberculoso aos dezesseis anos		Primogênito de três filhos	Arquitetura, interrompido no primeiro ano	Viveu de rendas familiares e de pequenos trabalhos e encomendas literárias, professor universitário, funções públicas	Poesia, crítica, antologias, manuais de história literária, traduções
Paulo Setúbal	1893, Tatui (São Paulo)	Comerciante	Órfão de pai aos quatro anos	Tuberculoso aos dezesseis anos	Trabalho de costura da mãe	Segundo filho homem; irmão advogado	Direito	Professor secundário em um seminário e em uma escola de ensino primário; publico, escritório de advocacia	Romances históricos, poesia, teatro, ensaios cívicos
Gilberto de Lima Azevedo Souza Ferreira Amado de Faria	1887, Estância (Sergipe)	Comerciante	Falência econômica do pai	Gago	Pai prefeito da cidade e membro militante de uma facção oligárquica	Primogênito de onze filhos, irmãos médicos, advogados, professores, funcionários	Farmácia, direito	Jornalista, professor de direito comercial em Recife, jornalista político no Rio de Janeiro, deputado federal, senador, diplomata	Ensaio social e políticos, romances, poesia, crônicas, memórias, discursos
José Maria Bello	1885, Barreiros (Pernambuco)	Senhor de engenho	Falência econômica do pai	Doentio, frágil	Pai membro militante de uma facção oligárquica	Primogênito de dez filhos	Direito	Funcionário na Biblioteca Nacional e debates na Assembleia Nacional Constituinte, político, alto funcionário, deputado, senador, governador eleito e reconhecido, não tomou posse, devido à Revolução de 30.	Crítica literária, ensaios sociais, romances, obras históricas, diário
TENENTES									
Agildo da Gama Barata Ribeiro	1905, Rio de Janeiro (RJ)	Tenente da Marinha Imperial, engenheiro naval	Órfão de pai aos sete meses e de mãe aos quinze anos	Nenhum	Ajuiz particulares e outros negócios da mãe (costura e doces) e do pai (peleiro, irmão e padrinho médico)	Segundo filho do segundo casamento do pai (cinco meios-irmãos)	Escolas militares do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro (Realengo)	Militar	Memórias
Juarez Nascimento Fernandez Távora	1898, Jaguaribe Mirim (Ceará)	Pequeno proprietário de terras	Nenhum	Nenhum	Beisário Távora, tio materno, foi chefe de polícia no Distrito Federal (gestão Hermes da Fonseca, 1910-4)	Caçula de quinze filhos; irmãos engenheiros, capitão médico, funcionário dos Correios	Escola Politécnica, interrompida; Escola Militar do Rio de Janeiro (Realengo)	Militar, "vice-rei" do Nordeste no início do período Vargas (mais tarde, ministro e candidato à Presidência da República)	Escritos políticos e econômicos, memórias
João Alirto Lins de Barros	1897, Recife (Pernambuco)	Professor secundário de matemática	Falência material; órfão de pai	Nenhum	Mãe professora primária	Tercio filho do segundo casamento do pai (cinco meios-irmãos e nove irmãos)	Escola Politécnica, interrompida; Escola Militar do Rio de Janeiro (Realengo)	Militar, interventor de São Paulo durante o período Vargas etc.	Memórias
Luís Carlos Prestes	1898, Poço Alegre (Rio Grande do Sul)	Militar de carreira (capitão-engenheiro)	Falência material; órfão de pai	Nenhum		Único filho homem; quatro irmãos	Escola Militar do Realengo	Militar, militante político (oca)	Escritos políticos

Anexo 2: Foto

Foto: acervo de CLARA RAMOS, fotografada por WALTER FIRMO.



O grande jantar em homenagem aos cinquenta anos de Graciliano, no restaurante Lido, em 1942.

Anexo 3: Foto

acervo de CLARA RAMOS, fotografada por WALTER FIRMO.



Graciliano e o amigo José Lins do Rego: celebridades da roda literária da Livraria José Olympio.

Anexo 4: Bibliografia sobre Graciliano Ramos levantada por Wander Melho Miranada

Livros, dissertações, teses e artigos de periódicos

ABDLA JÚNIOR, Benjamin. A escrita neo-realista: análise sócio-estilística dos romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1981. Xii, 127p. Bibliografia: p. [120]-127(Ensaio, 73).

ABEL, Carlos Alberto dos Santos. Graciliano Ramos, cidadão e artista. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. 357f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ABEL, Carlos Alberto dos Santos, Graciliano Ramos, cidadão e artista. Brasília, DF: Editora UNB, c 1997. 384p.[375]-384.

ABREU, Carmem Lucia Borges de. Tipos e valores do discurso citado em *Angústia*. Niterói: UFF, 1977.148 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

ALENCAR, Ubireval (Org.). Motivos de um centenário: palestras – programação centenária em Alagoas – convidados do simpósio internacional. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas: Instituto Arnon de Mello: Estado de Alagoas, Secretaria de Comunicação Social, 1992.35 p. Il.

ANDREOLI-RALLE, Elena. Regards sur la littérature brésilienne. Besançon : Faculté des Lettres et Sciences Humaines ; Paris : Diffusion, Les Belles Lettres, 1993. 136 p., il. (Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 492.) Inclui bibliografia.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. O absurdo na obra de Graciliano Ramos, ou, de como um marxista virou existencialista. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1981. 198 p.

BARBOSA, Sonia Monnerat. Edição crítica de *Angústia* de Graciliano Ramos. Niterói: UFF, 1977.2v. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

BASTOS, Hermenegildo. Memórias do cárcere, literatura e testemunho. Brasília: Editora UNB, c 1998. 169 p. [163]- 169.

BASTOS, Hermenegildo. Relíquias de la casa nueva. La narrativa Latinoamericana: El eje Graciliano-Rulfo. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005. Centro Coordinador Fifusor de Estudios Latinoamericanos. Traducción de Antelma Cisneros. 160 p. Inclui bibliografia.

BISETTO, Carmen Luc. Étude quantitative du style de Graciliano Ramos dans *Infância*. [S.l.], [s.n.]:1976.

BOSI, Alfredo. História Concisa da literatura brasileira. 32ª edição. Editora Cultrix, São Paulo: 1994. 528 p. Graciliano Ramos. p. 400-404. Inclui bibliografia.

BRASIL, Francisco de Assis Almeida. Graciliano Ramos: ensaio. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1969. 160 p., il. Bibliografia: p.153-156. Inclui índice.

BRAYNER, Sônia. Graciliano Ramos: coletânea. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.316 p. (Coleção Fortuna Crítica).

BRUNNACI, Maria Izabel. Graciliano Ramos: um escritor personagem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Crítica e interpretação. 190 p. Inclui bibliografia.

BUENO, Luís. Uma história do romance de 30. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006. 712 p. Graciliano Ramos p. 597-664. Inclui bibliografia.

BUENO-RIBEIRO, Eliana. Hostórias sob o sol: uma interpretação de Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 306 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. Literatura em campo minado: a metalinguagem em Graciliano Ramos e a tradição brasileira. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1999.

BUMIRGH, Nádia R.M.C . S. Bernardo de Graciliano Ramos: proposta para uma edição crítica. São Paulo: USP, 1998. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão: ensaios sobre a obra Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956. 83 p.

CANDIDO, Antonio. Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1912. 108 p., il. Bibliografia: p. [110]- [111].

CANIZAL, Eduardo Penuela. Duas leituras semióticas: Graciliano Ramos e Miguel Ángel Asturias. São Paulo: Perspectiva, 1978.88 p., il.

CARVALHO, Castelar de. Ensaio gracilianos. Rio de Janeiro: ed. Rio, Faculdades Integradas Estácio de Sá, 1978. 133 p. (Universitária, 6).

CARVALHO, Elizabeth Pereira de. O foco movente em Liberdade: estilhaço e ficção em Silviano Santiago. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. 113 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. A ponta do novelho: uma interpretação da "mise en abîme" em Angústia de Graciliano Ramos. Niterói: UFF, 1978. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. A ponta do novelho: uma interpretação de Angústia, de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1983. 130 p. (Ensaio, 96). Bibliografia: p. [127]- 130.

CARVALHO, Lúcia Helena de Oliveira Vianna. Roteiro de leitura: São Bernardo de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1997. 152 p. Brochura.

CARVALHO, Luciana Ribeiro de. Reflexos da Revolução Russa no romance brasileiro dos anos trinta: Jorge Amado e Graciliano Ramos. São Paulo, 2000. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Sônia Maria Rodrigues de. Traços de continuidade no universo romanesco de Graciliano Ramos. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.

CASTELLO, José Aderaldo. Homens e intenções: cinco escritores modernistas. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, 1959. 107 p. (Coleção Ensaio, 3).

CASTELLO, José Aderaldo. A literatura brasileira. Origens e unidade (1500-1960). Dois Vols. Editora da Universidade de São Paulo, SP, 1999. Graciliano Ramos, autor-síntese. Vol.II, p. 298-322.

CENTRE DE RECHERCHES LATINO-AMÉRICAINES. Graciliano Ramos : Vidas Secas. [S.l.], 1972. 142 p.

CERQUEIRA, Nelson. Hermenêutica e literatura: um estudo sobre Vidas Secas de Graciliano Ramos e Enquanto Agonizo de Williams Faulkner. Salvador: Editora Cara, 2003. 356 p.

CÉSAR, Murilo Dias. São Bernardo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997. 64 p. Título de capa: Adaptação teatral livre de São Bernardo, de Graciliano Ramos.

[CINQUENTA] 50 anos do romance Caetés. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais, 1984. 106 p. Bibliografia: p. [99]- 100.

COELHO, Nely Novaes. Tempo, solidão e morte. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, Comissão de Literatura, [1964]. 75 p. (Coleção Ensaio, 33). Conteúdo: o "eterno instante" na poesia Cecília Meireles; Solidão e luta em Graciliano Ramos; O tempo e a morte: duas constantes na poesia de Antonio Nobre.

CONRADO, Regina Fátima de Almeida. O mandacaru e a flor: autobiografia Infância e os modos de ser Graciliano. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. 207 p. (Universidade Aberta, 32. Literatura). Parte da dissertação do autor (Mestrado) – UNESP, 1989. Bibliografia: p. [201]-207.

CORRÊA JUNIOR, Ângelo Caio Mendes. Graciliano Ramos e o Partido Comunista Brasileiro: as memórias do cárcere. São Paulo, 2000. 123 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COURTEAU, Joanna. *The World View in the Novels of Graciliano Ramos*. Ann Arbor: Univ. Microfilms Int., 1970. 221 f. Tese (Doutorado) – The University of Wisconsin. Ed. Fac-similar.

COUTINHO, Fernanda. *Imagens da infância em Graciliano Ramos e Antoine de Saint-Exupéry*. Recife: UFPE, 2004. 231 p. Tese (Doutorado) – Centro de Artes Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Inclui bibliografia.

COUTINHO, Fernanda. *Lembranças pregadas a martelo: breves considerações sobre o medo em Infância de Graciliano Ramos*. In *Investigações: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE*. Recife: Vol. 13 e 14, dezembro, 2001.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. Rio de Janeiro: ed. Brasília; Brasília: INL, 1975. 330 p. Il. (Coleção Letras, 3). Inclui índice. Bibliografia: p. 311- 328.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. 2. Ed., Rev. Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1977. xiv, 247 p., il. (Coleção Letras). Bibliografia: p. 233-240.

CRISTÓVÃO, Fernando Alves. *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*. Prefácio de Gilberto Mendonça Teles. 3. Ed., Rev. e il. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1986. xxxiii, 374 p., il. (Coleção Documentos Brasileiros, 202). Bibliografia: p. 361- 374. Apresentado originalmente como tese do autor (Doutorado em Literatura Brasileira) – Universidade Clássica de Lisboa. Brochura.

CRUZ, Liberto; EULÁLIO, Alexandre; AZEVEDO, Vivice M. C. *Études portugaises et brésiliennes*. Rennes: Faculté des Lettres et Sciences Humaines, 1969. 72 p. facsims. Bibliografia : p. 67- 71. Estudo sobre : Júlio Dinis, Blaise Cendrars, Darius Milhaud e Graciliano Ramos. (Travaux de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de l' université de Rennes, Centre d'Études Hispaniques, Hispano-Américaines et Luso-Brésiliennes (Series, 5), (Centre d'Études Hispaniques, Hispano-Américaines et Luso-Brésiliennes. [Publications], 5).

DANTAS, Audálio. *A infância de Graciliano Ramos : biografia*. Literatura infanto-juvenil. São Paulo: Instituto Callis, 2005.

DIAS, Ângela Maria. *Identidade e memória: os estilos Graciliano Ramos e Rubem Fonseca*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. 426 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Conto brasileiro: quatro leituras (Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Osman Lins)*. Petrópolis: Vozes, 1979. 123p.

DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Graciliano revisitado: coletânea de ensaios*. Natal: ed. Universitária, UFRN, 1995. 227 p. (Humanas letras).

ELLISON, Fred P. *Brazil's New Novel: four Northeastern Masters: José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos [and] Rachel de Queiroz*. Berkeley: University of California Press, 1954. 191 p. Inclui bibliografia.

ELLISON, Fred P. *Brazil's New Novel: four Northeastern Masters: José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos [and] Rachel de Queiroz*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1979 (1954). xiii, 191 p. Reimpressão da edição publicada pela University of California Press, Berkeley. Inclui índice. Bibliografia: p. 183-186.

FABRIS, M. "Função social da Arte: Candido Portinari e Graciliano Ramos". *Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo*, n. 38, p. 11-19, 1995.

FÁVERO, Afonso Henrique. *Aspectos do memorialismo brasileiro*. São Paulo, 1999. 370 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Graciliano Ramos é um dos três autores que "figuram em primeiro plano na pesquisa, com *Infância e Memórias do Cárcere*, duas obras de reconhecida importância dentro do gênero".

FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos: eine Untersuchung Zur Selbstdarstellung in seinem epischen Werk*. Genève: Droz, 1965. 135 p. facsim. (Kölner romanistische Arbeiten, n.F., Heft 32). Bibliografia: p. 129- 135. Vita. Thesis—Cologne.

FELDMANN, Helmut. *Graciliano Ramos: reflexos de sua personalidade na obra* [tradução de Luís Gonzaga Mendes Chaves e José Gomes Magalhães.] Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1967. 227 p. (Coleção Carnaúba, 4). Bibliografia: p. [221]- 227.

FELINTO, Marilene. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 78 p. , il. "Outros heróis e esse Graciliano". Lista de trabalhos de Graciliano Ramos incluída em "Cronologia": p. 68 – 75. (Encanto Radical, 30).

FERREIRA, Jair Francilino; BRUNETTI, Almir de Campos. *Do meio aos mitos: Graciliano Ramos e a tradição religiosa*. Brasília, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. 94 p.

FISCHER, Luís Augusto; GASTAL, Susana; COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Graciliano Ramos*. [Porto Alegre]: SMC, 1993. 80 p. (Cadernos Ponto & Virgula). Bibliografia: p. 79- 80.

FONSECA, Maria Marília Alves da. *Análise semântico-estrutural da preposição "de" em Vidas Secas, S. Bernardo e Angústia*. Niterói. UFF, 1980. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

FRAGA, Myriam. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Moderna, 2007. Coleção Mestres da Literatura. (Literatura Infanto-Juvenil).

FREIXEIRO, Fábio. Da razão à emoção II: ensaios rosianos e outros ensaios e documentos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971. 192 p. (Temas de Todo o Tempo, 15).

GARBUGLIO, José Carlos; BOSI, Alfredo; FACIOLI, Valentim. Graciliano Ramos. Participação especial, Antonio Candido. [et al.]. São Paulo: Ática, 1987. 480 p., il. (Coleção Autores Brasileiros. Antologia, 38. Estudos, 2). Bibliografia: p. 455- 480.

GIMENEZ, Erwing Torralbo. O olho torto de Graciliano Ramos: metáfora e perspectiva. Revista USP, São Paulo, n.63,. p. 186 -196, set/nov, 2004.

GUEDES, Bernadette P. A translation of Graciliano Ramos' Caetés. Ann Arbor: Univ. Microfilms Int, 1976. 263 f. Tese (Doutorado) – University of South Carolina. Ed. Fac-similar.

GUIMARÃES, José Ubireval Alencar. Graciliano Ramos: discurso e fala das memórias. Porto Alegre: PUC/ RS, 1982. 406 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GUIMARÃES, José Ubireval Alencar. Graciliano Ramos e a fala das memórias. Maceió: [Serviços Gráficos de Alagoas], 1988. 305 p., il. Bibliografia: p. [299]-305.

GUIMARÃES, José Ubireval Alencar. Vidas Secas: o ritual para o mito da seca. Maceió: EDICULTE, 1989. 160p. Apresentado originalmente como dissertação de mestrado do autor. – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bibliografia: p. [155]-157.

HAMILTON JÚNIOR, Russell George. A arte de ficção de Graciliano Ramos: a apresentação de personagens. Ann Arbor: Univ. Microfilms Int, 1965. Tese (Doutorado) – Yale University. Ed. fac-similar, 255 f.

HILLAS, Sylvio Costa. A natureza interdisciplinar da teoria literária no estudo sobre Vida Secas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HOLANDA, Lourival. Sob o signo do silêncio: Vidas Secas e O estrangeiro. São Paulo: Edusp, 1992. 91 p. Bibliografia: p. [89]-91. (Criação & Crítica, 8).

LEITÃO, Cláudio Correia. Origens e fins da memória: Graciliano Ramos, Joaquim Nabuco e Murilo Mendes. Belo Horizonte, 1997. 230 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

LEITÃO, Cláudio. Líquido e incerto; memória e exílio em Graciliano Ramos. Niterói: EdUFF, São João del Rei: UFSJ, 2003. 138 p.

LIMA, Valdemar de Sousa. Graciliano Ramos em Palmeiras dos Índios. [Brasília]: Livraria – Editora Marco [1971]. 150 p., il. 2. Ed. Civilização Brasileira, 1980.

LIMA, Yêdda Dias; REIS, Zenir Campos (Coord.) Catálogo de Manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos. São Paulo: Edusp, [1992]. 206 p. (campi, 8). Inclui bibliografia.

Lins, Osman. Graciliano, Alexandre e outros. Vitral ao sol. Recife, editora universitária da UFPE, p. 300-307, julho, 2004.

LOUNDO, Dilip. Tropical rhymes, topical reasons. An Antology of Modern Brazilian Literature. National Book Trust. India. Nova Délhi, 2001.

LUCAS, Fabio. Lições de literature nordestina. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2005. Coleção Casa de Palavras. 240 p. " Especificações de Vidas Secas", p. 15-35. " A textualidade contida de Graciliano Ramos", p. 39- 53, " Graciliano Ramos retratado por Ricardo Ramos", p. 87-98. Inclui bibliografia.

MAGALHÃES, Belmira. Vidas Secas: os desejos de sinha Vitória. HD Livros Editora Curitiba, 2001.

MAIA, Ana Luiza Montalvão; VENTURA, Agleada Facó. O contista Graciliano Ramos: a instrospecção como forma de perceber e dialogar com a realidade. Brasília, 1993. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.

MALARD, Letícia. Ensaio de literatura brasileira. Ideologia e realidade em Graciliano Ramos. Belo Horizonte: Itatiaia, [1976]. 164 p. (Coleção Universidade Viva, 1). Bibliografia p. 155- 164. Apresentado originalmente como tese de Doutorado da autora – Universidade Federal de Minas Gerais, 1972.

MANUEL Bandeira, Aluiso[i.e Aluisio] Azevedo, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna: [recueil de travaux présenté au séminaire de 1974]. Poitiers: Centre de Recherche Latino-Américaines de l'Université de Poitiers, 1974,167 p. (Publications du Centre de Recherche Latino-Américaines de l'Université de Poitiers). Francês ou Português. Conteúdo : Roig, A. Manuel Bandeira, ou l'enfant père du poète, Garbuglio, J.C. Bandeira entre o Beco e Pasargada, Vilhena, M.da C. Duas cantigas medievais de Manuel Bandeira, Mérien, J.-Y. Un roman inachevé de Aluisio Azevedo, Alvès, J. Lecture plurielle d'un passage de Vidas Secas, David Peyre, Y. Les personnages et la mort dans Reliquias de Casa Velha, de Machado de Assis, Moreau, A. Remarques sur le dernier acte de l'Auto da Compadecida, Azevedo-Batard, V. Apports inédits à l'oeuvre de Graciliano Ramos.

MARINHO, Maria Celina Novaes. A imagem da linguagem na obra de Graciliano Ramos: uma análise da heterogeneidade discursiva nos romances Angústia e Vidas Secas. São Paulo: Humanitas, FFLCH/ USP, 2000. 110 p. Apresentado originalmente como dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 1995. Bibliografia: p. [105]-110.

- MAZZARA, Richard A. Graciliano Ramos. Nova York: Twayne Publishers, [1974]. 123p. (Twayne's World Authors Series, TWAS 324. Brazil). Bibliografia: p.121-122.
- MEDEIROS, Heloísa Marinho de Gusmão. A mulher na obra de Graciliano Ramos. Maceió, Universidade Federal de Alagoas/ Depto. de Letras Estrangeiras, 1994.
- MELLO, Marisa Schicariol de. Graciliano Ramos: criação literária e projeto político (1930-1953). Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado). História Contemporânea. Universidade Federal Fluminense(UFF).
- MERCADANTE, Paulo. Graciliano Ramos: manifesto do trágico. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. 167p. Inclui bibliografia.
- MIRANDA, Wander Melo. Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992. 174p. Apresentado originalmente como tese do autor (Doutorado) Universidade de São Paulo, 1987. Bibliografia: p. [159]-174.
- MIRANDA, Wander Melo. Graciliano Ramos. São Paulo: Publifolha, 2004. 96 p.
- MORAES, Dênis de. O velho Graça. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1992. xxiii, 407 p.il. Subtítulo de capa: Uma biografia de Graciliano Ramos. Bibliografia: p. 333-354. Inclui índice.
- MOURÃO, Rui. Estruturas: ensaio sobre o romance de Graciliano Ramos. Belo Horizonte: Edições Tendências, 1969. 211p. 2.ed., Arquivo, INL, 1971.3.ed. UFPR, 2003.
- MUNERATTI, Eduardo. Atos agrestes: uma abordagem geográfica na obra de Graciliano Ramos. São Paulo, 1994. 134 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- MURTA, Elício Ângelo de Amorim. Os nomes (próprios) em Vidas Secas. Concurso monográfico "50 anos Vidas Secas" Universidade Federal de Alagoas, 1987.
- NASCIMENTO, Dalma Braune Portugal do. Fabiano, herói trágico na tentativa do ser. Rio de Janeiro: UFRJ, 1976. 69 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NEIVA, Cícero Carreiro. Vidas Secas e Pedro Páramo: tecido de vozes e silêncio na América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NERY, Vanda Cunha Albieri. Graça eterno. No universo infinito da criação. [Doutorado em Comunicação Semiótica]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- NEVES, João Alves das. Graciliano Ramos. Coimbra: Atlântida, 1963. 212 p.

NOGUEIRA, Ruth Persice. *Jornadas e sonhos: a busca da utopia pelo homem comum: estudo comparativo dos romances As vinhas da ira de Jonh Steinbeck e Vidas Secas de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. 228 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NUNES, M. Paulo. *A lição de Graciliano Ramos*. Teresina: Editora Corisco, 2003.

OLIVEIRA, Celso Lemos de. *Understanding Graciliano Ramos*. Columbia, S.C: University of South Carolina Press, 1988. 188 p. (Understanding Contemporary European and Latin American Literature). Inclui índice. Bibliografia: p. 176-182.

OLIVEIRA NETO, Godofredo de. *A ficção na realidade em São Bernardo*. 1ed. Belo Horizonte: Nova Safra; [Blumenau]: Editora da FURB, c1990. 109 p.,il. Baseado no capítulo da tese do autor (Doutorado – UFRJ, 1988), apresentado sob o título: O nome e o verbo na construção de São Paulo. Bibliografia: p. 102-106.

OLIVEIRA, Jurema José de. *O espaço do oprímido nas literaturas de língua portuguesa do século XX: Graciliano Ramos, Alves Redol e Fernando Monteiro de Castro Soromenho*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 92 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes. *Cacos de Memória: uma leitura de Infância, de Graciliano Ramos*. Belo Horizonte, 1992. 115f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. Prefeitura. *Dois relatórios ao governador de Alagoas*. Apresentação de Gilberto Marques Paulo. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1992. 44 p. "Edição comemorativa ao centenário de nascimento do escritor Graciliano Ramos (1892-1953)." Primeiro trabalho publicado originalmente: Relatório ao Governador do Estado de Alagoas. Maceió: impr. Oficial, 1929. Segundo trabalho publicado originalmente: 2º Relatório ao Sr. Governador Álvaro Paes. Maceió: Impr. Oficial, 1930.

PEÑUELA CAÑIZAR, Eduardo. *Duas leituras semióticas: Graciliano Ramos e Miguel Angel Astúrias*. São Paulo: Perspectiva, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978. 88 p. (Coleção Elos, 21).

PEREGRINO JÚNIOR. *Três ensaios: modernismo, Graciliano, Amazônia*. Rio de Janeiro: São José, 1969. 134p.

PEREIRA, Isabel Cristina Santiago de Brito; PATRIOTA, Margarida de Aguiar. *A configuração da personagem no romance de Graciliano Ramos*. Brasília, 1983. Dissertação (Mestrado) – Universidade Brasília. 83 p.

PINTO, Rolando Morel. *Graciliano Ramos, autor e ator*. [São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1962.] 189 p. facsim. Bibliografia: p. 185-189.

- PÓLVORA, Hélio. "O conto na obra de Graciliano Ramos." Ensaio p. 53-61. *Intinerários do conto: interfaces críticas e teóricas de mordern short stories*. Ilhéus: Editus, 2002. 252 p.
- PÓLVORA, Hélio. *Graciliano, Machado, Drummond e outros*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. 158p.
- PÓLVORa, Hélio. "Infância: A maturidade da prosa." "Imagens recorrentes em Caetés." "O anti-herói trágico de Angústia." *Ensaio* p. 81-104. *O espaço inteior*. Ilhéus: Editora da Universidade Livre do Mar e da Mata, 1999. 162 p.
- PUCCINELLI, Lamberto. *Graciliano Ramos: relações entre ficção e realidade*. São Paulo: Edições Quíron, 1975.xvii, 147 p. (Coleção Escritores de Hoje, 3). "Originalmente a dissertação de Mestrado Graciliano Ramos – figura e fundo, apresentada em 1972 na disciplina de Sociologia da Literatura à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo." *Bibliografia*: p. 145-146.
- RAMOS, Clara. *Cadeia*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, c1992. 213 p., il. (Coleção Retratos do Brasil, 134). Inclui bibliografia.
- RAMOS, Clara. *Mestre Graciliano: confirmação humana de uma obra*. [Capa Eugênio Hirsch] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 272 p., el. (Coleção Retratos do Brasil, 134). Inclui bibliografia.
- RAMOS, Elizabeth S. *Histórias de bichos e outras terras: a transculturação na tradução de Graciliano Ramos*. Salvador: UFBA, 1999. *Dessertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia*.
- RAMOS, Elizabeth S. *Vidas Secas e The Grapes of wrath – o implícito metafórico e sua tradução*. Salvador: 2003. 162 f. *Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia*.
- RAMOS, Elizabeth S. *Problems of Cultural Translation in Works by Graciliano Ramos*. Yale University-Department of Spanish and Portuguese, Council on Latin American and Iberian Studies. New Haven, EEUU, 2004.
- RAMOS, Ricardo. *Graciliano: retrato fragmentado*. São Paulo: Siciliano, 1992.222 p., il.
- REALI, Eriilde Melillo, *Itinerário nerdestino di Graciliano Ramos*. Nápoles [Itália]: *Intercontinentalia*, 1973. 156 p. (Studi, 4).
- REZENDE. Stela Maris; VENTURA, Agleada Facó. *Graciliano Ramos e a literatura infantil*. Brasília, 1988. 101 p. *Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília*.
- RIBEIRO, Magdalaine. *Infância de Graciliano Ramos. Autobiografia ou radiografia da realidade nordestina?* In: *Identities e representações na cultura brasileira*. Rita Olivieri-Gadot, Lícia Soares de Souza (org.) João Pessoa: Idéia, 2001.

RIBEIRO, Maria Fulgência Bomfim. Escolas da vida e grafias de má morte: a educação na obra de Graciliano Ramos. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

RISSI, Lurdes Theresinha. A expressividade da semântica temporal e aspectual em S. Bernardo e Angústia. Niterói: UFF, 1978. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. A face oculta de Graciliano Ramos. Maceió: Secretaria de Comunicação Social: Arquivo Público de Alagoas, 1992. 106 p., il. Subtítulo de capa: Os 80 anos de um inquérito literário. Inclui: "A arte e a literatura em Alagoas", do Jornal de Alagoas, publicado em 18/09/1910 (p.[37]-43). Inclui bibliografia.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Graciliano Ramos: achegas bibliográficas. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, SENEC, 1973. 92p.,il. Inclui Bibliografias.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Graciliano Ramos: vida e obra. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1992. 337p., il. ret., fac-similes. Dados retirados da capa. Bibliografia: p.115-132.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Graciliano Ramos antes de Caetés: catálogo da exposição biobibliográfica de Graciliano Ramos, comemorativa dos 50 anos do romance Caetés, realizada pelo Arquivo Público de Alagoas em novembro de 1983. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1983. 42 p., il. Título de capa: Catálogo, Graciliano Ramos antes de Cahetés. Inclui bibliografia. Contém dados biográficos.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. História do romance Caetés. Maceió: Arquivo Público: Subsecretaria de Comunicação Social, 1983. 38p.,il. Inclui bibliografia.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. O romance S. Bernardo. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 1984. 25 p. "Catálogo da Exposição Bibliográfica 50 anos de S.Bernardo" realizado pelo Arquivo Público de Alagoas em dezembro de 1984. Contém dados biográficos. Bibliografia: p. 17-25.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Vidas Secas: história do romance. Recife: Sudene, 1999. 150 p., il "Bibliografia sobre Vidas Secas": p. [95]- 117.

SANTIAGO, Silviano. Em liberdade: uma ficção de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 235p. (Coleção Literatura e Teoria Literária, 41).

SANTOS, Valdete Pinheiro. A metaforização em Vidas Secas: a metáfora de base animal. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SÉMINAIRE GRACILIANO RAMOS, 1971, Poitiers. Graciliano Ramos: Vidas Secas. Poitiers [França]: Centre de Recherches Latino-Américaines de l'Université de Poitiers,

1972. 142 p. (Publications du Centre de Recherches Latino-Américaines de l'Université de Poitiers). Seminários: fev.-jun. de 1971. Inclui bibliografia.
- SERRA, Tânia Rebelo Costa. Análise histórica de Vidas Secas de Graciliano Ramos. Brasília, 1980. 17.f
- SILVA, Bêlchior Cornélio da. O pio da coruja: ensaios literários. Belo Horizonte: ed. São Vicente, 1967. 170 p.
- SILVA, Hécio Pereira de. Graciliano Ramos: ensaio crítico-psicanalítico. Rio de Janeiro, Aurora, 1950. 134 p., 2. Ed. rev., ed. G.T.L., 1954.
- SILVEIRA, Paulo de Castro. Graciliano Ramos: nascimento, vida, glória e morte. Maceió: Fundação Teatro Deodoro, 1982. 210 p. : il.
- SOUZA, Tânia Regina de. A infância do velho Graciliano: memórias em letras de fôrma. Editora da UFSC. Florianópolis, 2001.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. História da literatura brasileira, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2ª ed., 2004. 744 p. "O Nordeste em ponta seca: Graciliano Ramos." p. 531-533. Inclui bibliografia.
- TÁTI, Miécio. "Aspectos do romance de Graciliano Ramos". Temário—Revista de Literatura e Arte, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p. 1-19, jan.-abr., 1952.
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Roteiro de Vidas Secas: seminário sobre o livro de Graciliano Ramos e o filme de Nelson Pereira dos Santos. Brasília, 1965. 63 p.
- UNIVERSITÉ DE POITIERS. Manuel Bandeira, Alúcio Azevedo, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna. Poitiers, 1974. Texto em francês e português. 167 p.
- VENTURA, Susanna Ramos. Escritores revisitam escritores: a leitura de Fernando Pessoa e Ricardo Reis, por José Saramago, e de Graciliano Ramos e Cláudio Manuel da Costa, por Silviano Santiago. São Paulo, 2000. 194 p. Anexos. Dissertação (Mestrado)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- VERDI, Eunaldo. Graciliano Ramos e a crítica literária. Prefácio de Edda Arzúa Ferreira. Florianópolis: ed. da UFSC, 1989. 184 p., il. Apresentado originalmente como dissertação de Mestrado do autor— Universidade Federal de Santa Catarina, 1983. Bibliografia: p. 166-180.
- VIANA, Vivina de Assis. Graciliano Ramos. São Paulo: Nova Cultural, 1990.144p.
- VIANNA, Lúcia Helena. Roteiro de leitura: São Bernardo de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1997. 152 p., il.
- ZILBERMAN, Regina. São Bernardo e os processos da comunicação. Porto Alegre: Movimento, 1975. 66p. (Coleção Augusto Meyer: Ensaios, 8). Inclui bibliografia.